



2ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Fase 4 – Discussão pública

Volume IV – Relatório Ambiental

agosto de 2026

**versão
discussão
pública**

Técnicos	Especialidade
Coordenação	
Carla Melo	Biologia Ambiente, Saúde e Segurança
Sérgio Costa	Engenharia do Ambiente
Execução Técnica	
Ana Rita Valente	Engenharia do Ambiente
Ana Oliveira	Geografia e Planeamento Gestão e Planeamento do Território
Ana Cristina Padilha	Microbiologia Engenharia do Ambiente
Cláudia Medeiros	Gestão Ambiental
Daniel Silva	Biologia Engenharia do Ambiente
Filipe Martins	Geografia Sistemas de Informação Geográfica
Sérgio Almeida	Engenharia Biológica
Susana Fernandes	Geografia e Planeamento Gestão Ambiental e Ordenamento do Território

INDICE

1. Sumário Executivo	1
2. Introdução	5
3. Objetivos e Metodologia	7
3.1. Objetivos	7
3.2. Metodologia	8
3.2.1 Enquadramento	8
3.2.2 Procedimentos Metodológicos	8
4. Objeto de Avaliação	11
4.1. Descrição do Objeto de Avaliação	11
4.2. Breve Caracterização de Âmbito Territorial	13
4.3. Questões Estratégicas ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)	17
5. Quadro de Referência Estratégico	25
6. Fatores de Sustentabilidade	29
6.1. Vulnerabilidades e Riscos	31
6.1.1 Introdução	31
6.1.2 Objetivos e Indicadores	31
6.1.3 Situação Atual	33
6.1.4 Tendências de Evolução sem 2rPDM_ViladoPorto	50
6.1.5 Avaliação Estratégica de Efeitos	51
6.1.6 Recomendações	54
6.2. Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	56
6.2.1 Introdução	56
6.2.2 Objetivos e Indicadores	56
6.2.3 Situação Atual	58
6.2.4 Tendências de Evolução sem 2rPDM_ViladoPorto	78
6.2.5 Avaliação Estratégica de Efeitos	78
6.2.6 Recomendações	81
6.3. Recursos Naturais	85
6.3.1 Introdução	85
6.3.2 Objetivos e Indicadores	86
6.3.3 Situação Atual	87
6.3.4 Tendências de Evolução sem 2rPDM_ViladoPorto	102
6.3.5 Avaliação Estratégica de Efeitos	102
6.3.6 Recomendações	107
6.4. Ordenamento e Qualificação Territorial	108
6.4.1 Introdução	108
6.4.2 Objetivos e Indicadores	108
6.4.3 Situação Atual	110
6.4.4 Tendências de Evolução sem 2rPDM_ViladoPorto	128
6.4.5 Avaliação Estratégica de Efeitos	129
6.4.6 Recomendações	136

6.5. Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade	137
6.5.1 Introdução	137
6.5.2 Objetivos e Indicadores	137
6.5.3 Situação Atual	138
6.5.4 Tendências de Evolução sem 2rPDM_ViladoPorto	144
6.5.5 Avaliação Estratégica de Efeitos	144
6.5.6 Recomendações	147
6.6. Fatores Transversais de Sustentabilidade	148
6.6.1 Governança para a Ação	149
6.6.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	152
7. Seguimento e Monitorização	155
7.1. Metodologia de Seguimento	155
7.1.1 Orientações Metodológicas	155
7.1.2 Monitorização Territorial	156
7.1.3 Monitorização Estratégica	158
7.2. Implementação do Seguimento	162
8. Conclusões	164
8.1. Síntese dos Principais Efeitos Positivos e Negativos	164
8.2. Síntese das Principais Recomendações	169
9. Bibliografia Consultada	172



ANEXOS

01_REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS

02_PONDERAÇÃO PARECERES DAS ERAE AO RELATÓRIO AMBIENTAL PRELIMINAR



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 _Dimensões da AAE.....	6
Figura 2.2 _Estrutura do RA da AAE da 2rPDM_ViladoPorto	6
Figura 3.1 _Etapas da AAE previstas na legislação e principais produtos da AAE da 2rPDM_ViladoPorto.....	8
Figura 3.2 _Esquema do processo de definição dos Fatores de Sustentabilidade	9
Figura 3.3 _Desenvolvimento do RA em torno dos FS.....	10
Figura 4.1 _Enquadramento territorial, regional e divisão administrativa.....	14
Figura 6.1.1 _Rotas de ciclones e tempestades	34
Figura 6.1.2 _Carta de intensidades máximas históricas (EMM).....	35
Figura 6.1.3 _Carta de risco de galgamento e inundação costeira para o setor da zona portuária/ Baía de Vila do Porto, COSA 18- ET.....	36
Figura 6.1.4 _Carta de risco de galgamento e inundação costeira para o setor da Praia Formosa, COSA 18- ET.....	36
Figura 6.1.5 _Carta de risco de galgamento e inundação costeira para o setor da Maia, COSA 18- ET	37
Figura 6.1.6 _Carta de risco de galgamento e inundação costeira para o setor da Baía/Praia de São Lourenço, COSA 18- ET	37
Figura 6.1.7 _Carta de risco de galgamento e inundação costeira para o setor dos Anjos, COSA 18- ET	38
Figura 6.1.8 _Movimentos de vertentes	38
Figura 6.1.9 _Movimentos de massa/ estabilidades de vertentes monitorizados pelo LREC.....	39
Figura 6.1.10 _Massas de terreno instabilizadas na Maia, Praia Formosa e Panasco (2022)	41
Figura 6.1.11 _Identificação das ações do PMAC de Vila do Porto.....	48
Figura 6.2.1 _Áreas protegidas do PNI de Santa Maria	59
Figura 6.2.2 _Rede Natura 2000 na ilha de Santa Maria	62
Figura 6.2.3 _Mapa da ilha de Santa Maria com a localização das 20 jazidas fossilíferas conhecidas.....	65
Figura 6.2.4 _Localização das Jazidas Fósseis de Santa Maria em relação às áreas protegidas do Parque Natural da Ilha de Santa Maria	66
Figura 6.3.1 Carta hidrográfica do concelho de Vila do Porto (PGRH-Açores, 2022)	88
Figura 6.3.2 _Massa de água da ribeira de São Francisco (PGRH-Açores, 2022).....	89
Figura 6.3.3 _Classificação do Estado das massas de água costeiras para a ilha de Santa Maria (PGRH-Açores, 2022).....	90
Figura 6.3.4 _Representação geográfica das redes de distribuição elétrica de MT no concelho de Vila do Porto	92
Figura 6.3.5 _Produção elétrica por tipo de fonte de energia no município de Vila do Porto	93
Figura 6.3.6 _Consumo de energia elétrica por setor de atividade no município de Vila do Porto	93
Figura 6.3.7 _Carta de Ocupação do Solo, 2018	95
Figura 6.3.8 _Reserva Agrícola Regional e Perímetro de Ordenamento Agrário de Santo Espírito.....	96
Figura 6.3.9 _Reserva Ecológica.....	97
Figura 6.3.10 _Classes de espaços em solo rural.....	98
Figura 6.3.11 _Áreas de extração de massas minerais, por tipo de estado da exploração.	99
Figura 6.4.1 _Territorialização dos sistemas, infraestruturas e equipamentos dos serviços de abastecimento de água do município de Vila do Porto	114
Figura 6.4.2 _Localização das zonas de abastecimento de água no município de Vila do Porto.....	115
Figura 6.4.3 _Territorialização dos sistemas, infraestruturas e equipamentos dos SDTAR do município de Vila do Porto	116
Figura 6.4.4 _Evolução da produção de resíduos urbanos no município de Vila do Porto	117
Figura 6.4.5 _Evolução do tratamento de resíduos urbanos no município de Vila do Porto	118
Figura 6.4.6 _Evolução da taxa de preparação para a reutilização e reciclagem (PRR) no município de Vila do Porto.....	119
Figura 6.4.7 _Rede viária existente no município de Vila do Porto.....	120
Figura 6.4.8 _Localização das infraestruturas portuárias existentes no município de Vila do Porto	121
Figura 6.4.9 _Movimento de passageiros e mercadorias por transporte aéreo no aeroporto de Santa Maria.....	122
Figura 6.4.10 _Movimento de passageiros e mercadorias por transporte marítimo no aeroporto de Santa Maria	122
Figura 6.4.11 _Evolução dos veículos ligeiros assegurados em Vila do Porto	123
Figura 6.4.12 _Movimento de passageiros e mercadorias por transporte marítimo no aeroporto de Santa Maria	124
Figura 6.4.13 _Movimento pendulares dos residentes em Vila do Porto por meio de transporte.....	124
Figura 6.4.14 _Postos de carregamento de veículos elétricos normais (PCN) ou rápidos (PCR) no município de Vila do Porto	125
Figura 6.4.15 _Localização dos percursos pedestres existentes no município de Vila do Porto.....	125
Figura 6.5.1 _Evolução da taxa de desemprego na RAA e em Portugal (%).....	139
Figura 6.5.2 _Evolução do número de empresas não financeiras e pessoal ao serviço em Vila do Porto 2011-2020 (%).....	140
Figura 6.5.3 _Principais setores de atividade das empresas não financeiras na RAA e Vila do Porto, em 2020 (%).....	141
Figura 6.6.1 _Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	152
Figura 6.6.2 _Cinco princípios enquadramentos dos ODS	152
Figura 6.6.3 _Visão integradora das dimensões do desenvolvimento sustentável com os ODS	153

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 4.1 _Objetivos e Projetos da proposta de 2rPDM_ViladoPorto.....	12
--	----

Tabela 4.2_Diagnóstico prospetivo (SWOT).....	14
Tabela 4.3_Articulação entre os Objetivos Gerais da 2rPDM_ViladoPorto e as QEAS identificadas na área de intervenção	22
Tabela 5.1_Quadro de Referência Estratégico da AAE).....	25
Tabela 5.2_Matriz de correlação entre a síntese de Objetivos da 2rPDM_ViladoPorto e o QRE.....	27
Tabela 6.1_Fatores de Sustentabilidade: descrição e critérios de avaliação, para a AAE da 2rPDM_ViladoPorto	29
Tabela 6.2_Indicadores selecionados para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”.....	31
Tabela 6.3_Indicadores selecionados para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”.....	40
Tabela 6.4_Síntese dos indicadores selecionados para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”.....	49
Tabela 6.5_Questões-chave da situação atual para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”	50
Tabela 6.6_Avaliação estratégica dos efeitos da 2rPDM_ViladoPorto para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”	51
Tabela 6.7_Síntese das tendências de evolução do FS “Vulnerabilidades e Riscos”	53
Tabela 6.8_Recomendações no âmbito do FS “Vulnerabilidades e Riscos”.....	54
Tabela 6.9_Indicadores selecionados para o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”	57
Tabela 6.10_PNI Santa Maria: síntese das principais características de cada área protegida	59
Tabela 6.11_Áreas que integram a Rede Natura 2000 na ilha de Santa Maria	62
Tabela 6.12_Habitats presentes nas ZEC da ilha de Santa Maria	62
Tabela 6.13_Habitats presentes na ZPE da ilha de Santa Maria	63
Tabela 6.14_Espécies presentes nas ZEC da ilha de Santa Maria	63
Tabela 6.15_Espécies presentes na ZPE da ilha de Santa Maria	63
Tabela 6.16_Espécies de flora exóticas e/ou invasoras na ilha de Santa Maria.....	63
Tabela 6.17_Geossítios, jazidas fósseis e cavidades vulcânicas presentes na Ilha de Santa Maria	64
Tabela 6.18_Classificação da qualidade das águas balneares costeiras identificadas no município de Vila do Porto (2020 a 2024) nos termos da Diretiva das Águas Balneares	68
Tabela 6.19_Unidades de paisagem e elementos singulares	69
Tabela 6.20_Percursos Pedestres homologados.....	73
Tabela 6.21_Património arquitetónico classificado no concelho de Vila do Porto.....	74
Tabela 6.22_Valores concelhios	74
Tabela 6.23_Património arquitetónico não classificado no concelho de Vila do Porto identificado no SIPA	75
Tabela 6.24_Síntese dos indicadores selecionados para o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”	76
Tabela 6.25_Questões-chave da situação atual para o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”	78
Tabela 6.26_Avaliação estratégica dos efeitos da 2rPDM_ViladoPorto para o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”	79
Tabela 6.27_Síntese das tendências de evolução do FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”.....	80
Tabela 6.28_Recomendações no âmbito do FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”	81
Tabela 6.29_Indicadores selecionados para o FS “Recursos Naturais”	86
Tabela 6.30_Medidas preconizadas para a massa de água superficial interior compreendida no concelho de Vila do Porto (PGRH-Açores 2022-2027 / PoM PGRH-Açores, 2024)	89
Tabela 6.31_Centros electroprodutores que fornecem eletricidade ao município de Vila do Porto.....	91
Tabela 6.32_Espécies dominantes nas áreas florestais e de mato no concelho de Vila do Porto	94
Tabela 6.33_Síntese dos indicadores selecionados para o FS “Recursos Naturais”	99
Tabela 6.34_Questões-chave da situação atual para o FS “Recursos Naturais”	101

Tabela 6.35 Avaliação estratégica dos efeitos da 2rPDM_ViladoPorto para o FS “Recursos Naturais”	102
Tabela 6.36 Síntese das tendências de evolução do FS “Recursos Naturais”	107
Tabela 6.37 Recomendações no âmbito do FS “Recursos Naturais”	108
Tabela 6.38 Indicadores selecionados para o FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”	109
Tabela 6.39 Edifícios licenciados (N.º) por Tipo de obra e Destino da obra	111
Tabela 6.40 Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e execução	111
Tabela 6.41 Síntese dos indicadores selecionados para o FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”	126
Tabela 6.42 Questões-chave da situação atual para o FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”	127
Tabela 6.43 Avaliação estratégica dos efeitos da 2rPDM_ViladoPorto para o FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”	129
Tabela 6.44 Síntese das tendências de evolução do FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”	135
Tabela 6.45 Recomendações no âmbito do FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”	136
Tabela 6.46 Indicadores selecionados para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”	138
Tabela 6.47 Síntese dos indicadores selecionados para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”	141
Tabela 6.48 Questões-chave da situação atual para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”	143
Tabela 6.49 Avaliação estratégica dos efeitos da 2rPDM_ViladoPorto para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”	144
Tabela 6.50 Síntese das tendências de evolução do FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”	147
Tabela 6.51 Quadro de Governança para a Ação no âmbito da 2rPDM_ViladoPorto	150
Tabela 6.52 Quadro de Governança para a Ação no âmbito da 2rPDM_ViladoPorto, por recomendação	150
Tabela 6.53 Quadro de Monitorização do contributo dos objetivos da 2rPDM_ViladoPorto para os ODS	154
Tabela 7.1 Indicadores de monitorização ou seguimento da AAE para a área de intervenção da 2rPDM_ViladoPorto	156
Tabela 7.2 Evolução da intensidade dos efeitos previstos, por FS	159
Tabela 7.3 Análise da implementação das recomendações, por FS	159
Tabela 7.4 Seguimento/monitorização da implementação das recomendações da AAE	160
Tabela 8.1 Síntese de principais efeitos positivos e efeitos negativos, por FS	164
Tabela 8.2 Síntese das principais recomendações da AAE, por FS	170

LISTA DAS PRINCIPAIS SIGLAS E ACRÓNIMOS

2rPDM_ViladoPorto - Segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Vila do Porto

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica

APA - Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

CE – Comissão Europeia

CMVP - Câmara Municipal de Vila do Porto

DA – Declaração Ambiental

DGOTDU - Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DRAAC - Direção Regional do Ambiente e Ação Climática

DRC - Direção Regional da Cultura

DRCPL - Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

DRPM - Direção Regional de Políticas Marítimas

DRRFOT - Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial

DRT / DRTu - Direção Regional do Turismo

ERAe – Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas

FS – Fator de Sustentabilidade

FTS – Fatores Transversais de Sustentabilidade

IGT – Instrumentos de Gestão Territorial

LBSOTU - Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo

ODS 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030

ONG - Organizações Não Governamentais

PDM – Plano Diretor Municipal

PEOT – Plano Especial de Ordenamento do Território

PGRH-Açores – Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores

PMEPC - Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

PMOT - Planos Municipais de Ordenamento do Território

QEAS – Questão Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade

QRE – Quadro de Referência Estratégico

RA - Relatório Ambiental

RAA – Região Autónoma dos Açores

RDA – Relatório de Definição de Âmbito

REOT - Relatório do Estado do Ordenamento do Território

SWOT - S de Strengths – forças; W de Weaknesses – fraquezas; O de Opportunities – oportunidades; T de Threats – ameaças

UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente documento concretiza o **Relatório Ambiental (RA)**, na sua versão para **Discussão Pública, da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Vila do Porto (2rPDM_ViladoPorto)** e enquadra-se no disposto pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2025/A, de 29 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

A presente AAE foi estruturada de forma a fornecer um quadro de análise estratégica das oportunidades que podem ser valorizadas e das ameaças que será necessário acautelar com a 2rPDM_ViladoPorto de forma a garantir a sustentabilidade ambiental e territorial da área de intervenção do plano.

Uma análise integrada dos efeitos positivos/oportunidades, efeitos negativos/ameaças e recomendações resultantes das apostas estratégicas da 2rPDM_ViladoPorto demonstra um balanço significativamente positivo sobre os diversos Fatores de Sustentabilidade (FS) avaliados. É importante referir que ao longo do processo de planeamento foram já salvaguardadas considerações e recomendações da AAE, articuladas e analisadas em conjunto com a equipa do Plano, e que integram já a versão atual da proposta do Plano.

Destacam-se de seguida algumas conclusões.

Vulnerabilidades e Riscos

No seu cômputo global, a 2rPDM_ViladoPorto salvaguarda as questões cruciais identificadas pela AAE relativas a este FS, através das suas opções estratégicas concretizadas em programas e ações.

No concelho existem zonas críticas no que concerne a inundações e galgamentos costeiros: Zona portuária/baía da Vila do Porto, Praia Formosa, Maia, Baía/Praia de São Lourenço e Baía do Anjos.

Foram registados episódios de escassez de água, tendo sido necessário abastecer por nascentes e um único furo de captação durante principalmente durante o período de verão.

No âmbito das Alterações climáticas destaca o Plano Municipal de Ação Climática de Vila do Porto, elaborado pela Câmara Municipal em 2013 e já publicado, onde são identificadas 40 ações de vém programar as políticas municipais climáticas a curto, médio e longo prazo.

Recursos Naturais

Os projetos de valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável das áreas já edificadas promovem a gestão eficiente do solo, a estabilidade geológica, a regeneração da vegetação e a conservação da biodiversidade. Paralelamente, medidas para reduzir a impermeabilização do solo e a monitorização de áreas críticas contribuem para minimizar os riscos de desertificação e contaminação, reforçando a sustentabilidade ambiental e a valorização territorial.

Ao nível dos recursos hídricos, a proposta de 2rPDM_ViladoPorto apresenta uma série de projetos que, de forma cumulativa às medidas já prevista pelo PGRH-Açores para a área de intervenção, irão contribuir de forma conjunta para a promoção e preservação do estado das massas de água. Importa a este nível destacar a intenção de beneficiar as redes de adução e equipamentos de tratamento de água para consumo de forma a reduzir as perdas de água, a intenção de beneficiar as redes de drenagem e estações de tratamento de águas residuais urbanas de modo a reduzir os eventos de contaminação tóxica do meio recetor, e a pretensão de valorizar, limpar e desobstruir as linhas de água e respetivas margens.

Do ponto de vista dos recursos energéticos, o município apresenta um conjunto de ações que apresentam potencial para, de forma indireta, incutir uma gestão mais sustentável deste recurso, tais como a elaboração da Carta Municipal de Habitação e de um manual de boas práticas urbanísticas, a atualização do regulamento municipal de urbanização e de edificação e de taxas municipais, ou a promoção de uma política de taxas municipais privilegiando a recuperação das casas típicas degradadas. Estas medidas constituem oportunidades para introdução de beneficiações ao nível da

redução do consumo de recursos energéticos, nomeadamente, recursos de origem fóssil através da introdução de fontes renováveis, aquisição de conforto térmico e melhoria da eficiência energética no parque edificado. A proposta de 2rPDM_ViladoPorto assegura a implementação de diversos projetos de reabilitação de edificado, nomeadamente, em povoamentos tradicionais e obras de beneficiação do parque escolar municipal, que poderão beneficiar a componente física e funcional do edificado existente, dotando-os de soluções arquitetónicas e tecnológicas mais sustentáveis, tais como, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis.

Ordenamento e Qualificação Territorial

A 2rPDM_ViladoPorto responde eficazmente às questões fundamentais identificadas pela AAE no âmbito deste FS. Através de iniciativas que promovem a reabilitação urbana, a elaboração de planos de pormenor e a contenção da expansão desordenada, o plano assegura a organização eficiente do território, a preservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população.

Ao nível dos serviços ambientais, a proposta de 2rPDM_ViladoPorto pretende promover essencialmente a beneficiação das redes de adução e equipamentos de tratamento de água para consumo e beneficiação das redes de drenagem e estações de tratamento de águas residuais urbanas de modo a reduzir os eventos de contaminação tóxica do meio recetor. Os projetos definidos a este nível possuem potencial para reforçar a capacidade de se promover a eficiência no consumo de água, a regularização de situações pontuais de quebra de abastecimento ou carência de água, principalmente, em aglomerados isolados e dispersos ou em situações de seca, redução das perdas de água nas redes de distribuição, recuperação das redes e equipamentos degradados e reforço do controlo analítico, bem como reforço da rede de drenagem, beneficiação tecnológica dos equipamentos e estações de tratamento com vista ao aumento da sua capacidade de tratamento, e reduzir as dissonâncias ambientais (p.e. focos de poluição pela deposição de resíduos ou emissão águas residuais não tratadas). Ao nível da gestão de resíduos urbanos detetou-se a necessidade de se estabelecer uma estratégia para os biorresíduos que possibilite a sua separação e reciclagem na origem, através da compostagem doméstica ou comunitária e outras soluções locais de reciclagem, ou a recolha seletiva e posterior transporte para instalações de valorização, evitando a sua mistura no tratamento com outros resíduos, permitindo assim incrementar a capacidade do metabolismo circular do município.

Em contrapartida, ao nível do sistema de transportes e mobilidade, considera-se que deverá ser alvo de um reforço de internalização desta temática no Plano, nomeadamente, ao nível da definição de projetos que favoreçam a descarbonização afeta à mobilidade, promoção da mobilidade pedonal e os modos suaves, reforço dos meios estruturais de transporte coletivo e respetivas condições de intermodalidade e de modernização dos serviços, de modo a melhorar a qualidade e diversidade da oferta e inverter a tendência atual de uso massivo de veículos particulares movidos a fontes fósseis.

Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade

O Município de Vila do Porto enfrenta desafios significativos na sua trajetória de desenvolvimento socioeconómico e competitividade, exigindo a implementação de projetos estratégicos que integrem a valorização de recursos naturais, culturais e territoriais, o fortalecimento económico, a sustentabilidade ambiental e a proteção civil.

Os projetos identificados na 2rPDM_ViladoPorto são fundamentais para abordar as fragilidades existentes e alavancar o Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade, destacando-se: a valorização territorial e ambiental, especialmente das baías da Maia e São Lourenço, recuperação e atribuição de novos usos a áreas degradadas, com especial foco para a extração de massas minerais; a promoção do desenvolvimento económico sustentável, com destaque para o turismo rural e paisagístico, apoio ao alojamento local, diversificação económica com base nos recursos endógenos e incentivos à fixação de atividades económicas diversificadas; a conservação do património cultural e social com a recuperação das casas típicas marienses, reforçando a identidade local e o sentimento de pertença, através da sensibilização e envolvimento da comunidade local.

A implementação destes projetos promove o desenvolvimento sustentável, assegurando um uso equilibrado dos recursos naturais e territoriais e contribuindo para a redução da degradação ambiental.

Simultaneamente, reforça a resiliência do território, através da diminuição dos riscos associados a fenómenos naturais e do aumento da segurança de pessoas e bens.

Neste contexto, destacam-se efeitos positivos ao nível do crescimento económico, através da diversificação das atividades económicas, da atração de investimento e da valorização do turismo sustentável, contribuindo para o reforço da base económica local. Paralelamente, promove-se a preservação cultural, mediante a salvaguarda e valorização do património arquitetónico e paisagístico, reforçando a identidade da ilha e potenciando recursos estratégicos para a dinamização económica e o desenvolvimento de novos produtos turísticos.

Acresce ainda a melhoria da qualidade de vida, resultante de um planeamento urbano mais eficiente, que assegura melhores condições de acesso a serviços essenciais e reforça a coesão social. Por fim, verifica-se um contributo relevante para a competitividade regional, através da consolidação da imagem do concelho como um território sustentável, resiliente e inovador, aumentando a sua atratividade no contexto regional e nacional.

Para maximizar os resultados, recomenda-se:

- Envolvimento da comunidade, garantindo a participação ativa da população e envolvimento nos projetos.
- Estabelecimento de parcerias institucionais, destacando-se as universidades, organizações científicas e outras instituições públicas.
- Capacitação e educação, através do investimento em programas de formação em proteção civil, sustentabilidade e turismo.
- Financiamento com recursos europeus e privados para apoiar os projetos.
- Monitorização contínua da implementação do Plano, acompanhando os indicadores de impacto e realização e ajustar estratégias conforme necessário.

A ilha de Santa Maria tem potencial para se destacar como modelo de desenvolvimento sustentável e competitivo, preservando sua identidade única enquanto enfrenta os desafios do século XXI. A implementação dos projetos propostos é crucial para transformar as fragilidades em oportunidades, garantindo um futuro próspero e resiliente para a ilha e para as suas comunidades.

Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais

De uma forma geral considera-se que a 2rPDM_ViladoPorto influencia de forma positiva ao nível dos “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”, tendo sido identificadas oportunidades significativas no que se refere à minimização e eliminação de situações/atividades que contribuem para a degradação das condições ambientais, essencialmente ao nível da biodiversidade, perspetivando-se um ordenamento e ajustamento dos usos, valorização de elementos patrimoniais, bem como de valorização paisagística.

Ainda assim, apesar da existência de uma parcela considerável do território classificada pelos valores naturais e paisagísticos, foram apresentadas pela AAE um conjunto de recomendações que surgiram essencialmente com o objetivo de reforçar e maximizar a concretização nesta proposta, e que se traduziram num complemento de proteção e valorização das espécies e habitats, permitindo à população usufruir dos benefícios prestados pelos serviços dos ecossistemas presentes e, simultaneamente, oferecer um conjunto de atividades turísticas relacionadas com esses valores naturais e paisagísticos.

[Página propositadamente deixada em branco]

versão discussão pública

2. INTRODUÇÃO

A elaboração da presente Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) enquadra-se no disposto pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2025/A, de 29 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente – Diretiva de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) – adotada em julho de 2001, sendo aplicável a todos os planos ou programas abrangidos pelo artigo 3.º, nomeadamente:

- a) Os planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados nos anexos i a v do referido diploma e que dele fazem parte integrante;
- b) Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos numa área sensível, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do referido diploma e de mais legislação aplicável;
- c) Os planos e programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

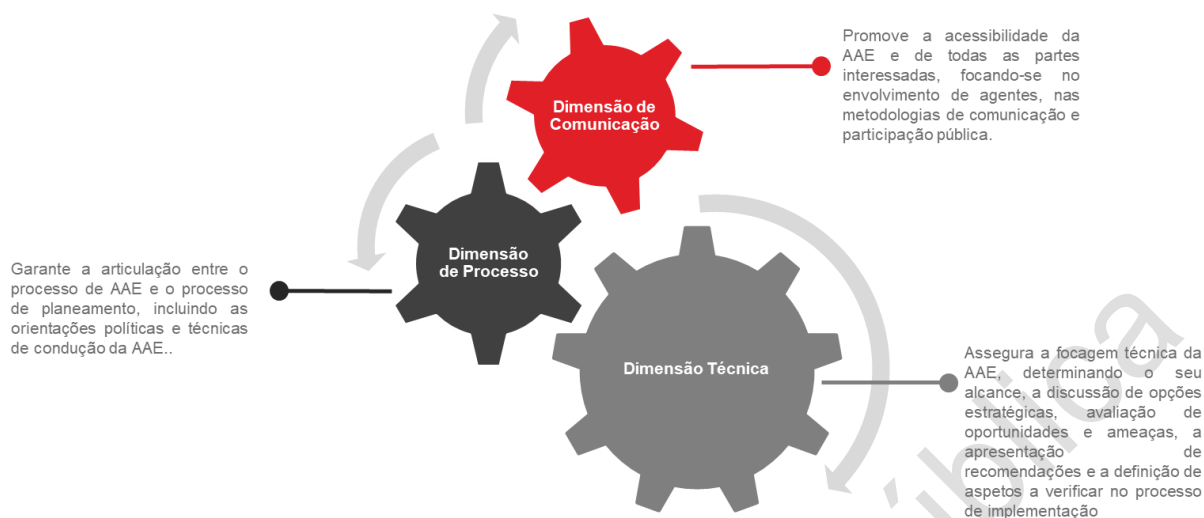
Neste contexto, a aplicação da AAE ao caso da 2rPDM_ViladoPorto é enquadrada pelo facto de este constituir-se como um instrumento de ordenamento com potenciais efeitos ambientais, sendo por isso fundamental uma adequada articulação e integração entre o processo de AAE e o processo de elaboração e implementação do próprio Plano, em harmonia com o conceito segundo o qual foi legalmente concebida.

A AAE vem, assim, incorporar a lógica de responsabilização, participação e transparência que determina que processos contínuos como os planos e programas de incidência territorial, que apresentam ciclos de decisão próprios e legalmente contextualizados, possam ser eficazmente elaborados, implementados e monitorizados.

Nesse quadro, a metodologia para a AAE da proposta de 2rPDM_ViladoPorto pretende concretizar uma abordagem estratégica, com respeito integral pelas orientações emanadas da legislação em vigor, e estruturada de acordo com as dimensões desenvolvidas e referenciadas pela bibliografia especializada: técnica, de processo e de comunicação (Figura 2.1). Entre outras fontes de informação, destaca-se o “Guia das Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica”, publicado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e o “Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território”, elaborado pela Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU). Esta última publicação é especificamente orientada para a elaboração de AAE no âmbito dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT). Foram também internalizadas as NT.AAE.1/2020 e NT.AAE.2/2020 publicadas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA, I.P.).

Em síntese, a realização desta AAE, pretende garantir que os potenciais efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração da 2rPDM_ViladoPorto e antes da sua aprovação, contribuindo para a adoção e concretização de soluções mais eficazes e sustentáveis, que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente.

Figura 2.1_Dimensões da AAE



Este documento – Relatório Ambiental (RA) - apresenta a seguinte estrutura (Figura 2.2):

Figura 2.2_Estrutura do RA da AAE da 2rPDM_ViladoPorto



3. OBJETIVOS E METODOLOGIA

3.1. OBJETIVOS

A Diretiva 2001/42/CE, que foi objeto de transposição através do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, é muito clara ao definir que o objetivo global de uma AAE consiste em:

“estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável” (artigo 1.º da Diretiva 2001/42/CE).

Este objetivo está assim alinhado com os desígnios da política comunitária nesta matéria, estabelecidos no artigo 6.º do Tratado CE, o qual determina que as exigências em matéria de proteção do ambiente devem ser integradas na definição e execução das políticas e ações da Comunidade Europeia.

Subsidiariamente, o Decreto Legislativo Regional n.º 20/2025/A, de 29 de julho, estabelece assim que o processo da AAE deve contribuir para a adoção dum conjunto de soluções e medidas que permitam reduzir os efeitos negativos mais significativos no ambiente que resultem da aplicação do plano em avaliação, assente nos seguintes objetivos:



Em consonância com esses objetivos, a AAE intervirá assim em duas fases da 2rPDM_ViladoPorto:

- **Durante o seu processo de revisão:**
 - Sistematizando o quadro de problemas ambientais atualmente existentes e a respetiva evolução tendencial, bem como o quadro de valores ambientais a preservar;
 - Identificando as opções de natureza estratégica que potenciem os efeitos positivos ou que minimizem os efeitos negativos mais significativos;
 - Promovendo a adoção de opções que contribuam eficazmente para a sustentabilidade do plano.
- **Durante o seu processo de implementação e monitorização estratégica:** através do desenvolvimento de ferramentas de avaliação e da formulação de recomendações, que assegurem uma efetiva concretização de objetivos de sustentabilidade da 2rPDM_ViladoPorto, durante o seu período de vigência.

Em síntese, espera-se que os resultados da AAE, incluindo os contributos do respetivo processo de consulta pública, permitam influenciar positivamente o processo de implementação da

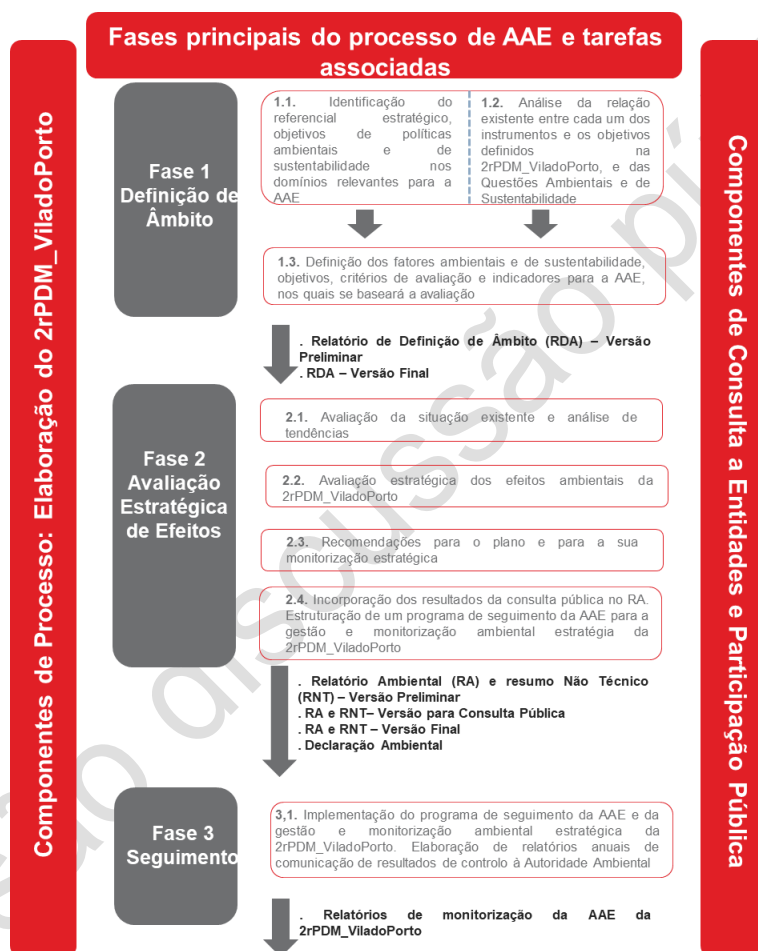
2rPDM_ViladoPorto, garantindo uma maior sustentabilidade do modelo de intervenção proposto para a área de intervenção.

3.2. METODOLOGIA

3.2.1 ENQUADRAMENTO

O esquema da Figura 3.1 ilustra a sequência das diferentes fases, assim como os principais trabalhos a desenvolver em cada etapa, de acordo com a legislação em vigor.

Figura 3.1 _Etapas da AAE previstas na legislação e principais produtos da AAE da 2rPDM_ViladoPorto



3.2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresenta-se neste subcapítulo a metodologia adotada para o presente processo de AAE, que procura respeitar a estrutura e os princípios metodológicos emanados da legislação em vigor e principais guias institucionais.

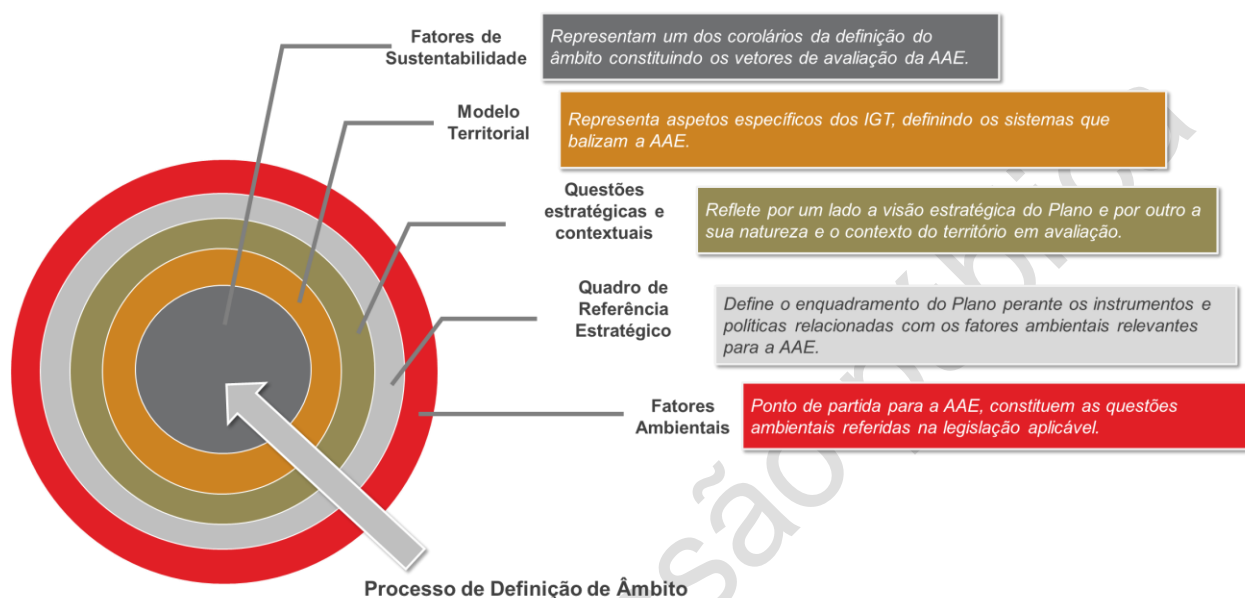
Fase 1 | Definição de Âmbito (Fase Anterior)

Esta fase permitiu desenvolver um enquadramento do projeto que faculta os dados necessários para a definição de um conjunto de fatores de natureza estratégica (Fatores Críticos para a Decisão ou Fatores de Sustentabilidade) com base nos quais se processa a AAE propriamente dita (durante a Fase 2).

A Fase 1 é, pois, uma fase de reflexão, de discussão e de aprofundamento de informação de natureza diversa.

A Figura 3.2 ilustra o caminho que permitiu definir o âmbito da avaliação a realizar, com base na ponderação de um conjunto de questões ambientais, presentes no Decreto Legislativo Regional n.º 20/2025/A, de 29 de julho, e de outros elementos desenvolvidos.

Figura 3.2_Esquema do processo de definição dos Fatores de Sustentabilidade



Desta análise integrada com as questões estratégicas e ambientais identificadas como significativas na área de intervenção, resultou então a proposta do conjunto de Fatores de Sustentabilidade (FS) relevantes, que permitiu estruturar a avaliação dos efeitos ambientais de natureza estratégica para as opções consideradas na proposta de 2rPDM_ViladoPorto.

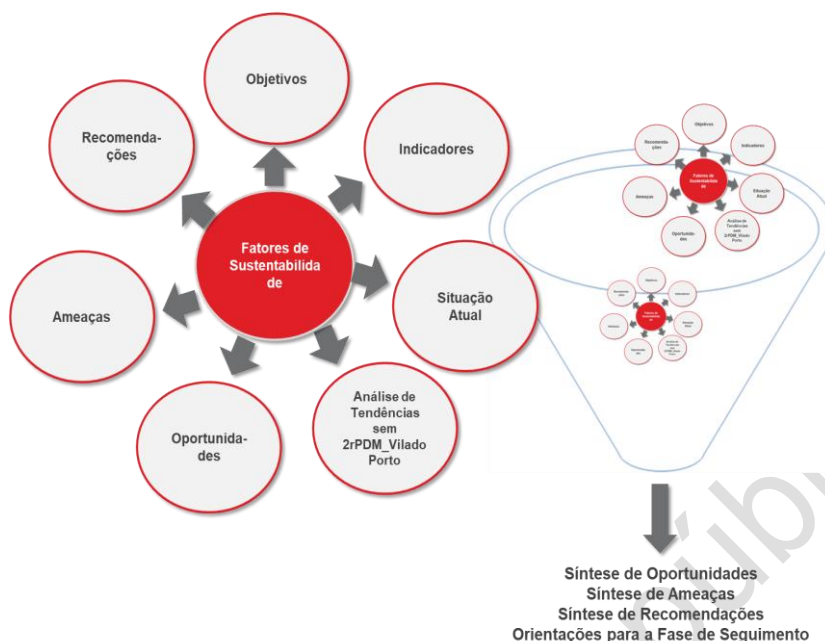
Esta versão preliminar do RDA foi submetida a consulta a diversas entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE) e a quem interessam, naturalmente, os efeitos ambientais da elaboração da 2rPDM_ViladoPorto, e a ponderação dos pareceres recebidos (Anexo 02) foi internalizada na atual versão do RA.

Fase 2 | Avaliação Estratégica de Efeitos (Fase Atual)

A Fase 2, cujo primeiro produto é o presente Relatório Ambiental (RA) Preliminar, aprofunda o resultado da Fase 1, com um conjunto de análises sobre os FS, relativamente a diversos parâmetros, como ilustrado na Figura 3.3, e aos respetivos efeitos (negativos - ameaças e positivos - oportunidades) resultantes da implementação da 2rPDM_ViladoPorto.

A versão preliminar do RA foi também submetida a consulta de um conjunto de ERAE, cuja ponderação está vertida na presente versão do RA Preliminar, que posteriormente, sendo aprovada pelas ERAE, seguirá para submissão a Consulta Pública, e pós o período de Consulta Pública será elaborada a versão final do RA.

Figura 3.3 _Desenvolvimento do RA em torno dos FS



Formalmente, antes do início da Fase 3 (isto é, antes da implementação do Plano), será elaborada uma Declaração Ambiental (DA), que deverá ser entregue à DRAAC, a todas as ERAE e disponibilizada ao público em geral, contemplando:

- A forma como as considerações e recomendações decorrentes do processo de AAE tenham sido integradas no Plano;
- As observações apresentadas durante o processo de participação pública e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificados os casos em que as mesmas não tenham sido acolhidas;
- As razões que tenham fundamentado a aprovação do Plano, face a outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- As medidas de controlo e avaliação previstas para monitorização dos efeitos significativos no ambiente, decorrentes da respetiva aplicação e execução da proposta de 2rPDM_ViladoPorto (metodologia apresentada na descrição da Fase 3).

Fase 3 | Implementação do Programa de Monitorização e Avaliação da AAE (Seguimento – última Fase)

Esta etapa, que começa após a aprovação e publicação da proposta de 2rPDM_ViladoPorto e início da sua implementação, consiste essencialmente na avaliação e controlo dos efeitos significativos decorrentes da implementação do Plano, e verificação da efetiva adoção das medidas constantes na DA. Serão utilizados indicadores de execução de acordo com a metodologia definida no RA, e que se deverão articular em duas dimensões de atuação:

- **Monitorização Territorial:** análise dos indicadores de estado que caracterizam a área territorial;
- **Monitorização Estratégica:** avaliação da concretização das recomendações emanadas do RA, do ponto de vista dos efeitos positivos e negativos identificados.

4. OBJETO DE AVALIAÇÃO

4.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO

O objeto desta avaliação ambiental estratégica é a proposta de 2rPDM_ViladoPorto que foi deliberada pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 30 de agosto de 2021, passados quase 10 anos da aprovação pela Assembleia Municipal (17 de dezembro de 2011) do PDM vigente (publicado pelo Aviso nº 3279/2012, de 29 de fevereiro), com base na avaliação desenvolvida no Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) no concelho, que fundamenta a revisão do PDM.

O REOT conclui que, em termos gerais, o modelo de ordenamento do PDM em vigor tem respondido bem às dinâmicas territoriais, económicas e sociais verificadas ao longo dos 8 anos de vigência, e que não foram identificados pelas juntas de freguesia quaisquer constrangimentos resultantes da aplicação do PDM que tenham impedido a concretização de qualquer projeto estruturante nas cinco freguesias.

Refere ainda que foi identificado um conjunto de situações que deverão dar origem a atualizações do PDM e que resultam quanto à sua natureza essencial da necessidade de:

- “Proceder à adaptação deste instrumento face ao novo enquadramento legal, bem como à entrada em vigor de novos planos e programas ou ainda servidões administrativas e restrições de utilidade pública, nomeadamente:
 - Alteração da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBSOTU);
 - A classificação do Lugar do Aeroporto de Santa Maria como conjunto de interesse público;
 - Incorporação das recomendações do Programa Regional para as Alterações Climáticas;
 - A atualização da rede viária municipal de acordo com o levantamento dos marcos toponímicos realizados em 2014, 2016 e 2017;
 - Publicação do POTRAA, que se prevê para brevemente.
- Efetuar a correção de erros materiais e retificações, tais como:
 - Acertos de cartografia determinados por erros de transposição de escalas, definição de limites físicos no terreno, eliminação de linhas de água inexistentes de acordo com o recenseamento dos recursos hídricos, entre outros;
 - Clarificação da redação de disposições normativas resultante da gestão corrente do plano que tenham sido identificadas como de difícil interpretação e/ou aplicação;
 - Retificação de erros nos parâmetros de dimensionamento das áreas de estacionamento e dos perfis da rede viária de acordo com legislação específica vigente;
 - Eliminação de incongruências pontuais entre as peças fundamentais do plano.”

Foram ainda identificadas outras questões a serem ajustadas, nomeadamente a alteração da Reserva Ecológica do município devido à desatualização da base cartográfica, designadamente das linhas de água, e a facilidade operacional que resultará da simplificação das disposições regulamentares associadas às UOPG que deverá se equacionar no âmbito de uma revisão do PDM.

Fundamentos que justificam a necessidade de alteração /revisão do PDM de Vila do Porto.

Neste contexto, os **objetivos** da proposta de revisão são:

- **Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida**, garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território, nomeadamente através da construção das infraestruturas ambientais necessárias para assegurar a eficiência dos serviços de

abastecimento e saneamento ambiental, adaptando-os às orientações definidas pelos vários documentos estratégicos existentes;

- **Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria**, através do estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como a valorização da casa típica mariense;
- **Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território**, através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento e adaptação às alterações climáticas;
- **Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural**, designadamente através de medidas que permitam o desenvolvimento de algumas atividades económicas específicas com base nos recursos endógenos, com vista à valorização do território numa perspetiva integrada, e na complementaridade das suas potencialidades a este nível tanto na terra como no mar;
- **Valorizar os recursos naturais e patrimoniais**, salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas.

De forma a contribuir para esses objetivos, para além do regulamento, e modelo de ordenamento proposto, foi definido um programa de execução no qual foram, primeiramente, selecionados os projetos que resultam diretamente do modelo, nomeadamente em relação a aspetos como as UOPG e execução de equipamentos e infraestruturas. A rede de objetivos e projetos conta com um total de 30 projetos distribuídos pelos 5 objetivos do plano conforme tabela seguinte.

Tabela 4.1_Objetivos e Projetos da proposta de 2rPDM_ViladoPorto

N.º	Objetivos / Projetos
1	Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida , garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território, nomeadamente através da construção das infraestruturas ambientais necessárias para assegurar a eficiência dos serviços de abastecimento e saneamento ambiental, adaptando-os às orientações definidas pelos vários documentos estratégicos existentes
1.1	Elaboração do plano de pormenor de salvaguarda do Lugar do Aeroporto de Santa Maria (UOPG 3)
1.2	Implementar a UOPG 1 - Anjos
1.3	Implementar a UOPG 2 - Almagreira
1.4	Implementar a UOPG 4 – Ginjal
1.5	Realizar obras de reperfilamento e beneficiação de arruamentos municipais
1.6	Realizar obras de beneficiação do parque escolar municipal
1.7	Elaborar estudo de suporte à adoção de incentivos à fixação de atividades económicas diversificadas nos núcleos urbanos
1.8	Elaborar a Carta Municipal de Habitação
1.9	Elaborar o Plano Municipal de Gestão de Secas e Escassez
1.10	Beneficiar as redes de adução e equipamentos de tratamento de água para consumo
1.11	Beneficiar as redes de drenagem e estações de tratamento de águas residuais urbanas
1.12	Elaborar a revisão do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Zona Histórica de Vila do Porto
2	Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria , através do estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como a valorização da casa típica mariense.
2.1	Elaborar estudo de suporte à adoção de incentivos à recuperação das casas típicas degradadas
2.2	Elaborar estudos urbanísticos para os aglomerados rurais

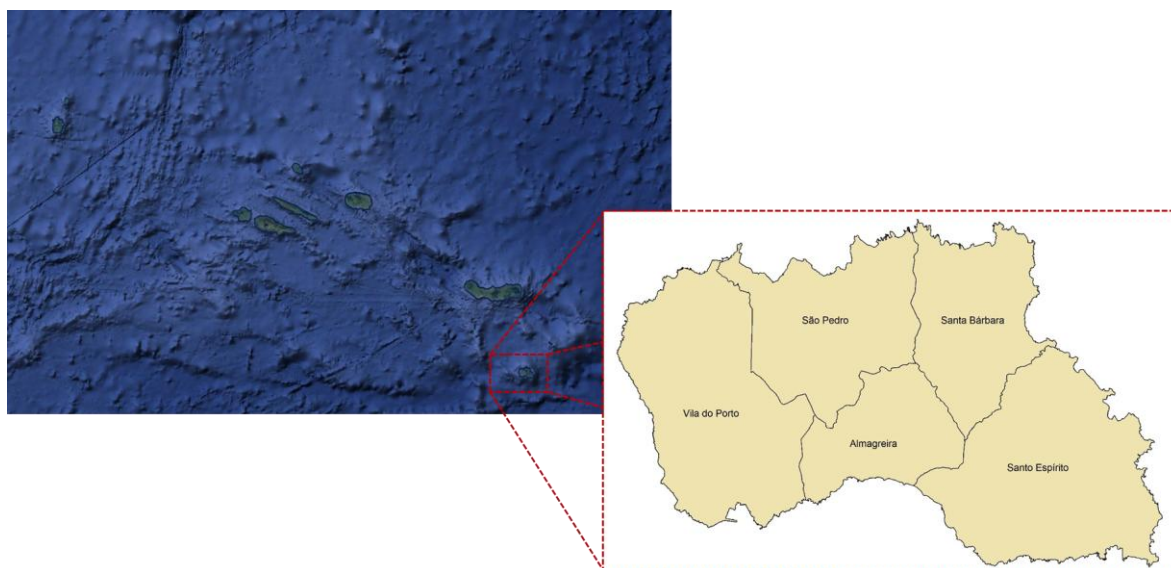
N.º	Objetivos / Projetos
2.3	Elaborar o Plano de Pormenor da Maia
2.4	Elaborar o Plano de Pormenor de São Lourenço
3	Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território , através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento <u>e adaptação às alterações climáticas</u>
3.1	Simplificar e qualificar o atendimento aos cidadãos e às empresas
3.2	Criar programas de educação ambiental com foco na conservação de recursos e valores naturais
3.3	Promover ações de sensibilização para a recuperação ambiental e paisagística de áreas de extração de massas minerais abandonadas
3.4	Elaborar um manual de boas práticas urbanísticas
4	Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural , designadamente através de medidas que permitam o desenvolvimento de algumas atividades económicas específicas com base nos recursos endógenos, com vista à valorização do território numa perspetiva integrada, e na complementaridade das suas potencialidades a este nível tanto na terra como no mar
4.1	Desenvolver um plano de turismo sustentável
4.2	Instituir o prémio anual “Mariense”
4.3	Atualizar o regulamento municipal de urbanização e de edificação e de taxas municipais
4.4	Acompanhar e monitorizar o alojamento local
5	Valorizar os recursos naturais e patrimoniais , salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas
5.1	Valorizar as paisagens culturais das baías da Maia e São Lourenço
5.2	Valorizar, limpar e desobstruir as linhas de água e respetivas margens
5.3	Acompanhar a monitorização de movimentos de vertente na Maia, Praia Formosa e Panasco
5.4	Promover campanhas de sensibilização no âmbito da proteção civil (riscos sísmicos, cheias, inundações, desgaseificação difusa, movimentos de massa, entre outros)
5.5	Construir uma base de dados para registo de ocorrências de todos os riscos
5.6	Investir em sistemas de alerta precoce e em infraestruturas que mitiguem os riscos associados à instabilidade geológica
5.7	Elaborar o Plano Especial de Emergência e Proteção Civil para Risco Sísmico (PEERS)

Assim, o objeto de avaliação serão os objetivos da atual 2rPDM_ViladoPorto, traduzidos nos diversos projetos que estão respetivamente associados, bem como a proposta de regulamento.

4.2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DE ÂMBITO TERRITORIAL

Tal como referido anteriormente o objeto desta avaliação ambiental estratégica é a proposta da 2rPDM_ViladoPorto, que abrange território do concelho de Vila do Porto (Figura 4.1), único município da ilha de Santa Maria, integrada no Grupo Oriental da Região Autónoma dos Açores (RAA) e a terceira menor ilha do arquipélago. Tem uma superfície de aproximadamente 97 km² (4,2% da superfície da RAA) e uma linha de costa de cerca de 78 km.

Figura 4.1_Enquadramento territorial, regional e divisão administrativa



Fonte: Adaptado CAOP, 2019; GoogleEarth

O concelho de Vila do Porto encontra-se dividido em 5 freguesias: Vila do Porto (sede de concelho), Almagreira, São Pedro, Santa Bárbara e Santo Espírito.

A parte poente da ilha é aplanada e mais seca, tendo um povoamento do tipo linear disperso. A parte nascente é mais elevada, irregular e húmida, tendo um povoamento mais concentrado. Aqui se localiza Vila do Porto, sede do concelho, que se desenvolve no sentido norte/sul, a partir das proximidades do porto.

Com cerca de 5 400 habitantes, o concelho da Vila do Porto corresponde a cerca de 2,3% da população da RAA (quase 240 mil residentes), tendo uma densidade de ocupação correspondente, em termos médios, a metade da densidade regional (56 hab/Km² face a 102 hab/Km²).

De acordo com os estudos de caracterização efetuados (quer no Volume V dos elementos da revisão, quer ao longo do capítulo 6 do presente RA), o diagnóstico prospetivo do concelho pode ser sintetizado na seguinte matriz SWOT¹, a qual reflete, de uma forma integrada, as características dominantes do território e as expectativas e pressões sobre ele existentes.

Tabela 4.2_Diagnóstico prospetivo (SWOT)

PONTOS FORTES	
▪	Existência de um amplo e claro conjunto de princípios, metas e objetivos a cumprir com aplicação de programas e planos setoriais, permitindo a definição de estratégias de ordenamento e desenvolvimento integradas;
▪	Posição geoestratégica e existência de uma Zona Económica Exclusiva;
▪	Orientações precisas para a classificação do solo;
▪	Modelo de ordenamento do atual PDM tem respondido bem aos desafios do município, tendo as intervenções previstas obtido um nível de execução satisfatório;
▪	Reforço da atratividade turística da Região na última década, que tem permitido o desenvolvimento de diversas atividades ligadas ao setor no concelho;
▪	Estrutura etária da população ligeiramente menos envelhecida comparativamente com outras Ilhas
▪	Melhoria global dos níveis de qualificação da população nos últimos anos;
▪	Predomínio das empresas ligadas ao setor da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (32,4%) – com uma média de 15 ha por exploração, valor superior à média da região (11m4ha/exploração);
▪	Tendência para o crescimento do n.º de empresas não financeiras, constituídas maioritariamente por micro e pequenas empresas;
▪	Os principais sectores da indústria transformadora em Vila do Porto incluem as indústrias alimentares e de bebidas, em particular no que respeita ao abate de animais, preparação e conservação de carnes, a transformação de cereais e leguminosas e o fabrico de outros produtos alimentares;

¹ SWOT (S de Strengths – forças; W de Weaknesses – fraquezas; O de Opportunities – oportunidades; T de Threats – ameaças)

- Bom nível de colmatação dos espaços industriais programados
- Tendência de crescimento de procura pelos estabelecimentos de alojamento turístico do concelho até início da pandemia de Covid-19, verificando-se a retoma já em 2021;
- Infraestrutura aeroportuária de importância regional;
- Rede viária com elevada densidade, estabelecendo a ligação entre os principais aglomerados e entre estes e a rede regional;
- Importante rede de infraestruturas portuárias, de distribuição equilibrada ao longo da costa, onde se incluem um porto de classe B e dois de classe D, além de dois portinhos – estes considerados como infraestruturas de uso múltiplo, com condições para serem classificados como classe E;
- Disponibilidades hídricas subterrâneas passíveis de suprir as necessidades de abastecimento público, a par da qualidade das águas subterrâneas compatível com o uso para consumo humano;
- Elevado nível de atendimento em serviços de abastecimento de água;
- Sistemas de abastecimento de água existentes são atualmente suficientes para satisfazer as necessidades do concelho;
- Serviço de recolha indiferenciada e seletiva de resíduos cobre praticamente todo o concelho.
- Tendência contínua de crescimento da taxa de valorização de resíduos;
- Potencial energético endógeno através das energias renováveis como a energia eólica;
- Diversidade de equipamentos coletivos, destacando-se um elevado número de equipamentos culturais e recreativos e outras estruturas de lazer.
- Peso significativo da ocupação agrícola do solo, em particular, com pastagens permanentes, prados e forragens – vantagens naturais para a produção animal e para a conservação do solo;
- Paisagem diversificada, com forte identidade e de grande qualidade pontuado por um conjunto de elementos singulares da RAA
- Relevância do património natural reconhecida com a criação do Parque Natural de Ilha e classificação um conjunto de áreas protegidas, com destaque para o Paleoparque de Santa Maria criado em 2018;
- Existência de pontos de vista notáveis e de trechos de paisagem de elevado interesse patrimonial, já aproveitados com miradouros devidamente infraestruturados.
- Forte hierarquização da rede urbana municipal, polarizada pela sede de concelho
- Povoamento assente em pequenos núcleos de povoamento disperso, de densidade populacional pouco significativa, de uma forma geral afastados da orla costeira, diminuindo a pressão urbanística sobre o litoral;
- Povoamento tradicional de carácter marcadamente rural, de ocupação delimitada, com formas morfológicas tradicionais e com uniformidade;
- Enquadramento paisagístico de alguns aglomerados que beneficiam da sua localização privilegiada;
- Edificação com volumetria controlada da generalidade do território sem grandes dissonâncias;
- Presença de diversos imóveis com valor patrimonial, em particular na sede de concelho;
- Existência de um PP de Salvaguarda da zona histórica de Vila do Porto, cujo programa de reabilitação do parque edificado tem sido desenvolvido, contribuindo para instalação de equipamentos e serviços nesta área degradada, como forma de revitalização do centro histórico da sede de concelho;

PONTOS FRACOS

- Localização periférica do concelho no contexto da Região, acentuada pela insularidade/isolamento e grande distância dos continentes europeu, americano e africano;
- Perda demográfica prolongada, associada à incapacidade do concelho em fixar residentes e a um saldo natural negativo;
- Diminuição da dimensão média das famílias, por redução do número de filhos e incremento das famílias unipessoais
- Disparidades nas tendências demográficas entre as várias freguesias, verificando-se que as freguesias de Santo Espírito e Almagreira tem uma taxa de variação positiva;
- Apesar da rede viária apresentar uma elevada densidade, não se encontra em bom estado de conservação
- Elevado índice de envelhecimento superior ao registado na RAA
- População com nível de escolaridade semelhante ao da RAA
- Fortes assimetrias nas qualificações da população residente no interior do concelho;
- Empresas não financeiras do município são quase exclusivamente micro e pequenas empresas;
- Densidade populacional, ao nível da freguesia, inferior à média concelhia (à exceção de Vila do Porto);
- Predomínio de atividades de comércio e serviços pouco especializados, de carácter mais tradicional e de proximidade;
- Grande concentração de equipamentos coletivos na sede de concelho, o que acontece em todas as tipologias, implicando deslocações da população – muitas vezes diárias, como no caso da educação;
- Segundo o PGRH-Açores 2022-2027 apenas cerca de 66% da população residente no concelho era servida pelos sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais;

- Percentagem elevada de alojamentos familiares vagos face à média regional, potenciando os riscos de degradação e abandono de edifícios, mostrando-se igualmente acentuado o fenómeno da “segunda habitação”, face à elevada percentagem de alojamentos de uso sazonal ou secundário, superior à média regional, com destaque para as freguesias de Santa Barbara e Santo Espírito;
- Descaracterização das construções mais recentes, nomeadamente das localizadas nas zonas balneares, de ocupação sazonal;
- Paisagem com grande vulnerabilidade natural associada a riscos naturais diversos, como por exemplo os movimentos de massa;
- Crescente pressão sobre os recursos naturais;
- Reduzida oferta no mercado de empresas com mão-de-obra especializada em silvicultura e exploração florestal, bem como em aconselhamento florestal;
- inexistência de transporte marítimo de passageiros e/ou veículos na época de Verão, fator que limita a mobilidade entre os marienses e os habitantes das restantes ilhas dos Açores, bem como o turismo.

OPORTUNIDADES

- Novo enquadramento legal dos IGT, em especial dos PMOT, e de critérios urbanísticos de aplicação a nível nacional;
- Revisão do PDM enquanto oportunidade para melhorar o principal instrumento de controle das operações urbanísticas e reajustar os objetivos estratégicos de desenvolvimento do concelho;
- Consagração da ilha de Santa Maria como um destino turístico de referência nos diversos instrumentos de política e planeamento
- Concentração populacional nas áreas urbanas e consequente requalificação do tecido urbano, salientando a capacidade de investimento urbano e surgimento de patamares de qualidade na habitação;
- Manutenção das características de povoamento rural generalizado em toda a ilha: existência de muitos imóveis degradados ainda passíveis de requalificação, recuperando as características urbanísticas e arquitetónicas tradicionais marienses;
- Valorização socioeconómica do ambiente pelo seu papel na paisagem rural e equilíbrio dos territórios;
- Existência de investimentos programados, cofinanciados por programas comunitários, ao nível das infraestruturas de saneamento projetadas para o Centro de Controlo Oceânico e Aeroportuárias do Aeroporto de Santa Maria;
- Elevado valor natural, cultural e paisagístico com reconhecimento e projeção internacional
- Melhoria do conhecimento sobre riscos naturais;
- Sensibilização para a preservação do património natural;
- Riqueza paisagística inerente aos recursos hídricos com potencialidades de valorização do ponto de vista turístico;
- Implementação das medidas e ações a definir no âmbito do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores no próximo ciclo de planeamento;
- Reconhecimento e crescente preocupação com os riscos naturais e alterações climáticas, dando origem a uma multiplicação de estratégias de minimização das consequências negativas no ordenamento do território e na segurança de pessoas e bens;
- Concentração do povoamento facilita a implementação de medidas que promovam a qualificação urbanística e a melhoria da qualidade de vida;
- Dinâmica urbanística em desaceleração pode abrir espaço para uma maior relevância da reabilitação urbana;
- Atratividade do Centro Histórico cuja revitalização é muito expressiva
- Atendendo que o sector da produção florestal no concelho de Vila do Porto encontra-se pouco explorado, facto que poderá representar uma potencialidade para o concelho, em termos económicos e sociais com a criação de riqueza e emprego, respetivamente, e em termos ambientais por todos os benefícios intangíveis que as florestas oferecem enquanto produzem;
- Existência de medidas de apoio para investimento florestal e silvo-ambientais e climáticas ao abrigo do Eixo E do PEPAC: florestação de terras agrícolas; implantação, regeneração ou renovação de sistemas agroflorestais; melhoria da resiliência e do valor ambiental dos ecossistemas florestais; melhoria do valor económico das florestas; compromissos silvoambientais. Medidas de apoio estas que potenciam um incremento das áreas ocupadas por espaços florestais

AMEAÇAS

- Conjuntura económica nacional e regional não favorece políticas de investimento;
- Expectativas da população, reveladas em fase de participação preventiva, traduzem pressão para aumentar as áreas com vocação edificatória ou índices de edificabilidade, o que é contraditório com as orientações regionais e nacionais de contenção urbana;
- Indefinição ao nível das orientações para o setor do turismo no que se refere à parametrização urbanística;
- Aumento da sazonalidade da procura turística;

- Manutenção da suspensão da ligação sazonal de passageiros e viaturas entre todas as ilhas do arquipélago exceto o Corvo (desde 2020 devido à pandemia Covid-19);
- Tendência para aumento do peso do setor terciário no emprego em prol da redução do setor secundário;
- Ausência de implementação no terreno dos perímetros de proteção e o licenciamento das captações subterrâneas do sistema de abastecimento de água;
- Forte probabilidade de aumento da ocorrência situações associadas aos riscos naturais, tais como movimentos de vertente, galgamentos e inundações costeiras e erosão hídrica dos solos;
- Vulnerabilidade do território face ao perfil da dinâmica turística.

4.3. QUESTÕES ESTRATÉGICAS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE (QEAS)

Como resultado final do exercício de análise integrada de toda a informação de caracterização da área de intervenção e da discussão de temáticas territoriais e ambientais significativas, e com o intuito de responder previamente ao disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2025/A, de 29 de julho, identificam-se diversas questões consideradas estratégicas ao nível do ambiente e sustentabilidade (QEAS) (quadro-problema) no âmbito da área de intervenção da proposta de 2rPDM_ViladoPorto.

Estas questões estão associadas a domínios relevantes abrangidos pelo próprio Plano, que este deverá procurar responder e sobre os quais terá intervenção. As principais questões identificadas são:

- **QEAS 1 - Integrar princípios de prevenção e minimização dos riscos e potenciar a capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas**

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila do Porto (PMEPC de Vila do Porto) (Vila do Porto, janeiro de 2021) define as orientações relativas ao modo de atuação dos vários agentes, organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil, que visem a resposta a situações de iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes.

Importa também considerar, em sequência com a gestão de riscos naturais, a capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas do território e, neste âmbito, é possível que exista, associado às alterações climáticas, o perigo de uma crescente vulnerabilidade ao nível dos elementos biofísicos do território. De acordo com os cenários previstos, nomeadamente do IPCC, estas alterações poderão traduzir-se, em eventos cada vez mais frequentes e intensos de ciclones e tempestades, galgamentos costeiros, cheias e inundações e movimentos de vertente.

De acordo com a hierarquização do grau de risco do PMEPC de Vila do Porto (Vila do Porto, janeiro de 2021), importa destacar por apresentarem um grau de risco “Elevado”: Precipitação Intensa, Ciclones e Tempestades e Sismos – Riscos de origem natural, Acidentes graves rodoviários e Acidentes graves aéreos – Riscos com origem tecnológica. Adicionalmente, no caso particular deste concelho, o risco de movimentos de vertente assume particular relevância, em especial pelos contextos a este nível em específico na zona da Praia Formosa e da Maia.

Neste contexto, é fundamental que a 2rPDM_ViladoPorto:

- Considere a pertinência dos princípios e medidas de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais e tecnológicos previstos no PMEPC de Vila do Porto, com especial destaque para os riscos associados a movimentos de vertentes e cheias e inundações, de modo a contribuir para o desenvolvimento de capacidades de gestão nesse domínio e salvaguardar potenciais perdas e danos associados, como a perda de qualidade ambiental e afetação de pessoas e bens.
- Inclua orientações para potenciar a capacidade de resposta do território a fenómenos associados às alterações climáticas (resiliência) bem como a sua capacidade de adaptação face aos mesmos (quer na perspetiva da diminuição dos riscos, quer da

vulnerabilidade dos sistemas e elementos biofísicos, ecológicos, recursos hídricos, etc.).

- Assegure as orientações previstas no Guia para a delimitação e integração da cartografia de riscos naturais nos PEOT e PMOT e restrição ao uso e ocupação do solo.

■ **QEAS 2 – Promover o desenvolvimento socioeconómico e coesão territorial**

O concelho de Vila do Porto apresenta uma estrutura etária envelhecida, resultado de uma perda demográfica prolongada associada à incapacidade do concelho em fixar residentes e um saldo natural negativo (-5 à data dos Censos 2021).

A taxa de emprego é de 55,22% à data dos censos 2021, superior aos valores registados em 2011 (49,88%). A taxa de atividade é de 49,17%, superior à média regional (47,87%) e superior aos valores registados para o concelho nos Censos 2011 de 45,17%. A taxa de desemprego (à data dos Censos 2021) é de 3,72% bastante inferior aos valores registados nos Censos 2011 (8,73%) e inferior à média da RAA à data dos Censos 2021 (6,87%).

As empresas localizam-se predominantemente nas áreas mais densamente povoadas e a dimensão do parque empresarial revela-se ajustada, apresentando um bom nível de colmatção dos espaços industriais programados. em 2019 existiam na RAA 479 estabelecimentos da indústria transformadora que empregavam um total de 5.843 pessoas, sendo que apenas 2,5% desses estabelecimentos se localizavam no concelho de Vila do Porto. O ramo industrial predominante no concelho é o alimentar e de bebidas com 5 estabelecimentos e onde trabalham 41,3% das pessoas ligadas ao sector.

Relativamente ao setor do turismo, neste concelho ficaram alojados apenas 1,6% do total dos hóspedes da RAA (16.456) que contribuíram para quase 48 mil dormidas neste concelho, em 2019, valor que face a 2011 representa um crescimento de +49%.

Dados de 2020, revelam a alteração significativa da dinâmica turística em virtude da situação determinada pela pandemia Covid-19. Em função das medidas de confinamento e das restrições à mobilidade dos cidadãos, a atividade turística recuou significativamente. No ano de 2020 as dormidas no alojamento turístico na Região registaram um decréscimo de -71% em comparação com o período homólogo, o que significou menos 2 milhões de dormidas. Porém o ano de 2021 evidenciou já uma franca recuperação sendo que o número de hóspedes na RAA se situou nos 612.975 que geraram quase 2 milhões de dormidas, valores que face a 2020 representam um crescimento superior a 100%. Desde então (2021) esses dados têm vindo a crescer significativamente, e atualmente, passados praticamente 4 anos esses valores têm vindo a apresentar uma taxa de variação anual a rondar os 21%, em particular entre 2022 e 2023.

A procura pelos estabelecimentos de alojamento turístico no concelho de Vila do Porto também registou uma tendência de crescimento até 2019 alojando cerca de 16,4 mil hóspedes que contribuíram para o alcance de 47,8 mil dormidas, o que face a 2011 representou um crescimento de 20% no número de hóspedes e de 49% no número de dormidas. Em 2020 a queda foi acentuada, sendo que o número de hóspedes foi de 6.426 o que face a 2019 significou um decréscimo de -61%. O número de dormidas também decresceu: foram menos 27 mil de dormidas comparativamente com 2019. Em 2021 já se verifica uma recuperação com uma taxa crescimento de aproximadamente 60% no número de hóspedes e no número de dormidas. Verifica-se assim uma tendência de crescimento de procura pelos estabelecimentos de alojamento turístico do concelho até início da pandemia de Covid-19, verificando-se a retoma já em 2021 e continuando uma evolução positiva e significativa desde então.

Em termos de oferta e segundo dados da Direção Regional de Turismo, a oferta de alojamento turístico no concelho de Vila do Porto é pouco significativa no contexto regional, quer em termos de número de empreendimentos turísticos e de unidades de alojamento local, quer em termos

da respetiva capacidade. O concelho possui 12 empreendimentos turísticos, em funcionamento, com uma capacidade total de 392 camas, em 2023.

Neste sentido, a 2rPDM_ViladoPorto constitui uma oportunidade para:

- Enraizar a população, criar atividades económicas e consequentes oportunidades de trabalho, tendo em consideração a sustentabilidade ambiental, económica e social.
- Promover a dinamização e qualificação do setor primário, com especial foco para a agropecuária, tendo em consideração o predomínio das empresas ligadas ao setor da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (32,4%). A Superfície Agrícola Utilizada (SAU) era de 4.501ha o que significa uma média de cerca de 15ha por exploração, valor que fica acima da média da RAA (11,4ha/exploração). Relativamente à atividade pecuária existe um claro predomínio do gado bovino em toda a RAA, sendo que no concelho de Vila do Porto, em 2019, 73% do efetivo animal das explorações agrícolas era gado bovino. Existiam no município 7.305 bovinos espalhados por 252 explorações agrícolas.
- Contrariar a sazonalidade da procura turística e incentivar o investimento privado para aumentar a oferta e qualidade do alojamento turístico, bem como dinamizar as atividades económicas associadas ao setor do turismo.

■ **QEAS 3 – Urbanismo e Qualificação do Solo**

A 2rPDM_ViladoPorto deverá promover a requalificação urbanística e o desenvolvimento urbano sustentável do solo urbano, criando condições para fixação de novos habitantes, garantindo a integração paisagística das novas edificações e a qualidade urbana e ambiental, contribuindo para uma urbanidade que traduza os valores rurais e naturais presentes.

De igual modo, deverão ser criadas as condições necessárias para potenciar a afirmação do concelho como destino turístico e de recreio e lazer à escala regional baseado na diversidade de recursos presentes, nomeadamente através da oferta diversificada de espaços de fruição públicos e do reforço dos equipamentos de apoio ao recreio balnear, de turismo subaquático e aquático de um modo geral e prática desportiva.

Neste sentido, a 2rPDM_ViladoPorto constitui uma oportunidade para:

- Proceder ao novo enquadramento legal dos IGT, em especial dos PMOT, e de critérios urbanísticos de aplicação a nível nacional;
- Melhorar o principal instrumento de controle das operações urbanísticas e reajustar os objetivos estratégicos de desenvolvimento do concelho;
- Promover o concelho de Vila do Porto como um destino turístico de referência nos diversos instrumentos de política e planeamento;
- Promover a reabilitação urbana;
- Promover a requalificação dos imóveis degradados nos povoamentos rurais, ainda passíveis de requalificação, recuperando as características urbanísticas e arquitetónicas tradicionais marienses;
- Dinâmica urbanística em desaceleração pode abrir espaço para uma maior relevância da reabilitação urbana;
- Atratividade do Centro Histórico cuja revitalização é muito expressiva
- Definir as orientações para o setor do turismo no que se refere à parametrização urbanística;
- Proceda à revisão das tipologias de empreendimentos turísticos admitidas e dos respetivos parâmetros de edificabilidade.

■ **QEAS4 – Salvaguarda e valorização dos valores naturais e paisagísticos e da Estrutura Ecológica enquanto vetores fundamentais na sustentabilidade do território e promoção da saúde pública e qualidade de vida**

Uma estratégia de desenvolvimento territorial terá que incluir necessariamente a conservação, proteção e valorização dos valores naturais e paisagísticos do concelho, das espécies da fauna

e da flora, dos seus habitats naturais e a manutenção dos equilíbrios ecológicos. Com a recuperação turística que está a acontecer com a retoma económica e final da pandemia atualmente existente, resultante do vírus SARS2 – que provoca a doença COVID-19, e um turismo essencialmente de natureza e que depende destes fatores, é fundamental a aposta na sua salvaguarda e valorização.

O fomento da qualificação e integração de infraestruturas verdes potencia o equilíbrio microclimatológico, da biodiversidade e da paisagem, dos ecossistemas e dos ciclos biogeoquímicos, bem como na melhoria do estado das massas de água superficiais e massas de água subterrâneas, concorrendo para os requisitos da Lei da Água.

De modo a assegurar a Estrutura Ecológica é importante potenciar a redução dos espaços impermeabilizados bem como a criação de canais e corredores ecológicos estruturados e conectados com a rede ecológica global de toda a ilha.

De acordo com os dados mais recentes da ERSARA, em 2021 o sistema de drenagem de águas residuais no concelho, abrangia 31% dos aglomerados existentes, sendo que 950 dos 3646 aglomerados estavam efetivamente ligados ao sistema de tratamento de águas residuais. Este sistema de tratamento é constituído por 4 fossas sépticas coletivas localizadas nos sistemas de Anjos, Valverde, São Lourenço, e Aeroporto, uma ETAR secundária (Almagreira) com remoção orgânica localizada no sistema de drenagem de Praia Formosa, e uma ETAR terciária em Vila do Porto com remoção carga orgânica, nutrientes e desinfecção. A ETAR secundária da Praia Formosa (Almagreira) descarrega as águas residuais tratadas para a ribeira do Gato e a ETAR terciária de Vila do Porto descarrega através de um emissário para o mar. A FSC do Aeroporto descarrega para uma linha de água e as três fossas sépticas coletivas (FSC) existentes em São Lourenço, Valverde e Anjos descarregam para o solo. O resto do município é abrangido por fossas sépticas individuais.

O município deve ser capaz de se tornar um agente de pressão ativo na fiscalização e comunicação de descargas ilegais de efluentes e responsável pelo cumprimento dos valores-limite de emissão de águas residuais, em particular para as massas de água superficiais, interiores e costeiras bem como na prevenção e eliminação de outras dissonâncias ambientais como depósito ilegal de resíduos.

Também é importante sensibilizar para o controlo da pressão consumptiva sobre os recursos hídricos, promovendo eficiência nos consumos de água públicos, domésticos, turísticos, agrícolas e industriais. Este é um recurso determinante e com particular criticidade no contexto específico da ilha de Santa Maria. Por exemplo, a freguesia de Santo Espírito tem sido recorrentemente afetada por episódios de escassez de água (principalmente durante o período de verão), uma vez que é abastecida por nascentes e por um único furo de captação, tendo-se evidenciado que as captações totais são manifestamente insuficientes para satisfazer as necessidades da rede de distribuição, pelo que é necessário recorrer por vezes a meios móveis de transporte de água a partir de outras origens. Existem também atividades agrícolas como o cultivo da meloa que apresentam necessidades hídricas elevadas, principalmente nos meses de verão, e que importa salvaguardar e gerir com as restantes tipologias de uso de água de modo a evitar situações de escassez de água no período de estio. Tendo em consideração as previsíveis alterações climáticas, as captações do sistema de abastecimento podem mostrar-se insuficientes no futuro para servir todas as necessidades em período de maior distribuição de água, pois no período de verão as nascentes existentes baixam os níveis de caudal disponível, podendo obrigar os furos de captação disponíveis a funcionar num regime de 24 horas, o que poderá incrementar de forma significativa a pressão atualmente existente sobre os recursos hídricos disponíveis. Estes exemplos demonstram o risco atual de ausência de alternativas de abastecimento devido por um lado à escassez de água disponível para satisfazer as necessidades atuais da população principalmente no período de verão e a fragilidade das infraestruturas em caso de ocorrência accidental ou falha na captação principal, podendo colocar em causa o serviço de abastecimento público, dada a inexistência de alternativas de captação com caudais suficientes para suprimir alguma avaria.

Por outro lado, existe uma quantidade significativa de água que é perdida ao longo da rede de abastecimento após a sua extração. O sistema público de abastecimento apresenta perdas significativas de água potável, que se estimam rondar os 50%, e que importa mitigar de modo

a satisfazer as necessidades hídricas dos diversos usos, e evitando a extração excessiva de água.

No próximo período de vigência do Plano deve ser considerada como prioridade a necessidade de se incrementar a capacidade do metabolismo circular urbano, assumindo como prioridade a redução e recolha seletiva de resíduos com objetivos de reciclagem e valorização local ou regional dos mesmos. O Plano deverá focar-se na prevenção da produção de resíduos e na recolha seletiva, tendo particular atenção às novas exigências setoriais para as fileiras de resíduos têxteis, resíduos perigosos e biorresíduos, nomeadamente no necessário reforço da capacidade instalada de valorização in loco desta fileira de resíduos (p.e. compostagem), definindo-se estratégias locais de separação e valorização. De notar que, para além das fileiras convencionais de recolha seletiva (p.e. papel/cartão, plástico e vidro, ou óleos alimentares usados), o município já dispõe de uma estratégia implementada de recolha de resíduos verdes urbanos, estando a população já sensibilizada para acolher outras necessidades de recolha de resíduos, contribuindo para a gestão adequada das diversas fileiras.

Adicionalmente, considerando a importância dos espaços florestais e agroflorestais, deverão ser acauteladas e condicionadas com normativos as alterações de uso de solo no concelho de Vila do Porto, prevendo a manutenção dos espaços pré-existent e o delineamento de novas áreas florestais e agroflorestais.

Relativamente à floresta endógena e de produção, alerta-se para a tendência de alteração do uso do solo para pastagens, o que contribui para a perda de área florestal cuja resolução é demorada e complexa.

É de todo o interesse a manutenção das áreas florestais e agroflorestais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, permitindo um maior sequestro de carbono, com capacidade de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas, aumentando a sustentabilidade económica, social e ambiental. A sua conservação, ordenamento e criação de novas zonas florestais e agroflorestais potenciam a proteção dos solos, das nascentes, o equilíbrio dos diferentes ciclos naturais, minimizando as vulnerabilidades decorrentes das alterações climáticas

Assim, a estratégia de desenvolvimento municipal deve promover o combate aos fatores de degradação dos valores naturais e paisagísticos presentes no território, quer ao nível da biodiversidade, recursos hídricos e florestas, como também ao nível da salubridade e saúde humana, incrementando os níveis de qualidade de vida da comunidade.

▪ **QEAS 5 – Fomento da mobilidade sustentável, aquisição de eficiência energética e uso de fontes de energia renovável**

O modelo territorial a propor para a área de estudo deve incidir as apostas na regeneração, reorganização e ponderação do atual modelo e rede de transportes de modo a não só contribuir para resolver algumas insuficiências ao nível da mobilidade interna associadas às assimetrias da rede de oferta de transporte público ou défice de determinados tipos de infraestruturas rodoviárias, mas também diminuir a intensidade carbónica afeta à mobilidade, e reduzir a ineficiência das deslocações pendulares da população. Deve existir uma preocupação na criação de zonas de circulação automóvel de forma a gerir de forma adequada o tráfego e acessibilidade a determinados locais de maior afluência de circulação e visita, criando plataformas de mobilidade inteligentes e mais sustentáveis. Com esse objetivo, deve promover-se o uso do transporte público (criando, para tal, uma rede adequada e que responda às reais necessidades) e modos suaves, bem como a respetiva capacidade intermodal entre os diversos meios de transporte disponíveis e que, eventualmente, possa dar resposta à necessidade e procura de meios / formas de deslocação para visitantes/turistas que não apenas o formato de viatura ligeira “individual” de aluguer. Deve promover-se igualmente o recurso a alternativas de deslocação suaves, bem como a adequação dos meios de transporte coletivo e privado municipal a fontes de energia limpas, e promoção de práticas sustentáveis de deslocação (p.e. car sharing, etc.).

As características específicas e vantagens dos diversos modos suaves existentes devem responder às necessidades e interesses do utilizador e adequarem-se às especificidades orográficas e estilos de vida locais, permitindo que sejam utilizados de forma adequada quer em espaço urbano como rural. Devido à orografia do concelho os modos suaves poderão ser essencialmente usados para atividades de desporto, recreio e lazer, e não como meio de transporte ou de mobilidade pendular por motivos de eficiência. Complementarmente, deve ser promovida a introdução de fontes alternativas de energia nos transportes públicos, implementação de conceitos mais eficientes de transporte público, incentivos ao car-sharing e outras medidas alternativas que promovam a aquisição de sustentabilidade nas deslocações pendulares.

Já no centro urbano de Vila do Porto e localidades adjacentes, os modos suaves poderão ser um meio de mobilidade efetivo que pode competir com os meios de transporte convencionais. Complementarmente, o 2rPDM_ViladoPorto deve também promover a segurança rodoviária, a mobilidade inclusiva, através da manutenção e reforço da aposta na qualificação dos espaços públicos urbanos e não-urbanos, com plena assunção dos princípios de desenho inclusivo de modo a atender às necessidades das pessoas com mobilidade reduzida e melhorando as condições de segurança para os modos suaves e opções de transporte nas áreas de baixa densidade.

A proposta de 2rPDM_ViladoPorto deve igualmente promover a eficiência energética e utilização de fontes de energia renováveis noutros setores de atividades além dos transportes, nomeadamente, a implementação de ações que promovam a eficiência energética no parque edificado privado (habitacional, comercial ou industrial), nos edifícios públicos e da administração pública, e outros espaços ou equipamentos de utilização coletiva e iluminação pública. A construção eficiente e implementação de tecnologias energéticas sustentáveis devem constituir também uma preocupação, quer nos edifícios para habitação, como nos edifícios públicos ou destinados à administração pública, na iluminação pública ou nos edifícios privados das principais atividades económicas. Um dos principais desígnios atuais ao nível da estratégia Clima-Energia para 2020 e 2030 dos territórios é o de reduzirem a sua intensidade energética por via de equipamentos promotores de eficiência energética no consumo e aproveitamento das fontes renováveis de energia endógena.

Neste sentido, importa que o modelo territorial assumido traduza uma aposta clara na redução da intensidade energética, aquisição de eficiência energética e na adoção de soluções alternativas de energia e conforto térmico no parque edificado. Em suma, a sustentabilidade energética deve constituir-se como o elemento determinante da reabilitação urbana, contribuindo para a implementação de um desenho arquitetónico que promova a qualidade da paisagem urbana e o conforto bioclimático.

Estas QEAS foram analisadas tendo em consideração alguns elementos da AAE da 1.ª rPDM_Vporto, por se considerar que é importante assegurar a coerência de princípios e objetivos entre os dois processos sempre que se mantenha o mesmo alinhamento e estratégia do modelo de desenvolvimento e sustentabilidade territorial. Assim, apresentam-se de seguida as “questões estratégicas objeto de avaliação” definidas no âmbito do anterior RA da 1.ª rPDM_Vporto, verificando-se que concorrem para os mesmos princípios e objetivos.

Verifica-se que as QEAS da presente AAE articulam-se significativamente com os objetivos gerais da 2rPDM_ViladoPorto e que estes apresentam nesta fase já um potencial de salvaguarda de resposta a estas QEAS, tal como demonstrado na Tabela 4.3.

Tabela 4.3_Articulação entre os Objetivos Gerais da 2rPDM_ViladoPorto e as QEAS identificadas na área de intervenção

Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)	Objetivos 2rPDM_ViladoPorto				
	1	2	3	4	5
QEAS1	■	■	■	■	■
QEAS2	■	■	■	■	■
QEAS3	■	■	■	■	■

Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)	Objetivos 2rPDM_ViladoPorto				
	1	2	3	4	5
QEAS4	■	■	■		■
QEAS 5	■	■	■		

Legenda: ■ Articulação.

Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)

QEAS 1 – Integrar princípios de prevenção e minimização dos riscos e potenciar a capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas

QEAS 2 – Promover o desenvolvimento socioeconómico e coesão territorial

QEAS 3 – Urbanismo e Qualificação do solo

QEAS 4 – Salvaguarda e valorização dos valores naturais e paisagísticos e da Estrutura Ecológica enquanto vetores fundamentais na sustentabilidade do território e promoção da saúde pública e qualidade de vida

QEAS 5 – Fomento da mobilidade sustentável, aquisição de eficiência energética e uso de fontes de energia renovável

Objetivos da 2rPDM ViladoPorto

1. Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida, garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território, nomeadamente através da construção das infraestruturas ambientais necessárias para assegurar a eficiência dos serviços de abastecimento e saneamento ambiental, adaptando-os às orientações definidas pelos vários documentos estratégicos existentes;
2. Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria, através do estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como a valorização da casa típica mariense
3. Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território, através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento e adaptação às alterações climáticas;
4. Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural, designadamente através de medidas que permitam o desenvolvimento de algumas atividades económicas específicas com base nos recursos endógenos, com vista à valorização do território numa perspetiva integrada, e na complementaridade das suas potencialidades a este nível tanto na terra como no mar;
5. Valorizar os recursos naturais e patrimoniais, salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas.

[Página propositadamente deixada em branco]

versão discussão pública

5. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

A 2rPDM_ViladoPorto é um instrumento de natureza regulamentar e as suas disposições vinculam as entidades públicas e ainda, direta e imediatamente, os particulares. Neste contexto, destaca-se a importância do Quadro de Referência Estratégico (QRE) que constitui o macro – enquadramento da avaliação, criando um referencial, e reúne objetivos de política ambiental e de sustentabilidade adotadas na aplicação das políticas, planos e programas internacionais, nacionais e regionais, para além dos de índole estratégica e sectorial.

Assim, o presente capítulo consiste na identificação e análise das referências com relevância para a AAE da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, e tem como objetivo avaliar a articulação e o nível de correlação dos objetivos gerais da 2rPDM_ViladoPorto com os demais instrumentos identificados no QRE, bem como as respetivas sinergias e conflitos potenciais.

Para o efeito, são apresentados na Tabela 5.1 os instrumentos considerados mais importantes para a prossecução da presente avaliação ambiental. A descrição mais pormenorizada desses referenciais pode ser consultada no Anexo_01.

Tabela 5.1_Quadro de Referência Estratégico da AAE)

Quadro de Referência Estratégico
Documentos de Referência Internacionais
Pacto Ecológico Europeu (PEE)
Estratégia Temática de Proteção do Solo (ETPS)
Estratégia Europeia para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais (ETUSRN)
Quadro de Ação de Sendai 2015-2030 (Quadro Sendai)
Nova Estratégia da UE para as Florestas 2030 (NEUEF 2030)
Documentos de Referência Nacionais
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)
Plano Nacional integrado Energia Clima 2021-2030 (PNEC 2021-2023)
Alteração do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (Alteração PNPOT)
Estratégia Nacional para o Mar (ENM) 2021-2030
Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)
Lei de Bases do Clima (LBC)
Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho 2024-2028 (PALM2028)
Plano de Ação da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 (PA ENM 2030)
Documentos de Referência Regionais
Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA)
Programa Regional Açores 2030 (Açores 2030)
Estratégia Açoriana para a Energia 2030 (EAE2030)
Plano Regional de Ação para a Eficiência Energética (PRAEE)
Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores 2018-2024 (PMEA)
Plano Regional de Emergência de Proteção Civil dos Açores (PREPC Açores)
Objetivos de qualidade de paisagem e orientações para a gestão da paisagem (adaptação da CEP à RAA)
Estratégia Florestal dos Açores (EFA)

Quadro de Referência Estratégico
Programa Regional da Água (PRA)
Plano de Transportes dos Açores (PTA) 2021-2030
Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027 (PGRH-Açores 2022-2027)
Plano de Gestão de Riscos de Inundações dos Açores 2022-2027 (PGRIA 2022-2027)
Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da RAA (PSRN 2000 RAA) (em revisão)
Programa Regional para as Alterações Climáticas dos Açores (PRAC)
Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores 2050 (RNCA 2050)
Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica dos Açores (ERDABA)
Plano de Ação 2019-2030 da Sustentabilidade do Destino Turístico Açores (PASDTA)
Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores 2030 (PEMTA 2030)
Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social (ERCPES)
Relatórios de reporte no âmbito da Diretiva Quadro-Estratégia Marinha – Estratégia Marinha para a Subdivisão dos Açores, 1.º ciclo (2012-2018) e 2.º ciclo (2018-2024) (Reporte DQEM)
Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 2020 (PEPGRA 20+)
Plano de Ordenamento da Orla Costeira da ilha de Santa Maria (POOC SMA)
Plano Gestão da Área Terrestre do Parque Natural da Ilha de Santa Maria (PGPNISMA)
Plano de Gestão de Secas e Escassez dos Açores (PGSE-Açores)
Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional – Subdivisão dos Açores (PSOEM Açores)
Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA)
Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores (PAE)
Plano de Ação do Paleoparque de Santa Maria (PAPSMA)
Roteiro para a Economia Circular dos Açores (RECA)
Documentos de Referência Municipais
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila do Porto (PMEPC Vila do Porto)
Plano Municipal de Ação Climática de Vila do Porto (PMAC Vila do Porto)
Plano Municipal de ação de resíduos urbanos do concelho de Vila do Porto (PMARU-VP)

Apesar de não se constituírem como referenciais estratégicos, reforça-se novamente os guias desenvolvidos no âmbito do projeto PLANCLIMAC, pela então Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (DROTRH) (cujas competências nessas matérias estão atualmente integradas na Direção Regional do Ambiente e Ação Climática (DRAAC) e na Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial (DRRFOT, designadamente:

- Manual de boas práticas de proteção dos recursos hídricos no âmbito das alterações climáticas dirigido aos setores mais importantes - doméstico, agropecuária e indústria;
- Guia específico para a concretização da integração das Alterações Climáticas nas Estratégias dos Instrumentos de Gestão Territorial;
- Guia com orientações para a delimitação e integração da cartografia de riscos naturais nos PEOT e PMOT e sobre a restrição ao uso e ocupação do solo.

Destaca-se igualmente o “Manual de Arquitetura Bioclimática para a Região Autónoma dos Açores”.

De mencionar, ainda, que existem três (3) planos de pormenor em vigor e hierarquicamente inferiores ao PDM, dois dos quais resultantes das orientações do PDM em vigor: Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Zona Histórica de Vila do Porto, Plano de pormenor da Zona Balnear da Praia Formosa e Plano de Pormenor da Zona Balnear dos Anjos.

Assim, e considerando que a definição do quadro de referência estratégico para a AAE da 2rPDM_ViladoPorto tem como objetivo avaliar a sua coerência global com as grandes linhas estratégicas preconizadas nas restantes políticas e programas, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e ao ordenamento do território, constata-se, então, que, em matéria de articulação com outros planos e programas, os principais desafios prendem-se, essencialmente, com a necessidade de assegurar a coerência na prossecução dos objetivos durante as fases subsequentes de implementação do Plano.

Neste seguimento, a Tabela 5.2 apresenta a existência de relação entre cada um destes instrumentos e os objetivos definidos para o Plano. A sua análise permite constatar que o Plano se articula, efetivamente e de forma objetiva, com as diretrizes destes instrumentos relativamente a um conjunto de questões ambientais nas suas opções estratégicas de base.

Tabela 5.2_Matriz de correlação entre a síntese de Objetivos da 2rPDM_ViladoPorto e o QRE.

QRE	Objetivos da 2rPDM_ViladoPorto				
	1	2	3	4	5
PEE	■	■	■	■	■
ETPS	■		■		■
ETUSRN			■		■
Quadro Sendai	■	■	■	■	■
NEUEF 2030			■	■	■
ENDS	■	■	■	■	■
ENCNB 2030			■		■
PNEC 2021-2023	■		■	■	■
Alteração PNPOT	■	■	■	■	■
ENM 2030			■	■	■
PRR	■	■	■	■	■
LBC	■				■
PALM2028)	■		■	■	■
PA ENM 2030			■	■	■
PROTA	■	■	■	■	■
Açores 2030	■	■	■	■	■
EAE2030	■				■
PRAEE	■		■	■	■
PMEA	■		■	■	■
PREPC Açores	■	■	■	■	■
Adaptação CEP RAA			■		■
EFA			■		■
PRA	■	■	■	■	■
PTA	■	■	■	■	■
PGRH-Açores 2022-2027	■	■	■	■	■
PGRIA 2022-2027	■	■	■	■	■
PSRN 2000 RAA (em revisão)			■		■
PRAC	■	■	■	■	■
RNCA 2050	■	■	■	■	■
ERDABA					■

QRE	Objetivos da 2rPDM ViladoPorto				
	1	2	3	4	5
PASDTA	■		■	■	■
PEMTA 2030	■		■		■
ERCPES	■	■	■	■	
DQEM			■		■
PEPGRA 20+	■	■	■		■
POOC Santa Maria	■	■	■	■	■
PGPNISMA	■	■	■	■	■
PGSE-Açores	■		■	■	■
PSOEM-Açores	■		■		■
POTRAA	■		■		■
PAE	■		■	■	■
PAPSMA			■		■
RECA	■	■	■	■	■
PMEPC Vila do Porto	■	■	■	■	■
PMAC Vila do Porto			■		■
PMARU-VP	■				

Legenda: ■ Articulação.

Objetivos da 2rPDM ViladoPorto

1. Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida, garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território, nomeadamente através da revisão dos parâmetros de edificabilidade e limites de carga aplicáveis aos diferentes usos, da construção das infraestruturas ambientais necessárias para assegurar os serviços de abastecimento e saneamento ambiental, adaptando-os às orientações definidas pelos vários documentos estratégicos existentes;
2. Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria, através do estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como a valorização da casa típica mariense;
3. Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação do território, através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento;
4. Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural, designadamente através de medidas que permitam o desenvolvimento de algumas atividades económicas específicas, clarificando as condicionantes e regras de ocupação espacial e os parâmetros urbanísticos para as diversas funções;
5. Valorizar os recursos naturais e patrimoniais, salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas.

O nível de correlação entre os objetivos gerais da 2rPDM_ViladoPorto e as orientações de cada referencial pode traduzir-se em termos quantitativos pelo número de referenciais associados aos diferentes objetivos gerais da 2rPDM_ViladoPorto. Em síntese, a análise da Tabela 5.2 demonstra uma forte correlação entre os objetivos do Plano e os planos e programas em vigor, verificando-se que a proposta desse documento, como instrumento de gestão e intervenção territorial, está em harmonia com os principais planos que prevalecem sobre ele o que traduz uma preocupação do mesmo com o desenvolvimento socioeconómico e a sustentabilidade do território.

Identificaram-se sinergias relevantes entre os objetivos gerais de base para o desenvolvimento do Plano e os diversos planos sectoriais identificados, principalmente ao nível da gestão dos recursos naturais, bem como ao nível da promoção de uma política de ordenamento do território sustentável que contribua para o desenvolvimento económico do território.

Neste contexto, o principal desafio da 2rPDM_ViladoPorto prende-se com a concretização dessas mesmas opções e da continuidade da sua articulação com o QRE.

6. FATORES DE SUSTENTABILIDADE

A metodologia apresentada no Subcapítulo 3.2 apresenta como ponto de partida a análise dos temas ou fatores ambientais, identificados a partir das questões estratégicas relevantes para o objeto desta avaliação, sobre os quais se desenvolveu um trabalho de análise, ponderação e discussão que teve como critérios de escolha:

- A natureza e conteúdo de um Plano Diretor Municipal e, em particular, a proposta de 2rPDM_ViladoPorto com todas as opções, estratégias e intervenções que vêm defender e as variáveis de contexto que traduzem as características intrínsecas do território em que se insere;
- O Quadro de Referência Estratégico apresentado anteriormente, tendo sido necessário realizar um ajustamento de significância dos fatores ambientais e de sustentabilidade;
- E, por último, a tipologia de modelo de intervenções que se propõe e a sua influência no desenvolvimento das variáveis ambientais e de sustentabilidade.

Propõe-se um conjunto de fatores de sustentabilidade considerados adequados para atingir os objetivos da presente AAE e considerados consistentes com a tipologia e âmbito de intervenção deste Plano.

Assim, A Tabela 6.1 apresenta os fatores de sustentabilidade propostos, uma justificação da sua pertinência e dos critérios a considerar para a sua avaliação.

Tabela 6.1_ Fatores de Sustentabilidade: descrição e critérios de avaliação, para a AAE da 2rPDM_ViladoPorto

Fatores de Sustentabilidade	Pertinência	Critérios de Avaliação
Vulnerabilidades e Riscos	Avaliar os efeitos que a 2rPDM_ViladoPorto terá sobre a prevenção e/ou minimização das situações de risco (naturais e tecnológicos), capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas, eliminação das dissonâncias ambientais - e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos.	Riscos Naturais: De que forma a estratégia adotada pela 2rPDM_ViladoPorto contribui para a redução dos riscos naturais do concelho?
		Riscos Tecnológicos: De que forma a estratégia adotada pela 2rPDM_ViladoPorto contribui para a redução dos riscos tecnológicos do concelho?
		Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas?
		Dissonâncias Ambientais: De que forma a 2rPDM_ViladoPorto contribui para a redução e/ou eliminação das dissonâncias ambientais existentes no concelho?
Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	Avaliar os efeitos das opções estratégicas da 2rPDM_ViladoPorto ao nível da preservação, gestão e valorização dos espaços naturais existentes, tendo em conta a importância e fragilidade dos ecossistemas e espécies presentes. Este fator permitirá igualmente avaliar os efeitos das opções estratégicas da revisão da 2rPDM_ViladoPorto ao nível da promoção da qualidade paisagística e da preservação do património não classificado arquitetónico e cultural existente na área de intervenção.	Áreas naturais e ecossistemas: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a melhoria das funções ecológicas das áreas naturais, quer pela aptidão demonstrada para a conservação dos ecossistemas presentes, quer na melhoria da qualidade de vida?
		Paisagem: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a salvaguarda e valorização dos valores paisagísticos presentes?
		Património cultural e natural: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a salvaguarda e valorização dos valores patrimoniais existentes no concelho?
Recursos Naturais	Avaliar os efeitos das intervenções estratégicas da 2rPDM_ViladoPorto ao nível da preservação, gestão e utilização sustentável dos recursos	Recursos Hídricos: De que forma a 2rPDM_ViladoPorto contribui para a gestão dos recursos hídricos?
		Energia: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para o reforço da capacidade instalada e diversificação no uso de

Fatores de Sustentabilidade	Pertinência	CrITÉrios de AvaliaÇão
	naturais existentes, tendo em conta a importância destes para a área de intervenção e restante Região.	fontes de energia renováveis pelo sistema electroprodutor de eletricidade, e aquisição de eficiência energética no parque edificado público e privado e outros equipamentos públicos? Solo: De que forma a 2rPDM_ViladoPorto, e as suas políticas de proteção do solo e ordenamento do território, promovem a gestão adequada dos solos? Recursos agroflorestais: De que forma a 2rPDM_ViladoPorto promove uma gestão adequada dos recursos agroflorestais contribuindo para a sua proteção, capacidade produtiva, e aproveitamento material ou energético dos resíduos orgânicos potenciando a circularidade local e regional? Recursos geológicos: Qual o contributo da revisão do PDM para a identificação e exploração dos recursos geológicos, visando a sua valorização e utilização apropriada e acompanhando o funcionamento dos respetivos mercados, empresas e produtos?
Ordenamento e Qualificação Territorial	Avaliar o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para qualificação territorial, melhoria da qualidade de vida dos cidadãos medido através do uso eficiente do solo, da adoção de solu��es de base natural e da criação de espaços verdes, da regeneração e reutilização do construído.	Qualificação do território: - Contenção da artificialização do solo - Promoção da reabilitação urbana do edificado - Aumento da área de espaço público e de espaços verdes por habitante Serviços de coesão e equidade: - Melhorar a oferta de equipamentos e serviços dirigidos a uma estrutura sociodemográfica envelhecida. - Reforço das redes de apoio de proximidade.
	Avaliar os efeitos das intervenções estratégicas da 2rPDM_ViladoPorto ao nível do reforço das condições dos serviços e redes de infraestruturas básicas como a rede viária, meios de transporte, ou serviços ambientais de abastecimento de água, saneamento, e gestão de resíduos de modo a melhorar os índices de qualificação do território.	Serviços e infraestruturas ambientais: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a dotação do concelho com serviços e infraestruturas ambientais adequadas às necessidades existentes, contribuindo para a promoção de boas práticas, ecoeficiência e melhoria dos níveis de salubridade, saúde e bem-estar da população? Transportes e Mobilidade: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para satisfação das necessidades de locomoção da população, gestão de tráfego e estacionamento, reforço da mobilidade suave no território, melhoria da qualidade do serviço de transportes públicos e resposta aos desafios de descarbonização e introdução de energias alternativas?
Desenvolvimento Socioecon�mico e Competitividade	Avaliar os efeitos da 2rPDM_ViladoPorto ao nível do reforço da competitividade do m�nic�pio, no contexto da RAA, nomeadamente a sua capacidade para reforçar o tecido empresarial assente na valorização dos recursos endógenos e na capacidade de inovação. Avaliar os efeitos da 2rPDM_ViladoPorto no enriquecimento da cadeia de valor do turismo, numa lógica de articulação intersectorial e na diversificação e sustentabilidade do trin�mio rural-urbano-mar?	População: - Contributo para melhorar a qualificação e capacitação dos recursos humanos, sobretudo jovens, medido através do abandono escolar e da frequência do ensino superior Turismo: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a diversificação e sustentabilidade do setor do turismo, com especial foco para o trin�mio rural-urbano-mar? Outras atividades económicas: - Contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a fixação de estruturas empresariais e tecnológicas de caráter inovador - Reforçar a internacionalização e a atração de investimento externo - Valorização dos recursos e ativos endógenos do território

Adicionalmente, importa referir que a articulação entre os processos de desenvolvimento da revisão do Plano e da AAE resultaram já, nesta fase, de um conjunto de contributos da AAE que foram internalizados ao nível do Programa de Execução atualmente em fase de proposta, que serão identificados no Capítulo 8.3

6.1. VULNERABILIDADES E RISCOS

6.1.1 INTRODUÇÃO

No âmbito específico da área de intervenção da 2rPDM_ViladoPorto e dos elementos que a constituem, considera-se pertinente analisar de forma diferenciada o contributo dos objetivos e projetos da 2rPDM_ViladoPorto para a prevenção e minimização das vulnerabilidades e riscos.

6.1.2 OBJETIVOS E INDICADORES

Os objetivos identificados para cada fator de sustentabilidade relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que integram o QRE da AAE. Neste sentido, com este FS pretende-se avaliar os efeitos positivos e negativos das propostas/opções do plano sobre:

- Gestão e redução/eliminação dos riscos associados aos processos dinâmicos naturais, com consequências sobre a área de intervenção (riscos naturais);
- Gestão dos conflitos gerados por atividades humanas (riscos tecnológicos);
- Capacidade de adaptação e resiliência do concelho face às alterações climáticas; e
- Redução/eliminação dos conflitos/dissonâncias ambientais geradas por atividades humanas.

Em suma, a avaliação do fator de sustentabilidade “Vulnerabilidades e Riscos”, tem como objetivo:

- Avaliar os efeitos dos Objetivos / Projetos previstas da 2rPDM_ViladoPorto ao nível dos riscos naturais e tecnológicos, resiliência e adaptação às alterações climáticas e dissonâncias ambientais, na área de intervenção do Plano.

Na Tabela 6.2 apresentam-se os indicadores selecionados com o intuito de responder aos objetivos de avaliação ambiental e necessidades de monitorização específicas do FS “Vulnerabilidades e Riscos”.

Tabela 6.2_Indicadores selecionados para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
Riscos Naturais: De que forma a estratégia adotada pela 2rPDM_ViladoPorto contribui para a redução dos riscos naturais do concelho?	Áreas de risco e respetiva ocupação humana de áreas de risco (cheias, inundações, galgamentos costeiros, movimentos de vertentes, etc.) (área e % de território afetado a cada classe de risco) (referente aos últimos 5 anos)	Identificação das áreas de risco e respetiva ocupação humana dessas mesmas áreas no concelho de Vila do Porto, para o período correspondente aos últimos 5 anos.
	Ocorrência de eventos naturais extremos (tipologia, custos, n.º, pessoas ou área afetadas.ano-1) (referente aos últimos 5 anos)	Análise da tipologia, dos custos, número de pessoas ou área afetadas, por ano, resultantes da ocorrência de eventos naturais extremos, para os últimos 5 anos.
	Sistemas de alerta de cheias e inundações (n.º, tipologia e respetiva localização)	Identificação dos sistemas de monitorização contínua e alerta de cheias / inundações / galgamentos, por tipologia e

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
	(referente ao ano de 2020, ou ao ano mais recente)	respetiva localização, para 2021 ou o ano mais recente disponível.
	Projetos aprovados com análise de vulnerabilidade aos riscos naturais (n.º, área abrangida, tipo de riscos) (referentes aos últimos 5 anos)	Análise a projetos, ao nível do número e área abrangida, de prevenção contra riscos naturais, para o período correspondente aos últimos 5 anos.
Riscos Tecnológicos: De que forma a estratégia adotada pela 2rPDM_ViladoPorto contribui para a redução dos riscos tecnológicos do concelho?	Ocorrência de incidentes tecnológicos (n.º de incidentes, custos; n.º pessoas ou área afetadas; n.º autos de notícia.ano-1) (referente aos últimos 5 anos)	Análise do número de ocorrências de acidentes rodoviários e acidentes incêndios industriais: número de feridos, mortos e áreas afetadas nos últimos 5 anos.
	Compatibilidade da ocupação do território com as áreas de risco (análise espacial) (referente ao ano de 2021, ou ao ano mais recente)	Análise espacial do cruzamento da ocupação do território com as áreas de risco, no sentido de perceber se existem áreas que não sejam compatíveis.
	Projetos aprovados com análise de vulnerabilidade aos riscos tecnológicos (n.º, área abrangida, tipo de riscos) (referente aos últimos 5 anos)	Análise a projetos, ao nível do número e área abrangida, de prevenção contra riscos tecnológicos, para o ano mais recente disponível.
Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas?	Projetos aprovados que incluem medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos (n.º, área abrangida, tipologia) (referente aos últimos 5 anos)	Identificação dos planos e/ou projetos com incidência no município com orientações no que se refere a medidas de reforço da resiliência às AC, nos últimos 5 anos.
	Projetos de construção ou reforço de infraestruturas de prevenção contra riscos naturais (e.g. inundações, processos de erosão) (n.º e %relativa de investimento, face ao investimento total em matéria de AC) (referente aos últimos 5 anos)	Análise aos projetos de construção ou reforço de infraestruturas de prevenção contra riscos naturais extremos, para os últimos 5 anos.
	Projetos aprovados que contemplem medidas de adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistemas (n.º, área abrangida, tipologia) (referente aos últimos 5 anos)	Análise a projetos, ao nível do número e % relativa de investimento face ao investimento total em matéria de Alterações Climáticas, que contemplem medidas de adaptação no que concerne especificamente à biodiversidade e aos ecossistemas, no sentido de perceber se a estratégia para a adaptação às alterações climáticas equaciona também a adaptação ao nível da biodiversidade e ecossistema, nos últimos 5 anos.
Dissonâncias Ambientais: De que forma a 2rPDM_ViladoPorto contribui para a redução e/ou eliminação das dissonâncias ambientais existentes no concelho?	Descargas ilegais de águas residuais urbanas e/ou industriais, em linhas de água ou em solo (n.º e área afetada) (referente ao ano de 2021, ou ao ano mais recente)	Número e localização de descargas ilegais de águas residuais e/ou industriais nas linhas de água ou em solo identificados no concelho de Vila do Porto e respetiva área afetada, para o ano mais recente disponível.
	Depósitos ilegais de resíduos na área de intervenção da 2rPDM_ViladoPorto (n.º e área abrangida) (referente ao ano de 2021, ou ao ano mais recente)	Número e localização de depósitos ilegais de resíduos identificados no concelho de Vila do Porto e respetiva área abrangida, para o ano mais recente disponível.
	Autos relativos as infrações ambientais (n.º / ano, por tipologia de temática ambiental) (referente ao ano de 2021 ou ao ano mais recente)	Contabilização do número de autos levantados, relativos a infrações ambientais, referente aos últimos 5 anos.
	Projetos aprovados que incluem medidas de (re)qualificação ambiental (n.º, área abrangida, descrição) (referente aos últimos 5 anos)	Análise a projetos, ao nível do número e área abrangida, que incluem medidas de (re)qualificação ambiental, para o ano mais recente disponível.

6.1.3 SITUAÇÃO ATUAL

Considerando a análise deste FS como um dos requisitos base para a sustentabilidade do concelho, neste capítulo é apresentada uma abordagem sintetizada da situação atual, na Tabela 6.2.1, tendo por base as caracterizações já apresentadas em sede dos elementos da revisão do Plano da fase de caracterização e diagnóstico, e complementada de seguida com a análise dos indicadores que não constam dessa caracterização, no que respeita às vulnerabilidades e riscos do território de intervenção da 2rPDM_ViladoPorto.

Riscos

O PMEPC de Vila do Porto (Vila do Porto, janeiro de 2021), apresenta uma hierarquização do grau de risco dos quais importa destacar por apresentarem um grau de risco “Elevado”: Precipitação Intensa, Ciclones e Tempestades e Sismos – Riscos de origem natural, Acidentes graves rodoviários e Acidentes graves aéreos – Riscos com origem tecnológica.

No que concerne aos riscos de origem natural importa assim destacar as seguintes considerações.

Precipitação Intensa

As situações de inundação mais frequentes na RAA têm origem em cheias rápidas, geralmente resultantes de episódios de precipitação muito intensa. Com consequências especialmente gravosas quando ocorreram em áreas urbanizadas, muitas vezes em leitos de cheia.

No âmbito do PGRI 2022-2027 são identificadas como situações nas Bacias Hidrográficas das ilhas das Flores, Terceira, Pico, São Jorge e São Miguel – nenhuma na ilha de Santa Maria.

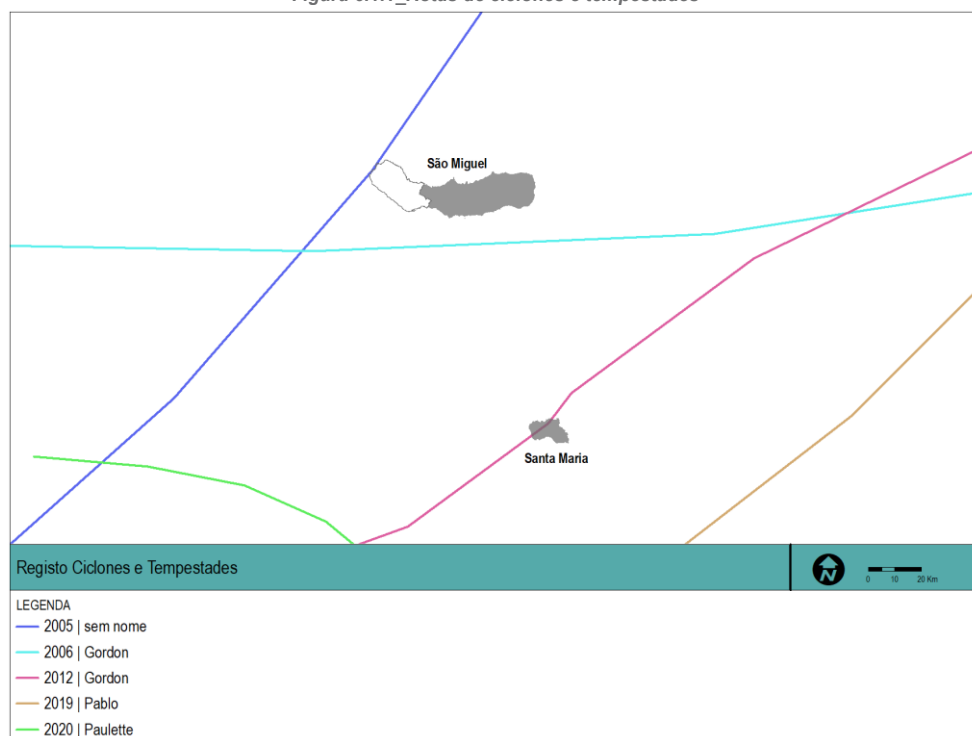
Ciclones e Tempestades

Atendendo à localização da RAA no Atlântico nordeste, a latitudes médias, são recorrentes ciclones tropicais. Embora as ilhas de maior suscetibilidade sejam as do grupo ocidental – Flores e Corvo, tendo em conta os registos históricos, existe um grau de probabilidade elevado de ocorrência destes fenómenos na ilha de Santa Maria.

De forma resumida e no sentido de caracterizar os potenciais riscos existentes no concelho, de acordo com os registos da National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA), nos últimos 20 anos as trajetórias de cinco ciclones/ tempestades coincidiram com a ilha de Santa Maria ou sua envolvente (Figura 6.1.2):

- Gordon (2006): Não houve danos significativos nos Açores – houve registos de quedas de árvores e linhas de transmissão de eletricidade, com interrupção do fornecimento de eletricidade em algumas comunidades, particularmente na ilha de Santa Maria.
- Gordon (2012): À passagem do furacão Gordon pelo Grupo Oriental não foram registados prejuízos de maior em bens ou infraestruturas, contudo registaram-se danos na área agrícola.
- Pablo (2019): Registaram-se quatro ocorrências na ilha de São Miguel, nomeadamente dois movimentos de vertente no concelho de Ponta Delgada. (Fonte: <http://www.ivar.azores.gov.pt/noticias/Paginas/20191028-tempestade-tropical-pablo.aspx>)
- Paulette (2020): Sem registo de ocorrências de dano significativo.

Figura 6.1.1_Rotas de ciclones e tempestades



Fonte: NOAA, 2023

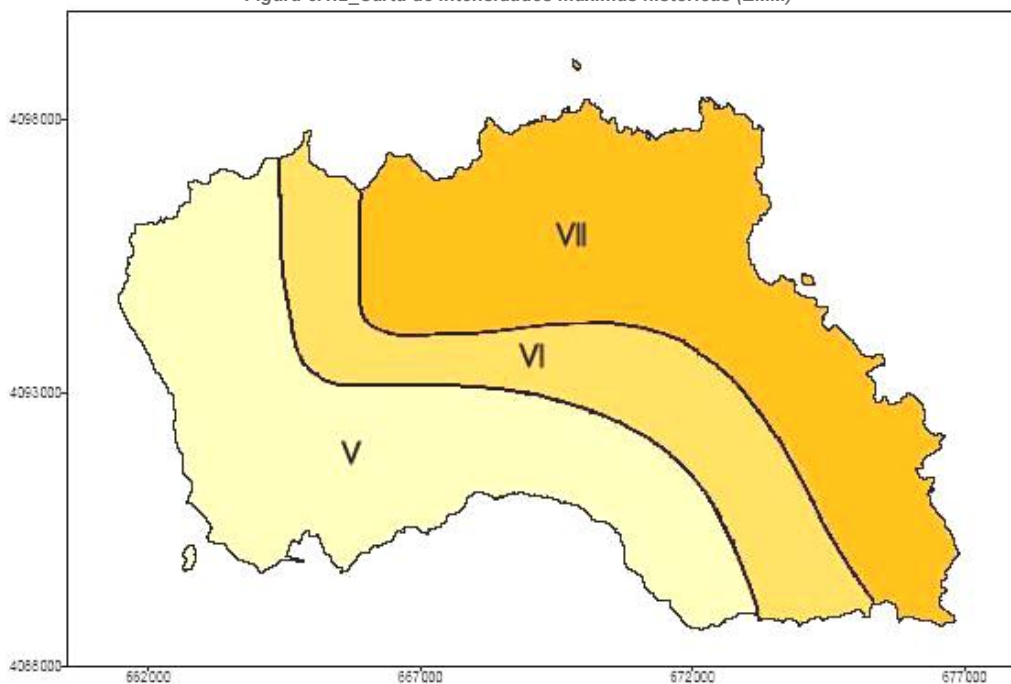
Sismos

No contexto geodinâmico dos grupos Central e Oriental dos Açores, a ilha de Santa Maria é aquela que apresenta historicamente menor índice de atividade sísmica. No século XX há a registar pelo menos nove sismos sentidos com intensidade de grau IV na ilha de Santa Maria, um de grau V e um de grau V/VI (Escala de Mercalli Modificada - EMM). De entre os sismos mais violentos que assolaram a região merecem especial destaque os terremotos de 21 de novembro de 1937 e de 8 de maio de 1939, sentidos com intensidade máxima de VII (EMM) nesta ilha (Gaspar *et al.*, 1999).

Contudo, a análise da informação disponível permite definir algumas zonas sismogénicas onde se poderão gerar sismos passíveis de atingir significativamente a ilha de Santa Maria. Para além das estruturas tectónicas associadas à atividade sismovulcânica registada na ilha de São Miguel e suas proximidades, toda a região que engloba a Fossa da Povoação, o Banco Grande Norte e os ilhéus das Formigas apresenta uma atividade sísmica relativamente importante em termos de frequência. Outras estruturas potencialmente sismogénicas desenvolvem-se a leste da ilha, sendo de sublinhar que embora presentemente evidenciem baixa atividade sísmica, tal não pode ser considerado como um indicador de baixa perigosidade. A Falha Açores-Gibraltar é responsável pela ocorrência, no passado, de alguns sismos de magnitude elevada. Os terremotos de 1937 e 1939 poderão ter sido localizados nesta falha. Outros exemplos são os eventos de 25 de novembro de 1941 com magnitude 8,2 (sentido em Santa Maria com intensidade V/VI - EMM), e de 6 de maio de 1975 com magnitude 6,7 (sentido na mesma ilha com intensidade IV - EMM), ambos também sentidos em Portugal Continental e no arquipélago da Madeira (Gaspar *et al.*, 1999; Pacheco *et al.*, 2006).

A Figura 6.1.2 apresenta uma carta de intensidades sísmicas máximas calculadas para a ilha de Santa Maria, tendo por base os registos de mais de cinco séculos de ocupação humana, com base na Escala de Mercalli Modificada. No entanto, a sismicidade deste tipo de grandes estruturas geológicas é caracterizada por amplos períodos de retorno, pelo que os registos históricos e a observação instrumental levada a cabo neste século são insuficientes para a completa caracterização das estruturas sismogénicas à escala regional.

Figura 6.1.2_Carta de intensidades máximas históricas (EMM)



Fonte: Mendes-Victor e Costa Nunes (1986, Adaptado)

Inundações e Galgamentos Costeiros

Importa ainda destacar, de acordo com o Projeto “*Cartografia de Risco de Inundações e Galgamentos Costeiros no âmbito da Revisão do Plano diretor Municipal de Vila do Porto*”, para a Câmara Municipal de Vila do Porto (outubro de 2023), que avalia detalhadamente a faixa costeira do concelho de Vila do Porto, exposta aos riscos costeiros.

Para tal foram consideradas as seguintes áreas identificadas no âmbito do Estudo “Reserva Ecológica Regional - Caracterização dos Perigos em termos de Recursos Naturais e delimitação das respetivas Áreas Vulneráveis a considerar no Ordenamento do Território da RAA” [E-RER, 2011], elaborado pela Direção Regional do Ambiente [DRA], como zonas ameaçadas pela subida do mar:

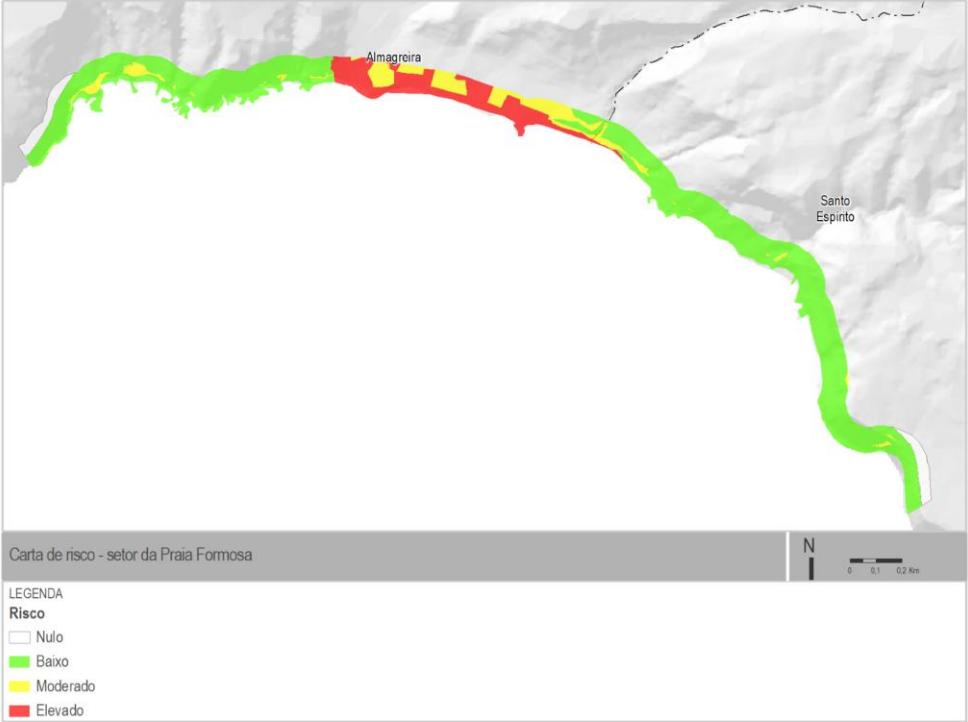
- Zona portuária/baía da Vila do Porto (Figura 6.1.3);
- Praia Formosa (Figura 6.1.4);
- Maia (Figura 6.1.5);
- Baía/Praia de São Lourenço (Figura 6.1.6);
- Baía do Anjos (Figura 6.1.7).

Figura 6.1.3_Carta de risco de galgamento e inundação costeira para o setor da zona portuária/ Baía de Vila do Porto, COSA 18- ET



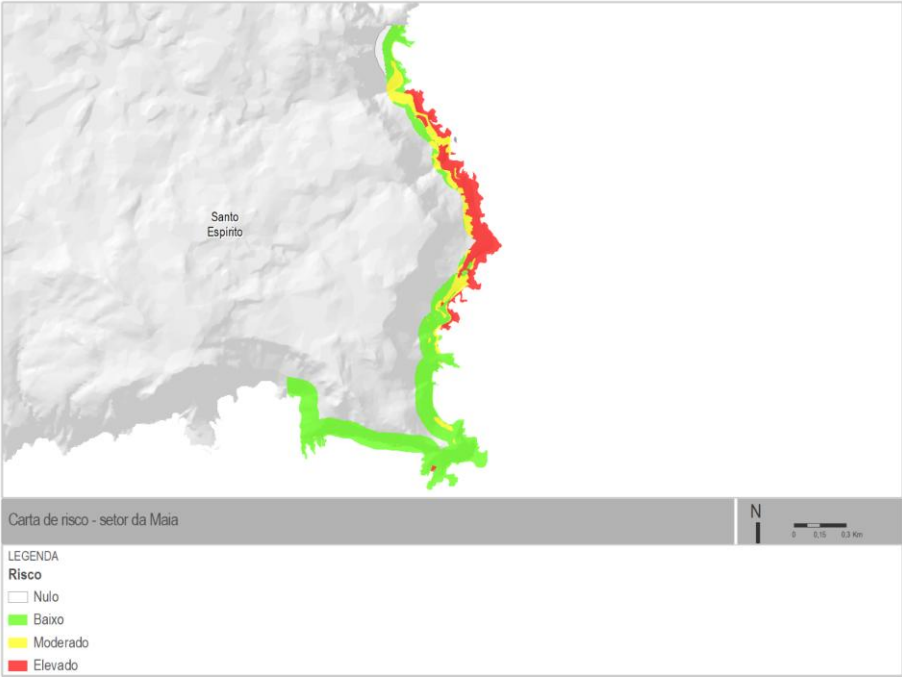
Fonte: CMVP, 2023

Figura 6.1.4_Carta de risco de galgamento e inundação costeira para o setor da Praia Formosa, COSA 18- ET



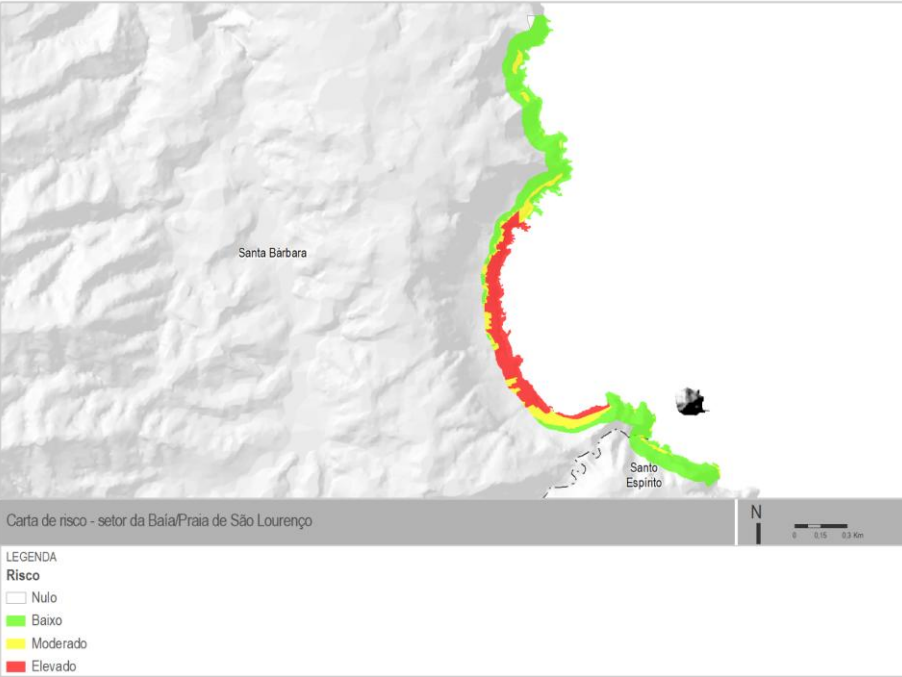
Fonte: CMVP, 2023

Figura 6.1.5_Carta de risco de galgamento e inundação costeira para o setor da Maia, COSA 18- ET



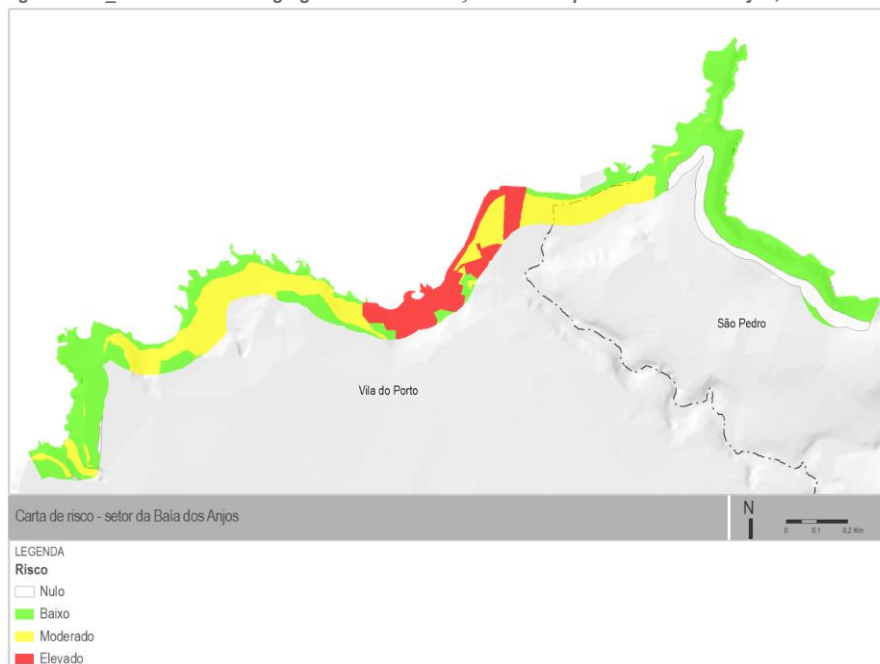
Fonte: CMVP, 2023

Figura 6.1.6_Carta de risco de galgamento e inundação costeira para o setor da Baía/Praia de São Lourenço, COSA 18- ET



Fonte: CMVP, 2023

Figura 6.1.7_Carta de risco de galgamento e inundação costeira para o setor dos Anjos, COSA 18- ET



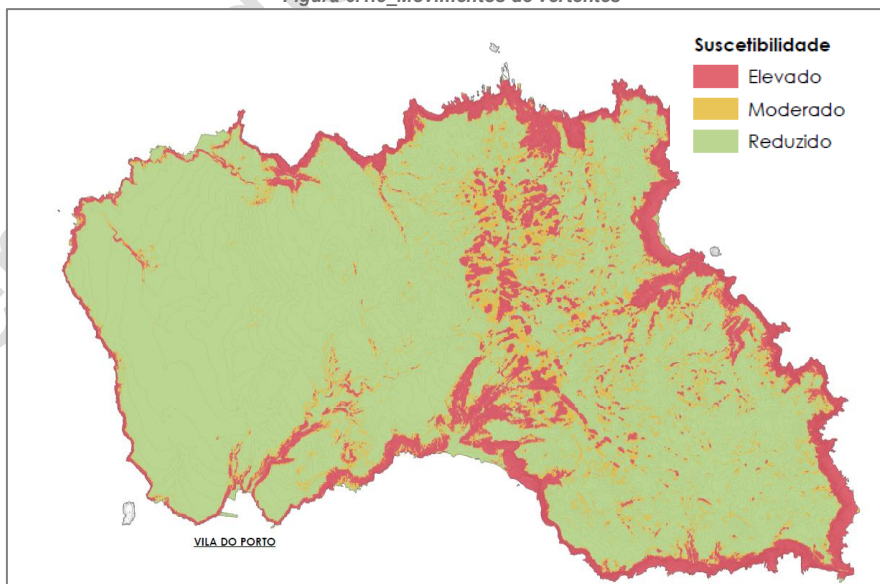
Fonte: CMVP, 2023

Movimentos de Vertente

No que concerne às áreas de maior suscetibilidade aos movimentos de vertente do concelho de Vila do Porto (Figura 6.1.8) destaca-se na generalidade a elevada suscetibilidade de toda a faixa costeira.

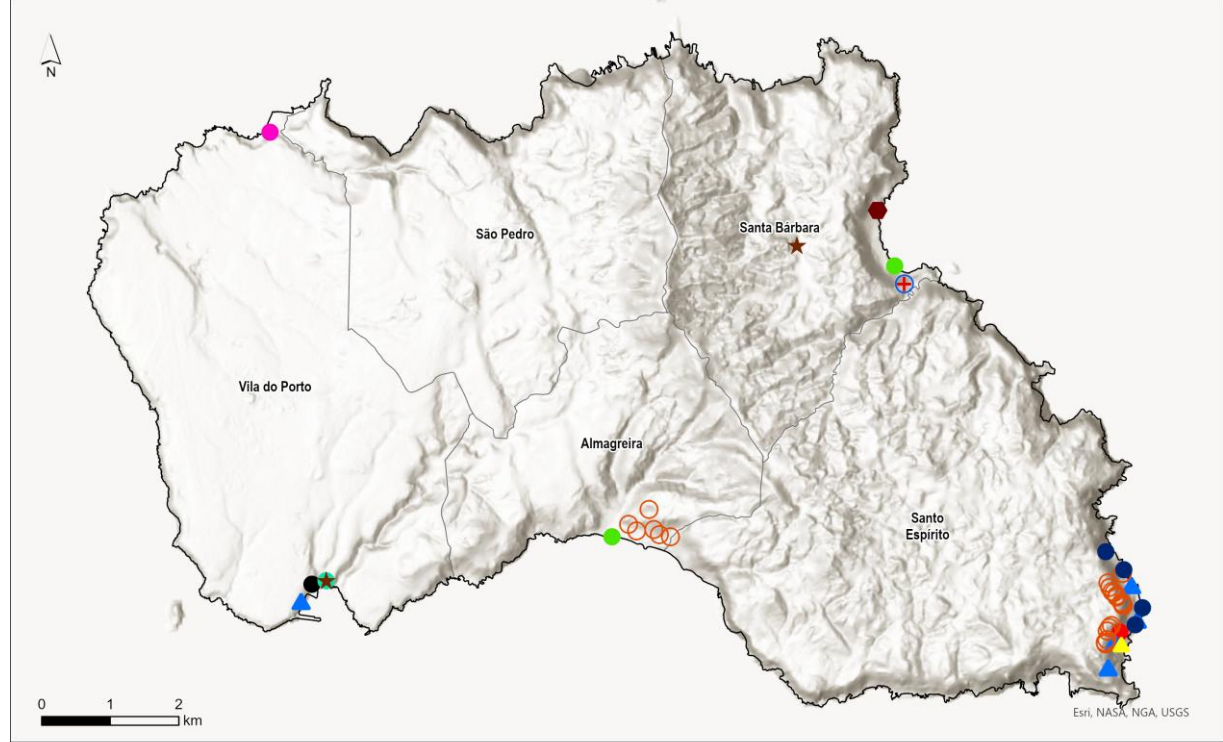
Com base na informação fornecida pelo LREC, que tem ao longo dos anos, estudado e monitorizado muitas destas zonas, veja-se respetiva figura, destacando-se como áreas mais críticas as baías de São Lourenço, Maia, Praia Formosa (Figura 6.1.9).

Figura 6.1.8_Movimentos de vertentes



Fonte: DRA/DSOT, 2019

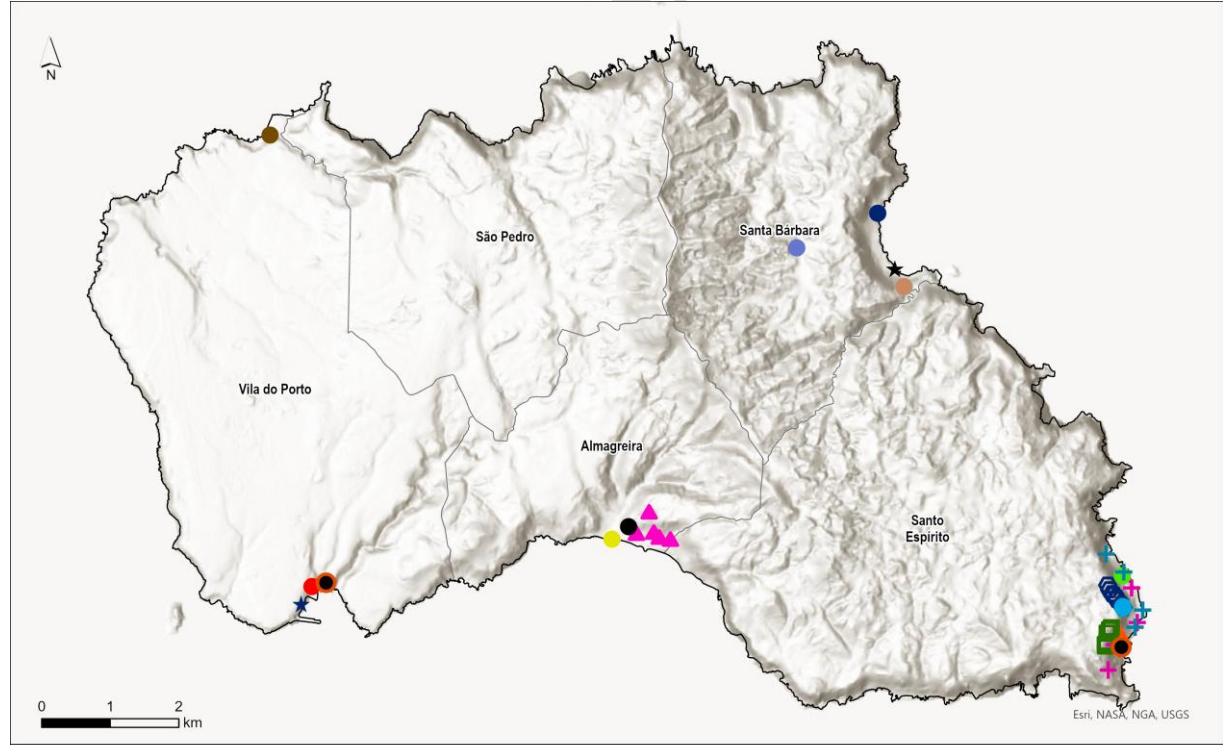
Figura 6.1.9 Movimentos de massa/ estabilidades de vertentes monitorizados pelo LREC



Locais objeto de parecer técnico emitido pelo LREC | Ano

Ano	Símbolo
1996	●
1998	●
2002	○
2010	▲
2011	●
2012	●
2013	○
2014	●
2015	●
2020	+
2023	●
2024	★
2025	▲

□ Limite de concelho
□ Limite de freguesia



Locais objeto de parecer técnico emitido pelo LREC | ID

ID	Símbolo
1	●
2	▲
3	●
4 - 7	+
8	★
9	●
10	★
11	●
12 - 25	○
26 - 33	○
34 - 39	□
40	●
41 - 45	▲
46	●
47	●
48 - 49	★
50	●
51 - 54	+
55	●
56	●

□ Limite de concelho
□ Limite de freguesia

Fonte: LREC

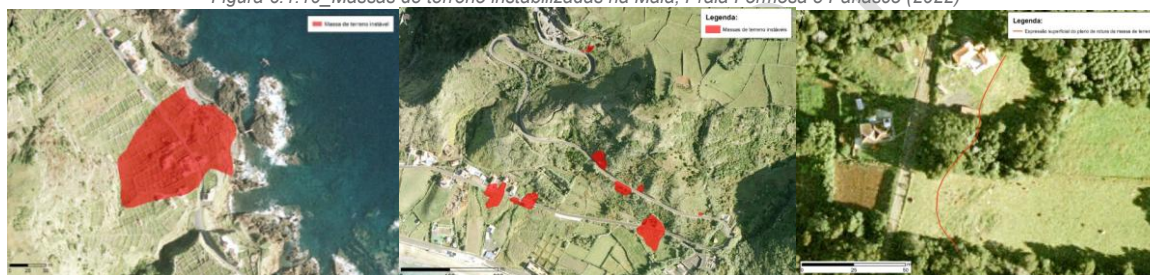
Tabela 6.3_ Indicadores seleccionados para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”

ID	N.º Relatório	Ano	Título do Relatório	Requerente
1	6	1996	Parecer sobre a Geologia dos taludes junto à instalação de combustíveis líquidos no cais de Vila do Porto, Santa Maria	Privado
2	103	1998	Parecer sobre a estabilidade de uma falésia sobranceira ao lugar da Maia - Santa Maria	Direção Regional de Obras Públicas
3	16	2002	Parecer sobre a segurança de um terreno para construção - S. Lourenço - Ilha de Santa Maria	Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos
4 ao 7	26	2010	Parecer sobre a ocorrência de alguns movimentos de massa na zona da Maia, freguesia de Santo Espírito - Ilha de Santa Maria	Direção Regional dos Equipamentos e Transportes Terrestres
8	64	2010	Parecer sobre a estabilidade do talude sobranceiro ao acesso ao Porto de Vila do Porto - Ilha de S. Maria	Administração dos Portos das Ilhas S. Miguel e Santa Maria, SA
9	29	2011	Parecer sobre a estabilidade de um talude no Lugar dos Anjos - Ilha de Santa Maria	Direção Regional do Ambiente
10	99	2012	Parecer sobre as condições de estabilidade e soluções de mitigação da arriba da Praia da Vigia da Areia - Lugar de São Lourenço, Ilha de Santa Maria	Direção Regional dos Assuntos do Mar
11	75	2012	Parecer sobre processos de instabilidade/erosão geomorfológica que afetam a Orla Costeira da Praia Formosa, Ilha de Santa Maria	Direção Regional dos Assuntos do Mar
12 ao 25 34 ao 39	74	2013	Identificação de situações de instabilidade geomorfológica ao longo da crista da falésia sobranceira ao lugar da Maia (ilha de S. Maria)	Laboratório Regional de Engenharia Civil
26 ao 33	73	2013	Avaliação do processo de instabilidade que afeta o terreno onde se encontra a antena da TMN no lugar da Maia (ilha de S. Maria)	Privado
40	26	2013	Relatório de progressão: Projeto: Landews-sma monitorização e vigilância de movimentos de vertente nas zonas da Maia, Praia Formosa e Panasco - Ilha de Santa Maria	Direção Regional dos Equipamentos e Transportes Terrestres
41 ao 45	37	2013	Avaliação dos processos de instabilidade geomorfológica que afetaram o lugar da Praia Formosa e a estrada da Malbusca (Ilha de Santa Maria)	Direção Regional do Ambiente
46	59	2013	Parecer sobre a pretensão de escavação num terreno na Praia Formosa - Santa Maria	Direção Regional do Ambiente
47	33	2014	Considerações sobre a ocorrência de instabilidade de terrenos no lugar de São Lourenço, concelho de Vila do Porto - Santa Maria	Direção Regional do Ambiente
48 ao 49	44	2015	Parecer sobre a ocorrência de queda de blocos na zona sobranceira ao edifício do Clube Naval em Vila do Porto, Santa Maria	Secretaria Regional de Turismo e Transportes
50	81	2020	Parecer sobre a queda de blocos rochosos em talude sobranceiro à E.R. Nº3-2ª de acesso à baía de São Lourenço, concelho de Vila do Porto	Delegação da S.R.T.O.P. de Santa Maria
51 ao 54	24	2023	Avaliação de situações de instabilidade hidrogeomorfológica na Orla Costeira da Maia, ilha de Santa Maria	Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos
55	43	2024	Parecer sobre uma rotura no talude subjacente à E.R. decorrente de um fenómeno de instabilidade	Direção Regional de Obras Públicas

ID	N.º Relatório	Ano	Título do Relatório	Requerente
			geomorfológica, freguesia de Santa Barbara, ilha de Santa Maria	
56	14	2024	Parecer sobre uma instabilidade ocorrido no talude junto ao Clube Naval, Vila do Porto, Santa Maria	Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos
56	2	2025	Parecer sobre as condições de estabilidade de uma moradia, após o surgimento de patologias indicadoras de uma potencial instabilidade geomorfológica, na Maia, ilha de Santa Maria	Direção Regional do Ambiente e Ação Climática

Importa, ainda, fazer referência aos trabalhos de monitorização de movimentos de vertente na Maia (freguesia de Santo Espírito), Praia Formosa (freguesia de Almagreira) e Panasco (freguesia de Santo Espírito), desenvolvidos pela então DROTRH e pelo Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores (CIVISA), tendo identificado áreas de massas de terreno instáveis nestes três locais, com destaque para os movimentos de vertente na Praia Formosa que apresentaram deslocamentos consideráveis ao longo do ano de 2022, provocando danos em habitações e na estrada regional, tal como sucedido em 2010 e 2013.

Figura 6.1.10_Massas de terreno instabilizadas na Maia, Praia Formosa e Panasco (2022)



Fonte: R.5 – Ponto de situação e apresentação dos resultados da monitorização geodésica, inclinométrica e piezométrica (março de 2022 – junho de 2022), CIVISA-DROTRH

Secas

Da análise dos resultados aos postos selecionados para avaliação das séries de precipitação para a ilha de Santa Maria foram Fontinhas e Aeroporto, do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), verifica-se que a área mais afetada por secas é representada pelo posto de Fontinhas, em qualquer escala temporal de avaliação do SPI (3, 6 ou 12 meses). Não obstante, a área do posto do Aeroporto é a mais afetada por situações de seca extremas no SPI a 3 meses, representativo de anomalias de curto prazo nas condições de água no solo, ou nos caudais em linhas de água.

A seca trata-se de uma redução temporária da disponibilidade de água devida a precipitação insuficiente, sendo uma catástrofe natural com propriedades bastante específicas. É, portanto, entendida como uma condição física transitória associada a períodos mais ou menos longos de reduzida precipitação, com repercussões negativas nos ecossistemas e nas atividades socioeconómicas. Sendo um fenómeno natural, pode assumir consequências extremas, enquanto anomalia transitória das condições de precipitação numa dada área, durante um certo período de tempo².

A duração de uma precipitação anormalmente reduzida, bem como a amplitude dos seus desvios da normal climatológica, determinam a intensidade de uma seca e a extensão dos seus efeitos a nível das reservas hidrológicas, das atividades económicas em geral, incluindo a agricultura, do ambiente e dos ecossistemas.

² Plano de Gestão de Secas e Escassez dos Açores (2023).

Em geral, distingue-se entre seca meteorológica, seca agrícola e seca hidrológica, em função dos impactes socioeconómicos e ambientais que dela advêm:

- *Seca meteorológica* associa-se à não ocorrência de precipitação, definindo-se como a medida do desvio da precipitação em relação ao valor normal (média 1971-2000) e caracterizando-se pela falta de água induzida pelo desequilíbrio entre a precipitação e a evaporação;
- *Seca agrícola* associa-se à falta de água causada pelo desequilíbrio entre a água disponível no solo, a necessidade das culturas e a transpiração das plantas. Este tipo de seca está relacionado com as características das culturas e da vegetação natural, ou seja, dos sistemas agrícolas em geral;
- *Seca hidrológica* associa-se ao estado de armazenamento das albufeiras, lagoas, aquíferos e das linhas de água em geral. A seca hidrológica está, assim, relacionada com a redução dos níveis médios de água nos reservatórios de superfície e subterrâneos e com a depleção de água no solo.

Importa ainda referir o conceito de seca ecológica, que representa um défice episódico na disponibilidade de água que conduz os habitats para além dos seus limiares de vulnerabilidade, tem impacto nos serviços dos ecossistemas e desencadeia reações adversas nos sistemas naturais ou humanos.

De acordo com o Relatório de Caracterização e Diagnóstico do Plano de Gestão de Secas e Escassez dos Açores (PSE-A) (2021), a freguesia de Santo Espírito tem sido recorrentemente afetada por episódios de escassez de água uma vez que é abastecida por nascentes e um único furo de captação durante principalmente durante o período de verão, tendo-se evidenciado que as captações totais são manifestamente insuficientes para satisfazer as necessidades da rede de distribuição, pelo que é necessário recorrer a meios móveis de transporte de água a partir de outras origens. Contudo, durante o verão de 2020 não se observou problemas de escassez devido à situação excecional pandémica que resultou numa diminuição de consumos por via da diminuição de afluência à ilha, o que demonstra o peso da população flutuante na água disponível por estas captações.

Além da zona de Santo Espírito, pode-se inferir que as captações do restante sistema de abastecimento podem mostrar-se insuficientes para servir as necessidades em período de maior distribuição de água, pois no período de verão as nascentes existentes no sistema de abastecimento das restantes freguesias baixam os níveis de caudal disponível, obrigando os furos de captação disponíveis a funcionar num regime de 24 horas. A título de exemplo, em março de 2020 ocorreu uma grande avaria do furo de captação Covas 1, o que levou a dificuldades técnicas na reposição dos níveis dos reservatórios, tendo culminado em falhas no abastecimento.

Estes exemplos demonstram o risco atual de ausência de alternativas de abastecimento devido por um lado à escassez de água disponível para satisfazer as necessidades atuais da população principalmente no período de verão e a fragilidade das infraestruturas em caso de ocorrência accidental ou falha na captação principal, podendo colocar em causa o serviço de abastecimento público, dada a inexistência de alternativas de captação com caudais suficientes para suprimir alguma avaria.

Incêndios Rurais/Florestais

Os incêndios rurais/ florestais são das catástrofes naturais mais graves em Portugal, não só pela elevada frequência com que ocorrem e extensão que alcançam, como pelos efeitos destrutivos que causam. Para além dos prejuízos económicos e ambientais, podem constituir uma fonte de perigo para as populações e bens. O seu reconhecimento como catástrofe natural está mais relacionado com o facto de se desenvolverem na natureza e por a sua possibilidade de ocorrência e características de propagação dependerem fortemente de fatores naturais, do que por serem causados por fenómenos naturais.

A propagação de um incêndio deste tipo depende das condições meteorológicas (direção e intensidade do vento, humidade relativa do ar, temperatura), do grau de secura e do tipo do coberto vegetal, orografia do terreno, acessibilidades ao local do incêndio, tempo de intervenção (tempo entre o alerta e

a primeira intervenção no ataque ao fogo, vulgarmente designada como ataque inicial), etc. Pode propagar-se pela superfície do terreno, pelas copas das árvores e através da manta morta.

O contexto e especificidades biofísicas e climáticas do concelho de Vila do Porto, não permite que este tipo de riscos tenha a mesma significância que no território continental. Contudo, que os cenários previstos ao nível das alterações climáticas convergem numa maior frequência e intensificação dos vetores que poderão criar condições cada vez mais favoráveis à ocorrência desse tipo de eventos. Aliás, começa a existir investimento local, ao nível dos agentes de proteção civil, na gestão e capacidade de resposta a este tipo de eventos.

Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas

Importa, relativamente ao critério Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas destacar que se pretende, não avaliar o contributo e potencial de emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) mas sim, analisar a influência da 2rPDM_ViladoPorto sob a perspetiva das respostas do concelho às Alterações Climáticas, isto é, o contributo do Plano para a implementação de medidas de adaptação do concelho que permitam gerir e minimizar todos os efeitos adversos potencialmente resultantes dos fenómenos associados às alterações climáticas.

De facto, existem políticas e programas que visam abrandar o ritmo de produção de emissões de GEE (processo de mitigação), no entanto, foram já libertadas concentrações com potencial significativo para causar um impacto no clima, e consequentemente sobre as pessoas, ecossistemas e bens, constituindo-se assim fundamental a capacidade de adaptação, como minimização dos efeitos negativos dos impactos dessas alterações (processo de adaptação).

Assim, pretende-se caracterizar o concelho não na perspetiva associada à incerteza dos diferentes cenários de evolução climática, mas identificando as vulnerabilidades e suscetibilidades mais relevantes e as medidas de adaptação que promovam a resiliência territorial, nomeadamente ao nível das zonas com suscetibilidade elevada à ocorrência de movimentos de massa, áreas com elevada erosão potencial e áreas suscetíveis a inundações, bem como projetos que fomentam a capacidade de resiliência a esses fenómenos.

O concelho de Vila do Porto, apesar de constituir um sistema não passivo, respondendo de forma dinâmica e complexa às variáveis climáticas (estudos revelam que o clima tem variado ao longo da história da Terra, constituindo-se assim um processo natural do sistema climático), apresenta características que lhe conferem uma vulnerabilidade significativa tendo em conta alguns dos potenciais efeitos das alterações climáticas (mudanças climáticas com origem direta ou indireta nas atividades humanas, potenciando variações climáticas significativas), como por exemplo a ocorrência mais frequente de eventos climatéricos extremos.

Assim, importa realçar, no que respeita às alterações climáticas e de acordo com o *IPCC, 2023: Summary for Policymakers*:

- O aquecimento global continuará a aumentar no curto prazo (2021-2040) principalmente devido ao aumento das emissões acumuladas de CO₂ em quase todos os cenários considerados e trajetórias modeladas;
- A taxa de aquecimento está a acelerar: as temperaturas globais de superfície aumentaram mais rapidamente desde 1970 do que em qualquer outro período de 50 anos durante pelo menos os últimos 2 000 anos (IPCC 2021, A.2.2., página 9);
- A maior parte do planeta já está a resistir a extremos quentes (incluindo ondas de calor);
- É provável que a proporção global de ciclones tropicais de Categoria 3-5 tenha aumentado nos últimos 40 anos. Há uma alta confiança de que a mudança climática induzida pelo homem significa que os ciclones tropicais trazem precipitação mais pesada e intensa (IPCC 2021, A.3.4, página 11);

- Prevê-se também que os eventos de chuvas extremas se tornem mais frequentes e tragam uma quantidade significativa e crescente de água quando forem atingidos. (IPCC 2021 página 22).

Estas alterações não são homogêneas e também por isso exercem impactes distintos em locais/regiões que em si apresentam também diferentes graus de vulnerabilidade, associadas nomeadamente à sua geografia local.

A análise dos efeitos das alterações climáticas será focada por setores-chave, como recursos hídricos, ecossistemas e biodiversidade, saúde e turismo, apresentando os diferentes efeitos para cada um dos setores.

Recursos Hídricos

Considerando o setor dos Recursos Hídricos, os eventos associados às alterações climáticas podem conduzir a um decréscimo de quantidade e qualidade ao nível dos recursos subterrâneos e consequente dificuldade na captação de água; aumento de ocorrências de pluviosidade extrema, potenciando a ocorrência de situações de cheias, por incapacidade de resposta face a um caudal extremo, bem como movimentos de vertentes, em áreas de altitudes mais elevadas, associadas também aos declives existentes, tipo de vegetação, entre outros fatores; aumento do número e período de seca prolongada contribuindo para um potencial decréscimo da disponibilidade hídrica. No que respeita aos riscos naturais do concelho, os eventos associados às alterações climáticas podem assim potenciar a ocorrência de situações de cheias e inundações, movimentos de massa e contaminação dos lençóis freáticos por diminuição da qualidade da água e consequente degradação da saúde dos ecossistemas. Neste sentido, a resiliência e adaptação às alterações climáticas ao nível dos recursos hídricos deverá direcionar-se para uma gestão sustentável dos recursos água e solo.

Importa referir o Livro Branco da Comissão intitulado: “Adaptação às alterações climáticas: para um quadro de ação europeu” e, no que concerne à integração da adaptação nas políticas da União Europeia, concretamente no que se refere às Políticas de saúde e sociais e políticas sociais, menciona:

- *“a UE tem de gerir os seus recursos hídricos de forma mais eficaz através de uma dupla abordagem sustentável - reforço do potencial do recurso e redução ativa da procura e do desperdício por parte da população - e das atividades socioeconómicas;*
- *(...) importância da integração plena da adaptação nos planos de gestão das bacias hidrográficas de acordo com as orientações publicadas em 30 de novembro de 2009;*
- *(...) a importância de assegurar a aplicação ativa da Diretiva-Quadro «Água» (2000/60/CE) e a eficácia dos planos de gestão das bacias hidrográficas, especialmente no caso das bacias hidrográficas transfronteiriças e em regiões em que a escassez de água atingirá um nível crítico e/ou a frequência de cheias está a aumentar;*
- *(...) a importância da aplicação da Diretiva «Inundações», que prevê um mecanismo abrangente para a avaliação e monitorização dos riscos de inundações devidas às alterações climáticas e para o desenvolvimento de abordagens de adaptação, bem como os benefícios que podem advir de um ambiente e de ecossistemas resilientes para o controlo e mitigação do impacto das inundações”.*

Sendo de mencionar o já referido instrumento no âmbito dos recursos hídricos publicado que abrangem o concelho de Vila do Porto: o **PGRH-Açores 2022-2027** – visa a proteção e a valorização ambiental, social e económica, dos recursos hídricos ao nível das bacias hidrográficas integradas na RH9.

Ecossistemas e Biodiversidade

No que respeita aos Ecossistemas e Biodiversidade, as florestas e os oceanos são elementos essenciais para a absorção e armazenamento de carbono e consequente contribuição como medida mitigadora das alterações climáticas. O potencial associado à redução das emissões de gases com

efeito estufa através da manutenção do bom estado dos ecossistemas e renaturalização dos ecossistemas degradados.

Os ecossistemas desempenham serviços e produção de bens importantes como:

- Suporte à produção primária e secundária (dos ecossistemas e das florestas);
- Regulação do clima e do ciclo hidrológico (contribuição para a regulação do clima global e criação de microclimas locais), proteção contra fenómenos extremos como inundações e movimento de massas, purificação da água e do ar, sequestro de carbono, e regulação de doenças e pestes;
- Em zonas urbanas, a purificação do ar, redução do ruído e das temperaturas extremas, melhoria da drenagem de águas pluviais;
- Proporcionar de serviços de educação, cultura e lazer na Natureza bem como a sua apreciação estética dos ecossistemas e das suas componentes.

Os impactos das alterações climáticas e da degradação dos recursos hídricos contribuem para efetivar as interdependências e a afetação dos ecossistemas e da biodiversidade à escala global, e para concluir quanto ao número de espécies e de variedades genéticas que são afetadas por essas mesmas alterações. Com a perda de estabilidade da biosfera existe também perda de estabilidade climática, com consequente perda de produtividade dos serviços prestados pelos recursos naturais e, potencial perda de valores

Neste contexto, o desaparecimento ou a degradação dos ecossistemas reduz a respetiva capacidade de captura e armazenamento de carbono. Se o sistema climático atingir limiares de irreversibilidade e as respetivas alterações climáticas se constituírem imprevisíveis, podem conduzir a potenciais situações de incapacidade de respostas por parte dos ecossistemas, por perda resiliência, o que terá nomeadamente consequências ao nível da transformação desses reservatórios/transformadores de fontes de carbono.

As alterações climáticas têm assim consequências na biodiversidade e nos ecossistemas, as quais, muitas vezes, são potenciadas por outras pressões exercidas sobre esses mesmos ecossistemas, como aumento da densidade de espécies invasoras, degradação, fragmentação ou inclusivamente o desaparecimento de habitats autóctones, poluição, entre outras. É igualmente relevante destacar a importância da manutenção da biodiversidade bem como da diversidade genética e específica dos ecossistemas que, ao garantir a existência de uma variedade de espécies suficiente para sustentar os processos ecológicos em caso de perturbações imprevistas, potencia o aumento da sua resiliência. Esta ressalva é particularmente pertinente no que respeita à manutenção dos vários serviços que os ecossistemas asseguram, nomeadamente no que se refere aos ecossistemas que fazem a interligação dos meios terrestre e aquático e como os respetivos ecossistemas mantêm a sua diversidade e interligação e a intrínseca resposta perante os fenómenos associados às alterações climáticas.

Assim, a promoção e a manutenção de ecossistemas saudáveis e resilientes, capazes de resistir e recuperar mais facilmente de situações meteorológicas extremas, bem como oferecer uma vasta gama de benefícios dos quais as populações dependem, apresentam uma maior capacidade por um lado para adaptarem às alterações climáticas e, por outro, para atenuarem os seus efeitos e, desta forma constituem-se elementos capazes para limitarem o aquecimento global.

Devem, assim, ser adotadas medidas de adaptação e atenuação das alterações climáticas, numa perspetiva de proteção e preservação dos ecossistemas terrestres e aquáticos, contribuindo para a redução da vulnerabilidade de ecossistemas, pessoas e bens, perante os fenómenos associados às alterações climáticas.

Importa assim concluir quanto à relevância e importância combater as alterações climáticas e as respetivas consequências no que respeita à biodiversidade e ecossistemas do concelho; e, ao mesmo tempo, combater as alterações climáticas numa perspetiva de integração de medidas de preservação dos ecossistemas, como forma de, por um lado, usufruir da sua capacidade enquanto sumidouros dos gases com efeito estufa e por outro potenciar as funções que estes assumem na proteção e preservação

das áreas do concelho. Constituindo-se assim como crucial o desenvolvimento de ações devidamente integradas e ponderadas que permitam um efetivo combate contra a perda da biodiversidade.

Neste sentido, importa referir o Livro Branco da Comissão intitulado: “Adaptação às alterações climáticas: para um quadro de ação europeu” – reconhece o papel essencial da resiliência dos ecossistemas, nomeadamente através do seu Princípio geral que salienta “a importância da adoção de uma abordagem transversal baseada na resiliência dos ecossistemas, na proteção dos habitats e da biodiversidade, bem como nos serviços prestados pelos ecossistemas, e de assegurar a sinergia e a coerência das medidas a tomar ao nível de todas as políticas sectoriais envolvidas”.

Saúde

As alterações climáticas podem ter impactes diversos sobre a saúde humana, associados a consequências diretas e indiretas na saúde humana. Os avanços científicos neste sentido, nas últimas décadas, alertam para os riscos dos eventos associados às alterações climáticas para a saúde, mas ainda não apresentam modelos específicos sistematizados a partir de dados empíricos, nomeadamente pela complexidade associada aos mesmos. Assim, relacionado com os fenómenos das alterações climáticas, pode ocorrer, por exemplo o aumento do risco de morte diretamente intensificado por eventos pontuais como a ocorrência de ondas de calor e inundações. Considerando o decorrer do tempo, essas ocorrências podem ter consequências maiores, resultantes de ocorrências como: desabamentos, efeitos sobre a produção agrícola, entre outros, que indireta e potencialmente poderão ter efeitos no aumento dos riscos a saúde.

No que respeita ao aumento da temperatura média, que ocorre sazonalmente, pode potenciar mudanças na dinâmica de algumas doenças infecciosas e parasitárias, transmitidas ao homem, características de climas tropicais e subtropicais (Paludismo, Malária, Doença do Nilo e Dengue) e que tendem a migrar para zonas temperadas. A ocorrência de chuvas intensas e em curtos períodos de tempo, do tipo tempestiva, em que são provocadas enchentes e inundações é percebido a disseminação de doenças como a leptospirose, doenças diarreicas, hepatites virais, cólera, entre outras. Estas doenças são influenciadas pela dinâmica hídrica em seu nível ambiental, ao mesmo tempo, tem uma forte influência na precariedade de sistemas de saneamento básico das cidades.

Para além do exposto, importa considerar, o aumento da temperatura média do ar e consequente aumento da intensidade nas zonas urbanas por ação calor antropogénico (por poluição do ar, superfícies urbanas e suas propriedades térmicas e geometria urbana), que resulta no efeito designado por Ilha de Calor.

Importa salientar que, no que respeita ao recurso água, prevê-se a diminuição dos recursos hídricos que irão sentir os impactes decorrentes das alterações climáticas. A água é um bem de extrema importância para a manutenção da saúde, para consumo humano e uso na promoção de higiene. Além disso, a água é uma componente importante aos ecossistemas nomeadamente que prestam serviços ao homem.

Existe, ainda, uma relação indireta dos fenómenos associados às alterações climáticas e os ecossistemas e os ciclos biogeoquímicos que, por serem potencialmente afetados, constituem-se uma forma indireta de afetar também a saúde.

Assim, é fundamental promover estudos científicos que permitam a compreensão desses mesmos fenómenos e respetivas consequências sobre a saúde humana, possibilitando a construção de uma base científica de apoio, nomeadamente à elaboração de políticas públicas, e particularmente no que respeita aos sistemas de saúde, permitindo que estejam devidamente adequados face à realidade atual associada às novas condições climáticas e ambientais, num esforço conjunto para a minimização dos riscos decorrentes desses fenómenos e acima de tudo de prevenção face aos mesmos.

O Livro Branco da Comissão intitulado: “Adaptação às alterações climáticas: para um quadro de ação europeu”, referido anteriormente, e no que concerne à integração da adaptação nas políticas da União Europeia, concretamente no que se refere às Políticas de saúde e sociais e políticas sociais, menciona: “Congratula-se com as propostas da Comissão de desenvolver, até 2011, orientações e mecanismos de vigilância sobre o impacto das alterações climáticas na saúde; sublinha o crescente risco de propagação de doenças transmitidas por vetores, os graves efeitos sobre a saúde respiratória e a necessidade de educar os cidadãos sobre as medidas preventivas eficazes recomendadas pelo Centro

Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças” (...) “*Reconhece o papel que o sector da saúde desempenha na adaptação; insta a UE a apoiar medidas para reduzir a pegada de carbono do sector e para garantir o financiamento adequado das medidas de adaptação no sector da saúde*”.

Turismo

As alterações climáticas são um fenómeno global, mas os seus impactes são locais e variam qualitativamente e quantitativamente de região para região, e em cada setor. Relativamente ao Turismo, as consequências das alterações climáticas neste setor são de análise complexa pois são vários os fatores intervenientes, considerando quer o lado da procura como da oferta turística. De facto, o clima é um dos fatores determinantes na escolha do destino turístico, e a temperatura e humidade são fatores importantes que poderão afetar a atratividade/competitividade no que concerne ao seu potencial turístico.

Tal como já referido no Capítulo 5, destaca-se novamente a importância da articulação e conformidade com os guias desenvolvidos no âmbito do projeto PLANCLIMAC3, pela anterior DROTRH, designadamente

- Manual de boas práticas de proteção dos recursos hídricos no âmbito das alterações climáticas dirigido aos setores mais importantes - doméstico, agropecuária e indústria;
- Guia específico para a concretização da integração das Alterações Climáticas nas Estratégias dos Instrumentos de Gestão Territorial;
- Guia com orientações para a delimitação e integração da cartografia de riscos naturais nos PEOT e PMOT e sobre a restrição ao uso e ocupação do solo.

Em 2023, a Câmara Municipal de Vila do Porto elaborou o Plano Municipal de Ação climática de Vila do Porto, cujos objetivos de elaboração do resultam da necessidade de o Município de Vila do Porto programar as políticas climáticas no âmbito das suas atribuições e competências, em coerência com os instrumentos de gestão territorial.

Neste contexto, foram identificadas diversas ações e determinado o seu grau de prioridade (Figura 6.1.11).

³ *Elaboração de guias e materiais de sensibilização para a integração dos riscos das alterações climáticas nas políticas de ordenamento do território e de gestão de recursos naturais nos Açores – PLANCLIMAC [MAC2/3.5B/244]*

Figura 6.1.11_ Identificação das ações do PMAC de Vila do Porto

Código	Designação da Ação	Prioridade
A01	Conselho Municipal de Ação Climática (CMAC)	Máxima
A02	Inventário de emissões de gases com efeito de estufa do concelho de Vila do Porto	Alta
A03	Produção de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis	Máxima
A04	Comunidades de energias renováveis	Média
A05	SOLENERGE – Incentivos financeiros para a aquisição de sistemas solares fotovoltaicos	Alta
A06	Iluminação pública eficiente e inteligente	Média
A07	Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS)	Média
A08	Descarbonização e transformação digital das carreiras interurbanas de Vila do Porto	Média
A09	Renovação e descarbonização da frota municipal de veículos ligeiros	Média
A10	Estudo para a renovação e descarbonização da frota operacional do Município	Média
A11	Sistema de incentivos para a introdução de veículos elétricos	Máxima
A12	Alargamento da rede pública de postos de carregamento de veículos elétricos	Média
A13	Florestação, gestão e manutenção de ecossistemas florestais	Alta
A14	Agricultura biológica	Alta
A15	Estratégia Municipal de Desenvolvimento Turístico Sustentável	Média
A16	Ecoeficiência e resiliência de edifícios, equipamentos e infraestruturas municipais	Alta
A17	Reforço da recolha seletiva de resíduos urbanos	Máxima
A18	Alteração do modelo tarifário de resíduos urbanos	Média
A19	Prevenção da produção de resíduos	Alta
A20	Monitorização de movimentos de vertente na Maia, Praia Formosa e Panasco	Máxima
A21	Monitorização e defesa ativa da costa	Alta
A22	Revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da ilha de Santa Maria	Alta
A23	Guia para a construção sustentável e resiliente	Alta
A24	Programa de incentivos à adaptação climática de edifícios residenciais	Média
A25	Conservação e reabilitação da rede hidrográfica na ilha de Santa Maria	Máxima
A26	Identificação e mapeamento de zonas vulneráveis a risco de cheias ou inundações	Alta
A27	Equipamento e capacitação do Serviço Municipal de Proteção Civil	Alta
A28	Sensibilização para a utilização de águas pluviais	Alta
A29	Estudo de viabilidade de dessalinização para produção de água potável	Média
A30	Eficiência hídrica no sistema municipal de abastecimento de água para consumo	Alta
A31	Manutenção e adaptação dos sistemas de retenção e drenagem de águas pluviais	Alta
A32	Gestão do risco de inundações e de derrocadas na estrada de acesso São Lourenço	Máxima
A33	Criação de zonas verdes e definição de corredores ecológicos	Média
A34	Controlo de espécies exóticas invasoras em áreas sobre tutela municipal	Alta
A35	Conservação de habitats e espécies – Projeto LIFE IP Azores Natura	Alta
A36	Conservação de habitats e espécies – Projeto LIFE SNAILS	Alta
A37	Plano de Gestão das Áreas Terrestres do Parque Natural da Ilha de Santa Maria	Alta
A38	Manual de compras públicas ecológicas	Média
A39	Educação e sensibilização para a ação climática	Máxima
A40	Portal de Ação Climática de Vila do Porto	Alta

Dissonâncias Ambientais

As dissonâncias ambientais caracterizam-se por situações esporádicas de consequências negativas para a população e o meio ambiente, como focos de deposição não controlada de resíduos, descarga ilegal de águas residuais, degradação do património.

Para caracterização territorial desta temática foram solicitados alguns indicadores para os quais não foi possível obter informação:

- Descargas ilegais de águas residuais urbanas e/ou industriais, em linhas de água ou em solo;
- Depósitos ilegais de resíduos na área de intervenção;
- Autos relativos as infrações ambientais.

Tabela 6.4 Síntese dos indicadores selecionados para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
Áreas de risco e respetiva ocupação humana de áreas de risco (cheias, inundações, galgamentos costeiros, movimentos de vertentes, etc.) (área e % de território afetado a cada classe de risco) (referente aos últimos 5 anos)	<u>Zonas críticas no que concerne a inundações e galgamentos costeiros:</u> - Zona portuária/baía da Vila do Porto; - Praia Formosa; - Maia; - Baía/Praia de São Lourenço; - Baía do Anjos. <u>Trajetórias de ciclones/ tempestades</u> coincidiram com a ilha de Santa Maria: Gordon (2006). <u>Movimentos de vertente:</u> elevada suscetibilidade na generalidade de toda a faixa costeira. Freguesia de Santo Espírito tem sido recorrentemente afetada por episódios de <u>escassez de água</u> uma vez que é abastecida por nascentes e um único furo de captação durante principalmente durante o período de verão.	2023	CMVP/ET
Ocorrência de eventos naturais extremos (tipologia, custos, n.º pessoas ou área afetadas.ano-1) (referente aos últimos 5 anos)	N.D. / N.E.	---	----
Sistemas de alerta de cheias e inundações (n.º, tipologia e respetiva localização) (referente ao ano de 2020, ou ao ano mais recente)	N.D. / N.E.	---	----
Projetos aprovados com análise de vulnerabilidade aos riscos naturais (n.º, área abrangida, tipo de riscos) (referentes aos últimos 5 anos)	N.D. / N.E.	---	----
Ocorrência de incidentes tecnológicos (n.º de incidentes, custos; n.º pessoas ou área afetadas; n.º autos de notícia.ano-1) (referente aos últimos 5 anos)	N.D. / N.E.	---	----
Compatibilidade da ocupação do território com as áreas de risco (análise espacial) (referente ao ano de 2021, ou ao ano mais recente)	N.D. / N.E.	---	----
Projetos aprovados com análise de vulnerabilidade aos riscos tecnológicos (n.º, área abrangida, tipo de riscos) (referente aos últimos 5 anos)	N.D. / N.E.	---	----
Projetos aprovados que incluem medidas para reforço da resiliência local	N.D. / N.E.	---	----

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
aos fenómenos climáticos extremos (n.º, área abrangida, tipologia) (referente aos últimos 5 anos)			
Projetos de construção ou reforço de infraestruturas de prevenção contra riscos naturais (e.g. inundações, processos de erosão) (n.º e %relativa de investimento, face ao investimento total em matéria de AC) (referente aos últimos 5 anos)	N.D. / N.E.	---	----
Projetos aprovados que contemplem medidas de adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistemas (n.º, área abrangida, tipologia) (referente aos últimos 5 anos)	N.D. / N.E.	---	----
Descargas ilegais de águas residuais urbanas e/ou industriais, em linhas de água ou em solo (n.º e área afetada) (referente ao ano de 2021, ou ao ano mais recente)	N.D. / N.E.	---	----
Depósitos ilegais de resíduos na área de intervenção da 2rPDM_ViladoPorto (n.º e área abrangida) (referente ao ano de 2021, ou ao ano mais recente)	N.D. / N.E.	---	----
Autos relativos as infrações ambientais (n.º / ano, por tipologia de temática ambiental) (referente ao ano de 2021 ou ao ano mais recente)	N.D. / N.E.	---	----
Projetos aprovados que incluem medidas de (re)qualificação ambiental (n.º, área abrangida, descrição) (referente aos últimos 5 anos)	N.D. / N.E.	---	----

Tabela 6.5_ Questões-chave da situação atual para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”

Questões-chave
Zonas críticas no que concerne a inundações e galgamentos costeiros Zona portuária/baía da Vila do Porto, Praia Formosa, Maia, Baía/Praia de São Lourenço e Baía do Anjos.
Em 2006 a trajetória do ciclone Gordon coincidiu com a ilha de Santa Maria, causando estragos diversos.
Importa destacar a elevada suscetibilidade a movimentos de vertente na generalidade de toda a faixa costeira.
A freguesia de Santo Espírito tem sido recorrentemente afetada por episódios de escassez de água uma vez que é abastecida por nascentes e um único furo de captação durante principalmente durante o período de verão.
No âmbito das Alterações climáticas destaca o Plano Municipal de Ação Climática de Vila do Porto, elaborado pela Câmara Municipal em 2013 e já publicado, onde são identificadas 40 ações de vêm programar as políticas municipais climáticas a curto, médio e longo prazo.

6.1.4 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM 2RPDM_VILADOPORTO

Considerando a atual situação na área de intervenção do Plano relativamente aos riscos naturais prevê-se que sem a implementação da 2rPDM_ViladoPorto se mantenha uma tendência negativa no que respeita às ameaças identificadas, nomeadamente associadas a cheias e inundações e movimentos de massa em vertentes, não havendo oportunidade para adequar o modelo de ordenamento e condicionantes à informação técnica e científica mais recente e de maior fiabilidade sobre os locais do território com maiores vulnerabilidades.

Relativamente à resiliência e adaptação às alterações climáticas perspectiva-se, igualmente, que a situação possa evoluir negativamente sem a integração de opções de adaptação no âmbito do ordenamento municipal, nomeadamente no que concerne aos riscos naturais.

Em síntese, prevê-se que a evolução das componentes associadas às vulnerabilidades e riscos identificados se apresente tendencialmente negativa pois manter-se-ão as condições para a concretização das principais ameaças identificadas nos elementos caracterização e diagnóstico da área de intervenção.

6.1.5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS

Tendo por base os objetivos definidos e o diagnóstico apresentado, verifica-se que a proposta de ordenamento e intervenção assenta num conjunto de Objetivos (e respetivos Projetos) propostos no âmbito do Programa de Execução associado ao cenário de desenvolvimento assumido para a área de intervenção.

Assim, perante estes pressupostos, e dada a natureza regulamentar da 2rPDM_ViladoPorto, entendeu-se realizar uma avaliação aos efeitos das atuais opções territoriais, regulamento e do programa de execução da revisão do Plano, consumada numa análise às oportunidades e ameaças identificadas nos Objetivos (e respetivos Projetos), patente na Tabela 6.5.

Tabela 6.6_Avaliação estratégica dos efeitos da 2rPDM_ViladoPorto para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Vulnerabilidades e Riscos”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
1. Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida, garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território, nomeadamente através da construção das infraestruturas ambientais necessárias para assegurar a eficiência dos serviços de abastecimento e saneamento ambiental, adaptando-os às orientações definidas pelos vários documentos estratégicos existentes	- Contributo para o aumento da capacidade de resposta do concelho ao risco de secas e escassez (projeto 1.8); - Contributo para o aumento da capacidade de adaptação do sistema biofísico do concelho às alterações climáticas, através da consolidação e requalificação paisagística da encosta sobre o porto de Vila do Porto (projeto 1.2); - Oportunidade execução de projetos de remodelação infraestrutural que incluam a resiliência e adaptação dos edifícios a eventos naturais e/ou tecnológicos (projetos 1.3, 1.9 e 1.10).	Não identificados.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1 / P / Si	Não aplicável.
2. Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria, através do estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como a valorização da casa típica mariense	- Oportunidade execução de projetos de remodelação infraestrutural que incluam a resiliência e adaptação dos edifícios a eventos naturais (projeto 2.2).	Não identificados.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1,2 e 3 / P / C	Não aplicável.
3. Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território, através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento e adaptação às alterações climáticas	- Contributo para intervenções e qualificações urbanas nos centros históricos de promoção da sua recuperação e modernização que incluam a resiliência e adaptação dos edifícios a eventos naturais (projeto 3.4); - As campanhas de educação ambiental e ações de sensibilização (projetos 3.3 e 3.4) constituem-se oportunidades: . Para redução/eliminação de potenciais conflitos/dissonâncias ambientais geradas por atividades humanas;	Não identificados.

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Vulnerabilidades e Riscos”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	- Para capacitar as pessoas para necessária valorização do sistema biofísico do concelho existente e seu contributo para capacidade de resiliência territorial aos eventos resultantes das alterações climáticas.	
	<i>Ocorrência / Duração / Efeito</i>	<i>Ocorrência / Duração / Efeito</i>
	1,2 e 3 / P / Si, C	Não aplicável.
4. Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural, designadamente através de medidas que permitam o desenvolvimento de algumas atividades económicas específicas com base nos recursos endógenos, com vista à valorização do território numa perspetiva integrada, e na complementaridade das suas potencialidades a este nível tanto em terra como no mar	- Contributo para capacitar as pessoas para a adoção de comportamentos adequados perante eventos naturais e/ou tecnológicos.	Não identificados.
	<i>Ocorrência / Duração / Efeito</i>	<i>Ocorrência / Duração / Efeito</i>
	2 / P / Si	Não aplicável.
5. Valorizar os recursos naturais e patrimoniais, salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas	- Contributo para o aumento da capacidade de resposta do concelho ao risco cheias e inundações (projeto 5.2) e ao risco de movimento de vertentes (projeto 5.3) e alerta precoce e infraestruturas que mitiguem os riscos associados à instabilidade geológica (projeto 5.6); - As campanhas de sensibilização no âmbito da proteção civil (Projeto 5.4) constituem-se oportunidades para capacitar as pessoas para adoção de medidas de prevenção e/ou adaptação a eventos naturais e/ou tecnológicos e capacitar as pessoas para a adoção de comportamentos adequados perante eventos naturais e/ou tecnológicos. - Importa ainda destacar o projeto “construção e utilização de uma base de dados para registo de ocorrências de todos os riscos (projeto 5.5) que irá contribuir para dotar o concelho de um histórico das ocorrências registadas, localização exata, descrição, meios envolvidos, necessidade de intervenção futura, entidades intervenientes e que resposta foi dada; bem como perceber posteriormente se a situação ficou solucionada e se reduziu a probabilidade de novas ocorrências; - Contributo para adoção de medidas para reduzir o risco sísmico no concelho, através da elaboração do Plano Especial de Emergência e Proteção Civil para o Risco Sísmico (projeto 5.7).	Não identificados.
	<i>Ocorrência / Duração / Efeito</i>	<i>Ocorrência / Duração / Efeito</i>
	1,2 e 3 / P / Si, C	Não aplicável.

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto-Prazo; 2 - Médio-Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P - Permanente; –feito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si - Sinérgico. N.A. – Não Aplicável.

Na avaliação estratégica de efeitos, para além da análise ao Programa de Execução, importa analisar as disposições do Regulamento, assim, o Regulamento determina como áreas de risco, e de acordo com o seu **Artigo 20.º** :

“a) Áreas ameaçadas por galgamentos ou inundações costeiras, que correspondem a áreas suscetíveis de serem invadidas pelo avanço das águas do mar em caso de tempestades, nomeadamente as áreas contíguas às margens das águas do mar que, em função das suas características fisiográficas e morfológicas, evidenciam elevada vulnerabilidade à ocorrência de inundações por galgamento oceânico;

b) Áreas ameaçadas pela instabilidade de arribas e de vertentes, que correspondem a áreas identificadas como de suscetibilidade elevada à ocorrência de movimentos de vertentes bem como as faixas de proteção às arribas onde existem edificações”.

E como disposições importa destacar:

“2. Nas áreas de risco natural integradas em solo urbano e no solo rústico devem ser minimizadas as situações de risco de pessoas e bens, privilegiando-se os usos e as intervenções de requalificação e integração urbanística do espaço público e dos logradouros existentes, que não impliquem a construção de novos edifícios, desde que sejam garantidas as condições de escoamento das águas superficiais e acautelados os riscos de estabilização de arribas e vertentes adjacentes, quando for o caso.

3. Sem prejuízo do disposto nos regimes do domínio hídrico, da reserva ecológica e de outros aplicáveis, nas áreas de risco natural integradas em solo urbano e rústico as obras de urbanização, de construção, alteração, ampliação e reconstrução nas edificações existentes, devidamente legalizadas e independentemente do uso associado, regem-se pelas seguintes disposições:

a) São interditas obras de construção e de urbanização, admitindo-se apenas obras de reconstrução, alteração e ampliação, nos termos das alíneas seguintes;

b) As obras de ampliação são permitidas, não podendo corresponder, por prédio, a um aumento de área total de construção superior a 16m² e ao aumento da altura da edificação;

c) Nas edificações já sujeitas a obras de ampliação nos termos da alínea anterior não poderão ocorrer novas obras de ampliação;

d) As obras de reconstrução, alteração e ampliação devem observar as características das construções existentes, tendo em especial atenção o património arquitetónico, vernáculo e erudito.

4. *É exceção ao número anterior as obras e usos admitidos ao abrigo da legislação específica para as áreas portuárias e balneares.*

(...)

5. Nas áreas naturais não abrangidas pelo POOC de Santa Maria, a alteração dos limites das áreas de risco natural definidas na planta de ordenamento pode ocorrer mediante a elaboração de cartografia de pormenor de risco elaborada em conformidade com a legislação existente.

6. No solo urbano da Praia Formosa abrangido por áreas de risco natural, até à elaboração da cartografia de pormenor das áreas de instabilidade de vertentes, não são admitidas obras de construção nem obras de ampliação”.

Destaca-se ainda o Artigo 23.º Normas gerais, mais especificamente o Número 16 que determina:

“A Câmara Municipal pode inviabilizar a realização de uma operação urbanística ou suspender o seu licenciamento numa área onde surjam ou se agravem situações de riscos tais como movimentos de arribas e de vertentes, avanço das águas do mar, cheias e inundações, entre outros”.

Tabela 6.7_ Síntese das tendências de evolução do FS “Vulnerabilidades e Riscos”

Critérios de Avaliação	Tendências de Evolução		
	Situação Atual	Sem a Implementação da revisão do Plano	Com a Implementação da revisão do Plano
Riscos Naturais			
Riscos Tecnológicos			

Critérios de Avaliação	Tendências de Evolução		
	Situação Atual	Sem a Implementação da revisão do Plano	Com a Implementação da revisão do Plano
Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas		↗	↗ ↗
Dissonâncias Ambientais		→	↗ ↗

Legenda:

Situação Atual	Distância à situação desejável (orientações QRE)				
		Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendências de Evolução	↘ ↘	↘	→	↗	↗ ↗
	Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	Negativa Afastamento das orientações do QRE	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação às orientações do QRE	Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

6.1.6 RECOMENDAÇÕES

De salientar que logo à partida foram sugeridas várias recomendações pela AAE internalizadas na presente versão da proposta da 2rPDM_ViladoPorto, nomeadamente ao nível dos riscos naturais e tecnológicos, em projetos associados ao Objetivo 5 da revisão do PDM, como o caso dos Projetos 5.4, 5.5 e 5.7. Assim, subsistem apenas algumas recomendações complementares (Tabela 6.8) resultantes da análise dos elementos da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, que se considera que poderão potenciar e reforçar o conjunto de potenciais oportunidades identificadas.

Tabela 6.8_Recomendações no âmbito do FS “Vulnerabilidades e Riscos”

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
Rec_1.1: Incluir nos processos de licenciamento, e sempre que considerado pertinente, a necessidade de análise de vulnerabilidades aos riscos naturais, tecnológicos e/ou mistos. <i>[Recomendação complementar ao processo de revisão]</i>	- Gestão e redução/eliminação dos riscos associados aos processos dinâmicos naturais, com consequências sobre a área de intervenção (riscos naturais); - Gestão dos conflitos gerados por atividades humanas (riscos tecnológicos).	↗ →	- Oportunidade de regulamentação no sentido da promoção de projeto infraestruturais nomeadamente urbanísticos que incluam a mitigação dos riscos naturais e tecnológicos. - Potencial ameaça ao nível dos riscos tecnológicos associados às atividades industriais que possam vir a ser desenvolvidos.
Rec_1.2: Assegurar uma articulação eficaz entre diferentes ferramentas e instrumentos, nomeadamente de planeamento estratégico, existentes e previstos, no âmbito da mitigação e adaptação às alterações climáticas. <i>[Recomendação complementar ao processo de revisão e que não obedece assim à vinculação]</i>	- Capacidade de resiliência e adaptação do concelho face às alterações climáticas.	↗ →	- Contributo para o aumento da capacidade de adaptação do sistema biofísico do concelho às alterações climáticas; - Contributo para o aumento da emissão de GEE.
Rec_1.3: Incluir no Programa de Execução um projeto específico para o desenvolvimento de um Plano de Comunicação Global enquanto ferramenta de orientação atempada do que comunicar em várias temáticas, com	- Gestão e redução/eliminação dos riscos associados aos processos dinâmicos naturais, com consequências	↗ →	- Oportunidade de regulamentação no sentido da promoção de projeto que incluam a mitigação dos riscos naturais e tecnológicos.

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
que público, perante determinada situação ou ocorrência. Sugere-se que não seja um plano apenas para as temáticas de riscos e vulnerabilidades, mas que permita aproximar a mensagem da população, que esta seja passada com eficácia e seja assimilada com sucesso pela população. Este plano deve ser desenvolvido com base em técnicos especializados em comunicação e deve envolver / definir e por em prática diversos métodos e estratégias de comunicação. Ou seja, deve definir: 1) que mensagens e temáticas são prioritárias; 2) estratégias de comunicação e envolvimento; 3) acompanhamento da realização e eficácia das ações; 4) adaptação/revisão das estratégias e métodos sempre que necessário. Apesar do Programa de execução prever um projeto específico de “campanhas de sensibilização no âmbito da proteção civil (riscos sísmicos, galgamentos, movimentos de massa, entre outros)”, deve ser tida como fulcral, e promovida, uma comunicação efetiva e eficaz da administração local com a população, numa relação de estreita interligação e proximidade. Assim, propõe-se que, para além das campanhas, isoladas, de sensibilização, seja desenvolvido um Plano de Comunicação enquanto ferramenta de orientação atempada.	sobre a área de intervenção (riscos naturais); - Gestão dos conflitos gerados por atividades humanas (riscos tecnológicos).		- Potencial ameaça ao nível dos riscos tecnológicos associados às atividades industriais que possam vir a ser desenvolvidos.
Rec_1.4: Incluir na próxima revisão do PMEPC medidas que contemplem, por exemplo, uma atualização das necessidades atuais ao nível da capacidade de resiliência ao nível da necessidade de meios e equipamentos, como por exemplo, a aquisição de atrelados com kit de emergência ((como atrelado com kit de emergência que permite providenciar alojamento, podem ser preparados com a ajuda da Cruz Vermelha Portuguesa, kits Sobrevivência (com atualização relativamente aos já recomendados para eventos sísmicos), sistema de tratamento de água portáteis para respostas de emergência, entre outros). A recomendação surge no contexto complementar à estratégia da própria revisão do PDM de promover a resiliência do concelho de Santa Cruz da Graciosa, uma vez que, enquanto região ultraperiférica, enfrenta desafios diversos como a limitação de recursos, a limitação e descontinuidade territorial, a dependência dos meios aéreos e marítimos para o abastecimento interno, para a evacuação em termos médicos, entre outros. Esta capacidade de resiliência traduz-se também na capacidade de resposta perante a necessidade de meios e equipamentos. [Recomendação complementar e que não obedece assim à vinculação da recomendação ao mesmo, através do seu Regulamento ou Programa de Execução e Plano de Financiamento, pelo facto do seu âmbito e	- Gestão e redução/eliminação dos riscos associados aos processos dinâmicos naturais, com consequências sobre a área de intervenção (riscos naturais); - Gestão dos conflitos gerados por atividades humanas (riscos tecnológicos). - Capacidade de resiliência e adaptação do concelho face às alterações climáticas.	↗ →	- Oportunidade de regulamentação no sentido da promoção de projeto que incluam a mitigação dos riscos naturais e tecnológicos. - Potencial ameaça ao nível dos riscos tecnológicos associados às atividades industriais que possam vir a ser desenvolvidos. - Contributo para o aumento da capacidade de adaptação do concelho às alterações climáticas.

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
<i>natureza, quer territorial, quer procedimental, extravasar o do próprio Plano]</i>			

Legenda:

		
Contributo	Potencia os efeitos positivos	Responde aos efeitos negativos

6.2. VALORES NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS

6.2.1 INTRODUÇÃO

A importância da conservação e manutenção dos valores naturais apresenta-se como fundamental no que concerne à sustentabilidade do território, tendo em vista o equilíbrio ecológico e a sua resiliência biofísica.

Cumulativamente, considera-se imprescindível o reconhecimento da paisagem enquanto realidade cénica, visual e ecológica, uma vez que se constitui um elemento importante na qualidade de vida e identidade local e regional, sendo inclusivamente tida como uma das bases para a gestão integrada e equilibrada deste território.

Ainda neste âmbito, importa destacar também o património cultural, uma vez que integra todos os bens testemunhos com valor de civilização ou de cultura de interesse relevante. A valorização e proteção do património relacionado com as atividades promotoras de desenvolvimento regional e local, responsáveis pelo aumento do bem-estar social e económico e, que defendem, na mesma ordem, a qualidade ambiental e paisagística, constituem-se componentes fundamentais e fortemente relacionadas com a sustentabilidade de um território. Por isso, considerando a natureza do presente Plano, importa ter em atenção a forma como a sua implementação afetará a estrutura paisagística e o património cultural presente, bem como o seu potencial de valorização.

Desta forma, o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais” procura avaliar de que forma a proposta de 2rPDM_ViladoPorto promove a manutenção/melhoria das funções ecológicas das áreas naturais e a salvaguarda dos valores paisagísticos e patrimoniais, e, em suma, na forma como estes promovem a afirmação da identidade do próprio território na sua matriz terra-mar-povo.

6.2.2 OBJETIVOS E INDICADORES

Os objetivos identificados para este FS relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que integram o QRE da presente AAE e que são apresentados anteriormente no Capítulo 5. Desta forma, com a constituição deste FS pretende-se proceder à avaliação dos efeitos positivos e negativos da proposta de 2rPDM_ViladoPorto sobre os elementos que constituem os recursos naturais, patrimoniais e culturais presentes no território, de acordo com os seguintes objetivos:

- Avaliar o contributo da proposta de 2rPDM_ViladoPorto para a promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes;
- Avaliar o contributo da proposta de 2rPDM_ViladoPorto na proteção e valorização da paisagem e;
- Avaliar o contributo da proposta de 2rPDM_ViladoPorto na proteção e valorização do património natural e cultural.

Tabela 6.9_ Indicadores selecionados para o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
Áreas naturais e ecossistemas: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a melhoria das funções ecológicas das áreas naturais, quer pela aptidão demonstrada para a conservação dos ecossistemas presentes, quer na melhoria da qualidade de vida?	Extensão dos corredores ecológicos	Extensão das faixas de vegetação que promovem a conexão entre grandes fragmentos florestais ou unidades de conservação separados pela atividade humana (estradas, terrenos agrícolas, etc.), proporcionando à fauna a livre circulação entre as áreas protegidas e, consequentemente, a troca genética entre as espécies.
	Áreas classificadas ou protegidas (n.º, ha; % da AI)	Identificação, em número e percentagem relativa da área da AI ocupada por áreas protegidas e classificadas, por estatuto de conservação com reconhecimento regional, nacional e internacional.
	Área construída em áreas classificadas ou protegidas (ha; %)	Determinação da área construída em áreas classificadas ou protegidas (em hectares e/ou percentagem)
	Geossítios e cavidades vulcânicas (n.º)	Considera o número de Geossítios e de cavidades vulcânicas identificadas na área de intervenção.
	Habitats e espécies protegidas abrangidas por legislação nacional e comunitária (identificação; localização; n.º)	Identificação e número dos habitats e espécies, protegidos ao abrigo de legislação nacional e internacional.
	Espécies invasoras presentes (espécies e n.º)	Identificação das espécies invasoras presentes nas áreas sensíveis para a conservação da natureza do município
	Águas balneares costeiras identificadas e não identificadas (n.º) e respetiva classificação no caso das águas balneares costeiras identificadas	Considera o número de águas balneares identificadas e não identificadas na área de intervenção e a respetiva classificação, nos últimos três (3) anos no caso das águas balneares identificadas
	Zonas balneares classificadas e áreas de aptidão balnear (n.º por tipologia)	Considera o número e localização de zonas balneares classificadas e áreas de aptidão balnear na área de intervenção.
Paisagem: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a salvaguarda e valorização dos valores paisagísticos presentes?	Ações e/ou projetos concretizados para a gestão e conservação da natureza (n.º e investimento)	Número de ações e/ou projetos concretizados e respetivo investimento (em euros) para a gestão e conservação da natureza.
	Unidades de paisagem e elementos singulares (n.º)	Número e/ou percentagem relativa da área ocupada pelas unidades de paisagem e elementos singulares identificadas na AI
	Percursos pedestres com interesse paisagísticos (n.º; km)	Considera a extensão (em km) dos percursos/circuitos definidos em caminhos, geralmente em meios naturais e rurais, que estão sinalizados com marcas e códigos internacionalmente conhecidos e aceites.
	Miradouros e pontos de interesse paisagístico	Considera o número de locais referenciados, mais ou menos intervencionados, de onde se obtém uma vista panorâmica ou apreciadas perspetivas da AI.
Património cultural e natural: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a salvaguarda e valorização dos	Ações de preservação e/ou valorização da paisagem (n.º)	Número de ações ou intervenções realizadas, bem como medidas de gestão e controlo, implementadas para a referida temática.
	Património cultural classificado ou em vias de classificação (n.º e tipologia e referência na Carta de Risco do Património Arqueológico)	Determina o número de bens patrimoniais imóveis ou património arqueológico terrestre e subaquático com interesse ou classificados como património cultural ou histórico pelas entidades oficiais.

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
valores patrimoniais existentes no concelho?	Património natural classificado ou em vias de classificação (n.º, ha e tipologia)	Identifica o número e tipologia de Património natural classificado ou em vias de classificação.
	Ações de preservação e/ou valorização do património (n.º)	Número de ações ou intervenções realizadas, bem como medidas de gestão e controlo para a referida temática.

6.2.3 SITUAÇÃO ATUAL

As condições climáticas, geográficas e geológicas dos Açores deram origem a uma grande variedade de biótopos, ecossistemas e paisagens que propiciam um elevado número de habitats e uma grande diversidade de espécies, muitas delas endémicas. Esta geo/biodiversidade em conjunto com as características singulares da paisagem, associados com as tendências evolutivas da ocupação do solo conduziram à criação de diversas estratégias de proteção e conservação.

O património natural dos Açores é reconhecido com a concretização da Rede de Áreas Protegidas dos Açores, correspondendo os Parques Naturais de Ilha (PNI), o Parque Marinho dos Açores (PMA) e as áreas protegidas de importância local a unidades de gestão da mesma Rede, tal como estatuído nos artigos 28.º e 29.º do DLR n.º 15/2012/A, de 2 de abril, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade.

O PNI é constituído pelas áreas terrestres classificadas no território de cada ilha, podendo abranger ainda áreas marítimas até ao limite exterior do mar territorial. O PMA é constituído pelas áreas marinhas classificadas nos termos do referido diploma, que integram uma única unidade gestão e se situam para além do limite exterior do mar territorial.

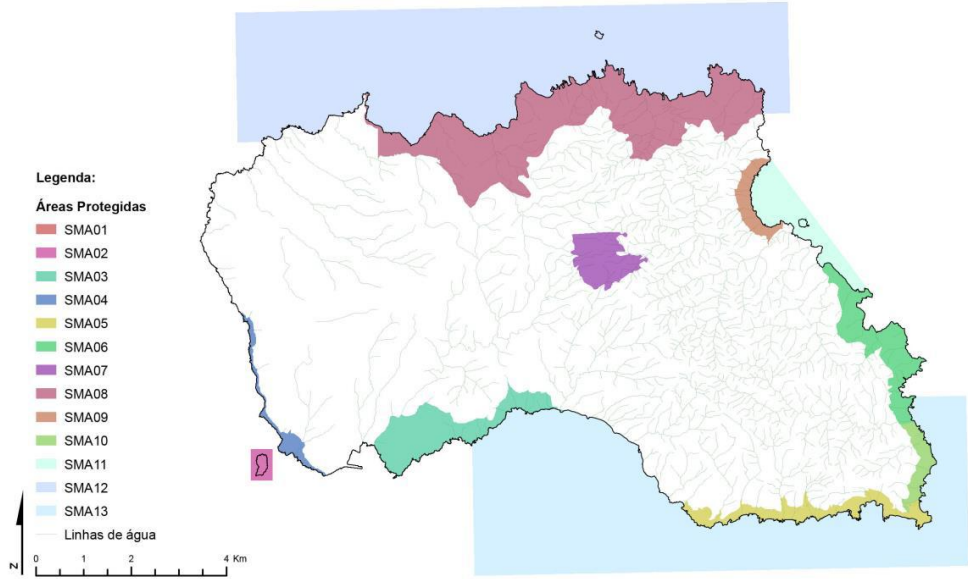
O PNI de Santa Maria, criado e delimitado pelo DLR n.º 47/2008/A de 7 de novembro, alterado e republicado pelo DLR n.º 39/2019/A, de 19 de setembro, estabelece os limites territoriais e as categorias das áreas protegidas, as quais foram classificadas de acordo com os critérios da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

As áreas que constituem o Parque Natural de Ilha são bastante singulares, passando pela flora e fauna, paisagem e património cultural, e classificam-se em duas Reservas Naturais, um Monumento Natural, quatro Áreas Protegidas para a Gestão de Habitats ou Espécies, três Áreas de Paisagem Protegida e três Áreas Protegidas de Gestão de Recursos.

O PNI de Santa Maria (figura seguinte) integra 13 áreas protegidas, das quase 8 são exclusivamente terrestres, 1 com área terrestres e marítima e 4 áreas exclusivamente marítimas, que correspondem as seguintes categorias:

- Reserva Natural dos Ilhéus das Formigas (SMA01);
- Reserva Natural do Ilhéu da Vila (SMA02);
- Monumento Natural da Pedreira do Campo, Figueiral e Prainha (SMA03);
- Área Protegida para a gestão de habitats ou espécies da Costa Sudoeste (SMA04);
- Área Protegida para a gestão de habitats ou espécies da Ponta do Castelo (SMA05);
- Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Baía do Cura (SMA06);
- Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Pico Alto (SMA07);
- Área de Paisagem Protegida do Barreiro da Faneca (SMA08);
- Área de Paisagem Protegida da Baía de São Lourenço (SMA09)
- Área de paisagem Protegida da Baía da Maia (SMA10)
- Área Protegida de Gestão de Recursos da Baía de São Lourenço (SMA11)
- Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Norte (SMA12)
- Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Sul (SMA13)

Figura 6.2.1_ Áreas protegidas do PNI de Santa Maria



Fonte: Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024

Na tabela seguinte sintetizam-se as características dominantes de cada uma das áreas que integra o PNI.

Tabela 6.10_PNI Santa Maria: síntese das principais características de cada área protegida

Designação	Categoria IUCN	Classificações internacionais	Síntese
SMA01 Ilhéus das Formigas	Reserva natural marinha	Geossítios do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO – marinhas 4 - Ilhéu das Formigas e Recife de Dollabarat; Sítio Ramsar n.º 3PT024 - Ilhéus das Formigas e Recife Dollabarat PTsMA0023 - ZEC do Ilhéu das Formigas e Recife Dollabarat	A Reserva Natural Regional dos Ilhéus das Formigas, referida no artigo n.º 4 (alínea a)), do DLR n.º 47/2008/A de 7 de novembro, é reclassificada pelo mesmo Diploma como Reserva Natural dos Ilhéus das Formigas pelo seu valor natural e pela importância para espécies, habitats e ecossistemas protegidos, sem prejuízo da manutenção dos critérios e objetivos iniciais que presidiram à respetiva criação. Corresponde exclusivamente a uma área de reserva marinha, incluindo a coluna de água e os fundos subjacentes, bem como os recursos aí existentes. Os ilhéus das Formigas são constituídos por um conjunto de rochas e baixios adjacentes localizadas a NE da ilha de Santa Maria que formam o “Banco das Formigas”, constituído por um maciço submarino ao qual também pertence o Banco do Dollabarat. Esta reserva constitui um recurso natural de grande importância dada a quantidade de espécies marinhas que aí se reproduzem e das aves que aí nidificam, funcionando também como um viveiro para muitas espécies. A Reserva Natural dos Ilhéus das Formigas integra no seu âmbito os objetivos e limites territoriais definidos para o antigo SIC Ilhéus das Formigas e Recife Dollabarat, e observa, cumulativamente com o regime definido pelo DLR n.º 47/2008/A de 7 de novembro, o regime estabelecido pelo PSRN2000 para a Região. Integra também no seu âmbito as zonas de reserva integral de captura de lapas definidas no n.º 2 do artigo 4.º do DRR n.º 14/93/A, de 31 de julho. É também um Geossítio do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO (marinhas 4 - Ilhéus das Formigas e Recife Dollabarat).
SMA02 Ilhéu da Vila	Reserva natural	PTZPE0034 - ZPE do Ilhéu da Vila e Costa Adjacente IBA PT068 – Ilhéu da Vila	A Reserva Natural do Ilhéu da Vila abrange a área emersa do Ilhéu da Vila e uma área submersa em seu redor, integra no seu âmbito os objetivos e limites territoriais definidos para a ZPE Ilhéu da Vila e Costa Adjacente e observa, cumulativamente com o regime definido pelo DLR n.º 47/2008/A de 7 de novembro, o regime estabelecido pelo PSRN2000 para a Região. Dentro dos limites territoriais da área protegida da Reserva Natural do Ilhéu da Vila, incluem-se áreas que preenchem os critérios de classificação da Bird Life Internacional como IBA.
SMA03 Pedreira do Campo, do Figueiral e Prainha	Monumento Natural	Geossítios do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO – Pedreira do Campo; Figueiral; Praia Formosa e Prainha	A Reserva Natural do Figueiral e Prainha e o Monumento Natural Regional do lugar da Pedreira do Campo, referidas no artigo n.º 4 (alíneas c) e d)) do DLR n.º 47/2008/A de 7 de novembro, são reclassificadas pelo mesmo Diploma como Monumento Natural da Pedreira do Campo, do Figueiral e Prainha, sem prejuízo da manutenção dos critérios e objetivos iniciais que presidiram às respetivas criações, pelos valores naturais e estéticos em presença, a singularidade geológica (pela presença de 3 jazidas fosséis: Prainha, Figueiral e Pedreira do Campo) e a importância da área para espécies, habitats e ecossistemas protegidos. Este local apresenta um património singular nos contextos local, regional, nacional e internacional. Para além do interesse pedagógico e científico, apresenta uma identidade histórica ao nível geológico e vulcanológico, bem como uma grande importância para o património cultural, natural e paisagístico, visto que, por motivos de dificuldade de acesso por terra, as suas escarpas ainda se mantêm relativamente intocadas pelo Homem, conservando, desta forma, as suas características naturais.

Designação	Categoria IUCN	Classificações internacionais	Síntese
			A classificação inicial da zona do Figueiral e Prainha como Reserva Natural Regional justificou-se pela existência de formações sedimentares que vão desde o período Miocénico até ao Quaternário, bem como pela ocorrência de uma grande quantidade de fósseis marinhos muito raros em formações vulcânicas. Na zona da Prainha existem camadas fossilíferas assentes sobre um terraço marinho. Também na gruta do Figueiral podem ser observados, em grande abundância, depósitos fossilíferos marinhos e outras formações calcárias. Os afloramentos de piroclastos e derrames basálticos submarinos (pillow lavas) que ocorrem nesta área são de grande importância geológica e de elevado valor didático, por não se encontrarem expostos em mais nenhuma ilha do Arquipélago. De referir ainda o Monumento Natural da Pedreira do Campo, que é parte integrante da então reserva natural regional, onde está exposta uma extensa frente de lavra talhada em basaltos de antigas lavas submarinas, em associação com rochas carbonatadas com fósseis de organismos marinhos, constituindo uma raridade geológica, cuja importância científica e patrimonial justificou a respetiva proteção e classificação regional. O Monumento Natural da Pedreira do Campo, do Figueiral e Prainha integra no seu âmbito as zonas de reserva integral de captura de lapas definidas no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 14/93/A, de 31 de julho.
SMA04 Costa Sudoeste		PTZPE0034 - ZPE do Ilhéu da Vila e Costa Adjacente	Para além dos objetivos de gestão referidos anteriormente para as áreas protegidas para a gestão de habitats ou espécies, constituem fundamentos específicos para a classificação da área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Costa Sudoeste, a respetiva importância para as espécies, habitats e ecossistemas protegidos e os valores naturais em presença. A área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Costa Sudoeste integra no seu âmbito os objetivos e limites territoriais definidos para a ZPE Ilhéu da Vila e Costa Adjacente e observa, cumulativamente com o regime definido pelo DLR n.º 47/2008/A de 7 de novembro, o regime estabelecido pelo PSRN2000 para a Região.
SMA05 Ponta do Castelo	Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies	PTSMA0022 - ZEC da Ponta do Castelo IBA PT070 – Ponta da Malbusca e Ponta do Castelete Geossítios do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO – Ponta do Castelo; Ribeira do Maloás	Constituem fundamentos específicos para a classificação da área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Ponta do Castelo, a respetiva importância para as espécies, habitats e ecossistemas protegidos e em virtude dos valores tradicionais, estéticos e culturais em presença. Destaca-se a sua importância no contexto geológico da ilha, onde se incluem 8 jazidas fósseis (Ponta do Castelo, Pedra que Pica, Vinha Velha, Pedrinha da Cré, Baía de Nossa Senhora, Malbusca, Falha Oeste da Malbusca e Gruta dos Incófósseis). A área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Ponta do Castelo integra no seu âmbito os objetivos e limites territoriais definidos para a ZEC Ponta do Castelo e observa, cumulativamente regime definido pelo DLR n.º 47/2008/A de 7 de novembro, o regime estabelecido pelo PSRN2000 para a região. Dentro dos limites territoriais da área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Ponta do Castelo, incluem-se áreas que preenchem os critérios de classificação da Bird Life Internacional como IBA. Integra também no seu âmbito as zonas de reserva integral de captura de lapas definidas no n.º 1 do artigo 4.º do DRR n.º 14/93/A, de 31 de julho.
SMA06 Baía do Cura	Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies	Geossítios do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO – Cascata do Aveiro; IBA PT070 – Ponta da Malbusca e Ponta do Castelete	Para além dos objetivos de gestão referidos anteriormente para as áreas protegidas para a gestão de habitats ou espécies, constituem fundamentos específicos para a classificação da área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Baía do Cura, a respetiva importância para as espécies, habitats e ecossistemas protegidos e em virtude dos valores naturais e geodiversidade em presença. Dentro dos limites territoriais da área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Baía do Cura incluem-se áreas que preenchem os critérios de classificação da Bird Life Internacional como IBA (IBA PT070 – Ponta da Malbusca e Ponta do Castelete). Esta área protegida integra no seu âmbito as zonas de reserva integral de captura de lapas definidas no n.º 1 do artigo 4.º do DRR n.º 14/93/A, de 31 de julho. Esta área protegida integra igualmente a jazida fossilífera da Ponta do Cedro.
SMA07 Pico Alto			Constituem fundamentos específicos para a classificação da área protegida para a gestão de habitats ou espécies do Pico Alto, a respetiva importância para as espécies, habitats e ecossistemas protegidos, nomeadamente a riqueza de endemismos ali presentes.
SMA08 Barreiro da Faneca	Área de paisagem protegida	IBA PT069 – Ilhéu das Lagoínhas e Costa Adjacente Geossítios do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO – Barreiro da Faneca; Baía do Raposo; Baía do Tagarete e Ponta do Norte; Baía da Cré	A Paisagem Protegida de Interesse Regional do Barreiro da Faneca e da Costa Norte, referida no artigo n.º 4 (alínea e)), do DLR n.º 47/2008/A de 7 de novembro, é reclassificada nos termos do mesmo Diploma como área de paisagem protegida do Barreiro da Faneca, em função dos objetivos de gestão referidos naquele Diploma. Para além dos objetivos de gestão referidos anteriormente para as áreas de paisagem protegida, constituem fundamentos específicos para a reclassificação da área de paisagem protegida do Barreiro da Faneca, os valores tradicionais e estéticos em presença e a singularidade geológica. O Barreiro da Faneca constitui uma paisagem única nos Açores, consistindo numa vasta área de terreno árido, formado essencialmente por piroclastos fortemente argilizados, pertencentes à unidade litoestratigráfica “Formação de Feteiras”, razão pela qual recebeu o nome de “Deserto vermelho dos Açores”. Apresenta-se como uma superfície de relevo ondulado com declives muito suaves, sendo visíveis, em alguns locais, formas de relevo causadas pela erosão eólica e hídrica, que conferem a este local um elevado valor paisagístico e ecológico, bem como de importância científica e cultural de relevância. Trata-se de um local praticamente desprovido de vegetação. Contígua ao Barreiro da Faneca encontra-se a baía da Cré, rica em jazidas de fósseis marinhos (Ponta dos Frades, Cré, Lagoínhas e Ponta do Norte), muito raros em regiões vulcânicas. Um pouco por toda a baía, e sobretudo na Pedreira da Cré e na gruta existente nas arribas desta baía, é possível observar formações sedimentares, como calcários e aglomerados fossilíferos, alguns destes muito bem preservados. Ainda em contiguidade, do lado oposto ao Barreiro da Faneca está localizada a baía do Raposo, igualmente de grande valor paisagístico pelas suas escarpas, queda de água e foz da ribeira. A adicionar a estes fatores encontra-se a importância ecológica destas baías, uma vez que as suas arribas servem de local de nidificação a várias espécies de avifauna marinha. Junto ao Barreiro da Faneca encontra-se a ermida de Nossa Senhora do Pilar, edificada em 1722, que devido à sua importância sociocultural, paisagística e arquitetónica, constitui mais um motivo adicional de valorização da área em que estão inseridas.

Designação	Categoria IUCN	Classificações internacionais	Síntese
SMA09 Baía de São Lourenço		Geossítios do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO – Baía de São Lourenço	Para além dos objetivos de gestão referidos anteriormente para as áreas de paisagem protegida, constituem fundamentos específicos para a classificação da área de paisagem protegida da Baía de São Lourenço, os valores tradicionais e estéticos em presença e a singularidade geológica, incluindo a jazida fóssil da Ponta Negra.
SMA10 Baía da Maia		Geossítios do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO – Baía da Maia	Para além dos objetivos de gestão referidos anteriormente para as áreas de paisagem protegida, constituem fundamentos específicos para a classificação da área de paisagem protegida da Baía da Maia, os valores tradicionais e estéticos em presença e a singularidade geológica. A classificação das Áreas de paisagem protegida da Baía de São Lourenço e da Baía da Maia, decorrem de um processo de discussão pública realizada nos termos da lei, tendo sido acordado a proteção destas áreas, dada a qualidade paisagística deste local, correlacionado com a preservação e recuperação das áreas de vinha.
SMA11 Baía de São Lourenço	Área protegida de gestão de recursos	IBA PTM13 Santa Maria	Para além dos objetivos de gestão referidos anteriormente para as áreas protegidas para a gestão de recursos, constituem fundamentos específicos para a reclassificação da área protegida para a gestão de recursos da Baía de São Lourenço, os valores naturais e estéticos em presença e a importância para as espécies, habitats e ecossistemas protegidos. A área protegida de gestão de recursos da Baía de São Lourenço integra no seu âmbito a área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Baía do Cura. Integra também no seu âmbito as zonas de reserva integral de captura de lapas definidas no n.º 1 do artigo 4.º do DRR n.º 14/93/A, de 31 de julho.
SMA12 Costa Norte		IBA – PT069 Ilhéu das Lagoínhas e Costa Adjacente IBA PTM13 Santa Maria	Para além dos objetivos de gestão referidos anteriormente para as áreas protegidas para a gestão de recursos, constituem fundamentos específicos para a reclassificação da área protegida para a gestão de recursos da Costa Norte, os valores naturais e estéticos em presença e a importância para as espécies, habitats e ecossistemas protegidos. A área protegida de gestão de recursos da Costa Norte integra no seu âmbito a área de paisagem protegida do Barreiro da Faneca. Integra também no seu âmbito as zonas de reserva integral de captura de lapas definidas no n.º 1 do artigo 4.º do DRR n.º 14/93/A, de 31 de julho.
SMA13 Costa Sul		IBA PT070 – Ponta da Malbusca e Ponta do Castelete IBA PTM13 Santa Maria	Constituem fundamentos específicos para a reclassificação da área protegida para a gestão de recursos da Costa Sul, os valores naturais e estéticos em presença e a importância para as espécies, habitats e ecossistemas protegidos. Inclui 2 jazidas fósseis (Praia do Calhau e Macela). A área protegida de gestão de recursos da Costa Sul integra no seu âmbito as áreas protegidas para a gestão de habitats ou espécies da Ponta do Castelo e da Baía do Cura, bem como os objetivos e limites territoriais definidos para o antigo SIC Ponta do Castelo e observa, cumulativamente com regime definido pelo DLR n.º 47/2008/A de 7 de novembro, o regime estabelecido pelo PSRN2000 para a região. Esta área integra ainda no seu âmbito as zonas de reserva integral de captura de lapas definidas no n.º 1 do artigo 4.º do DRR n.º 14/93/A, de 31 de julho.

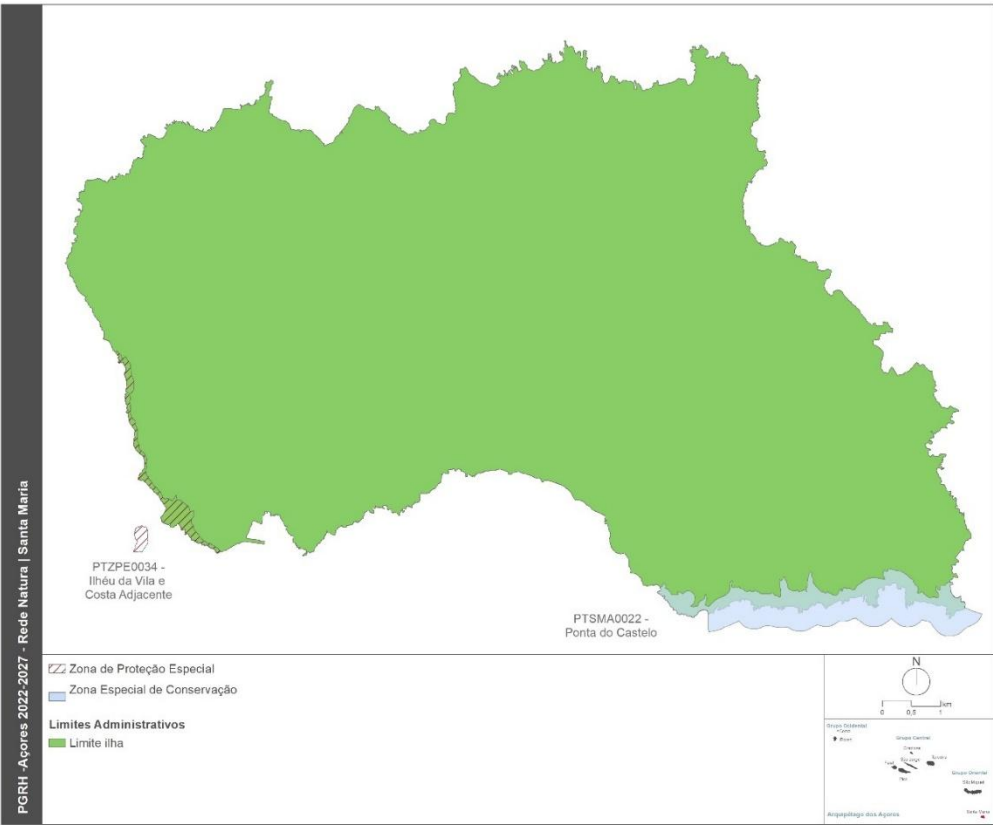
A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica de âmbito europeu que compreende as áreas protegidas classificadas como zonas especiais de conservação (ZEC) e as áreas protegidas classificadas como Zonas de proteção especial (ZPE) e que tem como objetivo a conservação da diversidade biológica e ecológica, atendendo às exigências económicas, sociais e culturais das diferentes regiões.

Neste sentido, a Comunidade Europeia com a finalidade de proteger e melhor gerir o seu património natural estabeleceu uma política ambiental de conservação da natureza e da biodiversidade com a implementação de duas diretivas comunitárias: “Aves” e “Habitats”.

- A Diretiva Aves (Diretiva 79/409/CEE) tem por objetivo a conservação e gestão das populações de aves (terrestres e marinhas), vivendo no estado selvagem, bem como dos respetivos habitats. Requer o estabelecimento de Zonas de Proteção Especial (ZPE), tendo sido aplicada nos Açores em 1989 com a criação de 15 ZPE, através do Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2004/A, de 1 de julho, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2005/A, de 19 de abril.
- A Diretiva Habitats (Diretiva 92/43/CEE) é destinada à preservação dos habitats naturais (terrestres e marinhos), da flora e da fauna selvagens (terrestres e marinhas) considerados ameaçados, raros ou vulneráveis, e complementa a legislação comunitária iniciada com a diretiva “Aves”. Esta diretiva prevê a criação de uma rede de Zonas Especiais de Conservação (ZEC). Nos Açores, em 2002, foram declarados 23 Sítios de Interesse Comunitário (SIC) que em 2009 foram classificados como ZEC, através do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2009/A, de 3 de junho. Em 2009 e 2013 foram ainda designados três novos SIC, dois marinhos e um terrestre, respetivamente.”

Na ilha de Santa Maria existem uma ZEC e uma ZPE, que totalizam aproximadamente 374 ha, dos quais 194 ha correspondem a área terrestre e 180ha a área marinha (veja-se figura e tabela seguintes): ZEC Ponta do Castelo; ZPE Ilhéu da Vila e Costa Adjacente.

Figura 6.2.2_Rede Natura 2000 na ilha de Santa Maria



Fonte: Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024

Tabela 6.11_Áreas que integram a Rede Natura 2000 na ilha de Santa Maria

ZEC/ZPE	Código	Designação	Área terrestre			Área marinha			Área Total	
			(ha)	Km²	(%)	(ha)	Km²	(%)	(ha)	Km²
ZEC	PTSMA0022	Ponta do Castelo	136,5	1,4	43,1	180,1	1,8	56,9	316,6	3,2
ZPE	PTZPE0034	Ilhéu da Vila e Costa Adjacente	57,1	0,6	100,0	—	—	—	57,1	0,6

Fonte: Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024

Segundo o relatório da Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional para as Alterações Climáticas⁴, está registada a existência de um conjunto de habitats e espécies de fauna e flora de extrema relevância para a proteção e conservação, sendo que os habitats com carácter protegido presentes nas ZEC e ZPE da ilha de Santa Maria estão listados nas tabelas seguintes.

Tabela 6.12_Habitats presentes nas ZEC da ilha de Santa Maria

ZEC	Código Espécie	Habitats das ZEC
PTSMA0022 ZEC da Ponta do Castelo	1160	Enseadas e baías pouco profundas
	1210	Vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela mare
	1220	Vegetação perene das praias de calhaus rolados
	1250	Falésias com flora endémica das costas macaronésias
	8330	Grutas marinhas submersas ou semi-submersas
PTSMA0023 ZEC do Ilhéu das Formigas e Recife Doll abarat	1170	Recifes

Fonte: Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024

⁴ SREAT - DRA, 2017 (Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo – Direção Regional do Ambiente. 2017. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA REGIONAL PARA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DOS AÇORES. Disponível em: <http://azores.gov.pt/Gra/srrm-ambiente/menus/secundario/Alterar%C3%A7%C3%B5es+Clim%C3%A1ticas/>)

Tabela 6.13_Habitats presentes na ZPE da ilha de Santa Maria

ZPE	Código Habitat	Habitats das ZPE
PTZPE0034	1220	Vegetação perene das praias de calhaus rolados
ZPE do Ilhéu da Vila e Costa Adjacente	1250	Falésias com flora endémica das costas macaronésias

Fonte: Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024

As tabelas que se seguem identificam as espécies com carácter protegido presentes nas ZEC e ZPE da ilha de Santa Maria.

Tabela 6.14_Espécies presentes nas ZEC da ilha de Santa Maria

ZEC	Espécies das ZEC	
PTSMA0022 ZEC da Ponta do Castelo	Fauna <i>Ardea cinerea</i> <i>Calidris alba</i> <i>Numenius phaeopus</i> <i>Calonectris borealis</i> <i>Caretta caretta</i> <i>Charadrius alexandrinus</i> <i>Arenaria interpres</i> <i>Tursiops truncatus</i>	Flora <i>Erica azorica</i> <i>Azorina vidalii</i> <i>Spergularia azorica</i>
	Fauna <i>Caretta caretta</i> <i>Tursiops truncatus</i>	

Fonte: Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024

Tabela 6.15_Espécies presentes na ZPE da ilha de Santa Maria

ZPE	Espécies das ZPE	
PTZPE0034 ZPE do Ilhéu da Vila e Costa Adjacente	Fauna <i>Sterna fuscata</i> <i>Calonectris borealis</i> <i>Puffinus lherminieri</i> <i>Hydrobates castro</i> <i>Sterna hirundo</i> <i>Bulweria bulwerii</i> <i>Columba palumbus azorica</i> <i>Sterna dougallii</i> <i>Charadrius alexandrinus</i>	Flora <i>Myosotis maritima</i> <i>Spergularia azorica</i> <i>Myosotis azorica</i>

Fonte: Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024

Ainda segundo o mesmo documento, de acordo com o levantamento feito aquando da elaboração da Base de Dados Atlantis, com as listas constantes de Flora e Fauna Terrestre Invasora na Macaronésia Top 100 nos Açores, Madeira e Canárias (Silva et al., 2008) e com o Anexo IX do DLR 15/2012/A, de 2 de abril, foram detetadas várias espécies de flora exótica e algumas com carácter invasor na ilha de Santa Maria.

Tabela 6.16_Espécies de flora exóticas e/ou invasoras na ilha de Santa Maria

Ilha	Espécies de Flora Exóticas e Invasoras	
Santa Maria (41)	<i>Acacia_melanoxylon</i> <i>Adiantum_hispidulum</i> <i>Adiantum_raddianum</i> <i>Agave_americana_500</i> <i>Agave_americana_5000</i> <i>Ailanthus_altissima</i> <i>Anredera_cordifolia</i> <i>Aptenia_cordifolia</i> <i>Araujia_sericifera</i> <i>Arundo_donax</i> <i>Carpobrotus_edulis</i> <i>Colocasia_esculenta</i> <i>Conyza_bonariensis</i> <i>Conyza_canadensis</i> <i>Cryptomeria_japonica</i> (não é invasora) <i>Cyrtomium_falcatum</i> <i>Cytisus_scoparius</i> <i>Deparia_petersenii</i> <i>Doodia_caudata</i> <i>Drosanthemum_floribundum</i> <i>Erigeron_karvinskianus</i>	<i>Eucalyptus_globulus</i> (não é invasora) <i>Hedychium_gardnerianum</i> <i>Hydrangea_macrophylla</i> <i>Ipomoea_indica</i> <i>Lantana_camara</i> <i>Nephrolepis_cordifolia</i> <i>Opuntia_ficus-indica</i> <i>Phormium_tenax</i> <i>Phytolacca_americana</i> <i>Pinus_pinaster</i> <i>Pittosporum_undulatum</i> <i>Pteridium_aquilinum</i> <i>Rubus_ulmifolius</i> <i>Salpichroa_origanifolia</i> <i>Solanum_mauritianum</i> <i>Spartium_junceum</i> <i>Stenotaphrum_secundatum</i> <i>Tetragonia_tetragonioides</i> <i>Ulex_europaeus_europaeus</i> <i>Ulex_europaeus_latebracteatus</i>

Fonte: Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024

Por sua vez, a ilha de Santa Maria apresenta características raras e distintas, a acrescentar ao que já foi anteriormente descrito, podem também encontrar-se nesta ilha as formações mais antigas do arquipélago, quinze geossítios do Geoparque Açores – Geoparque Mundial da UNESCO, 20 jazidas fósseis que integram o Paleoparque de Santa Maria, quatro cavidades vulcânicas protegidas no âmbito do regime de proteção e classificação específico (DLR n.º 10/2019, de 22 de maio) e catalogadas no Inventário do Património Espeleológico dos Açores (IPEA)⁵, e ainda um sítio RAMSAR.

Tabela 6.17_Geossítios, jazidas fósseis e cavidades vulcânicas presentes na Ilha de Santa Maria

Geossítios	Jazidas Fósseis	Cavidades Vulcânicas
SMA 1- Barreiro da Faneca	Ponta dos Frades	Furna de Santana
SMA 2- Pedreira do Campo	Cré	Furna Velha
SMA 3 -Poço da Pedreira	Lagoínhas	Gruta das Figueiras
SMA 4 -Ponta do Castelo	Ponta do Norte	Furna do Ilhéu do Romeiro
SMA 5 -Ribeira do Maloás	Ponta Negra	-
SMA 6 -Baía da Cré	Ponta do Cedro	-
SMA 7 -Baía de São Lourenço	Ponta do Castelo	-
SMA 8 -Baía do Raposo	Pedra que Pica	-
SMA 9 -Baía do Tagarete e Ponta do Norte	Vinha Velha	-
SMA 10 -Baía dos Cabrestantes	Pedrinha da Cré	-
SMA 11 -Barreiro da Malbusca	Baía de Nossa Senhora	-
SMA 12 -Cascata do Aveiro	Malbusca	-
SMA 13 -Figueiral	Falha Oeste de Malbusca	-
SMA 14 -Porto de Vila do Porto	Gruta dos Icnofósseis	-
SMA 15 -Praia Formosa e Prainha	Praia do Calhau	-
-	Macela	-
-	Prainha	-
-	Figueiral	-
-	Pedreira do Campo	-
-	Ponta dos Frades	-

Fonte: Estudos de Caracterização da 2ª Revisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024

Com base no Plano de Ação do Paleoparque de Santa Maria, a história geológica da ilha de Santa Maria teve início há cerca de seis milhões de anos. As diversas etapas de formação da ilha, associadas aos movimentos transgressivos e regressivos do mar, fizeram com que animais e plantas marinhas fossem cobertos por sedimentos, assim os preservando. Por sua vez, um processo de soerguimento da ilha de Santa Maria relativamente aos fundos oceânicos, iniciado há cerca de três milhões e meio de anos e que se prolongou até à atualidade, promoveu a emersão desses sedimentos contendo fósseis marinhos, os quais, por ação da erosão, acabaram expostos.

Assim, a mais oriental e antiga ilha do arquipélago dos Açores possui fósseis marinhos únicos, no contexto regional e nacional, e as suas jazidas fossilíferas constituem um verdadeiro laboratório ao ar livre, com relevância internacional, conforme atestam estudos científicos recentes. Pelas suas particularidades, a história e o património geológico e paleontológico de Santa Maria exigem uma interpretação e divulgação que seja acessível a todos os que vivem ou rumam à ilha.

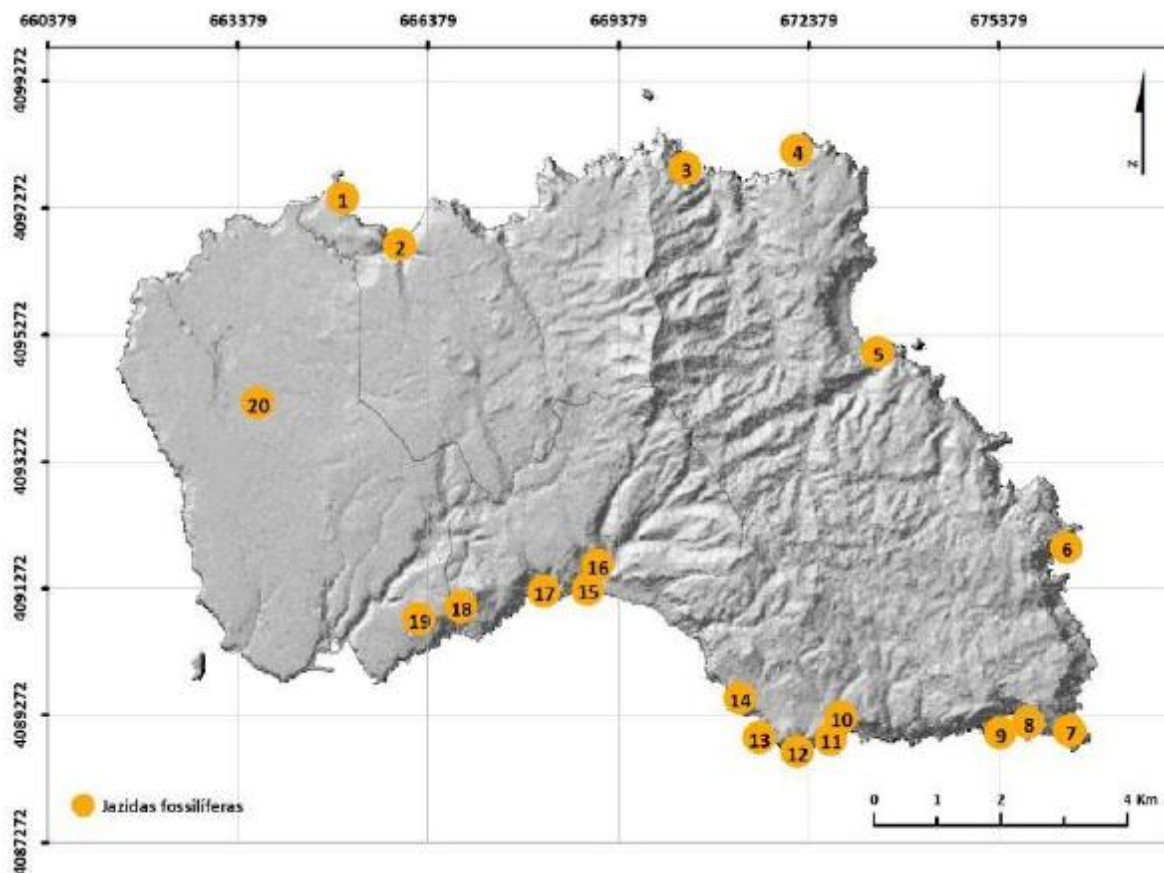
Este é um dos recursos mais distintivos desta ilha no contexto regional e mesmo nacional e internacional.

De salientar que as jazidas fósseis do Paleoparque de Santa Maria sobrepõem-se com outras áreas classificadas, nomeadamente com áreas protegidas do Parque Natural da Ilha de Santa Maria e com geossítios do Geoparque Mundial da UNESCO, Geoparque Açores. Das 20 jazidas fósseis identificadas

⁵ <https://www.montanheiros.com/speleoazores-home/ipea-smaria/>

no Paleoparque de Santa Maria, apenas a jazida da Área do Aeroporto não se insere em Área Protegida do Parque Natural da Ilha de Santa Maria.

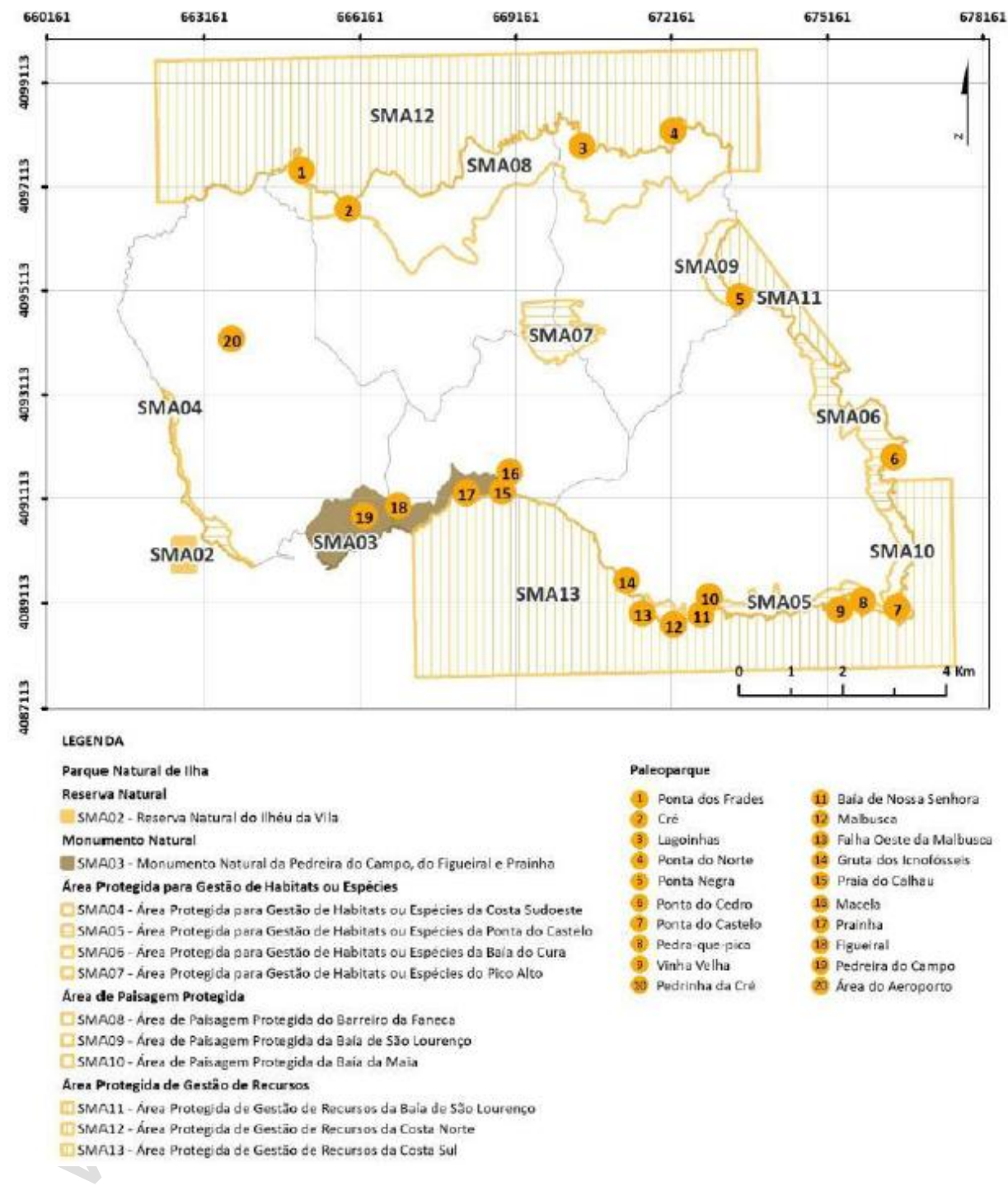
Figura 6.2.3_ Mapa da ilha de Santa Maria com a localização das 20 jazidas fossilíferas conhecidas



Fonte: Plano de Ação do Paleoparque de Santa Maria, 2024)

Legenda: 1 - Ponta dos Frades, 2 - Cré, 3 - Lagoínhas, 4 - Ponta do Norte, 5 - Ponta Negra, 6 - Ponta do Cedro, 7 - Ponta do Castelo, 8 - Pedra-que-pica, 9 - Vinha Velha, 10 - Pedrinha da Cré, 11 - Baía de Nossa Senhora, 12 - Malbusca, 13 - Falha Oeste da Malbusca, 14 - Gruta dos Icnofósseis, 15 - Praia do Calhau, 16 - Macela, 17 - Prainha, 18 - Figueiral, 19 - Pedreira do Campo, 20 - Área do Aeroporto

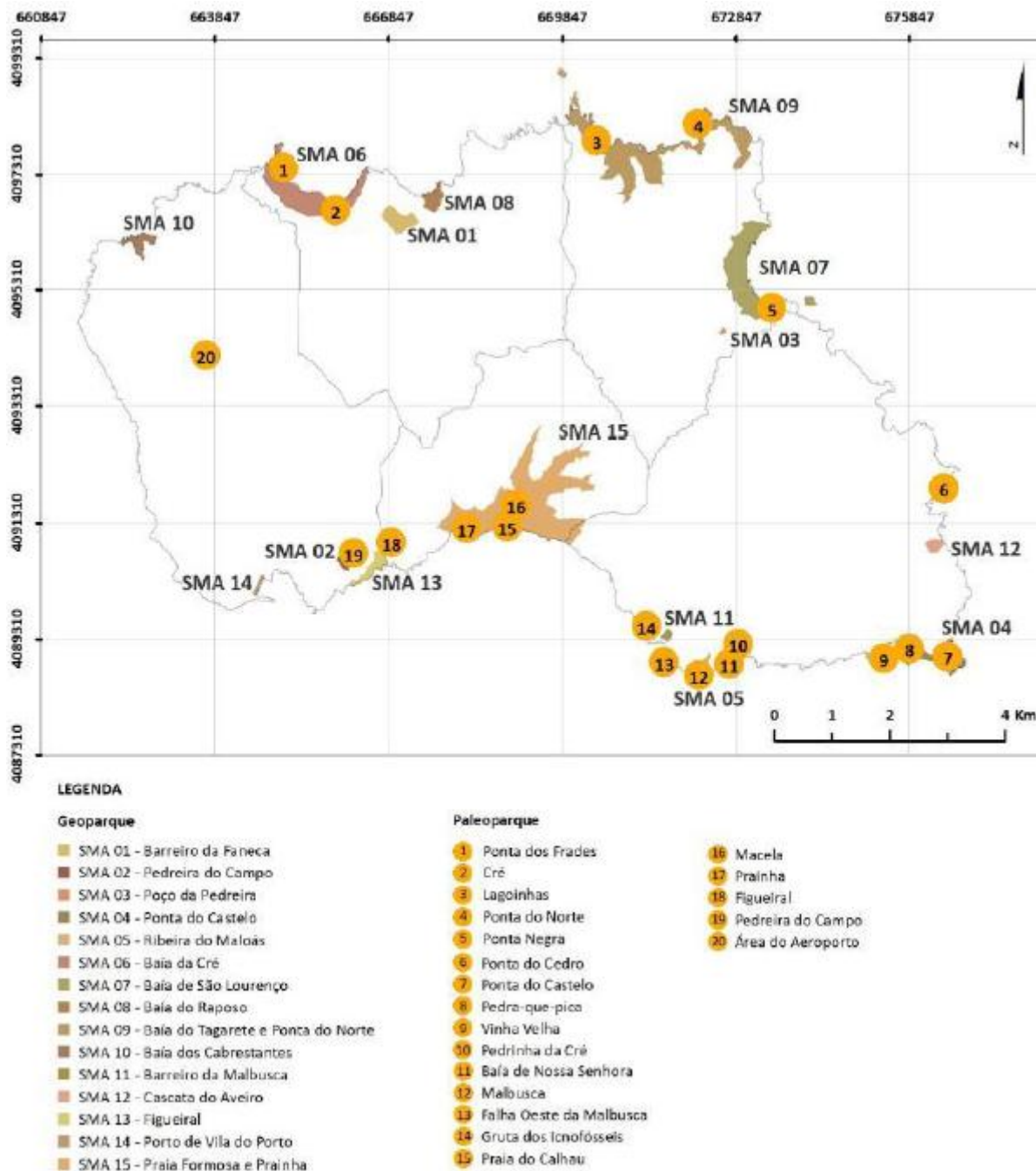
Figura 6.2.4_ Localização das Jazidas Fósseis de Santa Maria em relação às áreas protegidas do Parque Natural da Ilha de Santa Maria



Fonte: Plano de Ação do Paleoparque de Santa Maria, 2024

Das 20 jazidas fósseis do Paleoparque, 12 localizam-se em geossítios do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO.

Figura 6.2.5_ Localização das Jazidas Fósseis de Santa Maria em relação aos geossítios do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO



Fonte: Plano de Ação do Paleoparque de Santa Maria, 2024

No que respeita às águas balneares costeiras, na Região aplica-se o Decreto Legislativo Regional n.º 16/2011/A, de 30 de maio, que estabelece o regime jurídico da gestão das zonas balneares, da qualidade das águas balneares e da prestação de assistência nos locais destinados a banhistas. O referido diploma transpõe para a ordem jurídica regional a Diretiva n.º 2006/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de fevereiro, relativa à qualidade das águas balneares

Atento ao estabelecido no referido diploma regional, a qualidade das águas balneares costeiras identificadas é verificada anualmente através de um programa de monitorização e de um sistema de avaliação e classificação com a finalidade de melhorar a qualidade do ambiente e proteger a saúde humana. A classificação anual atribuída a cada água balnear identificada pode resultar num estatuto de

“Má”, Aceitável”, “Boa” ou “Excelente”. Nesse sentido, todos os anos, o município de Vila do Porto, na qualidade de entidade gestora das zonas balneares do concelho, apresenta ao departamento da administração pública regional competente pela coordenação da identificação das águas balneares na Região, uma proposta de identificação de águas balneares, a qual é, posteriormente, aprovada em portaria.

A tabela seguinte sintetiza a classificação da qualidade das águas balneares entre 2020 e 2024, de acordo com os boletins de divulgação disponíveis no site da Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos - SNIRH⁶.

Tabela 6.18_Classificação da qualidade das águas balneares costeiras identificadas no município de Vila do Porto (2020 a 2024) nos termos da Diretiva das Águas Balneares

Código da água balnear	Freguesia	Água Balnear Costeira Identificada	2020	2021	2022	2023	2024
PTAX8L	Vila do Porto	Anjos	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente
PTAH7T	Almagreira	Formosa	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente
PTAX3E	Santo Espírito	Maia	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente
PTAU9N	Santa Bárbara	São Lourenço	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente

De realçar que a todas as zonas balneares classificadas no concelho de Vila do Porto foram atribuídas a Bandeira Azul, um galardão internacional de excelência ambiental e qualidade, atribuído pela ABAEE - Associação Bandeira Azul da Europa.

No concelho de Vila do Porto existem ainda duas águas balneares costeiras não identificadas, designadamente a Ponta do Castelo e Prainha.

De acordo com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) da ilha de Santa Maria, as zonas balneares locais encontram-se estruturadas e classificadas em duas tipologias distintas:

- Zonas Balneares do Tipo 1 (correspondem a zonas balneares equipadas de uso intensivo, adjacentes ou associadas a aglomerados urbanos que detêm um nível elevado de apoios, equipamentos e infraestruturas de utilização pública):
 - Praia Formosa: abrange a Praia do Castelo, a Praia Formosa e a Praia dos Franceses.
 - Piscina da Maia
 - São Lourenço: abrange a Praia da Vigia da Areia, a Piscina de São Lourenço e o Cais de São Lourenço.
 - Piscina dos Anjos
- Zonas Balneares do Tipo 3 (correspondem a zonas balneares não equipadas com uso condicionado, normalmente integradas em zonas de relevante enquadramento natural, com estruturas mínimas de utilização pública, podendo estar associadas a um equipamento ou serviço):
 - Prainha
 - Ponta do Castelo

No que respeita a ações e/ou projetos concretizados para a gestão e conservação da natureza e biodiversidade ressalva-se o LIFE SNAILS, um projeto de conservação de natureza dedicado à conservação de três espécies de caracóis endémicos terrestres, na ilha de Santa Maria, no qual a Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática é o beneficiário coordenador.

Já no que respeita à paisagem, sendo “parte do território, tal como é compreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e humanos” ⁷, o conceito é apresentado

⁶ <https://snirh.apambiente.pt/index.php?idMain=1&idItem=2.1>

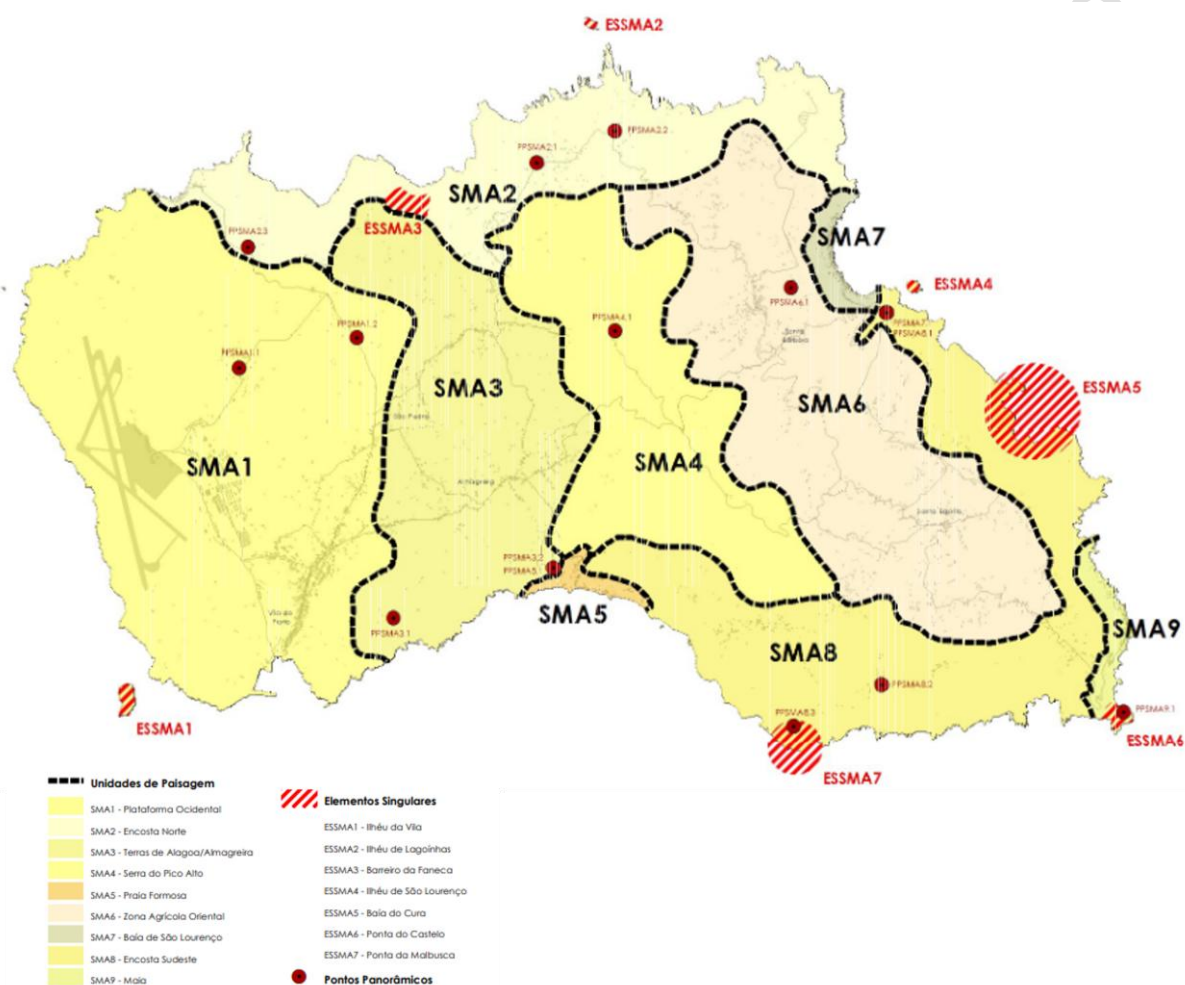
⁷ Convenção Europeia da Paisagem (Decreto n.º 4/ 2005, de 14 de fevereiro).

numa perspetiva integrada que conjuga tantos aspetos ambientais como sociais, culturais e económicos, constituindo-se como um fator identitário do território e um recurso relevante.

A implementação da Convenção Europeia da Paisagem [CEP] à RAA foi concretizada através da publicação da Resolução n.º 135/2018, de 10 de dezembro. Esta resolução aprova os objetivos de qualidade de paisagem e as orientações para a gestão da paisagem dos Açores, bem como aprova as unidades de paisagem de cada uma das ilhas, os elementos singulares e os pontos panorâmicos identificados no âmbito do Estudo das Paisagens dos Açores.

Na ilha de Santa Maria são delimitadas 9 unidades de paisagem (veja-se figura seguinte) e 7 elementos singulares, sintetizando-se na tabela seguinte as suas principais características.

Figura 6.2.6_ Unidades de paisagem da ilha de Santa Maria



Fonte: Portal do Ordenamento do Território dos Açores (<http://ot.azores.gov.pt>)

Tabela 6.19_ Unidades de paisagem e elementos singulares

Unidade de paisagem				Elementos singulares
Designação	Área (km ²)	Aglomerados urbanos	Síntese	
SMA1 Plataforma Ocidental	27	Vila do Porto, Aeroporto, Santana Pedras de São Pedro	A paisagem desta unidade é aberta ao mar e ao horizonte, é plana, baixa e compartimentada com muros de pedra seca que conformam extensas parcelas de grandes dimensões. A presença do mar é pouco expressiva uma vez que na linha de costa dominam as arribas de média dimensão. Destaca-se uma forte sensação de aridez e secura, que se conjuga com a fraca fertilidade do solo, onde dominam os pastos ralos e pobres, e onde a vegetação mediterrânica, de características mais xéricas, tem condições para ocorrer. Esta foi uma zona cerealífera, por excelência, ainda evidente através da atual ocupação do solo, na amplitude das parcelas agrícolas, na vegetação existente e no tipo de compartimentação. A quase ausência de elementos arbóreos sobre esta plataforma que se eleva do mar,	ESSMA1_Ilhéu da Vila Importante colónia de aves marinhas onde nidificam populações de garajaus e cagarros, situado a pouco mais de duas centenas de metros da costa, a poente de Vila do Porto, sendo classificado Zona de Proteção Especial [espaço que integra também a

Unidade de paisagem				Elementos singulares
Designação	Área (km ²)	Aglomerados urbanos	Síntese	
			exposta ao vento, transmite simultaneamente uma sensação de desabrigo, e uma certa tranquilidade e monotonia quando não há vento. A presença do aeroporto, construído em meados da segunda guerra mundial [1939-1945], com áreas limítrofes degradadas, evidencia a importância desta estrutura num passado relativamente recente, bem como toda a dinâmica económica e social a ela associada, transmitindo agora uma sensação de abandono e de nostalgia. O conjunto urbano denominado «bairro do aeroporto» conforma uma pequena cidade-jardim, inicialmente edificada pelos norte-americanos e retomada depois por arquitetos nacionais, nomeadamente por Keil do Amaral, que trabalhou no plano geral de urbanização e na adaptação de diversos edifícios ao uso civil. Merece destaque a presença de Vila do Porto, que “...corre em fio na perpendicular do mar, entre duas precárias ribeiras, ao cimo de uma lombra” [Melo, 2000], cujo centro histórico tem um estatuto de proteção devido ao elevado interesse patrimonial, apesar de se encontrar muito degradado.	costa adjacente]. Tem cerca de 380 metros de comprimento, 150 de largura e uma forma aplanada, com uma altitude máxima de 60 metros.
SMA2 Encosta Norte	10	Anjos, Feteiras de Cima, Feteiras de Baixo, Lagoínhas, Norte	Esta unidade, disposta numa faixa litoral, com exposição norte, é acidentada, seca e de baixa a média altitude. A costa é muito movimentada e constituída por algumas das maiores falésias da ilha, por vezes com fajãs na sua base, de difícil acesso por terra, algumas das quais com praias de areia clara. Nalgumas das baías e enseadas, abrigadas pelas falésias do litoral desta unidade, existem vários portos de pesca com importantes antecedentes históricos, nomeadamente nos Anjos, onde terá desembarcado um emissário de Cristóvão Colombo quando regressava à Europa da sua viagem de descoberta da América. É também nas falésias mais acidentadas desta unidade de paisagem, que se desenvolvem alguns núcleos de vegetação natural costeira com maior interesse do ponto de vista da conservação da natureza, especialmente nas baías do Tagarete e do Raposo. Nas suas imediações encontram-se presentes diversos elementos de singular valor geológico e geomorfológico de onde se pode destacar o Barreiro da Faneca. Uma parte desta unidade é ocupada por pastagens compartimentadas, com parcelas relativamente regulares, limitadas por muretes de pedra seca. Junto ao Barreiro da Faneca encontram-se pequenas manchas de pinhal e de matos diversificados, com variada vegetação autóctone. Na zona de Feteiras de Baixo, Feteiras de Cima e Lagoínhas, dominam áreas agrícolas constituindo um mosaico cultural diversificado, de malha apertada, com muretes de pedra seca ou sebes vivas baixas a médias. O povoamento é disperso, sendo de assinalar nos Anjos a capela quatrocentista de Nossa Senhora dos Anjos, a primeira construção religiosa do Arquipélago, e as manchas de quartéis de vinha ainda existentes, apesar de bastante degradadas, que reforçam o património cultural e histórico daquela povoação.	ESSMA2_Ilhéu de Lagoínhas Localiza-se a cerca de meio quilómetro da costa norte da ilha e apresenta uma forma mais ou menos triangular, com cerca de 200 metros de comprimento por 200 metros de largura, constituindo um importante ponto de apoio para a avifauna. ESSMA3_Barreiro da Faneca Situado junto ao mar, na periferia de um pinhal, na freguesia de São Pedro, a norte da ilha. Trata-se de uma pequena zona semidesértica, resultado de alterações completas de escoadas lávicas. O fenómeno resultante encontra-se unicamente nesta ilha do Arquipélago e caracteriza-se pela presença de manchas de argilas avermelhadas com alguma extensão, onde a vegetação nativa com características mais mediterrânicas encontra condições para se implantar.
SMA3 Terras da Alagoa /Almagreira	13	Almagreira, Valverde, São Pedro, Ribeira do Engenho	Esta unidade é caracterizada por um relevo suavemente ondulado, pouco declivoso, de transição entre a Plataforma Ocidental [SMA1] e a Serra do Pico Alto [SMA4], sendo limitada a sul por arribas costeiras. É ligeiramente mais húmida e fresca que as unidades anteriormente referidas, devido à maior altitude, o que é perceptível nas pastagens, que adquirem um verde mais viçoso. A relação com o mar é pouco significativa, ganhando força quando este é observado de pontos mais altos. É ainda a vegetação de características marcadamente mais xéricas e a geologia e geomorfologia que se salientam em termos de património natural, destacando-se na costa sul o espaço classificado como Monumento Natural da Pedreira de Campo, Figueiral e Prainha, integrado no Parque Natural da Ilha de Santa Maria, onde se preserva um património geológico e paleontológico de elevado interesse nos contextos regional, nacional e mesmo internacional. Os usos agrícola e pecuário são significativos e organizam-se em campos com alguma compartimentação, constituindo um mosaico cultural mais ou menos diversificado, de malha apertada, com muretes de pedra seca. Os principais povoados encontram-se implantados linearmente ao longo das estradas e apresentam um carácter bastante rural. Contudo, existem vários outros pequenos núcleos rurais com casas muito dispersas à semelhança do povoamento da Costa Norte [SMA2], da Zona Agrícola Oriental [SMA6] e da Costa Sudeste [SMA8], de características únicas em todo o Arquipélago. A singularidade deste povoamento reside na sua dispersão e no facto de cada habitação	

Unidade de paisagem				Elementos singulares
Designação	Área (km ²)	Aglomerados urbanos	Síntese	
			rural formar um pequeno núcleo com as diversas construções de apoio, usualmente dispostas sobre si próprias e aproveitando o ondulado do terreno, mas afirmando a sua individualidade em relação a outros núcleos próximos, com que não se relacionam, nem visualmente. Um aspeto particular diz respeito à existência de covas ou “furnas dos mouros” junto a algumas habitações, onde os antigos habitantes guardavam os cereais, mas também os seus pertencentes, em alturas de ataque de piratas.	
SMA4 Serra do Pico Alto	12	-	Esta unidade abrange a zona de maior altitude e de relevo mais pronunciado da ilha, culminando no Pico Alto e em outras oito elevações de altitude significativa. A elevada humidade e a menor temperatura, comparativamente às unidades envolventes, proporcionam-lhe uma vegetação mais pujante, com domínio de matas relativamente diversificadas e alguns matos. Nestas condições, a aptidão dos solos para as culturas agrícolas é reduzida, condicionando também a presença humana, como sucede, aliás, nas maiores altitudes das restantes ilhas. Pelo contrário são beneficiados os ecossistemas naturais, pelo que nesta unidade de paisagem se verifica a persistência de vegetação endémica de características únicas no panorama da ilha, há muito desaparecida no restante território devido à ocupação humana. Aqui a vegetação é mais próxima da vegetação natural do restante Arquipélago. Considerando a provável diferenciação da vegetação endémica e nativa por ilha ou grupos de ilhas, que se reflete tanto nas próprias plantas como na fauna de artrópodes e outros insetos associada, é possível ter a percepção da importância destas raras manchas de vegetação natural, que estiveram na origem da criação recente de uma área classificada [Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Pico Alto integrada no Parque Natural da Ilha de Santa Maria]. Do cimo do Pico Alto podem observar-se amplas panorâmicas sobre toda a ilha e mar envolvente, e apreciar a exuberância do azul e do verde dominantes. Deste pico tem-se a percepção do contraste entre a parte oriental da ilha, mais alta, húmida, acidentada e diversificada, e a ocidental, mais baixa, seca, plana e menos diversificada.	
SMA 5 Praia Formosa	0,5	Praia	Trata-se de uma unidade ocupada por áreas agrícolas em plataforma aberta ao mar, muito influenciada pela presença da praia e das altas encostas que a limitam e enquadram. Tem uma forte relação com o mar, através de uma praia de boa qualidade, com areia clara, devido à existência de partículas calcárias, e com utilização balnear muito mais recente que a Praia de São Lourenço. Neste local realiza-se o Festival “Maré de Agosto”, já com alguma tradição e peso na vida da ilha. É ainda possível constatar a presença das ruínas de uma antiga fortificação para defesa da costa, atualmente bastante degradada. O povoamento é disperso e pouco denso com algumas construções nos terrenos adjacentes à praia. As áreas agrícolas são relativamente diversificadas, com destaque para a vinha e para as plantações de cucurbitáceas. De facto, a produção do melão de Santa Maria é muito apreciada no panorama insular, e a cultura de tais plantas nesta ilha é referenciada desde os tempos de Gaspar Frutuoso. No entanto, algumas áreas agrícolas encontram-se num relativo abandono, provavelmente devido à pressão para a sua utilização urbana.	
SMA 6 Zona agrícola Oriental	18	Feteiras, Norte, Santa Bárbara, Arrebetão, Azenha de Cima, Azenha de Baixo, Santo Espírito, Glória, Calheta	É uma unidade onde o relevo é bastante ondulado e a relação com o mar é quase nula, existindo uma clara sensação de interioridade, o que é bastante raro nos Açores. Destaca-se a forte presença da agricultura, mais do que em qualquer outra unidade da ilha, muito diversificada, em plena atividade e, no geral, corretamente ordenada. Os terrenos [incluindo alguns socacos nas encostas] encontram-se revestidos por vegetação com diferentes texturas e tons de verde, transmitindo uma sensação de fertilidade e de frescura. O povoamento surge muito disperso, associado às parcelas agrícolas, embora Santa Bárbara, e um pouco também Santo Espírito, constituam núcleos urbanos mais ou menos concentrados, mas rodeados de alguma dispersão por entre áreas agrícolas entremeadas por pequenas matas. A arquitetura tradicional é muito característica, correspondente a uma tipologia com alguns aspetos próximos da arquitetura tradicional da região Saloia, o que transmite à paisagem um carácter especial. São de realçar os volumes compactos das habitações rurais e as características chaminés prismáticas, localmente denominadas por “chaminés de vapor”, assim como a peculiar disposição dos núcleos rurais entre si e em relação às vias de comunicação.	
SMA 7 Baía de São Lourenço	0,7	São Lourenço	Esta unidade de paisagem corresponde a parte de uma extensa caldeira já muito erodida, representada por uma arribal litoral de grande altura e acentuados declives, que vai progressivamente diminuindo à medida que se aproxima o nível do mar, criando como que uma pequena plataforma onde se implantaram, linearmente, construções ao longo da estrada que se estende entre as vinhas e a praia. As zonas de declive mais abrupto são revestidas por vegetação natural, enquanto as encostas com um declive elevado, mas acessíveis foram trabalhadas por meio da armação do terreno em	ESSMA4_ Ilhéu de São Lourenço Ilhéu relativamente alto, mas de reduzida área muito próximo da costa, sendo bem visível do miradouro junto à estrada. Este ilhéu encontra-se revestido com diversas

Unidade de paisagem				Elementos singulares
Designação	Área (km ²)	Aglomerados urbanos	Síntese	
			socalcos, delimitados por uma intrincada teia de muros de pedra seca de basalto. Ressalta nesta unidade uma forte inter-relação Homem-Natureza, dada a grandeza da encosta em anfiteatro, a que se acrescentaram as inteligentes estruturas ali construídas para a produção do vinho de qualidade e de outros produtos agrícolas, bem como a ótima zona balnear constituída por uma praia de areia clara e por uma piscina de água salgada. Nesta unidade existe um centro de veraneio com longa tradição na ilha, onde algumas famílias marienses, geralmente proprietárias de casas e vinhas, se instalam para usufruir da qualidade da zona balnear e da tranquilidade do lugar. O carácter desta unidade é muito marcado pela presença das vinhas em pequenos quartéis e socalcos, acessíveis por estreitos caminhos e escadarias ao longo da íngreme encosta. Estas vinhas encontram-se atualmente em progressivo abandono por razões económicas e falta de mão-de-obra. As estruturas construídas associadas a esta unidade de paisagem constituem-se como um notável património da arquitetura de produção desta ilha [significativo à escala do Arquipélago], podendo-se estabelecer um paralelo com a paisagem da Madeira, sendo que os vinhos aqui produzidos em tempos históricos terão sido comparados aos daquela ilha.	espécies autóctones arbustivas e herbáceas. Tem uma fuma onde existiam estalactites amplamente descritas por Gaspar Frutuoso. Junto a este ilhéu era possível o abrigo de navios, mas o acesso era restrito aos seus proprietários. Mais recentemente passou a ser visitado pelos utentes da zona balnear, pelo que deverá ser dada uma maior atenção à necessária preservação do património natural existente.
SMA 8 Encosta Sudoeste	14	Panasco, Malbusca	Esta unidade de paisagem estabelece a transição entre a zona de maior intensidade agrícola, a Zona Agrícola Oriental [SMA6], e a costa, onde predomina uma agricultura mais pobre e mais seca, num relevo menos acidentado. A unidade é constituída essencialmente por pastagens compartimentadas em parcelas de forma tendencialmente retangular, limitadas por muretes de pedra seca, bem como por manchas de matos diversificados a diferentes altitudes e declives, como os da zona de Panasco. Outrora a vinha foi cultivada em socalcos, em algumas das arribas, encontrando-se muitas delas atualmente abandonadas. A costa é muito recortada, pontuada por diversas baías e promontórios. Existe, portanto, uma diferenciação nítida entre a paisagem do topo das arribas, com relevo pouco acidentado, e a paisagem das falésias e arribas costeiras, com resquícios de socalcos de vinha e vegetação natural ou naturalizada. Os quartéis de vinha costeiros encontram-se, no entanto, ainda preservados em íngremes parcelas e são reveladores do talento construtivo dos seus habitantes e do impacto económico que a agricultura, e particularmente a vinha, tiveram para o desenvolvimento desta ilha. Junto à linha de costa ocorrem algumas manchas com vegetação endémica e nativa característica das zonas costeiras, embora espécies invasoras como a cana [Arundo donax] e a agave [Agave americana] sejam fortes concorrentes daquelas.	ESSMA5_ Baía da Cura É constituída por falésias e uma gruta inserida numa baía pronunciada, abrigada dos ventos dominantes. É um elemento de grande beleza cénica, embora não existam fáceis acessos terrestres. ESSMA7_Ponta da Malbusca Nesta zona destaca-se uma praia extinta, com fósseis marinhos, elevada numa escarpa e a presença de um Barreiro ou "deserto vermelho" semelhante ao Barreiro da Faneca.
SMA 9 Maia	0,9	Maia	A Maia é uma unidade bem delimitada por arribas muito altas e de declive muito acentuado, no extremo oriental da ilha, onde o mar tem uma forte presença. Nestas encostas encontram-se patentes os efeitos da erosão, notando-se desmoronamentos mais ou menos recentes. Destaca-se a existência de algumas parcelas de terra arável, dominando, contudo, a cultura da vinha nas encostas com socalcos, em (currais de vinha), à semelhança do tipo de paisagem de São Lourenço. De facto, sempre que o declive o permite, surgem aqui pequenas parcelas de terreno armado em socalcos que conferem à paisagem uma intensa humanização. O povoamento dispõe-se linearmente ao longo da estrada paralela ao mar, na base da encosta. No local existe uma zona balnear, com uma piscina natural, muita procurada na época estival. Existe também um pequeno porto de pesca e uma zona de pesqueiro assinalada, a Baixa do Coelho. Nesta unidade de paisagem encontra-se a cascata do Aveiro, com cerca de 80 metros de altura, uma das maiores do país	ESSMA6_ Ponta do Castelo É um promontório rochoso alcantilado sobre o mar no extremo sudeste da ilha, provido de um farol denominado o Farol de Gonçalo Velho, que iniciou o seu funcionamento na década de 20 do século passado. A sua implantação particular e localização privilegiada, assim como a singularidade dos acessos, conferem-lhe características únicas. É ainda uma Zona Especial para a Conservação da Natureza, devido à presença nas falésias de flora endémica da Macaronésia e às praias de calhau rolado na sua base, onde a vegetação endémica de características mais xéricas tem condições para ocorrer. Nas imediações da Ponta do Castelo encontra-se uma antiga Vigia da Baleia recuperada, e no sopé do promontório, na Baixa do Sul, localizam-se um

Unidade de paisagem				Elementos singulares
Designação	Área (km ²)	Aglomerados urbanos	Síntese	
				portinho e as ruínas de uma antiga exploração baleeira desativada.

Fonte: Portal do Ordenamento do Território dos Açores (<http://ot.azores.gov.pt>)

Destacam-se ainda os pontos panorâmicos (miradouros) identificados na Ilha de Santa Maria:

- Santana (PPSMA 1.1) – de onde se pode observar da panorâmica na direção do aeroporto e zona adjacente da unidade de paisagem Plataforma Ocidental (SMA1);
- Saramago (PPSMA 1.2) – de onde se pode observar a panorâmica na direção do aeroporto e zona adjacente da unidade de paisagem Plataforma Ocidental (SMA1);
- Estrada Regional, entre Feteiras de Baixo e Feteiras de Cima até Lagoínhas (PPSMA 2.1) – de onde se podem observar alguns pontos de vista da unidade de paisagem Encosta Norte (SMA2), nomeadamente entre Feteiras de Baixo e Feteiras de Cima, até Lagoínhas;
- Miradouro das Lagoínhas (PPSMA 2.2) – de onde se pode observar a unidade de paisagem Encosta Norte (SMA2);
- Baía do Cré e “Canyon” da Ribeira do Lemos (PPSMA 2.3) – de onde se podem observar diferentes perspetivas sobre a costa da unidade de paisagem Encosta Norte (SMA2);
- Zona do Figueiral (PPSMA 3.1) – de onde se podem observar panorâmicas sobre as arribas da costa sul da unidade de paisagem Terras de Alagoa/ Almagreira (SMA3);
- Miradouro da Macela (PPSMA 3.2 e PPSMA 5.1) – de onde se pode observar a unidade de paisagem Terras de Alagoa/ Almagreira (SMA3), bem como uma panorâmica costeira da unidade de paisagem Praia Formosa (SMA5);
- Pico Alto (PPSMA 4.1) – de onde se podem observar amplas panorâmicas que permitem abarcar quase toda a ilha, com destaque para a unidade de paisagem Serra do Pico Alto (SMA4);
- Zona de Santa Bárbara (PPSMA 6.1) – de onde se pode observar a paisagem agrícola diversificada da zona de Santa Bárbara, bem como da restante unidade de paisagem Zona Agrícola Oriental (SMA6);
- Miradouro do Espigão (PPSMA 7.1 e PPSMA 8.1) – de onde se pode observar a baía e a encosta em socacos de São Lourenço e o Ilhéu de São Lourenço (ou do Romeiro), que integram a unidade de paisagem Baía de São Lourenço (SMA7), bem como uma panorâmica sobre a costa da unidade de paisagem Encosta Sudeste (SMA8);
- Capela de Nossa Senhora da Boa Morte (PPSMA 8.2) – de onde se pode avistar o penedo costeiro da Piedade da unidade de paisagem Encosta Sudeste (SMA8);
- Ponta da Malbusca (PPSMA 8.3) – de onde se pode observar a Ponta da Malbusca que integra a unidade de paisagem Encosta Sudeste (SMA8);
- Ponta do Castelo - Farol da Maia (PPSMA 9.1) – de onde se pode observar a enseada e o povoado da Maia que integram a unidade de paisagem Maia (SMA9), bem como a Baixa do Sul e a imensidão do oceano.

A ilha de Santa Maria possui cinco percursos pedestres homologados (tabela seguinte), sendo um de grande rota e os restantes de pequena rota.

Tabela 6.20_Percursos Pedestres homologados

Código/Designação	Grau de Dificuldade	Duração	Extensão
GR1SMA-Grande Rota Santa Maria	Medio	28h30m	78 Km
PR1SMA-Costa Norte	Medio	4h	9 Km
PR4SMA-Santo Espírito - Maia	Fácil	2h	4 Km
PR5SMA-Costa Sul	Medio	3h	7 Km
PRC2SMA-Pico Alto	Medio	2h	6.20 Km

Relativamente ao património, de acordo com a informação mais recente disponível, estão localizados no concelho de Vila do Porto diversos imóveis e conjuntos classificados, nomeadamente 7 Imóveis de

Interesse Público (IIP), um Conjunto de Interesse Público (CIP) e 8 Imóveis de Interesse Municipal (IIM), conforme se identifica na tabela seguinte.

Tabela 6.21_Património arquitetónico classificado no concelho de Vila do Porto

Designação	Localização	Diploma de classificação	Classificação
Ermida de Nossa Senhora dos Anjos	Vila do Porto	Resolução nº 58/2001, de 17 de maio	IIP
Igreja de Santo Espírito	Santo Espírito	Decreto nº 41 191, de 18 de julho de 1957	IIP
Casa do 3º Donatário (incluída na Zona Classificada de Vila do Porto)	Vila do Porto	Decreto nº 44 452, de 5 de julho de 1962	IIP
Convento e Igreja de S. Francisco	Vila do Porto	Decreto nº 251/70, de 3 de junho	IIP
Prédio da Rua Teófilo Braga, 124	Vila do Porto	Resolução nº 64/84, de 30 de abril	IIP
Zona Classificada de Vila do Porto	Vila do Porto	Decreto Legislativo Regional nº 22/92/A, de 21 de outubro	CIP
Moinho de Água da Ribeira Grande	Vila do Porto	Resolução nº 234/96, de 3 de outubro	IIM
Moinho de Água do Calhau da Roupa	Vila do Porto	Resolução nº 234/96, de 3 de outubro	IIM
Moinho de Água d de Santa Bárbara, Estrada Regional	Santa Bárbara	Resolução nº 234/96, de 3 de outubro	IIM
Moinho de Vento da Lapa	Santo Espírito	Resolução nº 234/96, de 3 de outubro	IIM
Moinho de Vento da Lapa de Cima	Santo Espírito	Resolução nº 234/96, de 3 de outubro	IIM
Moinho de Vento do Arrebetão	Santa Bárbara	Resolução nº 234/96, de 3 de outubro	IIM
Lugar do Aeroporto de Santa Maria	Vila do Porto	Resolução nº 93/2017 de 10 agosto 2017	IIP
Quinta do Falcão	Almagreira	Resolução do Conselho de Governo n.º 42/2023 de 8 de março	IIP
Fábrica da Baleia do Castelo da Maia	Santo Espírito	Edital n.º 13/2022 de 8 de novembro	IIM
Forte de São João Batista	Almagreira	Edital n.º 14/2022 de 8 de novembro	IIM

Fonte: Listagem dos conjuntos/imóveis classificados na RAA
(disponível em <http://www.culturacores.azores.gov.pt/>)

Há também um conjunto de valores concelhios identificados no PDM em vigor bem como outros propostos para classificação no âmbito do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Zona Histórica de Vila do Porto, que dão conta da riqueza patrimonial do concelho de Vila do Porto.

Tabela 6.22_Valores concelhios

Designação	Localização/freguesia
Conjunto do Forte de S. Brás e Ermida da Conceição, Ermida de S. Pedro Gonçalves e Monumento à 1ª Guerra Mundial	Vila do Porto
Forte de S. João Baptista	Praia / Almagreira
Portões Brasonados existentes na Ilha	várias
Ermida de Jesus Maria José	S. Lourenço / Santa Bárbara
Chaminés a Vapor existentes nas casas senhoriais de Vila do Porto e S. Pedro	Vila do Porto e S. Pedro
Ermida do Recolhimento de Santa Maria Madalena	Vila do Porto
Casa de Maria da Purificação Puim (Rua do Dr. Luís Bettencourt, 42-44)	Vila do Porto
Recolhimento de Santo António	Vila do Porto
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção	Vila do Porto
Igreja do Recolhimento de Santo António	Vila do Porto
Igreja de Santo Antão	Vila do Porto
Edifício sito na Rua Dr. Luís Bettencourt, 42 e 44	Vila do Porto
Edifício sito na Rua do Dr. Luís Bettencourt, 12, 14, 16 e 18	Vila do Porto
Edifício sito na Rua Dr. Luís Bettencourt, 2, 4 e 6	Vila do Porto
Antiga Fábrica da Telha	Vila do Porto
Fornos de Cal, Rua do Cotovelo	Vila do Porto
Fornos de Cal de Valverde	Vila do Porto
Edifício sito na Rua Teófilo Braga, 119	Vila do Porto
Edifício sito na Rua Teófilo braga, 111, 113, 115	Vila do Porto

Designação	Localização/freguesia
Edifício sito na Rua Teófilo Braga, 93 e 95	Vila do Porto

Fonte: PDM em vigor (Aviso n.º 3279/2012 de 29 de fevereiro)

Para além destes imóveis classificados e com proposta de classificação, existem ainda outros imóveis e conjuntos, identificados no SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico.

Tabela 6.23_ Património arquitetónico não classificado no concelho de Vila do Porto identificado no SIPA

Designação	Localização	Arquitetura
Casa do Padre Manuel	Vila do Porto	Civil/habitação
Casas na Rua dos Esquecidos / Museu de Santa Maria	Santo Espírito	Civil/habitação
Chafariz do Largo Coronel Costa Santos	Vila do Porto	Civil/Engenharia
Chafariz do Largo Luís Figueiredo	Vila do Porto	Civil/Engenharia
Chafariz no Largo Jaime Figueiredo	Vila do Porto	Civil/Engenharia
Edifício da Administração Florestal de Vila do Porto	Vila do Porto	Civil/Administrativo
Ermida da Mãe de Deus	Vila do Porto	Religioso
Ermida de Nossa Senhora da Boa Morte	Santo Espírito	Religioso
Ermida de Nossa Senhora da Boa Viagem / Ermida de Santa Ana	Vila do Porto	Religioso
Ermida de Nossa Senhora da Conceição / Ermida de Nossa Senhora da Conceição da Rocha	Vila do Porto	Religioso
Ermida de Nossa Senhora Da Glória	Santo Espírito	Religioso
Ermida de Nossa Senhora da Graça	Almagreira	Religioso
Ermida de Nossa Senhora da Piedade	Santo Espírito	Religioso
Ermida de Nossa Senhora da Saúde	São Pedro	Religioso
Ermida de Nossa Senhora de Fátima	São Pedro	Religioso
Ermida de Nossa Senhora de Lourdes	Santa Bárbara	Religioso
Ermida de Nossa Senhora de Monserrate	São Pedro	Religioso
Ermida de Nossa Senhora do Desterro	Santa Bárbara	Religioso
Ermida de Nossa Senhora do Pilar	São Pedro	Religioso
Ermida de Nossa Senhora dos Prazeres	Santo Espírito	Religioso

Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (<http://www.monumentos.gov.pt/>, consultado em julho de 2022).

O património identificado está mais concentrado na sede de concelho, mas existem elementos notáveis, classificados ou não, em todas as freguesias. Existem ainda, dispersos no concelho da Vila do Porto, muitos edifícios de arquitetura popular com interesse, particularmente decorrente do tipo de materiais e de técnicas utilizadas na sua construção.

Embora apenas os bens classificados estejam sujeitos a servidões no quadro dos instrumentos de gestão territorial, designadamente no PDM, os restantes elementos devem ser igualmente considerados nas opções estratégicas de ordenamento do território municipal numa lógica de salvaguarda e valorização patrimonial. Por outro lado, alguns destes elementos patrimoniais podem justificar o desenvolvimento de uma análise mais detalhada tendo em vista uma eventual classificação, na linha do que já fora proposto nos instrumentos de gestão territorial municipais.

No que se refere ao património arqueológico, importa fazer referência à proposta de Carta de Risco do Património Arqueológico disponibilizada pela DRaC. A carta de risco do património arqueológico está prevista no regime jurídico da gestão do património arqueológico⁸ e aplica-se à Zona Classificada de Vila do Porto e respetiva zona de proteção, tendo por objetivo criar procedimentos preventivos e boas práticas que precedam operações urbanísticas, indicando os níveis de intervenção adequados à defesa e valorização do património arqueológico, nomeadamente:

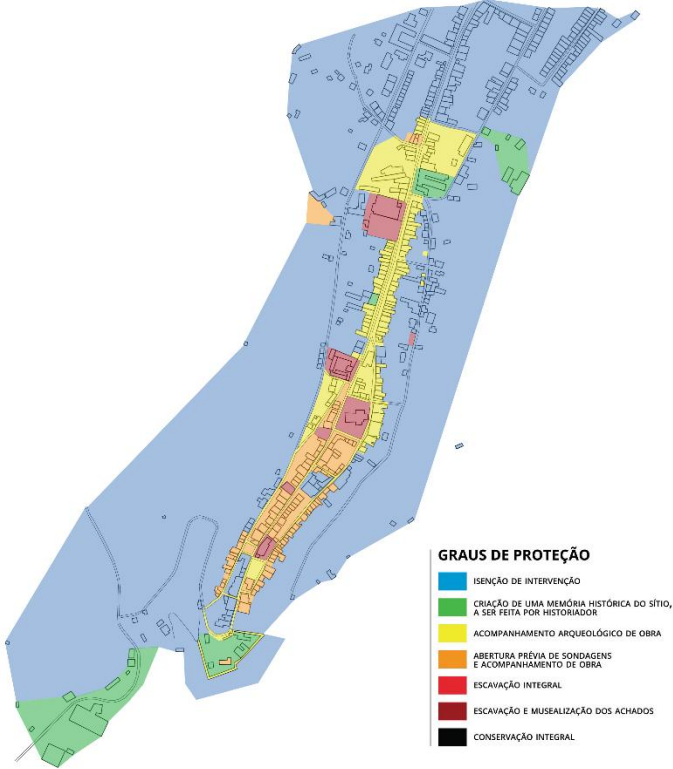
- Isenção de intervenção;

⁸ Artigo 22.º do DLR 6/2018/A de 16 de maio

- Elaboração de uma memória histórica do sítio, a ser feita por historiador;
- Acompanhamento arqueológico de obra;
- Abertura prévia de sondagens e acompanhamento de obra;
- Escavação integral;
- Escavação e musealização dos achados;
- Conservação integral - estabelecimento de zonas de interdição de operações urbanísticas.

A elaboração deste instrumento tem em consideração a informação já existente na DRaC, devendo ser equacionadas as opções sobre os graus de intervenção propostos no sentido de promover a preservação daquele património cultural.

Figura 6.2.8_ Extrato da Carta de Risco do Património Arqueológico



Fonte: Adaptado de DRaC

Tabela 6.24_ Síntese dos indicadores selecionados para o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
Extensão dos corredores ecológicos	N.D. / N.E.		
Áreas classificadas ou protegidas (n.º, ha; % da AI)	PNI – 13 áreas protegidas 2 áreas de Rede Natura 2000	2024	Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024
Área construída em áreas classificadas ou protegidas (ha; %)	N.D. / N.E.		
Geossítios e cavidades vulcânicas (n.º)	15 Geossítios 4 Cavidades vulcânicas 20 Jazidas Fósseis	2024	Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024
Habitats e espécies protegidas abrangidas por legislação nacional	8 Habitats protegidos 25 espécies protegidas	2024	Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
e comunitária (identificação; localização; n.º)			Vila do Porto, dezembro de 2024
Espécies exóticas invasoras presentes (espécies, n.º e distribuição)	41 Espécies exóticas invasoras	2024	Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024
Águas balneares costeiras identificadas e não identificadas (n.º) e respetiva classificação no caso das águas balneares costeiras identificadas	<u>Águas Balneares Costeiras Identificadas</u> PTAX8L Anjos (qualidade excelente) PTAH7T Formosa (qualidade excelente) PTAX3E Maia (qualidade excelente) PTAU9N São Lourenço (qualidade excelente) <u>Águas Balneares Costeiras Não identificadas</u> Ponta do Castelo Prainha	2024	SNIRH DRPM
Zonas balneares classificadas e áreas de aptidão balnear (n.º por tipologia)	PTAX8L Anjos PTAH7T Formosa PTAX3E Maia PTAU9N São Lourenço	2024	SNIRH DRPM
Ações e/ou projetos concretizados para a gestão e conservação da natureza (n.º e investimento)	LIFE SNAILS	2024	https://www.lifesnails.eu/
Unidades de paisagem e elementos singulares (n.º)	9 unidades de paisagem 7 elementos singulares,	2024	Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024
Percursos pedestres com interesse paisagísticos (n.º; km)	1 GR 4PR	2024	https://trails.visitazores.com/pt-pt
Miradouros e pontos de interesse paisagístico	13 pontos panorâmicos (miradouros)	2024	Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024
Ações de preservação e/ou valorização da paisagem (n.º)	N.D. / N.E.		
Património cultural classificado ou em vias de classificação (n.º e tipologia)	6 Imóveis de Interesse Público (IIP) 1 Conjunto de Interesse Público (CIP) 6 Imóveis de Interesse Municipal (IIM) 8 Valores concelhios	2024	Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024
Património natural classificado ou em vias de classificação (n.º, ha e tipologia)	N.D. / N.E.		
Ações de preservação e/ou valorização do património (n.º)	N.D. / N.E.		

Tabela 6.25_ Questões-chave da situação atual para o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

Questões-chave
Áreas protegidas e classificadas que se traduzem numa considerável extensão do território classificado no âmbito do PNI, Rede Natura 2000 e RAMSAR e Paleoparque de Santa Maria, com importantes e singulares valores naturais, paisagísticos e patrimoniais.
Presença de habitats e espécies de extrema relevância para a conservação.
Elevado número de espécies exóticas e invasoras presentes.
Existência de paisagens únicas que promovem a existência de miradouros e percursos pedestres.
Existência de um conjunto de elementos patrimoniais com elevado potencial para valorização e requalificação, nomeadamente arquitetónico e paleontológico

6.2.4 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM 2rPDM_VILADOPORTO

A evolução das componentes associadas aos valores e recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais, na ausência da presente proposta de 2rPDM_ViladoPorto, apresentar-se-á, ao longo do tempo, tendencialmente estagnada ou até negativa.

Considera-se que a ausência de projetos locais integrados e continuados com as atuais políticas e intervenções de proteção e gestão de âmbito da administração municipal e/ou regional e de outros projetos de conservação, que prevejam a recuperação de espécies alvo e/ou dos próprios habitats, facilitará a degradação gradual, o que favorecerá a redução da conectividade entre as diversas áreas naturais presentes. Isto prejudicará o movimento natural das espécies, por um lado, enquanto, por outro, diminui viabilidade e a resiliência dos ecossistemas e do próprio território, dada a importância dos serviços prestados por estes, nomeadamente: de prevenção de consequências de fenómenos/eventos naturais catastróficos, de retenção e estabilidade dos solos, de regulação do ciclo da água, de refúgio de biodiversidade e de recreação, educação e ciência, para além da informação estética, espiritual e histórica.

Ainda na ausência da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, e no que respeita ao critério Paisagem e Património é de referir que relativamente aos elementos patrimoniais que atualmente se encontram sem classificação continuarão sem salvaguarda e reabilitação, quer material, quer em termos legais, bem como as zonas de interesse paisagístico situadas na AI.

Em síntese, considera-se que sem a implementação deste plano fica adiada a oportunidade de incorporar e acompanhar novas dinâmicas locais que assegurem uma consolidação e articulação capaz de gerir corretamente os seus valores e recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais e assim promover uma dinâmica económica, social e ambiental, na área de intervenção da proposta de 2rPDM_ViladoPorto e áreas adjacentes.

6.2.5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS

Tendo por base os objetivos definidos e o diagnóstico apresentado, verifica-se que a proposta de ordenamento e intervenção assenta num conjunto de Objetivos (e respetivos Projetos) propostos no âmbito do Programa de Execução associado ao cenário de desenvolvimento assumido para a área de intervenção.

Assim, perante estes pressupostos, e dada a natureza regulamentar da 2rPDM_ViladoPorto, entendeu-se realizar uma avaliação aos efeitos das atuais opções territoriais, regulamento e do programa de execução da revisão do Plano, consumada numa análise às oportunidades e ameaças identificadas nos Objetivos (e respetivos Projetos), patente na Tabela seguinte.

Tabela 6.26_ Avaliação estratégica dos efeitos da 2rPDM_ViladoPorto para o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
1. Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida, garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território, nomeadamente através da construção das infraestruturas ambientais necessárias para assegurar a eficiência dos serviços de abastecimento e saneamento ambiental, adaptando-os às orientações definidas pelos vários documentos estratégicos existentes	Constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes e técnicas construtivas sustentáveis. Traduz-se na sustentabilidade do património edificado e imaterial, promovendo a sua reabilitação integrada. Garante-se a integridade dos valores históricos, arquitetónicos e arqueológicos de Vila do Porto, transformando o núcleo antigo num espaço urbano vivo, identitário e atrativo para residentes e visitantes, mitigando os riscos de abandono e descaracterização (projeto 1.12).	(Não identificados)
	<i>Ocorrência / Duração / Efeito</i>	<i>Ocorrência / Duração / Efeito</i>
	2-3/P/C-Si	--
2. Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria, através do estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como a valorização da casa típica mariense	O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoamentos rurais apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores e patrimoniais existentes no concelho, nomeadamente ao definir-se as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação. Assim, também constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis.	(Não identificados)
	<i>Ocorrência / Duração / Efeito</i>	<i>Ocorrência / Duração / Efeito</i>
	2-3/P/C-Si	--
3. Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território, através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento e adaptação às alterações climáticas	Adoção de estratégias de qualificação e inovação que promovam a eco-eficiência e consequentemente a redução das pressões humanas sobre os recursos naturais em geral, e a biodiversidade em particular. Constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes e técnicas construtivas sustentáveis. As ações de recuperação ambiental em áreas de extração de massas minerais abandonadas podem revitalizar o solo, melhorando a sua capacidade de suporte para vegetação nativa e reduzindo o risco de desertificação ou contaminação.	(Não identificados)
	<i>Ocorrência / Duração / Efeito</i>	<i>Ocorrência / Duração / Efeito</i>
	2;3/T;P/C; Si	--
4. Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural, designadamente através de	A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para	(Não identificados)

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
medidas que permitam o desenvolvimento de algumas atividades económicas específicas com base nos recursos endógenos, com vista à valorização do território numa perspetiva integrada, e na complementaridade das suas potencialidades a este nível tanto em terra como no mar	assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores naturais, paisagísticos e patrimoniais existentes no concelho. A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais, constituindo uma oportunidade para assegurar a preservação do património. A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho.	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2-3/P/C-Si	--
5. Valorizar os recursos naturais e patrimoniais, salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas	No que respeita à valorização dos recursos naturais o programa de execução apresenta um projeto de valorização, limpeza e desobstrução das linhas de água e respetivas margens Este projeto constitui uma oportunidade para agilizar a implementação de uma série de medidas da preservação e valorização das linhas de água, margens e outras massas de água presentes no município, promovendo-se assim a melhoria do estado quantitativo e qualitativo destas massas de água, a sustentabilidade dos usos consuntivos e não consuntivos, e a melhoria das condições de fruição destes recursos naturais e património ambiental único, valorização e desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, com benefícios para a saúde e qualidade de vida. O acompanhamento e monitorização das áreas críticas (Maia, Praia Formosa e Panasco) ajudam a prevenir perda de biodiversidade. A criação de uma base de dados de ocorrências permite identificar padrões de risco, contribuindo para um planeamento territorial que evita efeitos negativos sobre os valores naturais, paisagísticos a patrimoniais.	(Não identificados)
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2-3/P/C-Si	--

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto-Prazo; 2 - Médio-Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P - Permanente; --feito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si - Sinérgico. N.A. – Não Aplicável.

Tabela 6.27_ Síntese das tendências de evolução do FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

Critérios de Avaliação	Tendências de Evolução		
	Situação Atual	Sem a Implementação da revisão do Plano	Com a Implementação da revisão do Plano
Áreas naturais e ecossistemas		⇒	↗
Paisagem		⇒	↗
Património cultural e natural		⇒	↗ ↗

Legenda:



6.2.6 RECOMENDAÇÕES

De salientar que logo à partida foram sugeridas várias recomendações pela AAE internalizadas na presente versão da proposta da 2rPDM_ViladoPorto, nomeadamente ao nível do âmbito dos projetos associados aos Objetivos 1, 3 e 4 da revisão do PDM, como o caso dos Projetos 1.7, 3.2, 3.3, 3.4, e 4.1. Assim, subsistem apenas algumas recomendações complementares resultantes da análise dos elementos da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, que se considera que poderão potenciar e reforçar o conjunto de potenciais oportunidades identificadas.

Tabela 6.28_ Recomendações no âmbito do FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
Os projetos públicos que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, consequentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer assegurar, em sede dos respetivos cadernos de encargos, a opção por soluções baseadas na natureza, a salvaguarda dos ecossistemas e habitats presentes, a minimização da perturbação e fragmentação de habitats, e a opção, quando aplicável, por utilização de espécies de flora endémicas ou nativas.	- Avaliar o contributo da proposta de 2rPDM_ViladoPorto para a promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes;		Efeitos positivos - Constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes e técnicas construtivas sustentáveis. - O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoamentos rurais apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores e patrimoniais existentes no concelho, nomeadamente ao definir-se as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação. - Assim, também constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis - A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores naturais, paisagísticos e patrimoniais existentes no concelho. A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais, constituindo uma oportunidade para assegurar a preservação do património. - A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
			garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho. - No que respeita à valorização dos recursos naturais o programa de execução apresenta um projeto de valorização, limpeza e desobstrução das linhas de água e respetivas margens. Este projeto constitui uma oportunidade para agilizar a implementação de uma série de medidas da preservação e valorização das linhas de água, margens e outras massas de água presentes no município, promovendo-se assim a melhoria do estado quantitativo e qualitativo destas massas de água, a sustentabilidade dos usos consuntivos e não consuntivos, e a melhoria das condições de fruição destes recursos naturais e património ambiental único, valorização e desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, com benefícios para a saúde e qualidade de vida. O acompanhamento e monitorização das áreas críticas (Maia, Praia Formosa e Panasco) ajudam a prevenir perda de biodiversidade. - A criação de uma base de dados de ocorrências permite identificar padrões de risco, contribuindo para um planeamento territorial que evita efeitos negativos sobre os valores naturais, paisagísticos e patrimoniais.
Nos projetos aprovados que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, implementando soluções baseadas na natureza como protótipos de adaptação ao clima e melhoria do bem-estar, recomenda-se que: - Se adotem medidas sustentáveis de adaptação baseadas em ecossistemas e aumentar a capacidade de aplicar esse conhecimento na prática por meio de oficinas de divulgação e demonstração; - Se promova a governação das autoridades regionais, diretores e gestores de edifícios e do setor da construção para integrar soluções baseadas na natureza como parte das medidas para promover a adaptação sustentável nos edifícios	- Avaliar o contributo da proposta de 2rPDM_ViladoPorto para a promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes; - Avaliar o contributo da proposta de 2rPDM_ViladoPorto na proteção e valorização da paisagem e; - Avaliar o contributo da proposta de 2rPDM_ViladoPorto na proteção e valorização do património natural e cultural.	↗	<u>Efeitos positivos</u> - Constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes e técnicas construtivas sustentáveis. - Traduz-se na sustentabilidade do património edificado e imaterial, promovendo a sua reabilitação integrada. Garante-se a integridade dos valores históricos, arquitetónicos e arqueológicos de Vila do Porto, transformando o núcleo antigo num espaço urbano vivo, identitário e atrativo para residentes e visitantes, mitigando os riscos de abandono e descaracterização (projeto 1.12). - O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoados rurais apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores e patrimoniais existentes no concelho, nomeadamente ao definir-se as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação. - Assim, também constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis. - A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
			naturais, paisagísticos e patrimoniais existentes no concelho. - A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais, constituindo uma oportunidade para assegurar a preservação do património. - A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho. - No que respeita à valorização dos recursos naturais o programa de execução apresenta um projeto de valorização, limpeza e desobstrução das linhas de água e respetivas margens. Este projeto constitui uma oportunidade para agilizar a implementação de uma série de medidas da preservação e valorização das linhas de água, margens e outras massas de água presentes no município, promovendo-se assim a melhoria do estado quantitativo e qualitativo destas massas de água, a sustentabilidade dos usos consuntivos e não consuntivos, e a melhoria das condições de fruição destes recursos naturais e património ambiental único, valorização e desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, com benefícios para a saúde e qualidade de vida. O acompanhamento e monitorização das áreas críticas (Maia, Praia Formosa e Panasco) ajudam a prevenir perda de biodiversidade. A criação de uma base de dados de ocorrências permite identificar padrões de risco, contribuindo para um planeamento territorial que evita efeitos negativos sobre os valores naturais, paisagísticos e patrimoniais.
Monitorizar a potencial fragmentação ou destruição de habitats em locais ambientalmente sensíveis, afetados quer pela realização de obras de requalificação ou construção com impacto significativo nos ecossistemas. Essa monitorização poderá ser assegurada, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções.	- Avaliar o contributo da proposta de 2rPDM_ViladoPorto para a promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes;	↗	<u>Efeitos positivos</u> - Constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes e técnicas construtivas sustentáveis. - O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoados rurais apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores e patrimoniais existentes no concelho, nomeadamente ao definir-se as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação. - Assim, também constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis.

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
			- A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores naturais, paisagísticos e patrimoniais existentes no concelho. - A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais, constituindo uma oportunidade para assegurar a preservação do património. - A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho. - No que respeita à valorização dos recursos naturais o programa de execução apresenta um projeto de valorização, limpeza e desobstrução das linhas de água e respetivas margens Este projeto constitui uma oportunidade para agilizar a implementação de uma série de medidas da preservação e valorização das linhas de água, margens e outras massas de água presentes no município, promovendo-se assim a melhoria do estado quantitativo e qualitativo destas massas de água, a sustentabilidade dos usos consuntivos e não consuntivos, e a melhoria das condições de fruição destes recursos naturais e património ambiental único, valorização e desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, com benefícios para a saúde e qualidade de vida. O acompanhamento e monitorização das áreas críticas (Maia, Praia Formosa e Panasco) ajudam a prevenir perda de biodiversidade. - A criação de uma base de dados de ocorrências permite identificar padrões de risco, contribuindo para um planeamento territorial que evita efeitos negativos sobre os valores naturais, paisagísticos a patrimoniais.
Continuidade de projetos / intervenções de eliminação gradual de espécies invasoras/infestantes presentes, evitando e contendo a sua proliferação, substituindo-as por espécies endémicas ou nativas no contexto biogeográfico, sempre que essas zonas forem alvo de intervenção do município.	- Avaliar o contributo da proposta de 2rPDM_ViladoPorto para a promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes;	→	<u>Efeitos positivos</u> - Constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes e técnicas construtivas sustentáveis. - O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoados rurais apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores e patrimoniais existentes no concelho, nomeadamente ao definir-se as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação. - Assim, também constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
			práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis. - A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores naturais, paisagísticos e patrimoniais existentes no concelho. - A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais, constituindo uma oportunidade para assegurar a preservação do património. - A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho. - No que respeita à valorização dos recursos naturais o programa de execução apresenta um projeto de valorização, limpeza e desobstrução das linhas de água e respetivas margens. Este projeto constitui uma oportunidade para agilizar a implementação de uma série de medidas da preservação e valorização das linhas de água, margens e outras massas de água presentes no município, promovendo-se assim a melhoria do estado quantitativo e qualitativo destas massas de água, a sustentabilidade dos usos consuntivos e não consuntivos, e a melhoria das condições de fruição destes recursos naturais e património ambiental único, valorização e desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, com benefícios para a saúde e qualidade de vida. O acompanhamento e monitorização das áreas críticas (Maia, Praia Formosa e Panasco) ajudam a prevenir perda de biodiversidade. - A criação de uma base de dados de ocorrências permite identificar padrões de risco, contribuindo para um planeamento territorial que evita efeitos negativos sobre os valores naturais, paisagísticos e patrimoniais.

Legenda:

Contributo		
	Potencia os efeitos positivos	Responde aos efeitos negativos

6.3. RECURSOS NATURAIS

6.3.1 INTRODUÇÃO

A revisão de um PDM torna-se fundamental na medida em que decorre da necessidade de adaptar um concelho às novas realidades e de assegurar os fatores determinantes e estruturantes para o desenvolvimento do território.

A manutenção ou recuperação das condições naturais, bem como a utilização sustentável dos recursos naturais e conservação da diversidade biológica apresentam-se como fundamentais no que se refere à qualificação e coesão territorial no âmbito do 2rPDM_ViladoPorto. Assume-se desta forma como uma das componentes fundamentais e fortemente vocacionadas para assegurar a sustentabilidade do território uma vez que promove as bases mais adequadas para a gestão integrada e equilibrada da área de intervenção.

Neste sentido, a avaliação do “Solo” torna-se imprescindível uma vez que este representa a componente fundamental dos ecossistemas e dos ciclos naturais pois, enquanto constitui um reservatório de água, é também o suporte essencial ao sistema agrícola e o espaço físico para o desenvolvimento das atividades humanas. Por isso, importa ainda, aquando da sua abordagem, considerar os agentes que contribuem para os processos de degradação do solo como nomeadamente a erosão, a diminuição da matéria orgânica, a contaminação local e difusa, a impermeabilização e a diminuição da biodiversidade, entre outros.

Para além disso, considera-se ainda que a valorização e proteção das atividades promotoras de desenvolvimento regional e local, responsáveis pelo aumento do bem-estar social e económico e que defendem, na mesma ordem, a qualidade ambiental e paisagística constituem-se assim componentes fundamentais e fortemente relacionadas para a sustentabilidade de um território

No caso específico do critério “Recursos Hídricos”, a presente análise pretende avaliar de que forma a 2.ª revisão do PDM contribui para o uso sustentável dos recursos hídricos e beneficiação do estado das massas de água na área de intervenção tendo em consideração as ações previstas pela presente proposta de 2rPDM_ViladoPorto.

Para além disso, considera-se ainda que a valorização e proteção das condições naturais dependerá da qualidade ambiental proposta pelo 2rPDM_ViladoPorto, devendo-se avaliar em que medida o Plano promove a redução do consumo e risco de depleção dos recursos naturais (p.e. água e energia), e avaliação das medidas de eficiência energia previstas, de introdução de fontes de energia renováveis no território capazes de promover a descarbonização conducentes a reduções significativas de emissão de GEE, bem como sustentabilidade e independência energética.

6.3.2 OBJETIVOS E INDICADORES

Através deste fator de sustentabilidade pretende-se avaliar os efeitos positivos e negativos das propostas/opções do Plano, tendo como principais objetivos:

- Preservar o estado das massas de água e gerir de forma sustentável os recursos hídricos disponíveis;
- Preservar e gerir de forma sustentável os recursos energéticos locais, promovendo-se a utilização de fontes renováveis de energia, bem como a sensibilização para a adoção de boas práticas que promovam a eficiência energética em espaços e edifícios públicos ou privados;
- Promover uma gestão sustentável dos solos, assegurando a preservação das suas funções ecológicas e territoriais;
- Garantir a proteção e o aproveitamento sustentável dos recursos agroflorestais, otimizando a sua capacidade produtiva e contribuindo para a circularidade;
- Fomentar a exploração sustentável dos recursos geológicos, promovendo a sua valorização em equilíbrio com o desenvolvimento local.

Tabela 6.29_Indicadores selecionados para o FS “Recursos Naturais”

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
Recursos Hídricos: De que forma a 2rPDM_ViladoPorto contribui para a gestão dos recursos hídricos?	Estado final das massas de águas de superfície e subterrâneas	Indicação do estado final das massas de água de superfície (interiores e costeiras) e subterrâneas, existentes na área de intervenção, de acordo com os critérios definidos pela Lei da Água e determinado no âmbito do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores (PGRH-RH9)

CrITÉRIOS de Avaliação	Indicadores	Descrição
	Grau de implementação das medidas de qualidade e valorização dos recursos hídricos previstas no âmbito PGRH-RH9	Nível de implementação (executadas; não executadas; em execução) das medidas de qualidade e valorização dos recursos hídricos, previstas no âmbito PGRH-RH9.
Energia: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para o reforço da capacidade instalada e diversificação no uso de fontes de energia renováveis pelo sistema electroprodutor de eletricidade, e aquisição de eficiência energética no parque edificado público e privado e outros equipamentos públicos?	Capacidade instalada em FER	Potência instalada (kW) em centros electroprodutores a partir de fontes de energia renovável.
	Produção de energia elétrica por fonte de energia	Proporção (%) de energia elétrica produzida por fonte de energia (fóssil e renovável).
	Consumo de energia elétrica por tipo de consumo	Proporção (%) de energia elétrica consumida por setor de atividade.
	Evolução do consumo de energia elétrica	Evolução do consumo anual de energia elétrica na área de intervenção.
Solo: De que forma a 2rPDM_ViladoPorto, e as suas políticas de proteção do solo e ordenamento do território, promovem a gestão adequada dos solos?	Usos do solo por tipologia de utilização do uso do solo (ha e/ou %)	Ocupação e distribuição, por tipologia de utilização do uso do solo no concelho (em hectares e/ou percentagem).
	Área de Reserva Agrícola Regional (RAR) (ha; %)	Área total da RAR e percentagem sobre a área total do município (em hectares e/ou percentagem).
	Área de Reserva Ecológica (RE), por classe (ha; %)	Área total da RE e percentagem sobre a área total do município (em hectares e/ou percentagem).
	Área impermeabilizada em solo rural (ha; %)	Área total dos territórios artificializados sobre o solo rústico (em hectares e/ou percentagem).
Recursos agroflorestais: De que forma a 2rPDM_ViladoPorto promove uma gestão adequada dos recursos agroflorestais contribuindo para a sua proteção, capacidade produtiva, e aproveitamento material ou energético dos resíduos orgânicos potenciando a circularidade local e regional?	Áreas com aptidões diversificadas para atividades agrícolas, pecuárias, silvo-pastoris ou florestais (ha e % por tipologia)	Identificação, número e/ou percentagem do concelho ocupada por áreas agrícolas, pecuárias, silvo-pastoris ou florestais, por tipologia de classificação
Recursos geológicos: Qual o contributo da revisão do PDM para a identificação e exploração dos recursos geológicos, visando a sua valorização e utilização apropriada e acompanhando o funcionamento dos respetivos mercados, empresas e produtos?	Área do território ocupada pela atividade extrativa (n.º; Localização; ha; %).	Área do território ocupada pela atividade extrativa (em número, hectares e/ou percentagem).

6.3.3 SITUAÇÃO ATUAL

Recursos hídricos

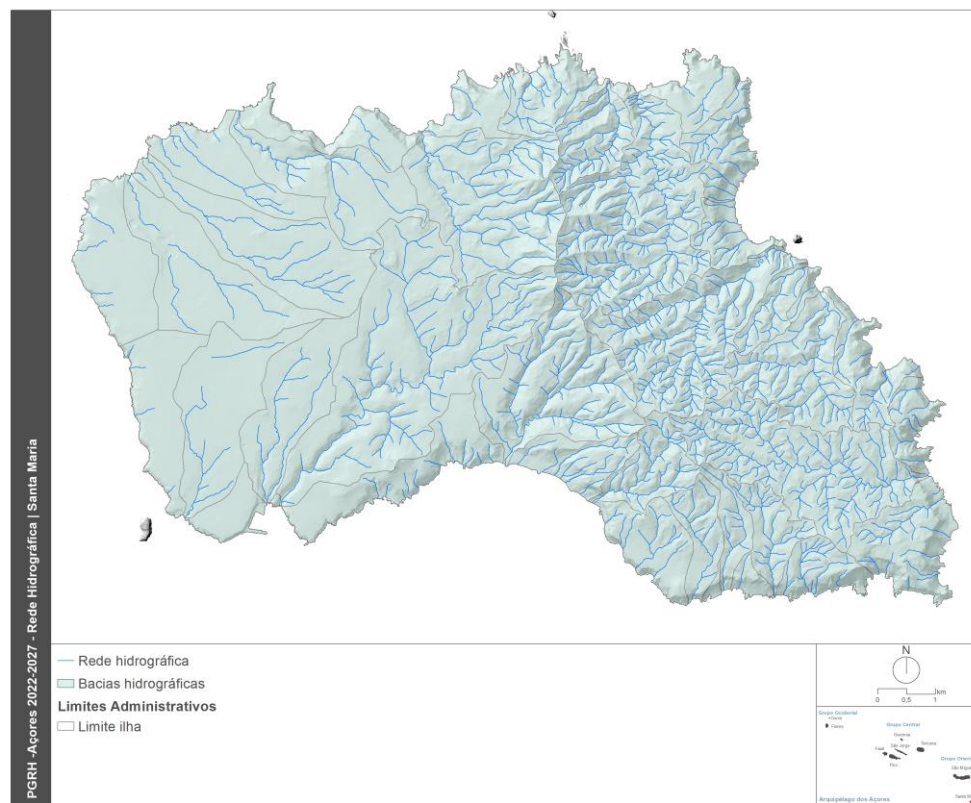
Massas de Água Superficiais Interiores

No que respeita a recursos hídricos, as principais bacias hidrográficas da ilha correspondem à ribeira de São Francisco, com cerca de 10,8 km², seguida da ribeira da Praia, com 5 km². Quase todos os cursos de água desta ilha são de regime torrencial com grande capacidade erosiva.

Na região ocidental de Vila do Porto, a rede de drenagem é muito pouco desenvolvida (Figura 6.3.1), com linhas de água de trajeto essencialmente retilíneo que correm segundo o declive do terreno. Nesta área só existem canais de primeira e segunda ordem, o que põe em evidência a reduzida hierarquização do sistema de drenagem. Destacam-se as bacias hidrográficas das ribeiras do Engenho, São Francisco e Praia.

Na região oriental do concelho, a rede hidrográfica é densa e dominada pelas bacias das ribeiras de Santa Bárbara, Salto (ao centro) e Grande (a sul). Os vales destas ribeiras são entalhados a jusante e mais abertos a montante.

Figura 6.3.1 | Carta hidrográfica do concelho de Vila do Porto (PGRH-Açores, 2022)



A Diretiva Quadro da Água (Parlamento & União Europeia, 2000) estabeleceu um quadro de ação comunitária no domínio da política da água. Segundo a definição apresentada na DQA (Parlamento & União Europeia, 2000), está presente uma massa de água superficial interior no concelho de Vila do Porto – a ribeira de São Francisco (PGRH-Açores, 2022) (Figura 6.3.2).

A DQA impõe a classificação e monitorização do "estado das massas de água" definido com base em parâmetros biológicos, hidromorfológicos e físico-químicos. O Estado de uma massa de água de superfície é definido em função dos seus estados Ecológico e Químico, considerando-se o pior dos dois Estados.

De acordo com o PGRH-Açores 2022–2027, o Estado da ribeira de São Francisco encontra-se em Razoável, revelando que as cargas de origem pecuária apresentam significância, tendo-se registado um aumento de 40% do encabeçamento pecuário face à data de realização do anterior PGRH-Açores 2016–2021.

As ribeiras, com vista a atingir o objetivo do Bom Estado, têm igualmente vindo a ser objeto de medidas de redução e controlo de descargas de efluentes urbanos e agropecuários de forma difusa, que se articulam com medidas suplementares de beneficiação infraestrutural dos sistemas de saneamento de pequenos aglomerados, descentralizados ou isolados.

Na Tabela 6.29 sintetizam-se as medidas preconizadas para a massa de água do concelho, e respetivo grau de execução, publicado pelo último Relatório de Avaliação Intercalar do Programa de Medidas do PGRH-Açores 2022-2027 em novembro de 2024. Para a avaliação do nível de implementação e execução foi solicitado às várias entidades responsáveis por cada uma das medidas o respetivo estado de execução das medidas até dezembro de 2023.

Figura 6.3.2 _ Massa de água da ribeira de São Francisco (PGRH-Açores, 2022)

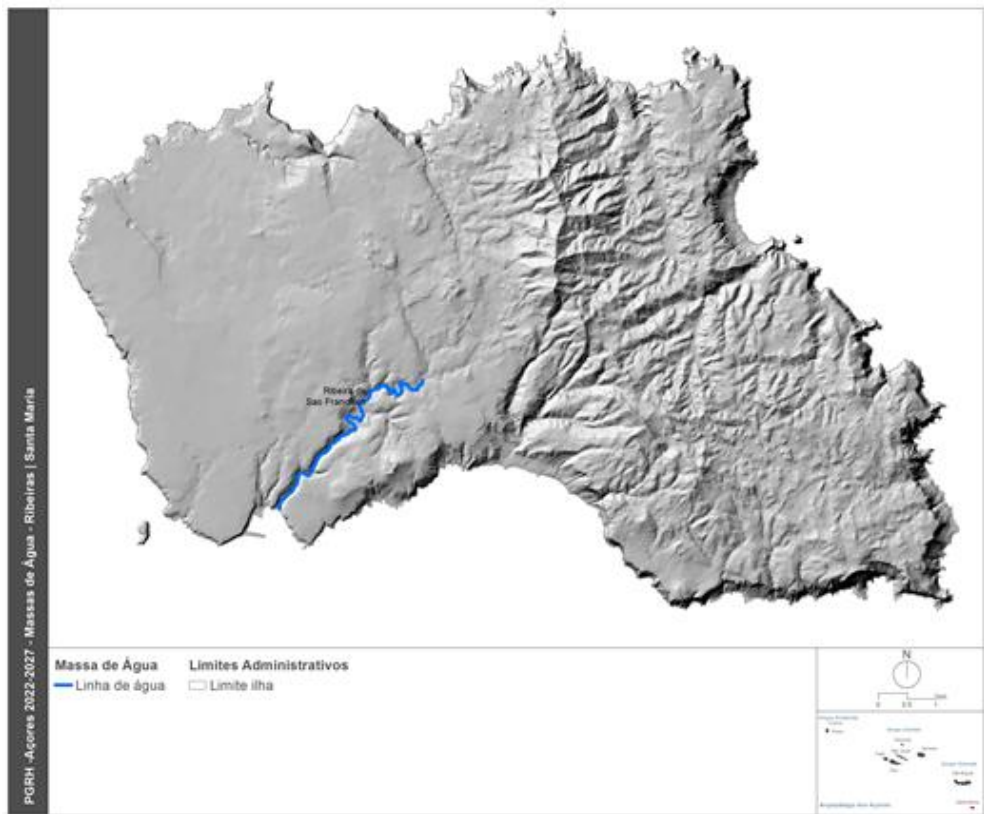


Tabela 6.30 _ Medidas preconizadas para a massa de água superficial interior compreendida no concelho de Vila do Porto (PGRH-Açores 2022-2027 / PoM PGRH-Açores, 2024)

Massa de água	Código e designação da medida	Grau de execução da medida (3º ciclo) ⁹
Ribeira de São Francisco	RH9_B_002.A - Redução e controlo dos impactes da poluição difusa em massas de água superficiais interiores	50 – 80% (Em execução)
	RH9_S_038 - Beneficiação infraestrutural e tecnológica dos sistemas de saneamento de águas residuais urbanas	(Sem informação)
	RH9_S_040 - Reforço e capacitação operacional da fiscalização sobre águas residuais	< 50% (Não executada)
	RH9_S_042 - Promoção da aplicação das medidas de carácter agroambiental	50 – 80% (Em execução)

De referir que para as medidas RH9_B_002.A, RH9_S_040 e RH9_S_042 mantém-se o mesmo grau de execução do relatório de monitorização publicado em 2018, isto é, a continuidade da sua implementação, sendo que para a medida RH9_S_038 não foi, neste relatório, obter informação sobre a sua execução neste concelho.

Massas de Água Subterrâneas

Na ilha de Santa Maria foram delimitadas duas massas de água subterrâneas:

- Massa de água Facho – Pico Alto

A massa de água Facho Pico - Alto corresponde a uma unidade formada por aquíferos de altitude, porosos ou fissurados, admitindo-se a existência de aquíferos de altitude livres e

⁹ Até dezembro de 2023, de acordo com o último Relatório de Avaliação Intercalar do PGRH-Açores aprovado e publicado em 2024.

semiconfinados, descontínuos no sistema, e limitados por níveis de permeabilidade reduzida, e costeiros. Não se exclui, igualmente, a existência de conexão hidráulica entre as massas de água Facho – Pico Alto e Anjos – Vila do Porto.

- Massa de água Anjos - Vila do Porto

A massa de água Anjos – Vila do Porto corresponde a uma unidade formada por aquíferos basais, essencialmente fissurados, em que nos níveis superiores se admite a existência de aquíferos descontínuos, livres e semiconfinados. Não se exclui, igualmente, a existência de conexão hidráulica entre as massas de água Anjos – Vila do Porto e Facho – Pico Alto.

A determinação do estado das massas ou grupos de massas de água subterrâneas é um dos pilares basilares em que se sustenta a gestão dos recursos hídricos numa dada região hidrográfica. Neste contexto, procedeu-se à aplicação sucessiva de uma série de testes relativos aos estados quantitativo e químico. O pior resultado obtido em cada fileira de testes é adotado como a classificação dos estados quantitativo e químico das massas de água subterrâneas. Por seu turno, a designação global do estado da massa de água subterrânea corresponde à mais adversa das classificações anteriores.

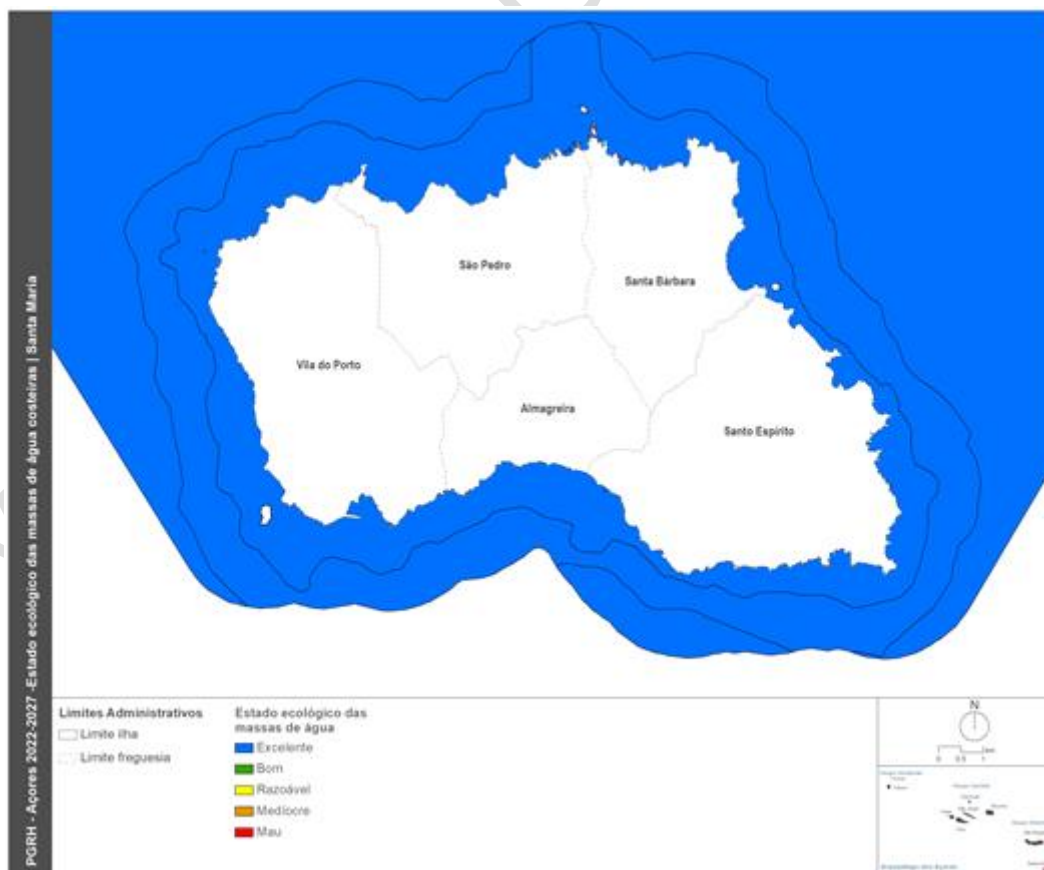
De acordo com o PGRH-Açores, todas as massas de água subterrâneas delimitadas no arquipélago foram classificadas como em Bom estado.

Águas Costeiras

As massas de água costeiras adjacentes ao município compreendem a massa de água Grupo Oriental – Profundas, Santa Maria – Intermédia e Santa Maria – Pouco Profundas.

De acordo com o PGRH-Açores (2022) o Estado das massas de água costeiras, com base na análise de pressões naturais e antropogénicas, classifica-se o estado das massas de água costeiras como excelente (Figura 6.3.3).

Figura 6.3.3 _Classificação do Estado das massas de água costeiras para a ilha de Santa Maria (PGRH-Açores, 2022)



Energia

O transporte e distribuição de eletricidade na RAA é da responsabilidade da Eletricidade dos Açores, S.A. (EDA). Em 31 de dezembro de 2022, o sistema elétrico da ilha de Santa Maria era composto por três centrais de produção de energia elétrica, e respetivas subestações elevadoras, uma linha de transporte a 10 kV, uma rede de distribuição de média tensão a 10 kV, e redes de distribuição de baixa tensão a 0,4 kV.

O sistema elétrico da ilha de Santa Maria possui três subestações elevadoras (Figura 6.3.1), nomeadamente, a Subestação do Aeroporto (SEAR) afeta à central termoelétrica com 9 MVA (6,9 MW) de potência instalada, a Subestação do Parque Eólico do Figueiral (SEPF) com 1,60 MVA (1,5 MW), e a Subestação da Central Fotovoltaica do Aeroporto (SEFA) com 1,25 MVA (0,6 MW). Todos os centros electroprodutores estão caracterizados na Tabela 6.30.

Tabela 6.31_Centros electroprodutores que fornecem eletricidade ao município de Vila do Porto

Designação	Geradores (n.º)	Potência instalada (MW)	Produção ¹⁰ de energia (MWh/ano)	% FER em SMG
Central Termoelétrica do Aeroporto (CTAR)	6	6,9	20 108,36	-
Parque Eólico do Figueiral (PEFG)	5	1,5	1 894,47	8%
Central Fotovoltaica do Aeroporto (CFAR)	24	0,6	989,94	4%

(Fonte: CARE 2022, EDA)

A rede de transporte de energia elétrica nesta ilha é constituída por uma linha MT a 10 kV que interliga a Central Fotovoltaica do Aeroporto (CFAR) à Central Térmica do Aeroporto (CTAR). A distribuição de energia em média tensão é realizada no nível de tensão de 10 kV. A rede é maioritariamente aérea e desenvolve-se a partir da subestação da Central do Aeroporto (SEAR). A rede subterrânea existente localiza-se principalmente na zona circundante da central térmica e na Vila do Porto. Na ilha de Santa Maria toda a rede de distribuição MT é explorada a 10kV e apresenta uma extensão de 91 km.

O Parque Eólico do Figueiral, com uma potência instalada de 1,5 MW, é constituído por cinco torres eólicas com aerogeradores de 300 kW. Cada aerogerador encontra-se ligado diretamente à subestação por meio de uma rede subterrânea de 400 volts. A Central Fotovoltaica do Aeroporto é composta por 2160 módulos fotovoltaicos de 340 W cada, perfazendo uma potência instalada de 734,4 kW e uma potência de ligação à rede (inversores) de 600 kW.

A eletricidade é depois distribuída a partir de uma rede de baixa tensão que assegura o fornecimento de energia elétrica a todas as localidades do concelho.

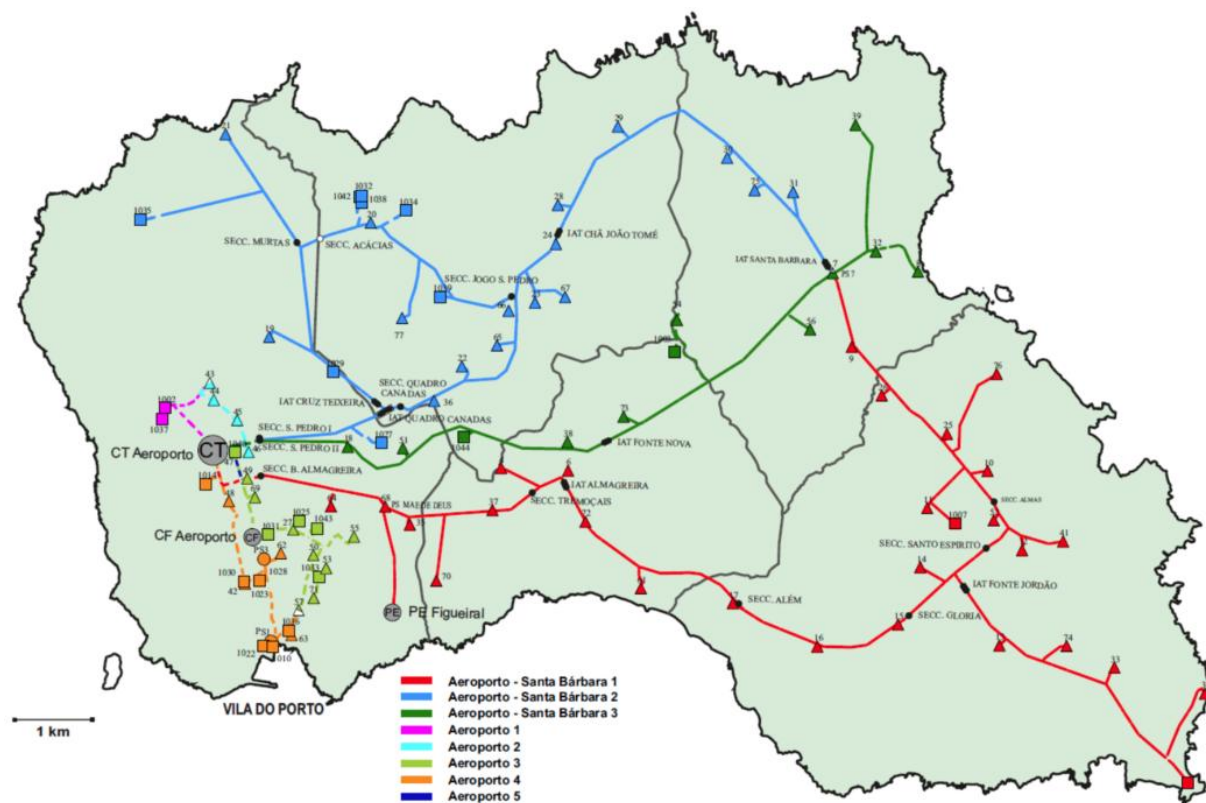
Segundo o Relatório de caracterização das redes de transporte e distribuição da RAA (CARE 2022) elaborado pela EDA, SA, o sistema eletroprodutor da ilha de Santa Maria totaliza 9 MW de potência instalada.

A energia elétrica líquida produzida na ilha de Santa Maria em 2022 foi de aproximadamente 23 GWh. Cerca de 88% da energia emitida foi produzida pela central térmica, enquanto 8% foram produzidos pelo parque eólico e os restantes 4% foram produzidos pela central fotovoltaica. Assim, em termos de representatividade na produção de energia elétrica renovável, a ilha produziu cerca de 12% da energia renovável em 2022.

De acordo com o Plano Plurianual e Orçamento 2023-2027 da EDA, estava previsto dar continuidade ao reforço de potência dos parques eólicos e fotovoltaicos de Santa Maria, esperando-se atingir os 1282 MWh de energia fotovoltaica e 6103 MWh de energia eólica em 2027, bem como decorrerão os processos necessários à expansão do parque fotovoltaico em 2023 permitindo atingir uma potência instalada de 1000 kW, e a substituição dos aerogeradores do parque eólico até 2027. Assim, prevê-se a substituição dos cinco aerogeradores de 300 kW do parque eólico da ilha de Santa Maria por três aerogeradores de 900 kW.

¹⁰ Produção relativa ao ano de 2022 (Fonte: CARE 2022, EDA).

Figura 6.3.4_ Representação geográfica das redes de distribuição elétrica de MT no concelho de Vila do Porto

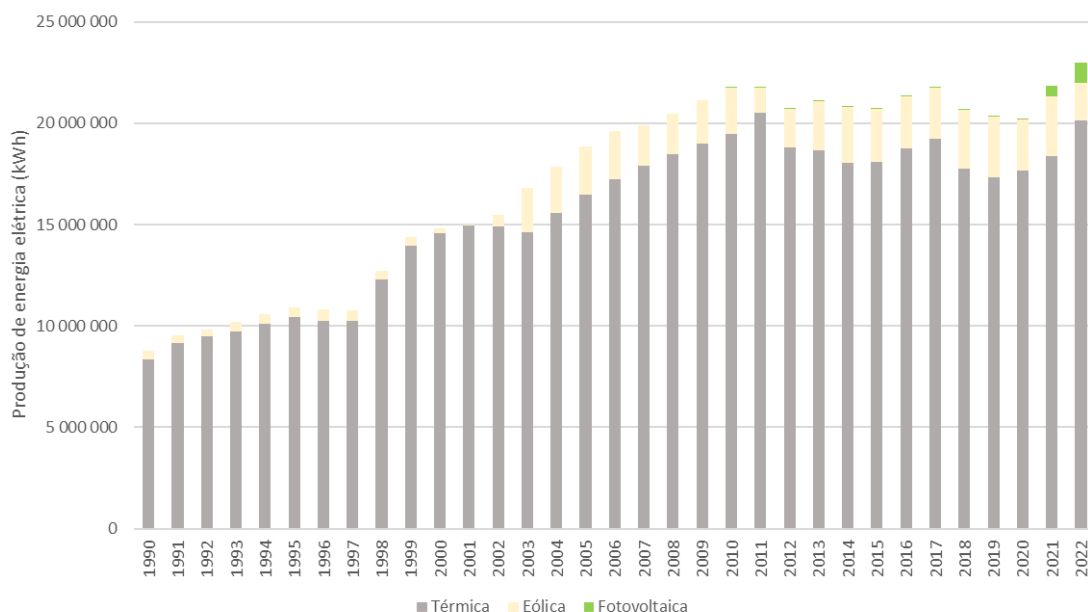


(Fonte: CARE BT 2023, EDA)

Está previsto também num futuro próximo, investimentos programados nos sistemas de reserva rápida do tipo BESS (*Battery Energy Storage System*) a instalar na ilha de Santa Maria, bem como noutras ilhas do arquipélago. Este projeto de investimento era permitir uma maior capacidade de penetração de energias renováveis por substituição de parte da energia térmica de base, pelo que os investimentos em energias renováveis poderão aumentar a partir de 2025.

Na ilha de Santa Maria são atualmente produzidos cerca de 23 GWh de energia elétrica (Figura 6.3.5), sendo que 88% é de origem fóssil (diesel), 8% de origem eólica e 4% de origem fotovoltaica. A produção de energia na ilha após um aumento sucessivo desde 1990 até 2010, sofreu uma década de estagnação até 2020, tem registado um crescimento após 2020, devido à pandemia, tendo sido este aumento suportado essencialmente pelas fontes de origem fóssil e fotovoltaica.

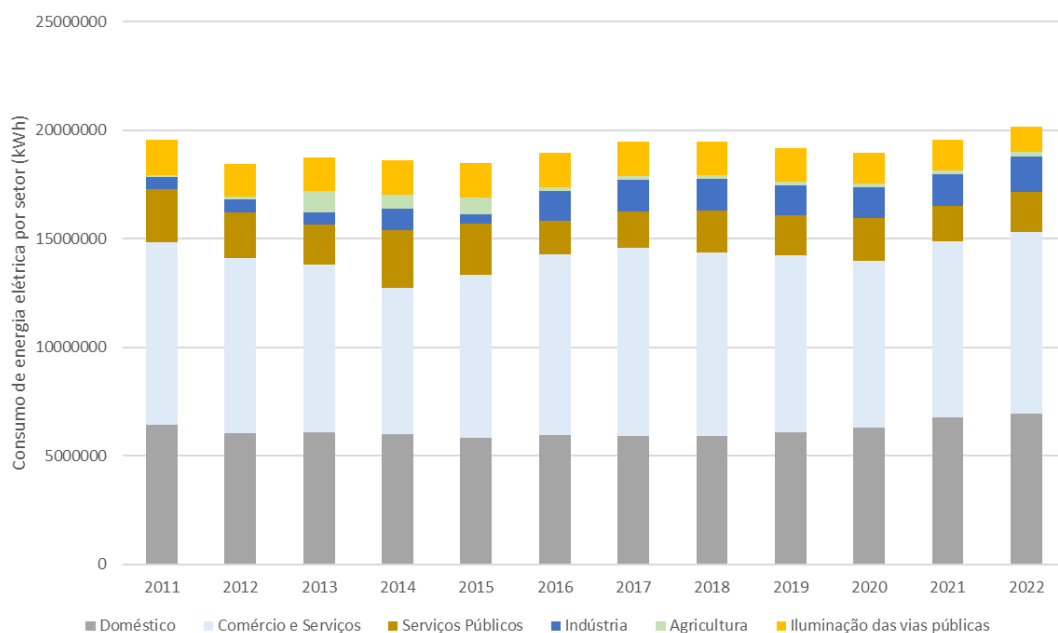
Figura 6.3.5_Produção elétrica por tipo de fonte de energia no município de Vila do Porto



Fonte: SREA, 2024 / CARE 2022, EDA.

Em 2022 o concelho de Vila do Porto foi responsável pelo consumo de 20 GWh de energia elétrica (Figura 6.3.3), o que equivale a aproximadamente 88% da produção do concelho. Os setores de atividade mais consuntivos são o setor de comércio e serviços (42%) e o setor doméstico (34%). Os consumos no município têm registado uma tendência de estagnação, com uma média de evolução praticamente nula nos últimos 10 anos (-0,3%), não obstante durante os anos da pandemia (2021 e 2022) terem atingido máximos históricos. Os setores mais consumidores, doméstico e de comércio e serviços, bem como a indústria, têm apresentado incapacidade de redução e aquisição de níveis superiores de eficiência energética, tendo inclusive aumentado em nos últimos anos.

Figura 6.3.6_Consumo de energia elétrica por setor de atividade no município de Vila do Porto



Fonte: INE, 2024.

Solo

O concelho de Vila do Porto apresenta a agricultura como o uso do solo dominante, ocupando 57,9% do território. Neste grupo, destacam-se os prados e pastagens, que representam 44,9% do total da área. Seguem-se as áreas agrícolas heterogêneas com 9,9%, as culturas permanentes com 1,6% e as terras aráveis com 1,5%.

As áreas florestais e os meios naturais e seminaturais ocupam 34,3% do território, com destaque para as florestas de folhosas, que representam 16,5%. Os matos têm um peso de 6,7%, seguidos pela vegetação herbácea natural com 3,4%, a rocha nua com 3,0%, e a vegetação esparsa com 1,9%. Outros elementos incluem as florestas de resinosas com 1,8%, as galerias ripícolas com 0,8%, e as áreas semidesérticas com 0,1%.

No caso das áreas florestais, a informação relativa à ocupação do solo pode ser complementada com dados do 2.º Inventário Florestal da Região Autónoma dos Açores (IFRAA2), que permitem uma leitura mais detalhada da composição específica destas formações. De acordo com o IFRAA2, a área florestal (Floresta e Matos) apresenta uma dimensão de 3.030,51 ha, o que representa, aproximadamente, 31% da área do concelho.

Nas áreas florestais, verifica-se um forte predomínio de espécies exóticas, destacando-se o *Pittosporum undulatum* (incenso), que ocupa a maior área registada (1560,3 ha). Também surgem formações florestais de carácter produtivo, como a criptoméria (*Cryptomeria japonica*), com cerca de 166,5 ha, e o eucalipto (*Eucalyptus globulus*), com aproximadamente 64,3 ha. Entre as espécies autóctones, destacam-se a *Morella faya*, a *Picconia azorica* e a *Erica azorica*, que, embora com expressão relevante, ocupam áreas significativamente inferiores às espécies invasoras. Verifica-se ainda a presença de espécies florestais introduzidas com interesse económico, como a *Cryptomeria japonica* e o *Eucalyptus globulus*.

Nas áreas de mato, destacam-se o junco (*Juncus sp.*) (140,4 ha), a cana (*Arundo donax*) (137,9 ha) e a agave (*Agave americana*) (152,2 ha), que, em conjunto, ocupam uma parte significativa desta classe. Também aqui o incenso (*Pittosporum undulatum*) mantém presença relevante (22,6 ha).

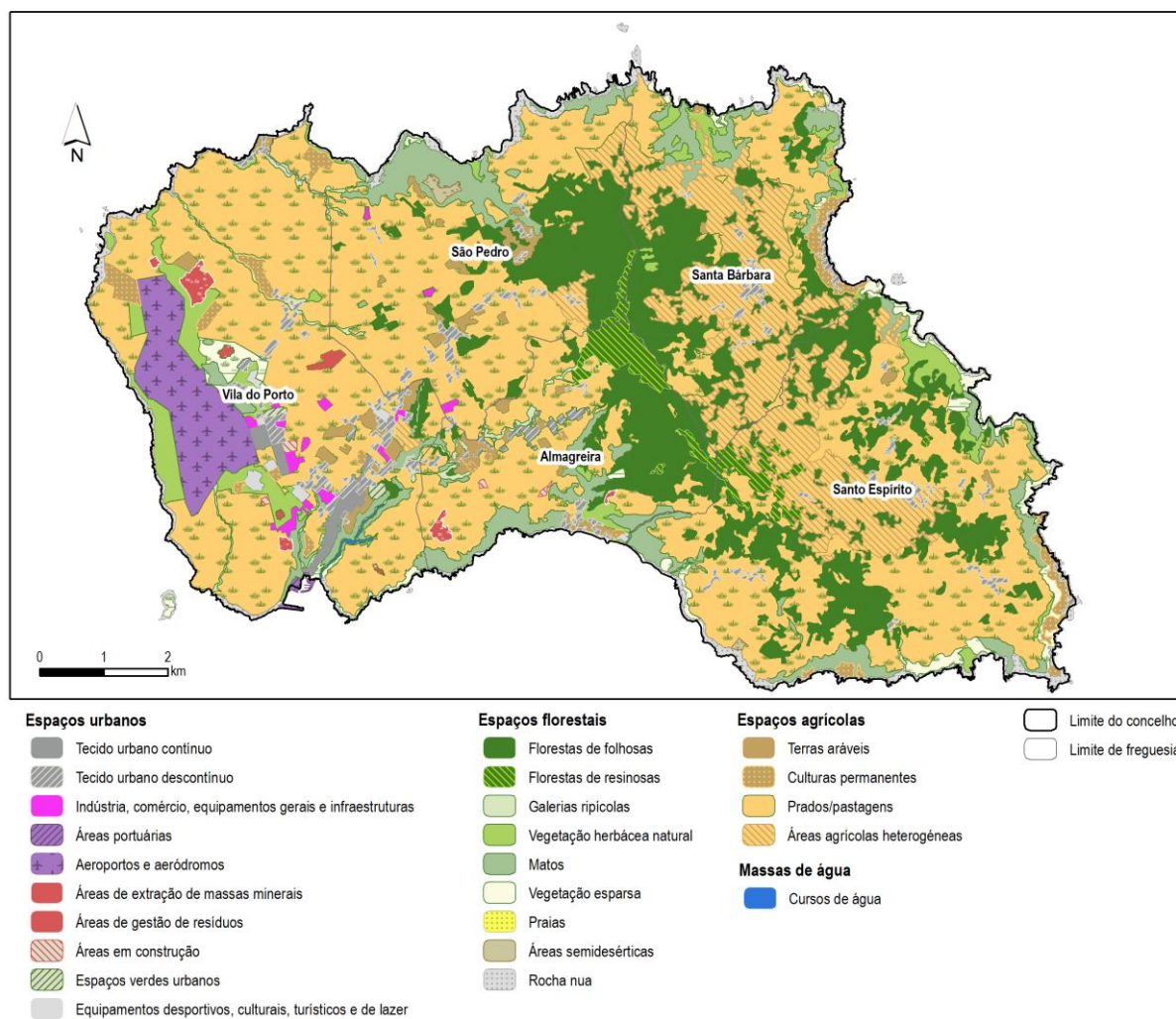
Tabela 6.32_Espécies dominantes nas áreas florestais e de mato no concelho de Vila do Porto

Ocupação do Solo	Espécie Dominante	Área (ha)	Ocupação do Solo	Espécie Dominante	Área (ha)
Floresta	<i>Acacia melanoxylon</i>	76,15	Matos	<i>Acacia melanoxylon</i>	0,13
	<i>Acacia sp.</i>	68,72		<i>Acacia sp.</i>	0,89
	<i>Agave americana</i>	7,23		<i>Agave americana</i>	152,17
	<i>Arundo donax</i>	101,88		<i>Arundo donax</i>	137,91
	<i>Cryptomeria japonica</i>	166,47		<i>Crithmum maritimum</i>	9,57
	<i>Cupressus Macrocarpa</i>	0,23		<i>Elaeagnus umbellata</i>	0,40
	<i>Elaeagnus umbellata</i>	2,09		<i>Erica azorica</i>	7,55
	<i>Erica azorica</i>	66,95		<i>Festuca petraea</i>	0,50
	<i>Eucalyptus globulus</i>	64,25		<i>Hedychium gardnerianum</i>	17,70
	<i>Eucalyptus sp.</i>	0,39		<i>Helminthotheca echinoides</i>	0,90
	<i>Hedychium gardnerianum</i>	3,55		<i>Ipomoea indica</i>	0,10
	<i>Ipomoea indica</i>	0,18		<i>Juncus sp.</i>	140,40
	<i>Juncus sp.</i>	0,28		<i>Lantana sp.</i>	1,23
	<i>Juniperus bermudiana</i>	0,19		<i>Myrtus communis</i>	55,01
	<i>Ligustrum lucidum</i>	11,69		<i>Opuntia ficus-indica</i>	2,03
	<i>Metrosideros excelsa</i>	0,29		<i>Paspalum sp.</i>	0,62
	<i>Morella faya</i>	126,66		<i>Phyllostachys sp.</i>	5,33
	<i>Myrtus communis</i>	1,15		<i>Phytolacca americana</i>	0,00
	<i>Persea indica</i>	0,65		<i>Pittosporum undulatum</i>	22,60
	<i>Phyllostachys sp.</i>	1,75		<i>Pteridium aquilinum</i>	20,22
	<i>Picconia azorica</i>	98,89		<i>Rubus ulmifolius</i>	15,26

Ocupação do Solo	Espécie Dominante	Área (ha)	Ocupação do Solo	Espécie Dominante	Área (ha)
	<i>Pinus pinaster</i>	15,78		<i>Ulex europaeus</i>	13,05
	<i>Pinus Sylvestris</i>	0,52		TOTAL	603,58
	<i>Pittosporum undulatum</i>				1560,32
	<i>Platanus sp.</i>				2,20
	<i>Populus alba</i>				24,19
	<i>Populus deltoides</i>				0,21
	<i>Pteridium aquilinum</i>				10,04
	<i>Robinea pseudoacacia</i>				0,51
	<i>Rubus ulmifolius</i>				3,04
	<i>Salix babilonica</i>				0,26
	<i>Sequoia sempervirens</i>				0,48
	<i>Thuja plicata</i>				1,01
	<i>Ulex europaeus</i>				0,64
	<i>Ulmus procera</i>				19,20
	TOTAL				2438,04

Fonte: IFRAA2.

Figura 6.3.7_Carta de Ocupação do Solo, 2018.



Fonte: DRA, 2018.

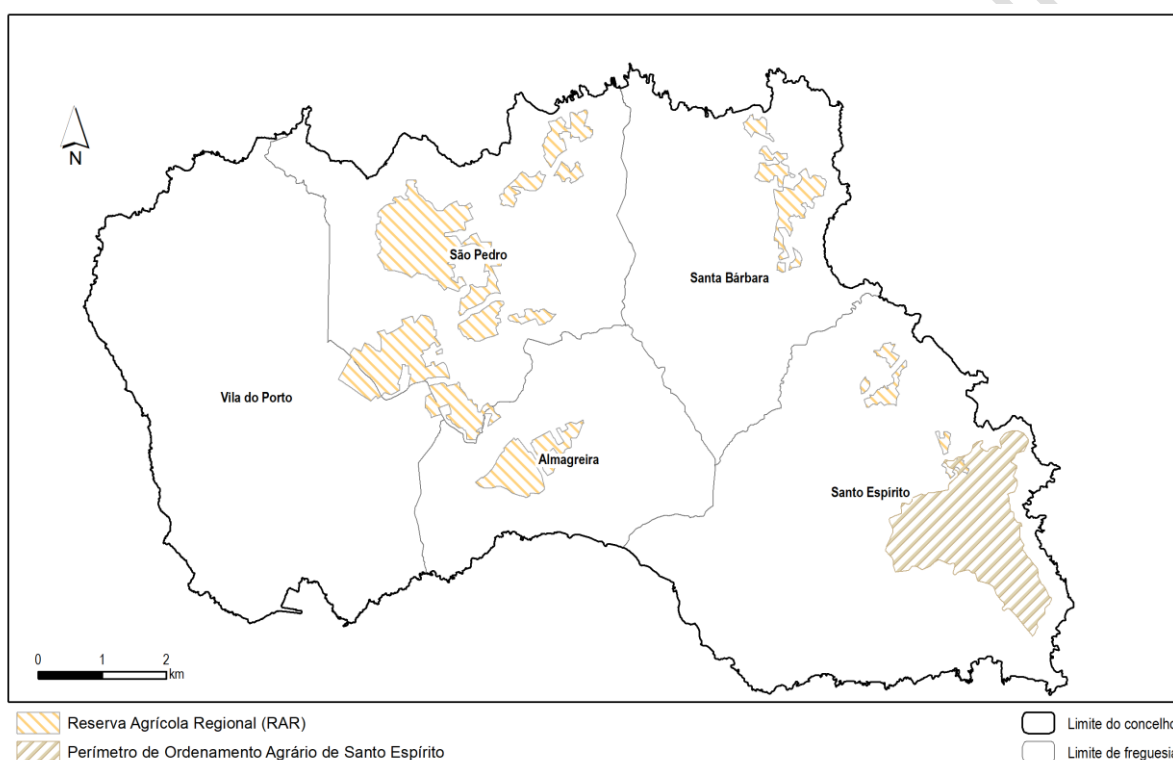
Os territórios artificializados, que incluem as áreas urbanas, equipamentos e infraestruturas, representam 7,8% do uso do solo. Destas, as áreas urbanas e infraestruturas ocupam 7,3%, enquanto as áreas de extração de massas minerais ocupam 0,4%.

Por fim, as massas de água são praticamente residuais, ocupando apenas 0,04% do território, representadas pelos cursos de água com 0,0% (3,5 hectares).

As áreas da Reserva Agrícola Regional (RAR) ocupam 623,15 ha, correspondendo a 6,43% da área total do concelho. A freguesia de São Pedro destaca-se por concentrar áreas significativas integradas na RAR, enquanto na freguesia de Vila do Porto estas áreas têm uma expressão reduzida. A freguesia de Santo Espírito inclui a totalidade do Perímetro de Ordenamento Agrário de Santo Espírito, que ocupa 368,9 ha e está regulamentado pela Portaria n.º 69/2022, de 12 de agosto.

De forma geral, as áreas da RAR distribuem-se em pequenos blocos, evidenciando uma certa fragmentação.

Figura 6.3.8_ Reserva Agrícola Regional e Perímetro de Ordenamento Agrário de Santo Espírito.



Fonte: CM Vila do Porto, 2024.

A análise da área de Reserva Ecológica (RE) revela a sua distribuição em diferentes classes. As áreas de proteção do litoral, que incluem praias, ilhéus e arribas. As praias ocupam 17,45 hectares, correspondendo a 0,47% da RE, constituindo uma área reduzida, mas com importância local na proteção costeira. Os ilhéus e rochedos emersos no mar, com uma extensão de 16,5 hectares (0,44%), apesar da sua dimensão limitada, possuem elevado valor ecológico, sobretudo para a conservação da biodiversidade. As arribas e respetivas faixas de proteção destacam-se com 1062,30 hectares, representando 28,6% da RE, sendo fundamentais na preservação do litoral e no controlo da erosão costeira.

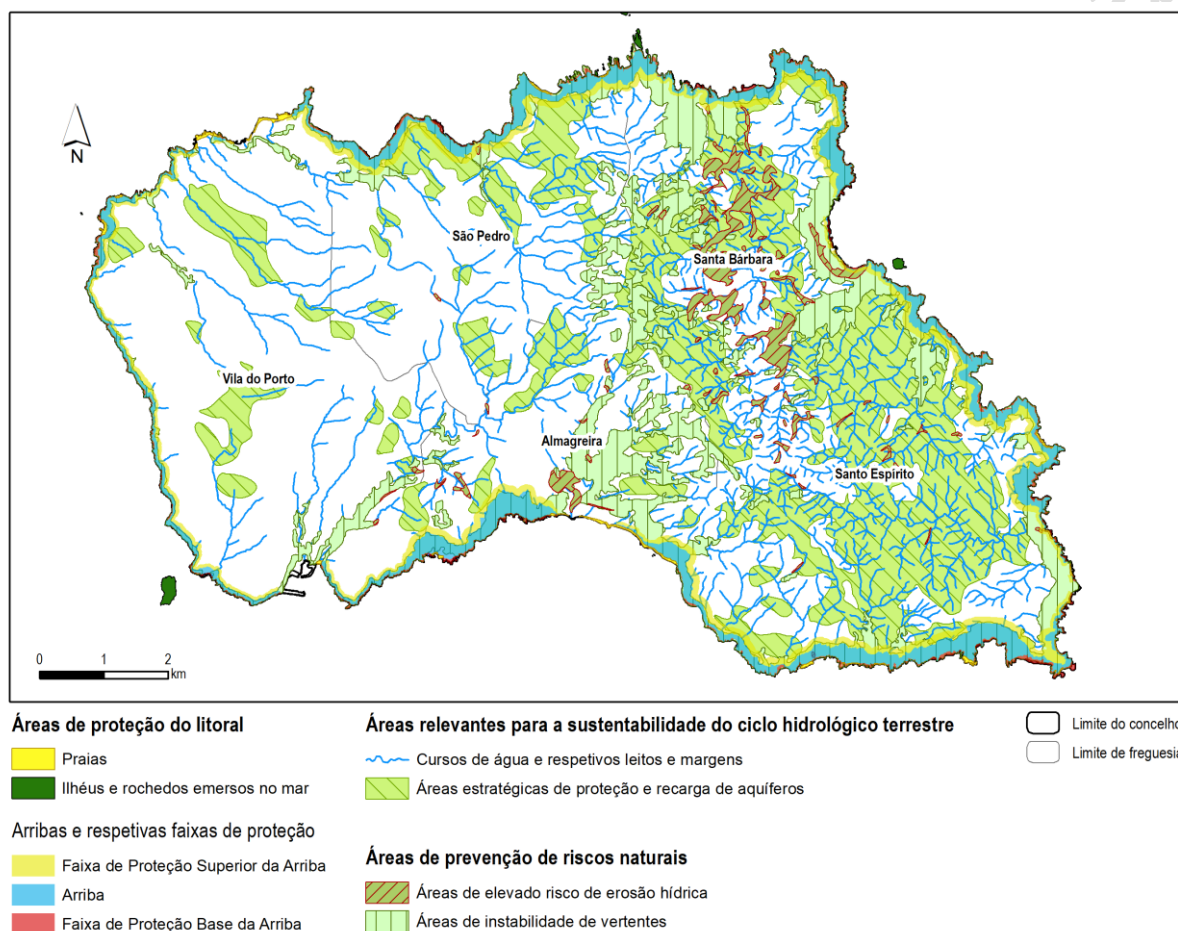
As áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre englobam os cursos de água e respetivos leitos e margens, que ocupam 807,46 hectares (21,8% da RE), desempenhando um papel essencial na regulação hídrica e na mitigação de cheias. A maior classe da RE pertence às áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos, que totalizam 2101,88 hectares, representando 56,7% do total.

No que diz respeito às áreas de prevenção de riscos naturais, as zonas de elevado risco de erosão

hídrica do solo abrangem 193,92 hectares, correspondendo a 5,2% da RE, e localizam-se em áreas críticas, maioritariamente em encostas sujeitas a erosão. Por sua vez, as áreas de instabilidade de vertentes ocupam 1583,88 hectares, ou seja, 42,7% da RE.

Em suma, as áreas de Reserva Ecológica destacam-se pela sua predominância nas áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos, reforçando a prioridade da gestão hídrica no território. A relevância das arribas e das áreas de instabilidade de vertentes sublinha a necessidade de ações de proteção do litoral e de prevenção de riscos naturais. Por outro lado, as praias e os ilhéus, apesar da sua extensão limitada, mantêm um elevado valor ecológico, fundamental para a biodiversidade e conservação ambiental.

Figura 6.3.9 _Reserva Ecológica.



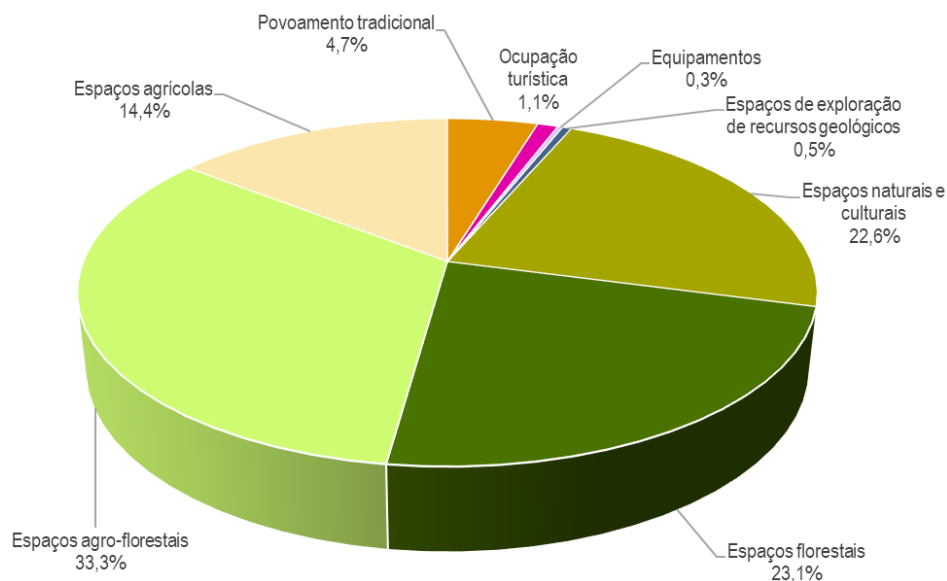
Fonte: CM Vila do Porto, 2024.

A análise da área impermeabilizada em solo rural evidencia que o povoamento tradicional representa a maior fração de áreas impermeabilizadas, com 4,69% da área total de solo rural, refletindo a prevalência de ocupações humanas históricas em zonas rurais. Segue-se a ocupação turística, com 1,06%, que, embora menos expressiva, demonstra o impacto crescente das atividades turísticas em espaços rurais.

Os equipamentos (0,26%) e os espaços de exploração de recursos geológicos (0,47%) apresentam contribuições menores, representando usos específicos e localizados. No caso das áreas de exploração geológica, foram incluídas como áreas impermeabilizadas devido às atividades associadas, como a construção de infraestruturas e a compactação do terreno por maquinaria pesada, que reduzem significativamente a permeabilidade do solo, promovendo o aumento do escoamento superficial.

Em termos gerais, a área impermeabilizada ocupa uma fração muito pequena do solo rural, destacando a predominância de usos naturais e sustentáveis, mas reforça a necessidade de um planeamento cuidadoso para equilibrar as ocupações humanas e a preservação ambiental.

Figura 6.3.10_Classes de espaços em solo rural.



Fonte: CM Vila do Porto, 2024.

Recursos Agroflorestais

Para analisar as áreas com aptidões diversificadas para atividades agrícolas, pecuárias, silvo-pastoris ou florestais, procedeu-se à identificação das categorias relevantes, com base na análise das classes de uso do solo da Carta de Ocupação do Solo de 2018. Desta análise, foram selecionadas as seguintes classes: áreas agrícolas heterogêneas, culturas permanentes, prados/pastagens, terras aráveis, áreas semidesérticas, florestas de folhosas, florestas de resinosas, galerias ripícolas, matos, vegetação esparsa e vegetação herbácea natural.

Os prados/pastagens destacam-se como a categoria mais representativa, ocupando 4377,4 hectares, o que corresponde a 44,9% da área total do concelho. Este valor reflete a predominância das atividades agropecuárias baseadas em pastagens.

As florestas de folhosas ocupam 1609,1 hectares, equivalentes a 16,5% do território. Estas áreas evidenciam a relevância das florestas para a conservação ambiental, a biodiversidade e os usos silvícolas no concelho.

As áreas agrícolas heterogêneas, com 965,3 hectares (9,9%), estão associadas a sistemas agrícolas diversificados, desempenhando um papel significativo na produção agrícola local.

Outras categorias florestais e agrícolas incluem os matos (655,62 hectares; 6,7%), a vegetação herbácea natural (334,6 hectares; 3,4%), as florestas de resinosas (174,8 hectares; 1,8%), as culturas permanentes (157,2 hectares; 1,6%) e as terras aráveis (143 hectares; 1,5%). Embora com menor expressão, estas categorias contribuem para a diversidade do uso do solo no concelho.

As categorias de menor dimensão incluem a vegetação esparsa (185,8 hectares; 1,9%), as galerias ripícolas (74,6 hectares; 0,8%) e as áreas semidesérticas (13,6 hectares; 0,1%), que representam usos específicos ou áreas de menor produtividade, mas com importância ecológica.

No contexto do concelho, as áreas com aptidões diversificadas totalizam uma parte significativa do território, com destaque para os prados/pastagens e as florestas de folhosas, que, em conjunto, representam cerca de 61,4% da área total. Este elevado valor sublinha a vocação rural e silvo-pastoril do concelho, com uma forte componente ambiental e produtiva. As restantes categorias, apesar de menor expressão, desempenham um papel complementar na diversidade ecológica e funcional do uso do solo, contribuindo para a sustentabilidade territorial.

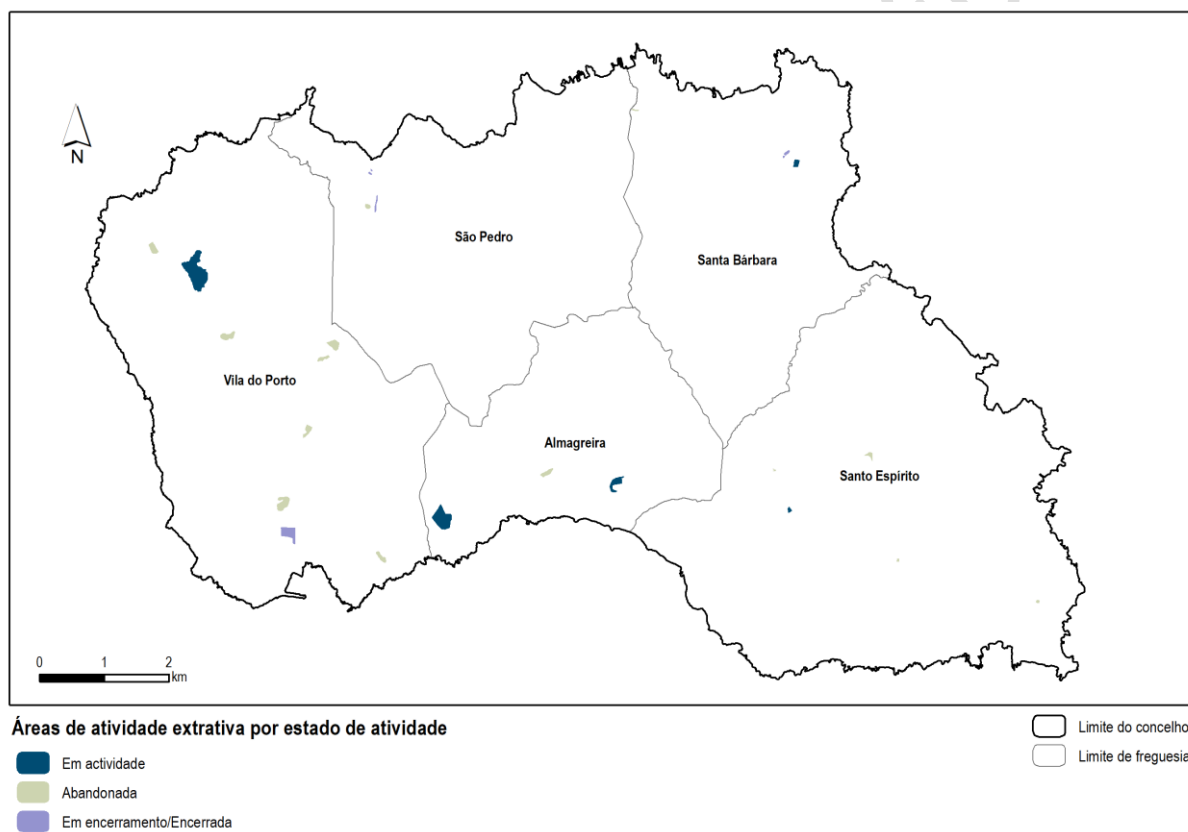
Recursos geológicos

A área ocupada pela atividade extrativa no concelho é bastante reduzida, totalizando apenas 0,41% do território. A maior parte desta área está classificada como "em atividade" (0,21%), seguida pelas áreas "abandonadas" (0,15%), enquanto as áreas "em encerramento/encerradas" têm a menor expressão, com apenas 0,05%.

A área mais significativa de atividade extrativa encontra-se na freguesia de Vila do Porto, a norte do aeroporto, com uma extensão de 11,8 hectares, destinada à extração de brecha, conglomerados e basalto. Na freguesia de Almagreira, destacam-se duas áreas dedicadas à extração de basalto, com 6,2 hectares e 1,8 hectares, respetivamente. Na freguesia de Santa Bárbara, existe uma área de 0,7 hectares para a extração de bagacina, enquanto na freguesia de Santo Espírito se localiza uma exploração mais pequena, com apenas 0,2 hectares, destinada à extração de basalto.

Apesar do impacto localizado destas atividades, o seu peso relativo no território do concelho é mínimo, destacando a necessidade de gestão sustentável destas áreas, especialmente aquelas abandonadas ou encerradas, para minimizar efeitos ambientais e promover a sua recuperação.

Figura 6.3.11_Áreas de extração de massas minerais, por tipo de estado da exploração.



Fonte: PAE, 2015.

Na tabela 6.32 é apresentada a síntese dos indicadores de caracterização da situação atual do presente FS.

Tabela 6.33_ Síntese dos indicadores selecionados para o FS "Recursos Naturais"

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
Estado final das massas de águas de superfície e subterrâneas	<u>Superficiais interiores:</u> Ribeira de São Francisco – Razoável	2022	PGRH / DROTRH
	<u>Superficiais costeiras:</u> Grupo Oriental – Profundas – Excelente Santa Maria – Intermédia – Excelente		

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
	Santa Maria – Pouco Profundas – Excelente		
	Subterrâneas: Facho – Pico Alto - Bom Anjos - Vila do Porto – Bom		
Grau de implementação das medidas de qualidade e valorização dos recursos hídricos previstas no âmbito PGRH-RH9	RH9_B_002.A: 50 – 80% (Em execução) RH9_S_038: > 80% (Executada) RH9_S_040: < 50% (Não executada) RH9_S_042: 50 – 80% (Em execução)	2018	PoM PGRH/ DROTRH
Capacidade instalada em FER	Eólica – 1,5 MW Fotovoltaica – 0,6 MW	2022	EDA
Produção de energia elétrica por fonte de energia	Termoelétrica – 20,1 GWh (88%) Eólica – 1,9 GWh (8%) Fotovoltaica – 1 GWh (4%)	2022	EDA
Consumo de energia elétrica por tipo de consumo	20 GWh (88% da produção) Comércio e serviços (42%) Doméstico (34%)	2022	INE
Evolução do consumo de energia elétrica	-0,3% ao ano (Média 2011-2022)	2011-2022	INE
Usos do solo por tipologia de utilização do uso do solo (ha e/ou %)	Espaços urbanos Áreas urbanas, equipamentos e infraestruturas: 711,9ha 7,3% Áreas de extração de massas minerais: 43,0ha 0,4% Áreas Agrícolas Áreas agrícolas heterogéneas: 965,3ha 9,9% Culturas permanentes: 157,2ha 1,6% Prados/pastagens: 4377,4ha 44,9% Terras aráveis: 143,0ha 1,5% Áreas Florestais Áreas semidesérticas: 13,6ha 0,1% Florestas de folhosas: 1609,1ha 16,5% Florestas de resinosas: 174,8ha 1,8% Galerias ripícolas: 74,6ha 0,8% Matos: 655,6ha 6,7% Praias: 1,2ha 0,01% Rocha nua: 290,0ha 3,0% Vegetação esparsa: 185,8ha 1,9% Vegetação herbácea natural: 334,6ha 3,4% Massas de água Cursos de água: 3,5ha 0,04%	2018	DRA
Área de Reserva Agrícola Regional (RAR) (ha; %)	623,15ha 6,43% da AI	CM Vila do Porto	2024
Área de Reserva Ecológica (RE), por classe (ha; %)	Áreas de proteção do litoral: Praias: 17,45ha Ilhéus e rochedos emersos no mar: 16,5ha Arribas e respetivas faixas de proteção: 1062,30ha Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre: Cursos de água e respetivos leitos e margens: 807,46ha Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos: 2101,88ha Áreas de prevenção de riscos naturais: Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo: 193,92ha Áreas de instabilidade de vertentes: 1583,88ha	CM Vila do Porto	2024
Área impermeabilizada em solo rural (ha; %)	Total: 594,69ha (6,47% do total da área de solo rural - 9187,83ha) Povoamento tradicional: 430,72ha (4,69%) Ocupação turística: 97,37ha (1,06%)	CM Vila do Porto	2024

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
	Equipamentos: 23,54ha (0,26%) Espaços de exploração de recursos geológicos: 43,06ha (0,47%)		
Áreas com aptidões diversificadas para atividades agrícolas, pecuárias, silvo-pastoris ou florestais (ha e % por tipologia)	Prados/pastagens: 4377,4ha (44,9% do total do concelho) Florestas de folhosas: 1609,1ha (16,5%) Áreas agrícolas heterogêneas: 965,3ha (9,9%) Matos: 655,62ha (6,7%); Vegetação herbácea natural: 334,6ha (3,4%); Florestas de resinosas: 174,8ha (1,8%); Culturas permanentes: 157,2ha (1,6%); Terras aráveis: 143ha (1,5%); Vegetação esparsa: 185,8ha (1,9%); Galerias ripícolas: 74,6ha (0,8%); Áreas semidesérticas: 13,6 há (0,1%)	2018	DRA
Área do território ocupada pela atividade extrativa (n.º; Localização; ha; %).	Em atividade: 20,68ha (0,21% do território total): - Vila do Porto: 11,8ha; - Almagreira: 8ha; - Santa Bárbara: 0,7ha; - Santo Espírito: 0,2ha. Abandonada: 14,97ha (0,15% do território total); Em encerramento/Encerrada: 4,87ha (0,05% do território total)	2015	PAE

A tabela seguinte apresenta as questões-chave da situação atual para o presente FS.

Tabela 6.34_Questões-chave da situação atual para o FS “Recursos Naturais”

Questões-chave
O estado das massas de água superficiais interiores é considerado “Razoável”, e as superficiais costeiras se encontram em excelente estado. As massas de água subterrâneas encontram-se em bom estado.
A grande maioria das medidas previstas pelo PGRH encontram-se em execução, com exceção da medida “RH9_S_040 - Redução e controlo dos impactes da poluição difusa em massas de água superficiais interiores” que, segundo o Relatório de Avaliação Intercalar de 2018, ainda não tinha sido executada.
Baixa representatividade de fontes de energia renováveis no mix de energia produzida (12%). Não obstante, está previsto um conjunto de investimentos futuros por parte da EDA para reforçar a capacidade instalada em FER.
O consumo de energia elétrica na última década não sofreu alterações significativas, não se detetando reduções relevantes nos consumos energéticos do município, sendo necessário desenvolver estratégias para adquirir maior eficiência energética em vários setores, nomeadamente, os mais consuntivos como o setor de comércio e serviços e doméstico.
O território do concelho é predominantemente ocupado por áreas agrícolas, destacando-se os prados e pastagens como o uso mais representativo. A ocupação florestal é marcada principalmente pelas florestas de folhosas, enquanto os espaços urbanos e as áreas agrícolas heterogêneas também têm uma presença significativa. As terras aráveis, culturas permanentes e outros usos florestais ou naturais apresentam menor expressão no território.
Segundo o IFRAA2, uma parte significativa da área florestal é ocupada por incenso (<i>Pittosporum undulatum</i>) e criptoméria (<i>Cryptomeria japonica</i>). Em paralelo, identificam-se ainda espécies autóctones com relevância ecológica, como a faia-da-terra (<i>Morella faya</i>), o pau-branco (<i>Picconia azorica</i>) e a urze-dos-Açores (<i>Erica azorica</i>). Nas áreas de mato, destacam-se o junco (<i>Juncus sp.</i>), a cana (<i>Arundo donax</i>) e a agave (<i>Agave americana</i>), que, em conjunto, ocupam uma parte significativa desta classe.
A Reserva Agrícola Regional representa 6,43% da área de intervenção, destacando-se como uma área estratégica para a atividade agrícola.
A Reserva Ecológica é composta principalmente por áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos e arribas com respetivas faixas de proteção, que, em conjunto, contribuem significativamente para a sustentabilidade hídrica e a proteção costeira.
A área impermeabilizada no solo rural corresponde a 6,47% do total do solo rural, com predominância do povoamento tradicional, seguido pela ocupação turística.
As áreas com aptidões diversificadas incluem principalmente prados/pastagens, florestas de folhosas e áreas agrícolas heterogêneas, representando a maior parte do território, enquanto categorias como matos, vegetação herbácea natural e culturas permanentes têm menor expressão, mas complementam a diversidade de usos.

Questões-chave

A atividade extrativa no concelho concentra-se principalmente na freguesia de Vila do Porto, seguida por áreas em Almagreira, Santa Bárbara e Santo Espírito, representando 0,21% do território e contribuindo para o uso do solo associado a esta atividade.

6.3.4 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM 2rPDM_VILADOPORTO

No que respeita aos recursos hídricos, é fundamental a intervenção no território através de um conjunto fundamental de medidas de recuperação e regeneração que permitam, de forma complementar e articulada com as medidas previstas no PGRH Açores, atingir o “Bom” estado em todas as massas de água inseridas na área de intervenção. A revisão do PDM pode, através quer do programa de medidas, quer da sua regulamentação e modelo de ordenamento, nomeadamente, com a definição de corredores ecológicos ou renaturalização de áreas, e ações de valorização ambiental e turística, contribuir para a reabilitação desses recursos hídricos.

Ao nível do setor energético é relevante continuar a incentivar à aquisição de equipamentos com maior eficiência energética e que utilizem fontes de energia renováveis, principalmente, nos setores com maior representatividade nos consumos energéticos, como são os setores não-domésticos (comércio e serviços) e doméstico onde se registam consumos energéticos relevantes, bem como nos edifícios do Estado ou da Administração Pública, equipamentos coletivos e iluminação pública, parque habitacional público e alojamento local. Sem a implementação da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, prevê-se uma tendência para a degradação e uso desordenado do solo, com expansão urbana descontrolada eventualmente inadequada e ocupação inadequada de áreas sensíveis, como áreas agrícolas e naturais, ou vulneráveis a riscos naturais. A ausência de ações de planeamento poderá resultar na impermeabilização do solo e ocupação de áreas naturais, aumentando o risco de erosão assim como a suscetibilidade a fenómenos como cheias e deslizamentos.

6.3.5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS

Tendo por base os objetivos definidos e o diagnóstico apresentado, verifica-se que a proposta de ordenamento e intervenção assenta num conjunto de Objetivos (e respetivos Projetos) propostos no âmbito do Programa de Execução associado ao cenário de desenvolvimento assumido para a área de intervenção.

Assim, perante estes pressupostos, e dada a natureza regulamentar da 2rPDM_ViladoPorto, entendeu-se realizar uma avaliação aos efeitos das atuais opções territoriais, regulamento e do programa de execução da revisão do Plano, consumada numa análise às oportunidades e ameaças identificadas nos Objetivos (e respetivos Projetos), patente na Tabela 6.34.

Tabela 6.35_Avaliação estratégica dos efeitos da 2rPDM_ViladoPorto para o FS “Recursos Naturais”

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Recursos Naturais”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
1. Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida, garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território, nomeadamente através da construção das infraestruturas ambientais necessárias para assegurar a eficiência dos serviços de abastecimento e saneamento ambiental, adaptando-os às	A promoção e qualificação do solo urbano e melhoria dos índices de qualidade de vida prevista apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais endógenos, nomeadamente, recursos hídricos e energéticos. Projetos como a elaboração do plano de pormenor de salvaguarda do Lugar do Aeroporto de Santa Maria, obras de beneficiação do parque escolar municipal, elaboração da Carta Municipal de Habitação, e beneficiação das redes e	Não identificados.

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Recursos Naturais”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
orientações definidas pelos vários documentos estratégicos existentes	infraestruturas de abastecimento de água e saneamento, poderão promover a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e energética no parque edificado e nas próprias redes ou infraestruturas que irão sofrer obras de remodelação e beneficiação. Os projetos elencados constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, redução da dependência de recursos energéticos externos (fósseis) contribuindo assim para a descarbonização dos consumos energéticos, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais. Projetos como a elaboração dos Planos de Pormenor promovem a gestão sustentável e a preservação das funções ecológicas do solo.	
	2-3/P/C-Si	-
2. Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria, através do estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como a valorização da casa típica mariense	O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoamentos rurais apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais endógenos, nomeadamente, recursos hídricos e energéticos. Projetos como a elaboração de estudos urbanísticos e promoção de uma política de taxas municipais que privilegie a recuperação das casas típicas degradadas, poderão permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e energética no parque edificado destes aglomerados rurais e nas próprias redes ou infraestruturas que irão usufruir destas obras de remodelação e beneficiação. A definição de uma política de taxas municipais reduzidas no licenciamento de operações urbanísticas poderá agilizar e facilitar a reabilitação e/ou reconstrução de casas típicas marienses que se encontrem degradadas. A elaboração de um estudo urbanístico orientador do desenvolvimento e da ocupação dos aglomerados rurais poderá definir as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação, bem como a distribuição das edificações e forma de ocupação, incluindo medidas de conforto bioclimático e de eficiência energética ou hídrica. Assim, os projetos elencados constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas	Não identificados.

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Recursos Naturais”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, redução da dependência de recursos energéticos externos (fósseis) contribuindo assim para a descarbonização dos consumos energéticos, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais. A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho. A elaboração dos Planos de Pormenor da Maia e de São Lourenço garante um planeamento organizado, reduzindo o uso desordenado do solo e protegendo áreas de interesse ambiental ou agrícola.	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2-3/P/C-Si	-
3. Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território, através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento e adaptação às alterações climáticas	A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais endógenos, nomeadamente, recursos hídricos e energéticos. Projetos como a elaboração de um manual de boas práticas urbanísticas, poderá permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e energética no parque edificado e nas próprias redes ou infraestruturas que implementem as orientações definidas pelo referido manual de boas práticas urbanísticas nas obras de remodelação e beneficiação. A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais, constituindo uma oportunidade para incluir medidas de conforto bioclimático e de eficiência energética ou hídrica. Assim, este projeto constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas mais eficientes, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, redução da	Não identificados.

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Recursos Naturais”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	dependência de recursos energéticos externos (fósseis) contribuindo assim para a descarbonização dos consumos energéticos, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico. A criação de programas de educação ambiental e a elaboração do manual de boas práticas urbanísticas incentivam a gestão sustentável do solo, reduzindo impactos como a erosão, a contaminação e a impermeabilização desnecessária assim como alerta para a importância da preservação das florestas, promovendo práticas que reduzam o desmatamento e incentivem a regeneração florestal. Além disso, promove uma maior consciência sobre a importância dos recursos geológicos, ajudando a evitar a exploração não regulamentada. As ações de recuperação ambiental em áreas de extração de massas minerais abandonadas podem revitalizar o solo, melhorando a sua capacidade de suporte para vegetação nativa e reduzindo o risco de desertificação ou contaminação. Estas ações contribuem ainda para o restauro da estabilidade geológica, prevenindo erosão e deslizamentos de terras.	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2-3/P/C-Si	-
4. Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural, designadamente através de medidas que permitam o desenvolvimento de algumas atividades económicas específicas com base nos recursos endógenos, com vista à valorização do território numa perspetiva integrada, e na complementaridade das suas potencialidades a este nível tanto em terra como no mar	A almejada necessidade de se criar condições para o desenvolvimento e diversificação de algumas atividades económicas em espaço rural, apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais endógenos, nomeadamente, recursos hídricos e energéticos. Projetos como a elaboração do plano de turismo sustentável, a atualização do regulamento municipal de urbanização e de edificação, e o acompanhamento e monitorização do alojamento local, poderão permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e energética no parque edificado destas atividades económicas em espaço rural e nas próprias redes ou infraestruturas que irão usufruir destas obras de remodelação e beneficiação. A definição de uma política de taxas municipais mais reduzidas no licenciamento de operações urbanísticas através da atualização do regulamento municipal de urbanização e de edificação poderá agilizar e facilitar a reabilitação e/ou reconstrução do edificado. A elaboração de Planos de Pormenor poderá definir as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação deste tipo de edificado vocacionado para atividades económicas, bem como a distribuição das edificações e forma de ocupação, incluindo medidas de conforto bioclimático e de eficiência energética ou hídrica. A pretensão de implementação de um sistema de monitorização do funcionamento do alojamento local no município, incluindo formação sobre boas práticas (também ambientais), visa assegurar a qualidade da oferta, mas também assegurar o cumprimento da legislação ambiental, dos requisitos de eficiência	Não identificados.

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Recursos Naturais”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	energética, e das condições de salubridade nestes alojamentos, com contributo positivo para a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais presentes. A elaboração de um plano de turismo sustentável poderá incentivar à aquisição de uma mobilidade turística sustentável o que permitirá reduzir as necessidades e consumos energéticos associados à mobilidade, promovendo-se a descarbonização através da implementação de mobilidade suave e práticas mais saudáveis de deslocação, e contribuindo para a dependência externa de combustíveis fósseis. Assim, os projetos elencados constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, redução da dependência de recursos energéticos externos (fósseis) contribuindo assim para a descarbonização dos consumos energéticos, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais. Um plano de turismo sustentável pode minimizar a degradação do solo ao definir práticas de construção e exploração turística que respeitem as capacidades naturais do território.	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2-3/P/C-Si	-
5. Valorizar os recursos naturais e patrimoniais, salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas	Ao nível da valorização dos recursos naturais o programa de execução apresenta um projeto de valorização, limpeza e desobstrução das linhas de água e respetivas margens. Este projeto pretende, entre outros objetivos, criar as condições para a implementação das medidas e ações definidas no âmbito do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores (PGRH Açores), o que é de extrema relevância e constitui uma oportunidade para agilizar a implementação de uma série de medidas da preservação e valorização das linhas de água, margens e outras massas de água presentes no município, promovendo-se assim a melhoria do estado quantitativo e qualitativo destas massas de água, a sustentabilidade dos usos consuntivos e não consuntivos, e a melhoria das condições de fruição destes recursos naturais e património ambiental único, valorização e desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, com benefícios para a saúde e qualidade de vida. O acompanhamento e monitorização das áreas críticas (Maia, Praia Formosa e Panasco) ajudam a prevenir deslizamentos e erosão do solo.	Não identificados.

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Recursos Naturais”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	A criação de uma base de dados de ocorrências permite identificar padrões de risco, contribuindo para um planeamento territorial que evita impactos negativos sobre os recursos naturais.	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2-3/P/C-Si	-

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto-Prazo; 2 - Médio-Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P - Permanente; –efeito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si - Sinérgico. N.A. – Não Aplicável.

A Tabela 6.35 apresenta a síntese de tendências de evolução para o presente FS num cenário com e sem a implementação da 2rPDM_ViladoPorto.

Tabela 6.36_ Síntese das tendências de evolução do FS “Recursos Naturais”

Critérios de Avaliação	Tendências de Evolução		
	Situação Atual	Sem a Implementação da revisão do Plano	Com a Implementação da revisão do Plano
Recursos Hídricos		↗	↗↗
Energia		⇒	↗
Solo		⇒	↗
Recursos agroflorestais		⇒	↗
Recursos geológicos		⇒	↗

Legenda:

Situação Atual	Distância à situação desejável (orientações QRE)	Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendências de Evolução	↘↘	↘	⇒	↗	↗↗
	Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	Negativa Afastamento das orientações do QRE	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação às orientações do QRE	Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

6.3.6 RECOMENDAÇÕES

Importa referir que foram sugeridas várias recomendações pela AAE ao longo do desenvolvimento da proposta de plano, internalizadas na presente versão da proposta da 2rPDM_ViladoPorto, nomeadamente ao nível dos projetos associados aos Objetivos 1, 2, 3, 4 e 5 da revisão do PDM, como o caso do âmbito dos Projetos 1.7, 1.10, 2.2, 3.2, 3.4, 4.1, 5.2, e a inclusão do projeto 1.9. Assim, subsiste uma recomendação essencialmente complementar ao próprio plano (Tabela 6.36) resultantes da análise dos elementos da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, que se considera que poderá potenciar e reforçar o conjunto de potenciais oportunidades identificadas.

Tabela 6.37_Recomendações no âmbito do FS “Recursos Naturais”

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
Rec 3.1: Durante a implementação do Programa de Execução, e em fase de candidatura dos projetos sujeitos a concurso, incorporar no caderno de encargos ou nos critérios de seleção e adjudicação projetos que favoreçam boas práticas arquitetónicas e de construção sustentável, tais como soluções de infraestruturas verdes que potenciem a eficiência hídrica e energética, o conforto térmico, o uso de energias renováveis, e infraestruturas permeáveis que permitam reduzir o escoamento superficial e promover a reutilização ou infiltração das águas pluviais.	Preservar o estado das massas de água e gerir de forma sustentável os recursos hídricos disponíveis; Preservar e gerir de forma sustentável os recursos energéticos locais, promovendo-se a utilização de fontes renováveis de energia, bem como a sensibilização para a adoção de boas práticas que promovam a eficiência energética em espaços e edifícios públicos ou privados;	↗	- Preservação e redução da extração de recursos naturais; - Aquisição de eficiência no uso dos recursos naturais; - Preservação do estado quantitativo das massas de água. - Uso de fontes de energia renováveis e limpas, contribuindo para a descarbonização do consumo energético e para a mitigação dos eventos climáticos extremos associados às alterações climáticas.

Legenda:

	↗	→
Contributo	Potencia os efeitos positivos	Responde aos efeitos negativos

6.4. ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL

6.4.1 INTRODUÇÃO

O Fator de Sustentabilidade "Ordenamento e Qualificação Territorial" avalia o impacto e das estratégias do 2rPDM_ViladoPorto na sustentabilidade e coesão do território. A análise centra-se na qualificação do solo, garantindo o desenvolvimento adequado do solo rústico e uma integração harmoniosa entre áreas urbanas e rurais. Além disso, examina a dotação de serviços e infraestruturas ambientais, promovendo boas práticas e ecoeficiência para melhorar a saúde e o bem-estar da população. Finalmente, o FS aborda a gestão de transportes e mobilidade, com o objetivo de satisfazer as necessidades de locomoção, promover a mobilidade suave, melhorar o transporte público e apoiar a descarbonização do território. Este FS pretende assegurar um desenvolvimento sustentável e equilibrado, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida no concelho.

6.4.2 OBJETIVOS E INDICADORES

Através deste fator de sustentabilidade pretende-se avaliar os efeitos positivos e negativos das propostas/opções do Plano, tendo como principais objetivos:

- Promover a sustentabilidade territorial através da contenção da artificialização do solo e da reabilitação urbana, incentivando o reaproveitamento de áreas degradadas e a redução do consumo de solo em novas ocupações;
- Aumentar a qualidade do ambiente urbano mediante a ampliação de espaços verdes e públicos por habitante, assegurando a melhoria da qualidade de vida e a proteção dos recursos naturais no território;
- Promover os serviços de coesão e proximidade territorial;
- Assegurar a acessibilidade de toda a população aos serviços ambientais, a preservação das condições ambientais, e aquisição de eficiência no uso dos recursos naturais;

- Potenciar a eficiência no consumo de água potável e reutilização de águas residuais ou pluviais tratadas para fins menos exigentes;
- Avaliar os efeitos da implementação da revisão do Plano na promoção de uma política integrada e coordenada de ordenamento, planeamento e gestão do território que vise assegurar a gestão e a proteção dos recursos naturais presentes no território;
- Avaliar de que forma a revisão do Plano e das suas políticas de planeamento territorial promovem a gestão adequada dos solos relativamente à sua qualidade e aptidão;
- Melhorar a gestão de tráfego e estacionamento, reforçar a rede de postos de carregamento elétrico e capacitação de outras energias alternativas, desenvolver a mobilidade suave no território bem como a intermodalidade e qualidade do serviço de transporte público, de modo a responder aos desafios de descarbonização nos transportes.

Os objetivos identificados para este FS relacionam-se com os objetivos gerais do 2rPDM_ViladoPorto e objetivos estratégicos setoriais presentes nos documentos de referência que integram o QRE desta AAE.

O sistema de indicadores aprovados durante a fase de definição de âmbito, apresentados na Tabela 6.37, e nos quais assenta a avaliação ambiental estratégica do 2rPDM_ViladoPorto, baseou-se na análise pericial de relatórios nacionais e internacionais sobre indicadores de ambiente e de desenvolvimento sustentável, bem como de outras fontes de informação identificadas.

Tabela 6.38_Indicadores selecionados para o FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
Qualificação do território: - Contenção da artificialização do solo - Promoção da reabilitação urbana do edificado - Aumento da área de espaço público e de espaços verdes por habitante	Peso da reabilitação no total de fogos concluídos	Reconstruções concluídas sobre construções novas licenciadas
	Áreas de reabilitação urbana ou áreas degradadas em geral (hectares)	Áreas de reabilitação urbana ou áreas degradadas em geral (hectares)
	Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), /executadas (hectares)	Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), /executadas (hectares)
	Espaços verdes em solo urbano (hectares)	Espaços verdes em solo urbano (hectares)
	Área artificializada em solo urbano(hectares)	Área artificializada em solo urbano(hectares)
	Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares	Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares
Serviços de coesão e equidade: - Melhorar a oferta de equipamentos e serviços dirigidos a uma estrutura sociodemográfica envelhecida. - Reforço das redes de apoio de proximidade.	Taxa de cobertura das respostas sociais à primeira infância	(Utentes em acordo / população alvo) x 100
	Taxa de cobertura de respostas sociais para idosos	(Utentes em acordo / população alvo) x 100
Serviços e infraestruturas ambientais: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a dotação do concelho com serviços e infraestruturas ambientais adequadas às necessidades existentes, contribuindo para a promoção de boas práticas, ecoeficiência e melhoria dos níveis de salubridade, saúde e bem-estar da população?	Acessibilidade física e adesão ao serviço de abastecimento de água	Taxa de cobertura ou atendimento do serviço de abastecimento de água e respetivo nível de adesão da população (%).
	Água segura	Percentagem (%) de água controlada e de boa qualidade, sendo esta o produto da percentagem de cumprimento da frequência de amostragem pela percentagem de cumprimento dos valores paramétricos fixados na legislação dos parâmetros sujeitos a controlo de rotina 1, controlo de rotina 2 e controlo de inspeção, tal como definido no Anexo II do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, para sistemas em baixa e em alta.
	Perdas reais de água	Volume diário de perdas reais por ramal nas redes de distribuição (l/ramal.dia).

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
	Acessibilidade física e adesão ao serviço de saneamento de águas residuais	Taxa de cobertura ou atendimento do serviço de saneamento de águas residuais e respetivo nível de adesão da população (%).
	Cumprimento das licenças de descarga	Percentagem (%) da população que é servida por instalações de tratamento que asseguram o cumprimento da licença de descarga, quer em termos de parâmetros e periodicidade de monitorização, quer em termos do cumprimento dos limites de descarga em sistemas em baixa e em alta.
	Estado das infraestruturas de tratamento de águas residuais	Qualificação do estado de conservação e funcionamento das infraestruturas de tratamento de águas residuais
	Reutilização de águas residuais tratadas e pluviais	Volume de águas residuais tratadas ou pluviais reutilizados em atividades menos exigentes e respetiva percentagem face aos consumos total de água potável proveniente da rede de abastecimento (l/dia; %).
	Acessibilidade do serviço de recolha indiferenciada e seletiva de resíduos urbanos	Taxa de cobertura ou atendimento do serviço de recolha indiferenciada e seletiva de resíduos na área de intervenção da entidade gestora em baixa (%).
	Capacidade instalada de recolha indiferenciada e seletiva	Número de equipamentos de recolha de resíduos urbanos por via indiferenciada (contentores) ou seletiva (ecopontos) na área de intervenção da entidade gestora.
	Capacidade instalada de tratamento de resíduos urbanos	Percentagem de resíduos encaminhados por tipo de tratamento (deposição em aterro, valorização energética, valorização orgânica, valorização material, etc).
	Preparação para a reutilização e reciclagem	Percentagem de resíduos reutilizados ou reciclados face aos resíduos reutilizáveis e recicláveis produzidos (recolhidos).
Transportes e Mobilidade: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para satisfação das necessidades de locomoção da população, gestão de tráfego e estacionamento, reforço da mobilidade suave no território, melhoria da qualidade do serviço de transportes públicos e resposta aos desafios de descarbonização e introdução de energias alternativas?	Taxa de utilização nas deslocações por tipo de transporte	Peso relativo dos vários tipos de transporte nas deslocações modais efetuadas pela população (%).
	Evolução do parque automóvel	Evolução do parque automóvel segurado no município.
	Evolução da oferta de transporte público	Evolução do número de lugares oferecidos por km no serviço de transporte público (carreiras urbanas e interurbanas).
	Evolução da procura de transporte público	Evolução do número de passageiros transportados por km no serviço de transporte público (carreiras urbanas e interurbanas).
	Rede de ciclovias e percursos pedestres	Extensão de ciclovias e percursos pedestres classificados na área de intervenção.
	Edifícios públicos com acessibilidade inclusiva	Percentagem de edifícios públicos que permitem acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, invisuais, entre outros (n.º e % do total de edifícios).

6.4.3 SITUAÇÃO ATUAL

Qualificação do território

Uma vez que não foi possível obter os dados relativos à reabilitação no total de fogos concluídos, optou-se pela substituição do indicador pelo número de edifícios licenciados, classificados por tipo e destino de obra.

De forma geral, o total de obras licenciadas manteve-se relativamente estável nos últimos cinco anos, variando entre 26 (em 2020) e 31 edifícios (em 2019, 2022 e 2023). Verifica-se um predomínio das obras destinadas à habitação familiar, que representaram consistentemente mais de 60% do total anual, atingindo o pico em 2022 (83,9%).

As construções novas registaram o seu ponto máximo em 2021, correspondendo a 75,9% do total de obras, mas reduziram-se significativamente em 2023, representando apenas 41,9%. Por outro lado, as ampliações, alterações e reconstruções, alcançaram o valor mais elevado no mesmo ano (58,1% do total). Apesar de historicamente menos expressivos, os edifícios destinados a outros usos registaram um aumento notável em 2023, representando 38,7% do total de obras.

Em suma, a análise evidencia a predominância das obras para habitação familiar ao longo do período analisado. Em 2023, as ampliações, alterações e reconstruções superaram as construções novas, representando 58,1% do total de obras licenciadas, em contraste com as construções novas, que registaram apenas 41,9%. Este dado indica uma mudança na dinâmica das intervenções realizadas, com maior ênfase na adaptação e renovação do edificado existente.

Tabela 6.39_Edfícios licenciados (N.º) por Tipo de obra e Destino da obra

	Tipo de Obra	2029	2020	2021	2022	2023
Construções novas	Total	15	15	22	19	13
	Habitação familiar	10	11	14	14	5
	Outros	5	4	8	5	8
Ampliações, alterações e reconstruções	Total	16	11	7	12	18
	Habitação familiar	12	8	6	12	14
	Outros	4	3	1	0	4
Total	Total	31	26	29	31	31
	Habitação familiar	22	19	20	26	19
	Outros	9	7	9	5	12

Fonte: INE, 2024.

As Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) no município de Vila do Porto apresentam características e níveis de execução distintos, refletindo as prioridades e desafios locais. A maior área é a ARU dos Núcleos Históricos de Vila do Porto, com 123,26 hectares, abrangendo 1360 habitantes e 680 edifícios, muitos deles em mau estado ou devolutos. Esta área, parcialmente executada, representa um desafio significativo devido à sua dimensão e complexidade.

Em contraste, as ARU menores, como a do Lugar da Maia (11,04 hectares), Lugar dos Anjos (3,17 hectares) e Praia Formosa (11,36 hectares), foram totalmente executadas. Estas zonas incluem núcleos antigos e património histórico, como a antiga fábrica da baleia e a de pescado.

Já a ARU do Lugar de São Lourenço, com 21,83 hectares, permanece não executada, apesar de incluir 15 habitantes e 194 edifícios, dos quais 80% são habitações de veraneio.

Tabela 6.40_Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e execução

ARU	População e edificado	Estado de Conservação	Área abrangida	Execução
ARU dos Núcleos Históricos de Vila do Porto	Inclui 1360 habitantes e 680 edifícios, destacando-se uma predominância residencial, além de espaços comerciais, serviços e a antiga fábrica da telha.	Grande parte do edificado está em mau estado ou devoluto.	123,26 hectares	Parcialmente executada
ARU do Lugar de São Lourenço	Abrange 15 habitantes e 194 edifícios, dos quais 80% são habitações de veraneio.	Parte do edificado mais antigo e as servidões pedonais precisam de recuperação.	21,83 hectares	Não executada
ARU do Lugar da Maia	Inclui 8 habitantes e 132 edifícios, com 85% destinados a veraneio. Conta também com a antiga fábrica da baleia.	Parte do edificado mais antigo requer recuperação.	11,04 hectares	Executada.

ARU	População e edificado	Estado de Conservação	Área abrangida	Execução
ARU do Lugar dos Anjos	Abrange 30 habitantes e 52 edifícios, 75% dos quais são habitações de veraneio. Inclui a área de proteção de imóvel classificado e a antiga fábrica de pescado.	Presença de património classificado.	3,17 hectares	Executada.
ARU do Lugar da Praia Formosa	Inclui 25 habitantes e 70 edifícios, com 70% de habitações de veraneio.	Parte do edificado mais antigo carece de recuperação.	11,36 hectares	Executada.

Fonte: CM Vila do Porto, Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana do concelho de Vila do Porto; Equipa do Plano, Fase 1.

Cerca de 11% do território está classificado como solo urbano. Os perímetros urbanos, constituídos pelos solos urbanizados, de urbanização programada e os espaços verdes, totalizam 720,5ha, correspondendo a 7,5% da área do município.

Numa análise mais detalhada, os espaços verdes em solo urbano representam aproximadamente 0,6% do total dos perímetros urbanos, correspondendo a 4,32 hectares. Por sua vez, a área artificializada em solo urbano totaliza 72,05 hectares, dos quais 48,27 hectares correspondem a solos urbanizados e 23,78 hectares a solos de urbanização programada.

Serviços de coesão e equidade

A análise das taxas de cobertura das respostas sociais direcionadas à primeira infância e à população idosa permite avaliar a capacidade dos serviços existentes no território em atender às necessidades sociais. Com base nos dados disponíveis, foram calculadas as taxas de cobertura para ambos os grupos, utilizando a fórmula: (Utentes em acordo / População-alvo) x 100¹¹.

No caso da primeira infância, foram considerados os dados relativos às crianças em creches e nos estabelecimentos de educação pré-escolar. Contudo, não foi possível obter informações específicas sobre a população-alvo entre 0 e 6 anos. Assim, como aproximação, optou-se por utilizar o número total de crianças até aos 9 anos (491) como base de cálculo. Esta abordagem, embora prática, pode introduzir uma margem de erro, dado que o grupo etário considerado é mais abrangente do que aquele efetivamente atendido pelos serviços.

A capacidade máxima de atendimento dos serviços para crianças até aos 6 anos é de 242 utentes, distribuídos entre a Creche de Vila do Porto e os estabelecimentos de educação pré-escolar das várias freguesias do concelho. Este número traduz-se numa taxa de cobertura de 49,29%, refletindo uma cobertura razoável. Tal valor indica que cerca de metade das necessidades da população infantil estimada estão potencialmente asseguradas. No entanto, importa destacar que a utilização de uma faixa etária mais ampla (0-9 anos) poderá levar a uma ligeira sobrestimação deste indicador.

Relativamente à população idosa, os serviços disponíveis possuem uma capacidade máxima de 252 utentes, distribuídos entre as seguintes respostas sociais:

- Serviços de apoio ao domicílio: 30 utentes;
- Centros de convívio: 160 utentes;
- Centros de dia: 20 utentes;
- Estruturas residenciais para idosos: 42 utentes.

A população-alvo idosa foi estimada em 945 indivíduos, o que resultou numa taxa de cobertura de 26,67%, calculada com base na mesma fórmula. Este valor evidencia uma capacidade de resposta limitada, já que cerca de três em cada quatro idosos não têm acesso direto a serviços sociais estruturados no território.

Apesar dessa lacuna, é importante mencionar o conjunto adicional de serviços que complementam o apoio à população idosa, nomeadamente: Unidade de Apoio ao Idoso (Centro de Saúde), Projeto SOS Idoso, Cartão Municipal do Idoso, Projeto Oficina à Porta do Idoso, Desporto Sénior e Serviço de

¹¹ O cálculo destes indicadores teve como base a informação disponível na Carta Social do concelho de Vila do Porto (2016), disponível em https://www.cm-viladoporto.pt/SITE/ficheiros/documentos/146581412121860_orig.pdf, assim como no indicador População (N.º) por Localização geográfica à data dos Censos (Série 1890 - 2021), Sexo e Grupo etário, Decenal, publicado pelo INE.

Teleassistência. Estes serviços desempenham um papel relevante no suporte aos idosos, embora não estejam integrados no cálculo da taxa de cobertura.

Sistema de Abastecimento de Água

O serviço de abastecimento de água no concelho de Vila do Porto é da responsabilidade da Câmara Municipal (CMVP). De acordo com a informação publicada, o serviço de abastecimento de água ao concelho é assegurado na plenitude, configurando um nível de atendimento máximo (100%), abrangendo 6 862 habitantes e 3 646 alojamentos existentes (em 2022), e um índice de água segura 12 de 99,22%.

Os sistemas, infraestruturas e equipamentos constituintes dos serviços de abastecimento de água pública na ilha de Santa Maria estão representados na figura seguinte.

No município estão contabilizados 4 sistemas de abastecimento de água e 13 zonas de abastecimento (Figura 6.4.2), sustentadas por 22 captações de origem subterrânea, designadamente 8 furos e 14 nascentes, estas últimas maioritariamente localizadas na parte oriental da ilha. Segundo a ERSARA, em 2022 apenas 38,10% das captações se encontram licenciadas, e não foi reportada a implementação de perímetros de proteção às captações.

Por sua vez, as zonas de abastecimento integram um total de 28 reservatórios, a partir dos quais, a água é distribuída a toda a população após o tratamento por desinfecção por hipoclorito de sódio.

De acordo com o RAAQSARA 2023, o volume médio de água distribuída em 2022 era de aproximadamente 1192,4 m³ por dia, o que equivale a cerca de 435 mil m³ por ano. De acordo com dados referentes a 2020, o volume de água entrada no sistema era e aproximadamente 1 milhão de m³, e o volume de água não faturada de 507 mil m³, pelo que se estima uma taxa elevada de perdas de água na ordem dos 50%.

Devido ao fenómeno de alterações climáticas e à ocorrência cada vez mais frequente de eventos de seca o município tem tido como objetivo prioritário combater as perdas de água através de várias medidas que tem vindo a ser implementadas. Em 2018 e 2019 foram iniciadas intervenções de combate às perdas de água através de obras de beneficiação ou manutenção da rede, implementação de sistemas de telegestão e medidores de caudal em todos os reservatórios e instalados contadores à entrada do sistema (captações) para contabilização das perdas da rede de forma efetiva.

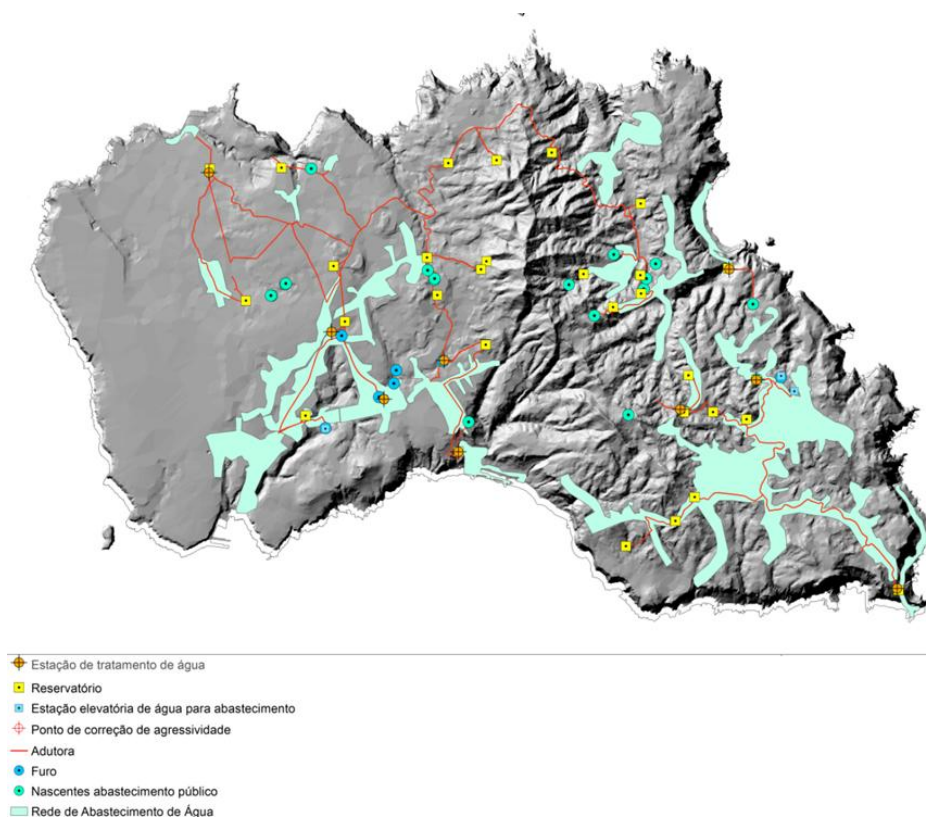
A existência de algumas lacunas ao nível do controlo de caudais nos sistemas de abastecimento, nomeadamente, na freguesia de Santo Espírito, fez com que este avanço fosse imediato, para garantir uma monitorização constante no que toca à disponibilidade de água para abastecimento, e avaliar as necessidades de água para distribuição, tendo sido importante a aplicação de contadores novos no sistema de adução e que tivessem emissores de impulsos. Optou-se por se avançar com uma estratégia progressiva da implementação de equipamentos de telemetria no sistema de adução (único furo da freguesia de Santo Espírito e nos 2 reservatórios com maior importância nessa freguesia). Está previsto a implementação de três novas estações de telemetria para monitorizar níveis e caudais em três importantes reservatórios que abastecem um número considerável de população. Pretende-se no futuro monitorizar não só quantidade de água, mas também a qualidade da água, aproveitando os equipamentos já instalados.

Considerando a existência de legislação que remete para a existência de períodos da vigência da certificação dos contadores, o Município em 2018 iniciou a estratégia de renovar o parque de contadores e também contribuir para uma diminuição da subcontagem dos consumos dos utilizadores. É extremamente importante que a EG tenha os equipamentos de medição a funcionar nas devidas condições, pois só assim será possível ter a contabilização mais adequada à realidade do que se passa a jusante do sistema de abastecimento, sendo a água medida/faturada fulcral para a aferição do balanço hídrico. Com a manutenção desta estratégia nos próximos anos é esperada a existência do parque de contadores renovada, sendo dada prioridade à substituição de contadores que apresentam anomalias de funcionamento.

¹² Valores referentes a 2022. Todas as análises obrigatórias foram realizadas.

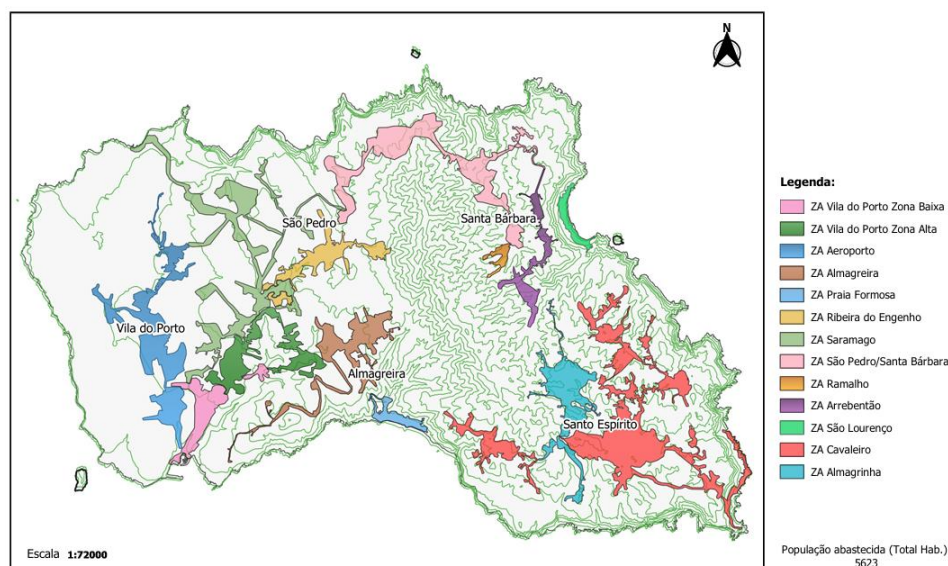
O Município de Vila do Porto tem um projeto de substituição da rede de distribuição de água na zona do Aeroporto da ilha de Santa Maria, e que visa substituir tubagens que já se encontram na sua maioria obsoletas, bem como reforçar a capacidade de reserva e beneficiar todas as infraestruturas relacionadas com a distribuição de água e consequentemente uma maior monitorização e controlo da rede de distribuição. O novo projeto permitirá criar várias Zonas de Medição e Controlo, que permitiram identificar potenciais perdas de água de forma mais eficaz.

Figura 6.4.1_Territorialização dos sistemas, infraestruturas e equipamentos dos serviços de abastecimento de água do município de Vila do Porto



Fonte: Estudos de Caracterização PDM (Fase 1) - Quaternaire Portugal, 2024 / Adaptado de DROTRH – SRAAC, 2021

Figura 6.4.2_Localização das zonas de abastecimento de água no município de Vila do Porto



Sistema de Abastecimento	Zona de Abastecimento (ZA)	Freguesias e lugares que abastece	População Abastecida (Hab.)	Captações de água	Reservatório(s)
Vila do Porto	Zona Baixa	Vila do Porto (toda a zona baixa) / Valverde (parte)	1960	FC Valverde (FC); FC Covas nº1 (R)	Mãe de Deus
	Zona Alta	Flor Rosa Baixa/ Flor Rosa Alta/ Quatro Canadas/ Pedras de São Pedro/ Graça/ Covas/ Carreira/ Santo Antão/ Fornos/ Caminho do Cemitério	392	FC São José; FC Covas nº. 3 (R)	Rosa Baixa
	Aeroporto	Aeroporto incluindo Santana/ Urbanização Ilha do Sol/ Birmânia/ Zona Industrial/ Complexo Desportivo	1059	FC Covas nº. 1; FC Covas nº. 2 (R)	Aeroporto
Almagreira	Almagreira	Almagreira (Pico do Romeiro até ao Tremoçal)	393	FC Fonte João Luís; FC Covas nº. 2 (R)	Bom Despacho Velho
	Praia Formosa	Praia Formosa	306	Brejo (N); ZA_Almagreira (R)	Praia Formosa
São Pedro	Ribeira do Engenho	Alto Nascente/Ribeira do Engenho/ São Pedro (central)	462	Monteiro 1 e 2 (N); FC Ribeira do Engenho ZA_São Pedro/ Santa Bárbara (R)	Ribeira do Engenho (EE); Alto Nascente
	Saramago	Pilar/Paúl de Cima/ Paúl de Baixo/ Cruz Teixeira/ Zamba/Ginjal/ Anjos	432	Fonte Grande (N); FC São José	Saramago; Anjos
Santa Bárbara	São Pedro/ Santa Bárbara	Fátima/ Feteiras de São Pedro/Feteiras de Santa Bárbara/ Lagoínhas/ Santa Bárbara (central)/ Norte/Poço Grande	271	FC Covas nº. 2; FC Fonte João Luís; ZA Arrebetão (R)	Monteiro; Fátima (EE); Funcheiro; Bentinho
	Ramalho	Pocilgas/ Boavista/ Pico Penedo	57	Ramalho (N); ZA_São Pedro/ Santa Bárbara (R)	Ramalho
	Arrebetão	Arrebetão/ Forno/ Barreiro	194	Grota da Calçada (N); Arrebetão de Baixo (N) ZA_São Pedro/Santa Bárbara (R)	Arrebetão de Baixo (EE); Arrebetão de Cima
	São Lourenço	São Lourenço	315	Grupo Pontinha 1 e 2 (N); ZA_Cavaleiro (R)	São Lourenço

Fonte: CM Vila do Porto, 2024. (https://www.cm-viladoporto.pt/SITE/servicos/aguas/zonas_abastecimento_aqua.pdf e https://www.cm-viladoporto.pt/SITE/servicos/aguas/Plano_Mun_Com_emerg_CMVP_versao2.pdf)

Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

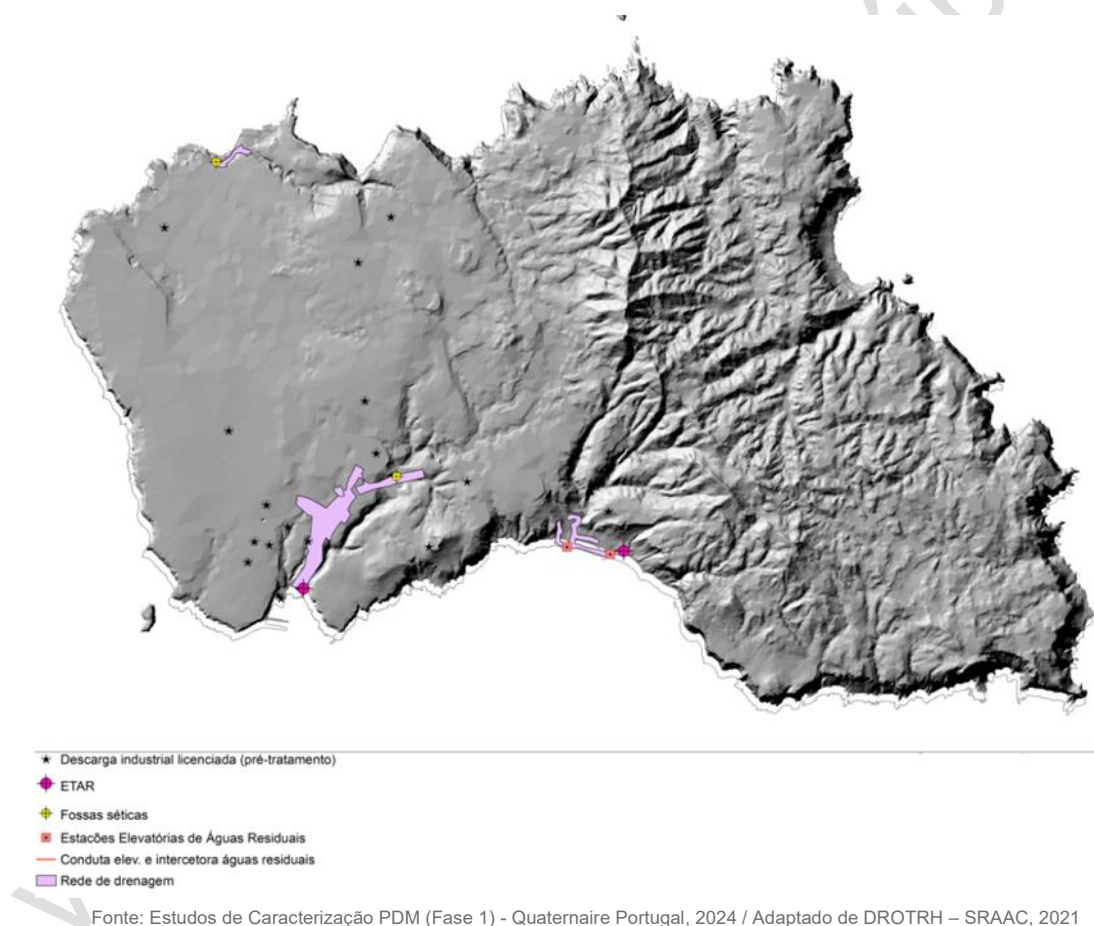
O serviço de drenagem e tratamento de águas residuais (SDTAR) no concelho de Vila do Porto é igualmente da responsabilidade da C.M. de Vila do Porto, sendo o serviço constituído por seis sistemas de drenagem. Segundo dados provenientes da ERSARA, contabilizaram-se em 2021 cerca de 3 646 alojamentos no concelho, estando 1 130 alojamentos cobertos (31%) e 950 alojamentos (26%) efetivamente ligados ao serviço público de drenagem. A população é servida por quatro fossas sépticas coletivas localizadas nos sistemas de Anjos, Valverde, São Lourenço, e Aeroporto, uma ETAR de tratamento secundário (ETAR Almagreira) localizada no sistema de Praia Formosa e uma ETAR de tratamento terciário (ETAR de Vila do Porto) localizada no sistema de Vila do Porto, que apresenta um sistema de tratamento de digestão aeróbia por lamas ativadas em arejamento prolongado e desinfecção com hipoclorito de sódio.

Os sistemas, infraestruturas e equipamentos constituintes dos serviços de drenagem e tratamento de águas residuais no município de Vila do Porto estão representados pela Figura 6.4.3, de acordo com a informação recolhida junto das entidades gestoras. Importa referir que a informação georreferenciada disponível pode não representar a totalidade das infraestruturas hidráulicas existentes, devido a limitações de inventário aquando do levantamento cadastral da informação de base.

De acordo com a informação disponibilizada, o serviço público de SDTAR de Santa Maria é constituído por 12 estações elevatórias e 6 pontos de rejeição. As três fossas sépticas coletivas (FSC) existentes em São Lourenço, Valverde e Anjos descarregam para o solo após respetivo tratamento, a estação de tratamento de águas residuais (ETAR) secundária da Praia Formosa (Almagreira) descarrega as águas residuais tratadas para a ribeira do Gato e a ETAR terciária de Vila do Porto descarrega através de um emissário para o mar. A FSC do aeroporto descarrega para uma linha de água.

Relativamente ao sistema existente no aeroporto, existe um projeto em curso de remodelação das infraestruturas de saneamento no aeroporto, mas apenas abrange as infraestruturas associados ao Centro de Controlo Oceânico da NAV, pelo que não está projetado qualquer substituição da rede saneamento de águas residuais urbanas, considerando que a área intervencionada não excede uma população de 3000 habitantes, número a partir do qual seria exigível a existência de rede de drenagem. Nesse sentido será descontinuada e de forma progressiva a rede de saneamento existente na zona do aeroporto, devendo os proprietários reformular a rede predial de esgotos dotando os mesmos de fossas sépticas e sumidouros.

Figura 6.4.3_Territorialização dos sistemas, infraestruturas e equipamentos dos SDTAR do município de Vila do Porto



A maioria das localidades ou aglomerados populacionais existentes no município ainda possuem fossas sépticas individuais (FSI) ou sumidouros para tratamento e rejeição das águas residuais produzidas, muitas das quais de construção deficiente ou em mau estado de conservação. As freguesias de Santo Espírito, Santa Bárbara e São Pedro não possuem qualquer sistema de tratamento coletivo de águas residuais, sendo a rejeição efetuada em FSI ainda não quantificadas.

Segundo dados de 2021 provenientes da ERSARA, cerca de 152 mil m³ por ano de águas residuais foram recolhidas e tratadas em estações de tratamento, e um volume máximo diário de 412 m³ de água residual tratada por dia. O cumprimento dos parâmetros de descarga nas ETAR ronda os 89%. Desconhece-se o estado de funcionamento e conservação das ETAR, bem como eventuais práticas relevantes de reutilização de águas residuais tratadas ou pluviais.

Sistema de Gestão de Resíduos

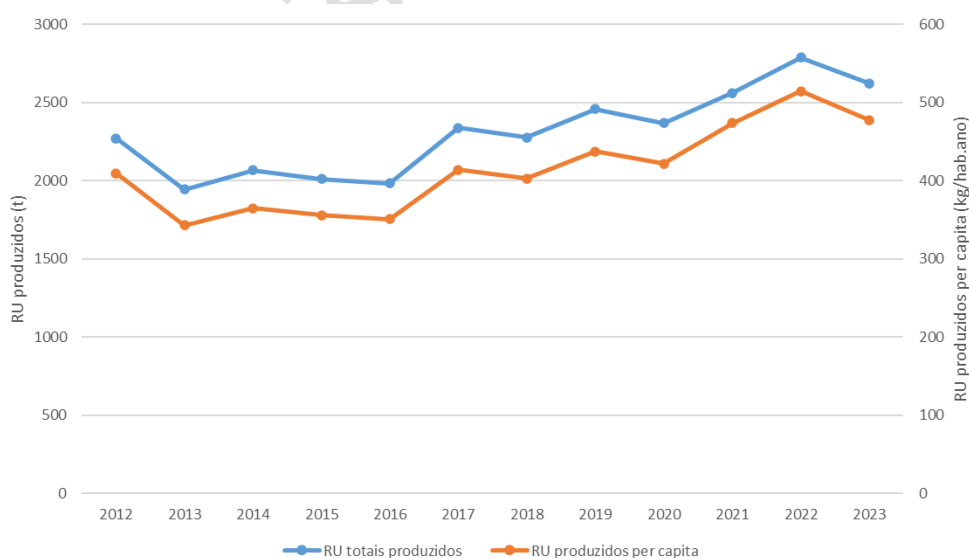
De acordo com o Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR), a RAA tem progredido significativamente no tratamento dos respetivos resíduos urbanos e na aplicação do princípio da hierarquia da gestão de resíduos, nomeadamente por via do aumento da valorização em detrimento da eliminação. Essa tendência tem-se vindo a acentuar, estando em linha com a estratégia regional plasmada no Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos (PEPGRA20+) atualmente em vigor e aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 29/2023/A, de 18 de julho.

A instalação dos Centros de Processamento de Resíduos (CPR) e a selagem e requalificação ambiental e paisagística das lixeiras e aterros nas ilhas com menor população, como é o caso de Santa Maria, foram fundamentais para a mudança de paradigma na gestão destes resíduos na RAA e em cada uma dessas ilhas, inclusive nesta ilha.

Assim, à semelhança do que acontece nos restantes concelhos da RAA, a gestão em baixa de resíduos urbanos (RU) é feita pelo Município, enquanto a gestão em alta é assegurada por sistemas de gestão de resíduos urbanos (SGRU), operadores de gestão de resíduos e entidades gestoras de sistemas integrados. Neste caso, ao nível de infraestruturas de gestão de resíduos no concelho de Vila do Porto, verifica-se a existência de um CPR que engloba soluções técnicas como a estação de triagem, o tratamento mecânico, a valorização orgânica e a estação de transferência e é operado pela Resiaçores – Gestão de Resíduos dos Açores, Lda..

Com base na informação disponibilizada pelo SRIR, verifica-se que a produção total e per capita de resíduos urbanos no município de Vila do Porto, entre os anos de 2012 e 2023, demonstra um aumento sucessivo, principalmente após 2016, e quando anteriormente tinha apresentado alguma estagnação entre 2013 e 2016 (Figura 6.4.4). De destacar a redução registada em 2023, que poderá indiciar uma tentativa de reversão da tendência negativa de crescimento da produção de resíduos urbanos no município, de forma a cumprir os objetivos estratégicos do setor. De notar que a RAA tem como objetivo reduzir 3% a produção de resíduos urbanos em 2025 relativamente a 2019, 5% até 2030 e 7% até 2035, segundo o estipulado no PEPGRA 20+.

Figura 6.4.4_Evolução da produção de resíduos urbanos no município de Vila do Porto

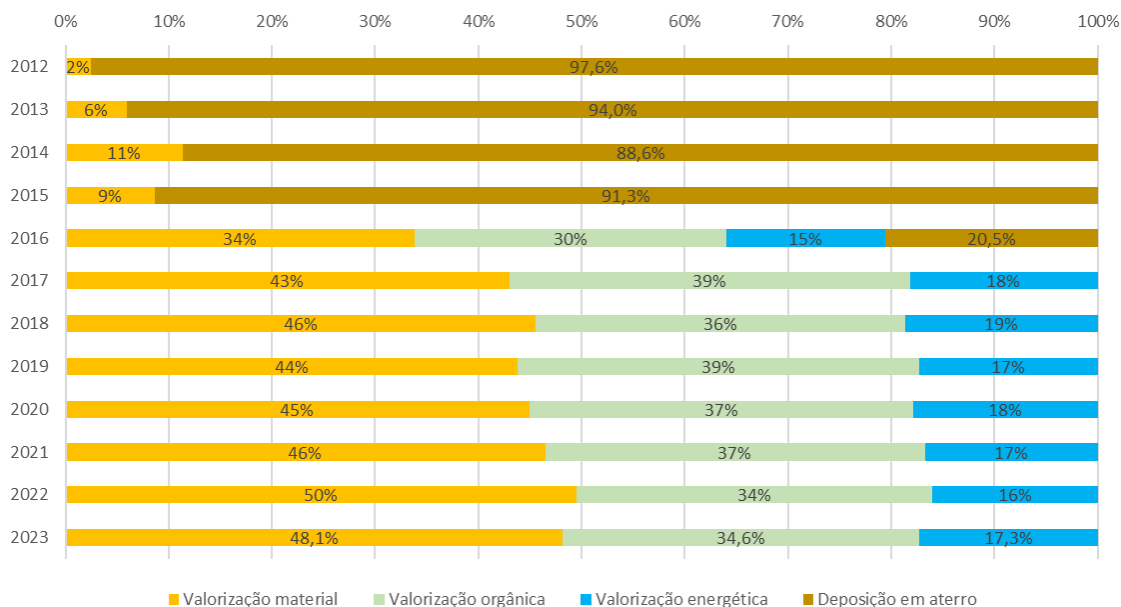


Fonte: SRIR (2012 -2023)

Com base na atual estratégia e modelo de gestão implementado na RAA, apesar da deposição de resíduos urbanos em aterro continuar a ter um peso bastante importante na RAA (cerca de 44,8%),

salienta-se uma evolução bastante positiva ocorrida desde 2012 (que correspondia a cerca de 82,0%), com contributos diferentes nas diversas ilhas, e que nas ilhas onde foram instalados os CPR, como é o caso de Santa Maria, a partir de 2017 passaram a apresentar uma taxa nula de deposição em aterro. A Figura 6.4.5 seguinte apresenta a evolução do tratamento de resíduos urbanos no município de Vila do Porto, onde se verifica que em 2023, cerca de 48% dos resíduos urbanos foram encaminhados para valorização material, 34,6% para valorização orgânica e 17,3% para valorização energética.

Figura 6.4.5_ Evolução do tratamento de resíduos urbanos no município de Vila do Porto



Fonte: SRIR (2012 -2023)

De acordo com os dados da CMVP, a deposição dos resíduos urbanos é feita em contentores individuais de 50, 110 e 240 litros de recolha porta-a-porta, bem como em contentores coletivos de 800 litros de recolha indiferenciada. Os contentores de 50 e 110 litros são entregues à população cuja frequência de recolha de resíduos seja diária, enquanto os contentores com capacidade de 240 litros são entregues aos estabelecimentos comerciais e à população cuja frequência de recolha é bissemanal ou semanal (p.e. caso das zonas rurais). Os contentores com capacidade de 800 litros encontram-se distribuídos em zonas com elevada concentração populacional e zonas balneares.

Existem ainda várias papeleiras colocadas ao longo da via pública em Vila do Porto, com maior concentração no centro, por forma a possibilitar a deposição de resíduos de menores dimensões. A recolha destes resíduos é garantida de 2ª a 6ª feira, pelo serviço de limpeza urbana.

O Município de Vila do Porto disponibiliza à população, o seguinte serviço de recolha seletiva de resíduos através de ecopontos, localizados estrategicamente em todo o concelho, onde os munícipes podem depositar os resíduos recicláveis (embalagens de papel/cartão, vidro, plástico/metal). A frequência de recolha é semanal em Vila do Porto e quinzenal nas restantes freguesias.

Existe ainda a recolha seletiva porta-a-porta, abrangendo apenas a população residente na freguesia de Vila do Porto, com exceção da área concessionada ao aeroporto. A frequência de recolha é semanal, com dias específicos, para a recolha das embalagens de papel/ cartão, vidro e plástico/ metal. Recentemente foi entregue a cada habitação abrangida por este sistema, um ecoponto doméstico, com o objetivo de incentivar e facilitar a deposição seletiva dos resíduos.

No caso dos estabelecimentos comerciais e canal HORECA (hotéis, restaurantes e cafés), a autarquia tem implementado um serviço de recolha seletiva, que abrange atualmente 150 pontos de recolha, distribuídos pelas freguesias de Vila do Porto, Almagreira e São Pedro.

A recolha seletiva porta-a-porta de resíduos verdes urbanos, é realizada gratuitamente pelos serviços municipais, mediante o contacto prévio, ou através de recolha de proximidade mediante a deposição

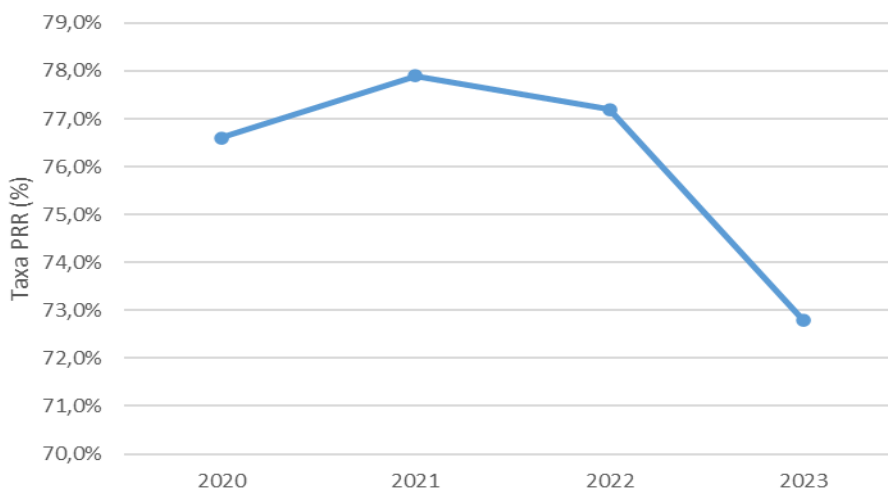
em contentores de 800 litros, de cor castanha, instalados em cada uma das cinco freguesias do concelho. Em alternativa, a entidade gestora recomenda os produtores optarem pela compostagem doméstica, ou através da entrega dos resíduos verdes urbanos no Centro de Processamento de Resíduos de Santa Maria, não sendo aplicáveis tarifas de entrega, até ao limite de 5 toneladas por ano, quando o detentor seja uma pessoa singular (Portaria nº. 19/2019 de 13 de março).

O Município disponibiliza também um serviço de recolha porta-a-porta gratuito de resíduos domésticos volumosos fora de uso.

A Câmara Municipal de Vila do Porto procedeu à colocação de 6 oleões distribuídos pelas várias freguesias do concelho. Esta medida visa assegurar o cumprimento das exigências legislativas, passando a população a dispor de equipamentos específicos localizados na via pública para deposição dos Óleos Alimentares Usados (OAU). Os OAU depois de recolhidos serão encaminhados para reciclagem e produção de biodiesel.

Em 2023, a taxa de preparação para a reutilização e reciclagem (PRR) no município fixou-se em 72,8%, tendo tido uma variação negativa de 4,4% relativamente ao ano anterior, mas ainda assim acima da meta estipulada pelo PEPGRA 20+ para 2025 (60%) e para 2035 (65%).

Figura 6.4.6_ Evolução da taxa de preparação para a reutilização e reciclagem (PRR) no município de Vila do Porto



Fonte: SRIR (2012 -2023)

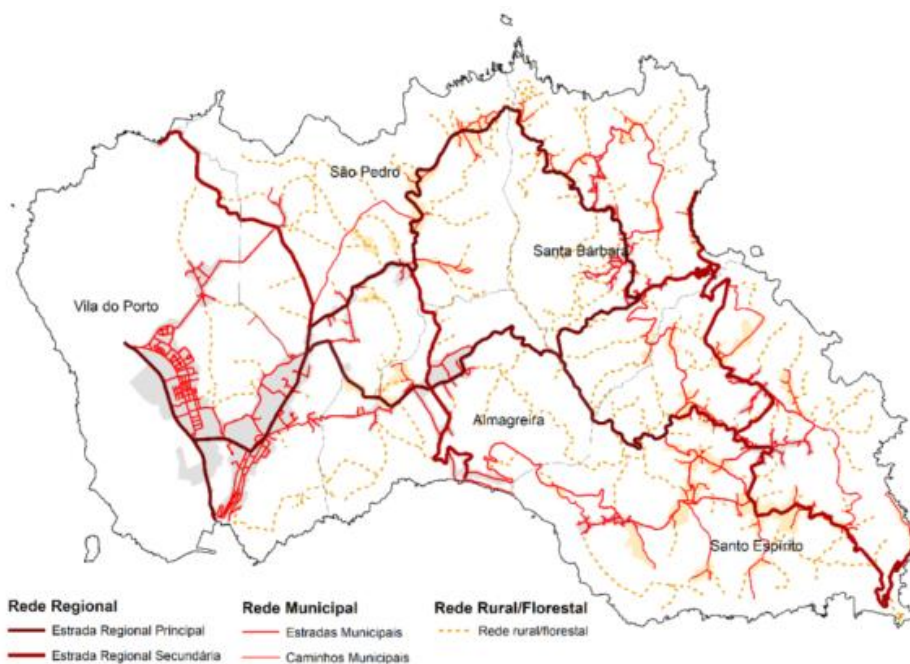
Transportes e Mobilidade

A rede viária existente no município e apresentada pelo PDM em vigor é composta pelas seguintes classes:

- **Rede regional** – visa permitir a ligação entre os polos urbanos e económicos de maior expressão em cada ilha, sendo composta por estradas regionais principais (ERP) e secundárias (ERS) e destas fazem parte as vias rápidas (VR), vias expresso (VE) e vias regulares (VRG), desempenhando funções distintas;
- **Rede municipal** – visa permitir a circulação de pessoas e veículos dentro dos povoados e das áreas da respetiva circunscrição territorial e estabelecer o acesso a explorações agrícolas e pecuárias, sendo constituída por estradas municipais (EM), caminhos municipais de 1ª (CM1ª) e caminhos municipais de 2ª (CM2ª);
- **Rede agrícola** – visa permitir ligações dentro dos perímetros de ordenamento agrário, e está subdividida entre caminhos agrícolas principais (CAP) e secundários (CAS);
- **Rede rural/florestal** – visa estabelecer o acesso a explorações agrícolas, pecuárias e florestais acima da cota dos 100 metros de altitude e a circulação dentro dos perímetros florestais, sendo constituída por caminhos rurais, caminhos florestais principais e secundários e ainda estradões florestais.

Na Figura 6.4.7 apresenta-se geograficamente a rede viária existente no município de Vila do Porto.

Figura 6.4.7_Rede viária existente no município de Vila do Porto

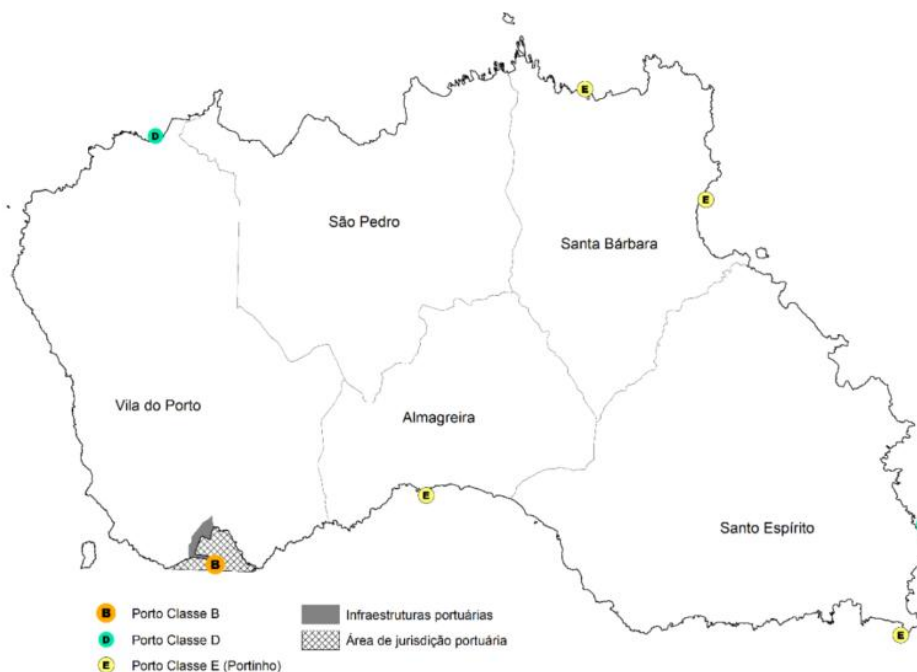


Fonte: Estudos de Caracterização PDM (Fase 1) - Quaternaire Portugal, 2024 / Adaptado de CM Vila do Porto, 2024

As infraestruturas portuárias existentes no município de Vila do Porto são as seguintes, e estão localizadas de acordo com a Figura 6.4.8:

- 1 Porto de Classe B - Porto de Vila do Porto, localizado no principal aglomerado urbano do concelho, constitui a principal infraestrutura portuária, desempenhando as funções comerciais apoiando a atividade económica da ilha;
- 2 portos de Classe D - Porto da Maia (costa oriental) e Porto dos Anjos (costa norte) – destinados fundamentalmente à atividade piscatória;
- 4 portos de Classe E (anteriormente designados por Portinhos) - Prainha e Castelo (costa sul), São Lourenço (costa este) e Tagarete (costa norte), essencialmente associados a atividade de recreio e lazer.

Figura 6.4.8_Localização das infraestruturas portuárias existentes no município de Vila do Porto



Fonte: Estudos de Caracterização PDM (Fase 1) - Quaternaire Portugal, 2024 / CM Vila do Porto, 2024

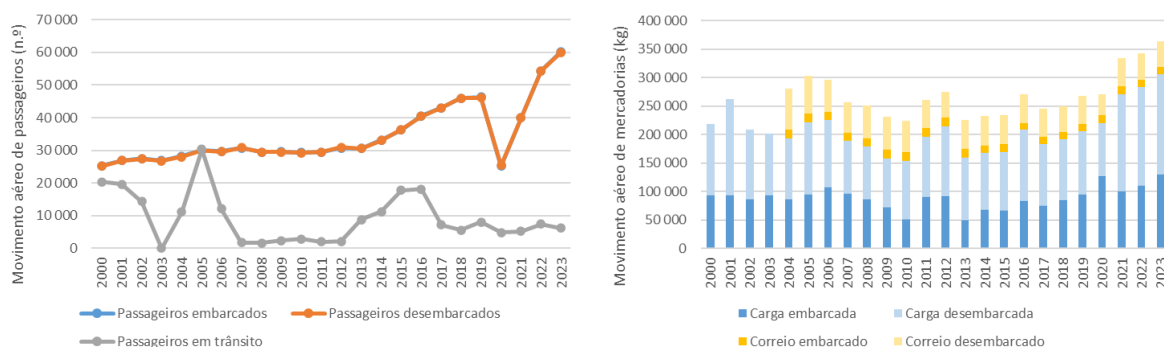
A infraestrutura principal do concelho é o Porto de Vila do Porto, que se localiza no centro de Vila do Porto e inclui:

- O Cais Comercial, cujo quebra-mar foi concluído em 1986, é dedicado a navios porta-contentores e navios de carga geral. Com um cais de 203 metros, permite a atracagem de navios até 100 metros e com um calado máximo de 6 metros;
- O Cais de Ferries, concluído em 2004, foi concebido para os navios de passageiros inter-ilhas, durante os meses de maio a outubro. Este cais permite a acostagem de navios até 100 metros com calado máximo de 5 metros;
- O Terminal de Passageiros, situado a Norte do Cais Comercial, foi requalificado em 2009 para servir os navios ferry e os navios de cruzeiro que procuram a ilha de Santa Maria;
- O Porto de Pescas, sob responsabilidade da Lotaçor, dedicado à atividade piscatória;
- A Marina de Vila do Porto, inaugurada em 2008, tem capacidade para 120 embarcações.

O Aeroporto de Santa Maria é a única infraestrutura aeroportuária existente e a maior de aeronáutica civil da Região Autónoma dos Açores, acarreado por isso uma importância estratégica relevante a nível regional e nacional. Constitui a principal porta de entrada na ilha, mantendo ligações diretas com a ilha de São Miguel e Lisboa, bem como ligações regulares com as restantes ilhas do arquipélago, via Ponta Delgada. Além disso, esta infraestrutura aeroportuária é uma das quatro existentes no arquipélago que realizam voos internacionais. O Aeroporto localiza-se a oeste da ilha dentro da freguesia de Vila do Porto e distanciado apenas 1 km do centro da vila, sendo gerido pela ANA – Aeroportos de Portugal, SA. Apresenta uma área de aproximadamente 500 hectares sendo composto por três pistas, em que a maior tem cerca de 2900 metros de comprimento e as outras duas pistas apresentam 2000 metros de comprimento.

O movimento de passageiros em transporte aéreo, na ilha de Santa Maria, apresenta um crescimento sucessivo do número de passageiros, destacando-se um aumento acentuado a partir de 2013, tendo sido interrompido durante a pandemia em 2020, recuperando nos anos seguintes tendo atingido um histórico máximo em 2023 de 126 480 movimentos de passageiros, equivalendo a cerca de 60 mil passageiros embarcados ou desembarcados e 6 mil em trânsito (Figura 6.4.9). Este crescimento é justificado em grande parte pela abertura do espaço aéreo a novas companhias, especialmente *low-cost* via Ponta Delgada. O movimento de mercadorias por via aérea também registou aumentos significativos e sucessivos, principalmente desde 2016, tendo atingido em 2023 cerca de 363 toneladas de mercadoria movimentada para o interior e exterior do município de Vila do Porto, sendo que 84% é respeitante a movimento de bens e 16% a correio (Figura 6.4.9).

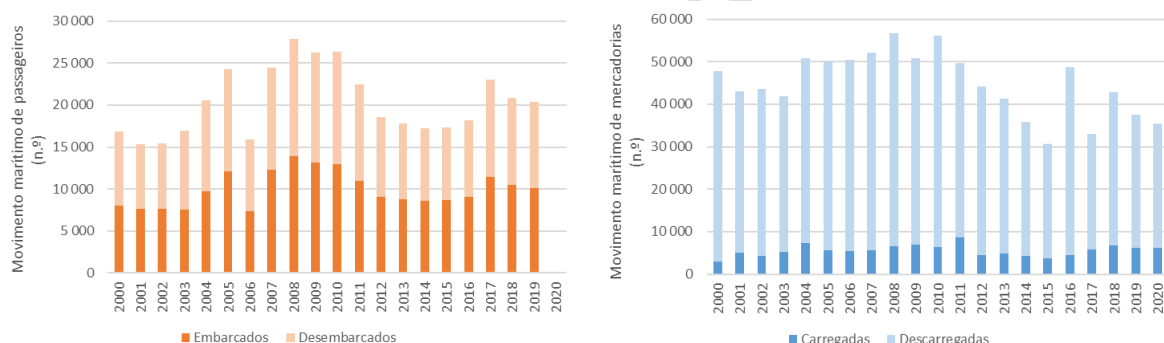
Figura 6.4.9_Movimento de passageiros e mercadorias por transporte aéreo no aeroporto de Santa Maria



Fonte: SREA, 2024

Relativamente à evolução dos movimentos marítimos no Porto de Vila do Porto, verifica-se que nos últimos 10 anos com informação disponível, entre 2000 e 2020, o movimento de passageiros registou uma quebra entre 2008 e 2016, com um contributo relevante da crise económica nessa altura, registando um crescimento acentuado em 2017, embora tenha retomado a tendência de decréscimo progressivo desde então (Figura 6.4.10). De destacar o período da pandemia de Covid19 (2020-2021) em que não se registaram movimentos de passageiros. O transporte marítimo de mercadorias também tem registado uma tendência decrescente desde 2010, com exceção do ano de 2016 onde houve um crescimento acentuado, voltando a quebrar nos anos seguintes.

Figura 6.4.10_Movimento de passageiros e mercadorias por transporte marítimo no aeroporto de Santa Maria

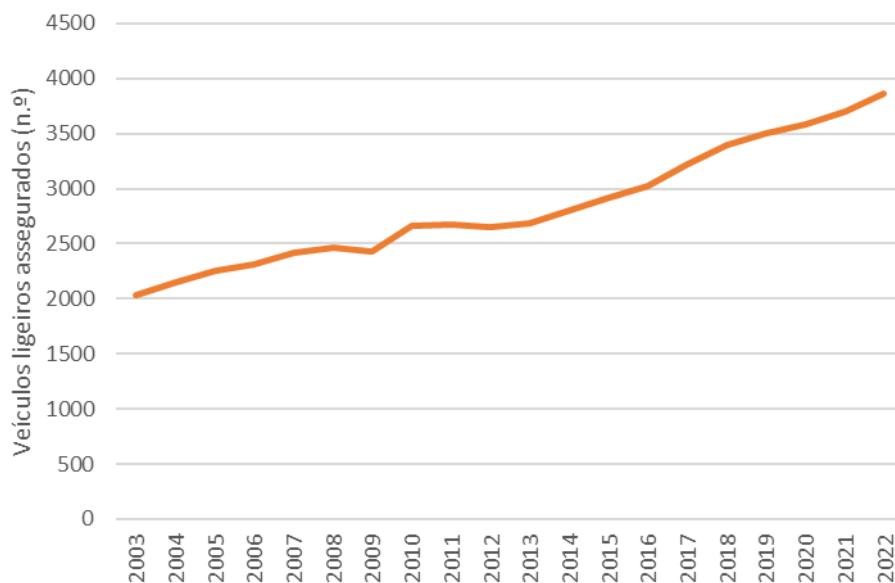


Fonte: SREA, 2024

Ao nível da análise do transporte particular individual, poderá ser importante perceber como evoluiu o parque automóvel do concelho, visto que estes dados permitem tirar algumas conclusões relativamente à utilização deste modo de transporte nos fluxos pendulares e perceber as consequências deste nas infraestruturas rodoviárias locais.

Nos últimos 20 anos tem-se observado uma tendência de crescimento do parque automóvel privado existente no concelho, tendo praticamente duplicado o número de veículos ligeiros existentes em 2003, tal como se pode observar pela Figura 6.4.11.

Figura 6.4.11_Evolução dos veículos ligeiros assegurados em Vila do Porto



Fonte: ASF, 2024

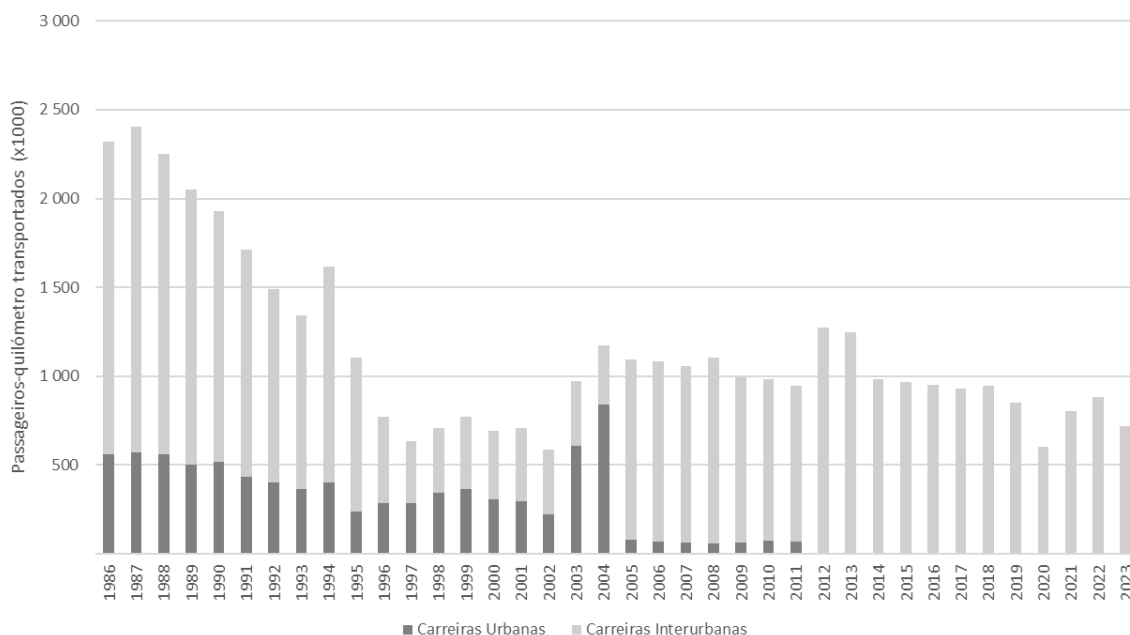
O sistema de transporte coletivo de passageiros no concelho de Vila do Porto é assegurado pelo consórcio TSM – Transportes de Santa Maria, constituído por três operadores - Auto Viação Micaelense, Lda (AVM), Caetano, Raposo & Pereiras, Lda. (CRP) e Varela & C^a, Lda. (Varela). O sistema transporte coletivo de passageiros é composto por 5 percursos, garantindo os circuitos de ligação com os principais núcleos populacionais da ilha e ainda o reforço de ligação com as zonas balneares dos Anjos e Praia Formosa no período do Verão:

- Linha 1 (Malbusca - Vila do Porto): o principal circuito, que liga as principais localidades à volta da ilha, reforçada durante o período escolar;
- Linha 2 (Santa Bárbara - Vila do Porto);
- Linha 3 (Cais de Vila do Porto – Aeroporto);
- Linha 4 (Cais Vila do Porto – Hotéis): esta linha está articulada com o transporte marítimo, isto é, os horários das carreiras são alterados em função da hora de chegada dos navios de passageiros;
- Linha 5 (Praia – Anjos): Linha com origem no aeroporto e destino às zonas balneares da Praia Formosa e Anjos, via Vila do Porto, durante os meses de verão.

Em termos de resultados de transporte coletivo de passageiros é possível verificar uma diminuição do volume de passageiros por km transportados (Figura 6.4.12). o que demonstra a baixa atratividade que estes serviços apresentam para satisfazer as necessidades de mobilidade da população. Em 2023 a oferta baseou-se em 81 veículos e uma extensão de 1140 km de percurso simples, correspondendo a 6 568 935 lugares/km oferecido. Foram transportados cerca de 41 254 passageiros, correspondendo a 718 152 passageiros/km efetuados.

De acordo com os indicadores disponíveis nos Censos 2021, foi possível caracterizar os movimentos pendulares concelhios da população residente de acordo com o local onde estudam e/ou trabalham. De uma forma geral, a percentagem de residentes em Vila do Porto que trabalham e/ou estudam no concelho é significativa, cerca de 94% do total de residentes, sendo que apenas 6% trabalham ou estudam noutra concelho.

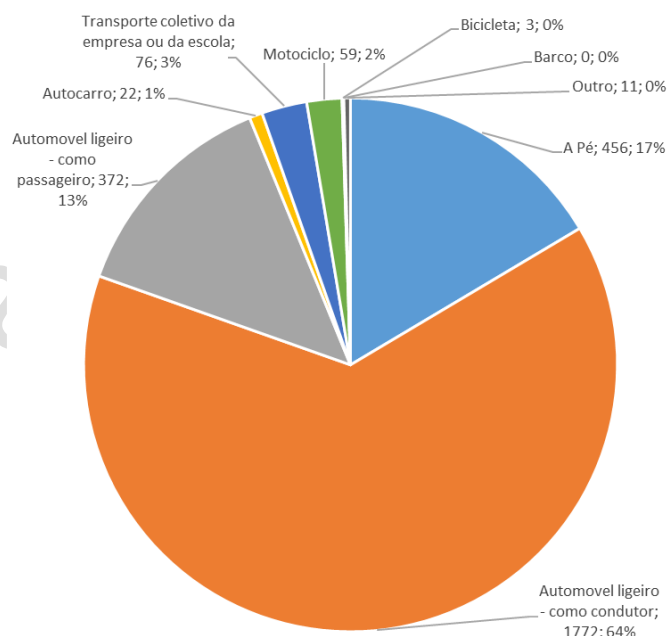
Figura 6.4.12_Movimento de passageiros e mercadorias por transporte marítimo no aeroporto de Santa Maria



Fonte: SREA, 2024

A maioria dos residentes no município desloca-se para o trabalho/escola utilizando o automóvel ligeiro como condutor (64%), a pé (17%), ou como passageiro em automóvel ligeiro (13%). Apenas 1% utiliza o autocarro como meio de transporte modal, existindo mais residentes a deslocarem-se de bicicleta ou motociclo do que utilizando os meios de transporte coletivo (Figura 6.4.13).

Figura 6.4.13_Movimento pendulares dos residentes em Vila do Porto por meio de transporte



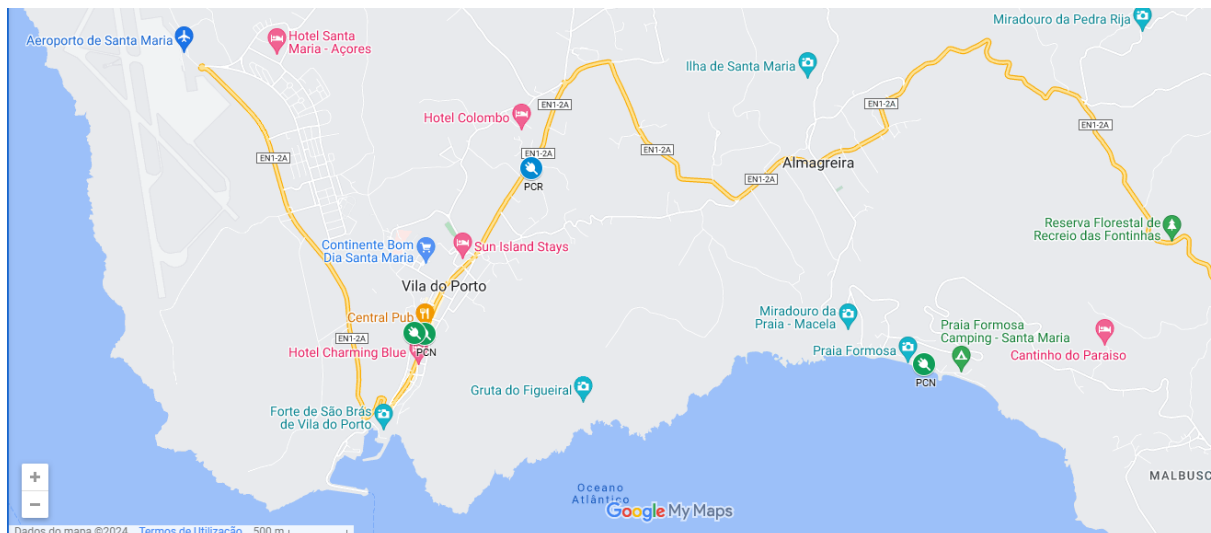
Fonte: INE, 2024

No município existe quatro postos de carregamento de veículos elétricos (PCN e PCR) no município de Vila do Porto (Figura 6.4.14):

- PCN (22 kVA) – Praia Formosa, Almagreira;
- PCN (22 kVA) – Rua Dr. Luís Bettencourt (CM Vila do Porto);

- PCN (22 kVA) – Rua do Cotovelo, Vila do Porto;
- PCR (43 kVA) - Estrada Regional n.º 1 – 2.ª Pedras S. Pedro (Posto de abastecimento REPSOL).

Figura 6.4.14_Postos de carregamento de veículos elétricos normais (PCN) ou rápidos (PCR) no município de Vila do Porto



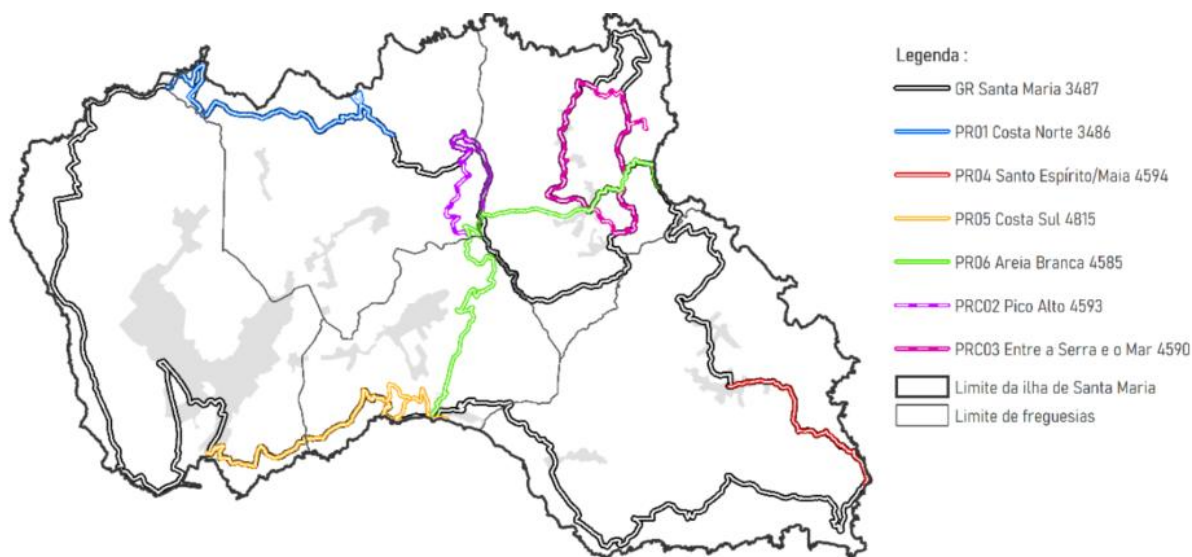
Fonte: Portal da Energia, DREN (2024).

Relativamente ao consumo de combustíveis, o município consome essencialmente gasóleo (5 524 toneladas) e gasolina 95 (974 toneladas) em atividades de transporte, e que representam 73% e 13% do total de combustíveis consumidos, respetivamente. Consome ainda 487 toneladas de gasóleo colorido destinado a atividades agrícolas (6%) e 321 toneladas de gás butano (4%) nas atividades domésticas, comércio e serviços, sociais ou de hotelaria e restauração.

Em 2020 foi aprovado pelo orçamento municipal a construção de uma Ciclovia do Eixo Circular Vila do Porto/Aeroporto. A ciclovia prevista tinha uma extensão de aproximadamente 6,5 km, em que 5.055m correspondem ao troço Aeroporto/Açucareiro e 1.505m aos troços Açucareiro/Vila e Açucareiro/Zona industrial.

No concelho de Vila do Porto foram identificados sete percursos pedestres ou trilhos homologados com cerca de 30,3 km de extensão total, de dificuldade média em geral (Figura 6.4.15).

Figura 6.4.15_Localização dos percursos pedestres existentes no município de Vila do Porto



Fonte: <http://trails.visitazores.com/pt-pt/trilhos-dos-acoress>

Fonte: Estudos de Caracterização PDM (Fase 1) - Quaternaire Portugal, 2024 / CM Vila do Porto, 2024

A tabela 6.40 apresenta a síntese dos resultados dos indicadores para o presente FS.

Tabela 6.41_ Síntese dos indicadores selecionados para o FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
Peso dos edifícios licenciados para ampliação, alteração e reconstrução	2019: 51,6% 2020: 42,3% 2021: 24,1% 2022: 38,7% 2023: 58,1%	2019 a 2023	INE
Áreas de reabilitação urbana ou áreas degradadas em geral (hectares)	ARU dos Núcleos Históricos de Vila do Porto: 123,26 hectares. ARU do Lugar de São Lourenço: 21,83 hectares. ARU do Lugar da Maia: 11,04 hectares. ARU do Lugar dos Anjos: 3,17 hectares. ARU do Lugar da Praia Formosa: 11,36 hectares.	2024	CM Vila do Porto.
Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), /executadas (hectares)	ARU dos Núcleos Históricos de Vila do Porto: 123,26 hectares (parcialmente executada) ARU do Lugar da Maia: 11,04 hectares. ARU do Lugar dos Anjos: 3,17 hectares. ARU do Lugar da Praia Formosa: 11,36 hectares.	2024	CM Vila do Porto.
Espaços verdes em solo urbano (hectares)	4,32 hectares	2024	CM Vila do Porto.
Área artificializada em solo urbano (hectares)	72,05 hectares	2024	CM Vila do Porto.
Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares	N.D.	-	-
Taxa de cobertura das respostas sociais à primeira infância	49%	2021	Cálculo da equipa AAE.*
Taxa de cobertura de respostas sociais para idosos	27%	2021	Cálculo da equipa AAE.*
Acessibilidade física e adesão ao serviço de abastecimento de água	100%	2024	CMVP
Água segura	99,22%	2022	ERSARA
Perdas reais de água	50%	2020	CMVP
Acessibilidade física e adesão ao serviço de saneamento de águas residuais	Cobertura: 31% Adesão: 26%	2021	ERSARA
Cumprimento das licenças de descarga	88,86%	2021	ERSARA

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
Estado das infraestruturas de tratamento de águas residuais	N.D.	-	-
Reutilização de águas residuais tratadas e pluviais	N.D.	-	-
Acessibilidade do serviço de recolha indiferenciada e seletiva de resíduos urbanos	Indiferenciada – 100% Seletiva – 100%	2024	CMVP
Capacidade instalada de recolha indiferenciada e seletiva	N. D.	-	-
Capacidade instalada de tratamento de resíduos urbanos	1 estação de transferência 1 estação de triagem 1 Unidade de valorização orgânica	2023	ERSARA
Preparação para a reutilização e reciclagem	72,8%	2023	SRIR
Taxa de utilização nas deslocações por tipo de transporte	Automóvel ligeiro (condutor): 64% A pé: 17% Automóvel ligeiro (passageiro): 13% Transporte coletivo da empresa ou da escola: 7% Motociclo: 2% Autocarro: 1%	2021	INE
Evolução do parque automóvel	3862 veículos ligeiros (+90% desde 2003) (crescimento médio de 3% ao ano)	2022	ASF
Evolução da oferta de transporte público	6 568 935 Lugares/km oferecidos (-3% relativo a 2022) (+1% de crescimento médio anual desde 2005)	2023	SREA
Evolução da procura de transporte público	41 254 Passageiros transportados (+1% relativo a 2022) (-3% de crescimento médio anual desde 2005) 718 152 Passageiros/km transportados (-19% relativo a 2022) (-1% de crescimento médio anual desde 2005)	2023	SREA
Rede de ciclovias e percursos pedestres	Ciclovias do Eixo Circular de Vila do Porto/Aeroporto – 6,5 km 7 Percursos pedestres – 30,3 km	2024	CMVP
Edifícios públicos com acessibilidade inclusiva	N.D.	-	-

* Cálculo efetuado pela equipa da AAE, com base em dados publicados pela Câmara Municipal e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Por fim, são identificadas na Tabela 6.41 as principais questões-chave relacionadas com este FS.

Tabela 6.42_ Questões-chave da situação atual para o FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Questões-chave
Em 2023, as ampliações, alterações e reconstruções superaram as construções novas, correspondendo a 58,1% do total de obras licenciadas.
As ARU de menor dimensão (Lugar da Maia, Lugar dos Anjos e Praia Formosa) foram completamente executadas, enquanto a ARU dos Núcleos Históricos de Vila do Porto permanece apenas parcialmente reabilitada.
Os perímetros urbanos ocupam 720,5 hectares (7,5% do município), com 4,32 hectares de espaços verdes e 72,05 hectares de área artificializada.
Embora a taxa de cobertura para a primeira infância se aproxime dos 50%, refletindo uma resposta moderada às necessidades deste grupo etário, a taxa de cobertura para os idosos, significativamente inferior (26,67%), evidencia uma necessidade de reforçar as respostas sociais direcionadas a esta população, especialmente face ao aumento da longevidade e ao crescente envelhecimento demográfico.
A água abastecida é de excelente qualidade e disponibilizada para a totalidade da população.
Devido ao fenómeno de alterações climáticas e à ocorrência cada vez mais frequente de eventos de seca o município tem tido como objetivo prioritário combater as perdas de água através de várias medidas que tem vindo a ser implementadas. Foram iniciadas intervenções de combate às perdas de água através de obras de beneficiação ou manutenção da rede, implementação de sistemas de telegestão e medidores de caudal por telemetria em todos os reservatórios e instalados

Questões-chave

contadores à entrada do sistema (captações) para contabilização das perdas, e renovação do parque de contadores. Ainda assim, o sistema de abastecimento apresenta baixos níveis de eficiência, apresentando elevados índices de perdas de água (50%).

Apenas 38,10% das captações se encontram licenciadas, e não foi reportada a implementação de perímetros de proteção às captações.

A taxa de acessibilidade física do serviço de drenagem de águas residuais urbanas no concelho é insuficiente para cobrir toda a população residente (31%). A população é servida por quatro fossas sépticas coletivas localizadas nos sistemas de Anjos, Valverde, São Lourenço, e Aeroporto, uma ETAR de tratamento secundário (ETAR Almagreira) localizada no sistema de Praia Formosa e uma ETAR de tratamento terciário (ETAR de Vila do Porto).

Ausência de soluções de reutilização de águas residuais tratadas ou pluviais.

Boa cobertura do serviço de recolha indiferenciada e seletiva de resíduos urbanos. O município disponibiliza o serviço de recolha seletiva de resíduos através de ecopontos localizados estrategicamente em todo o concelho, e serviço de recolha seletiva porta-a-porta, abrangendo apenas a população residente na freguesia de Vila do Porto, com exceção da área concessionada ao aeroporto.

A produção total e per capita de resíduos urbanos no município de Vila do Porto, demonstra uma tendência sucessiva de aumento. De notar que a RAA tem como objetivo reduzir 3% a produção de resíduos urbanos em 2025 relativamente a 2019, 5% até 2030 e 7% até 2035, segundo o estipulado no PEPGRA 20+.

Em 2023 cerca de 48% dos resíduos urbanos foram encaminhados para valorização material, 34,6% para valorização orgânica e 17,3% para valorização energética. A deposição em aterro é nula devido à existência do Centro de Processamento de Resíduos (CPR) que encaminha os resíduos para valorização na ilha Terceira.

Em 2023, a taxa de preparação para a reutilização e reciclagem (PRR) no município fixou-se em 72,8%, tendo tido uma variação negativa de 4,4% relativamente ao ano anterior, mas ainda assim acima da meta estipulada pelo PEPGRA 20+ para 2025 (60%) e para 2035 (65%).

O movimento de passageiros em transporte aéreo, na ilha de Santa Maria, apresenta um crescimento sucessivo do número de passageiros, devido em grande parte à abertura do espaço aéreo a novas companhias, especialmente *low-cost* via Ponta Delgada.

Nos últimos 20 anos tem-se observado uma tendência de crescimento do parque automóvel privado existente no concelho, tendo praticamente duplicado o número de veículos ligeiros existentes em 2003.

O sistema transporte coletivo de passageiros é composto por 5 percursos, garantindo os circuitos de ligação com os principais núcleos populacionais da ilha. Ainda assim, o serviço de transporte coletivo de passageiros tem registado quebras sucessivas no volume de passageiros por km transportados nos últimos 40 anos.

A maioria dos residentes no município desloca-se para o trabalho/escola utilizando o automóvel ligeiro como condutor (64%), a pé (17%), ou como passageiro em automóvel ligeiro (13%). Apenas 1% utiliza o autocarro como meio de transporte modal, existindo mais residentes a deslocarem-se de bicicleta ou motociclo do que utilizando os meios de transporte coletivo.

A oferta de postos de carregamento elétrico de veículos ainda é reduzida no município.

Em 2020 foi aprovado pelo orçamento municipal a construção de uma Ciclovia do Eixo Circular Vila do Porto/Aeroporto, com uma extensão de aproximadamente 6,5 km. O município ainda dispõe de sete percursos pedestres ou trilhos homologados com cerca de 30,3 km de extensão total.

6.4.4 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM 2rPDM_VILADOPORTO

Sem a implementação da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, e no âmbito da qualificação territorial, a situação atual tenderá a manter-se, com riscos acrescidos para a gestão e o desenvolvimento do território. A ausência de diretrizes atualizadas poderá perpetuar a degradação do edificado existente, dificultando a sua recuperação e reutilização. Adicionalmente, a manutenção e valorização dos espaços verdes poderão ser comprometidas, sem uma estratégia clara que garanta a sua proteção e integração no tecido urbano. Adicionalmente, sem uma estratégia de ordenamento que promova a coesão territorial, a expansão urbana poderá ocorrer de forma dispersa, conduzindo à fragmentação dos núcleos habitacionais e à formação de vazios urbanos, o que dificulta a integração entre áreas e reduz a eficiência dos serviços públicos.

A ausência de um PDM atualizado compromete o desenvolvimento estratégico e a eficiência dos serviços sociais, impactando negativamente o critério de coesão e equidade. Essa limitação afeta particularmente o planeamento de infraestruturas e serviços sociais, como creches, escolas, centros de

dia ou lares para idosos, que deixam de estar alinhados com as mudanças demográficas e as necessidades emergentes. Além disso, a falta de uma definição atualizada de prioridades territoriais pode perpetuar desigualdades no acesso aos serviços, agravando as disparidades entre diferentes áreas do território.

Ao nível dos serviços ou infraestruturas ambientais, e num cenário de ausência de proposta de 2rPDM_ViladoPorto, a expansão desordenada das atividades económicas e parque edificado na área de intervenção poderão induzir um aumento do potencial de contaminação e degradação das condições de salubridade em consequência do aumento de presença humana e subsequente aumento de produção de águas residuais ou resíduos, sem uma resposta adequada para a sua gestão e mitigação do seu potencial poluidor.

Considera-se que sem a implementação da proposta de 2rPDM_ViladoPorto não existiria uma estratégia de beneficiação do sistema de mobilidade local, reordenamento das acessibilidades e gestão do estacionamento, fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e segurança da população. Por outro lado, deixaria de se promover a descarbonização das principais atividades emissoras de GEE, nomeadamente, os transportes rodoviários movidos a combustíveis alternativos, melhoria do serviço de transporte público, e reforço da intermodalidade com os modos suaves. Num cenário de ausência de uma proposta de revisão do PDM de Vila do Porto, a prossecução destes objetivos seria mais dificultada.

Em síntese, considera-se que sem a implementação deste plano fica adiada a oportunidade de incorporar e acompanhar novas dinâmicas locais, numa perspetiva de planeamento integrado do território, com espaços dedicados a determinados usos e funções, que permitam salvaguardar outras bolsas e áreas fundamentais e estruturadas para a conservação e recuperação das estruturas ecológicas e funções ecossistémicas e naturais, que assegurariam uma consolidação e articulação capaz de gerir corretamente os valores e recursos naturais e paisagísticos do município e assim promover uma dinâmica económica, social e ambiental.

6.4.5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS

Tendo por base os objetivos definidos e o diagnóstico apresentado, verifica-se que a proposta de ordenamento e intervenção assenta num conjunto de Objetivos (e respetivos Projetos) propostos no âmbito do Programa de Execução associado ao cenário de desenvolvimento assumido para a área de intervenção.

Assim, perante estes pressupostos, e dada a natureza regulamentar da 2rPDM_ViladoPorto, entendeu-se realizar uma avaliação aos efeitos das atuais opções territoriais, regulamento e do programa de execução da revisão do Plano, consumada numa análise às oportunidades e ameaças identificadas nos Objetivos (e respetivos Projetos), patente na Tabela 6.42.

Tabela 6.43_Avaliação estratégica dos efeitos da 2rPDM_ViladoPorto para o FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
1. Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida, garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território, nomeadamente através da construção das infraestruturas ambientais necessárias para assegurar a eficiência dos serviços de abastecimento e saneamento ambiental, adaptando-os às orientações definidas pelos vários documentos estratégicos existentes	A prevista promoção e qualificação do solo urbano e melhoria dos índices de qualidade de vida apresenta potencial para assegurar um conjunto de serviços essenciais à população. Projetos como a elaboração do plano de pormenor de salvaguarda do Lugar do Aeroporto de Santa Maria, apresenta uma oportunidade para beneficiar as condições de acessibilidade, de organização de tráfego e estacionamento, bem como de prestação de serviços de transporte e de intermodalidade dentro da área do aeroporto, mas com benefícios ao nível da mobilidade para toda a	Não identificados.

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	ilha e município. As concretizações destas melhorias ao nível da mobilidade poderão reduzir as situações de congestionamento e redução dos tempos de viagem, com benefícios para a redução do consumo de combustíveis fósseis, contributo para a mitigação às alterações climáticas, ruído, qualidade do ar, e melhoria dos índices globais de qualidade de vida. Este projeto também irá constituir igualmente uma oportunidade de melhoria das condições infraestruturais e de serviço afetos aos sistemas de abastecimento e saneamento de águas residuais, bem como de escoamento das águas pluviais, promovendo melhorias ao nível da acessibilidade física, controlo e monitorização de caudais, redução de perdas, redução dos fenómenos de contaminação dos solos e aquíferos por poluição tóxica, aquisição de maior eficiência no consumo de água, bem como melhores condições para gestão adequada de resíduos, através do reforço dos equipamentos de recolha seletiva, acondicionamento e encaminhamento para destino final recomendável. Os projetos de beneficiação das redes e infraestruturas de abastecimento de água e saneamento também irão promover estes mesmos efeitos ambientais anteriormente referidos nos territórios onde serão implementados, já que visam a regularização de situações pontuais de quebra de abastecimento ou carência de água, principalmente, em aglomerados isolados e dispersos ou em situações de seca, redução das perdas de água nas redes de distribuição, recuperação das redes e equipamentos degradados e reforço do controlo analítico, bem como reforço da rede de drenagem, beneficiação tecnológica dos equipamentos e estações de tratamento com vista ao aumento da sua capacidade de tratamento, e implementação de novas estações de tratamento de águas residuais e respetivos coletores de drenagem. As obras de beneficiação do parque escolar municipal, e a elaboração da Carta Municipal de Habitação, constituem uma oportunidade para se promover a aquisição de melhores condições infraestruturais e de serviços ambientais. Os projetos elencados constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos com melhor eficiência no consumo de água, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica, ou adequados sistemas de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da	

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais. A elaboração do Plano Municipal de Gestão de Secas e Escassez visa a definição de medidas de contingência para períodos de seca e escassez, bem como medidas de adaptação e aquisição de resiliência dos sistemas de abastecimento para prevenir e compatibilizar a satisfação das necessidades hídricas dos diversos usos, contribuindo, por exemplo, para a definição de critérios e medidas de eficiência hídrica no utilizador, beneficiação de redes e sistemas de abastecimento, modernização tecnológica para controlo de caudais e redução de perdas, infraestruturas de aproveitamento de águas pluviais, ou implementação de sistemas de reutilização de águas residuais tratadas (ApR) para usos menos exigentes, entre outras. Projetos como os planos de pormenor e a carta municipal de habitação pode direcionar o uso de áreas já ocupadas, limitando a expansão urbana descontrolada, promovendo a reutilização de áreas já urbanizadas.	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2-3/P/C-Si	-
2. Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria, através do estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como a valorização da casa típica mariense	O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoamentos rurais apresenta potencial para assegurar a qualificação destes territórios através de uma beneficiação dos serviços ambientais em presença, bem como dos serviços de mobilidade. A definição de uma política de taxas municipais reduzidas no licenciamento de operações urbanísticas poderá agilizar e facilitar a reabilitação e/ou reconstrução de casas típicas marienses que se encontrem degradadas. Este projeto poderá permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e melhores condições para a recolha seletiva e acondicionamento de resíduos no parque edificado destes aglomerados rurais. Este projeto constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica, ou adequados sistemas de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, melhoria das condições de habitabilidade e	Não identificados.

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais. A elaboração de um estudo urbanístico orientador do desenvolvimento e da ocupação dos aglomerados rurais poderá definir as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação, bem como a distribuição das edificações e forma de ocupação, incluindo medidas de conforto bioclimático e de eficiência energética ou hídrica. Este estudo urbanístico também se apresenta como uma oportunidade para beneficiar as condições de acessibilidade, de organização de tráfego e estacionamento, bem como eventualmente de prestação de serviços de transporte e de intermodalidade dentro destes territórios rurais. As concretizações destas melhorias ao nível da mobilidade poderão reduzir as situações de congestionamento e redução dos tempos de viagem, com benefícios para a satisfação das necessidades de deslocação de populações mais isoladas, redução do consumo de combustíveis fósseis, contributo para a mitigação às alterações climáticas, ruído, qualidade do ar, e melhoria dos índices globais de qualidade de vida e de equidade social. A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho. A elaboração Planos de Pormenor também se apresenta como uma oportunidade para beneficiar as condições de acessibilidade dos territórios abrangidos, de organização de tráfego e estacionamento, bem como eventualmente de prestação de serviços de transporte e de intermodalidade nestes aglomerados. As concretizações destas melhorias ao nível da mobilidade poderão reduzir as situações de congestionamento e redução dos tempos de viagem, com benefícios para a satisfação das necessidades de deslocação, redução do consumo de combustíveis fósseis, contributo para a mitigação às alterações climáticas, ruído, qualidade do ar, e melhoria dos índices globais de qualidade de vida A elaboração dos Planos de Pormenor da Maia e de São Lourenço garante um planeamento organizado, reduzindo o uso desordenado do solo e protegendo áreas de interesse ambiental ou agrícola. Preservação das características tradicionais e rurais, contribuindo para a contenção da artificialização do solo, promovidos especialmente pelos projetos 2.1 e 2.2. Fomento à reabilitação urbana, valorizando o património edificado existente.	

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	Potencial para incorporar mais espaços públicos e verdes no âmbito do planeamento.	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2-3/P/C-Si	-
3. Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território, através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento e adaptação às alterações climáticas	A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para assegurar uma beneficiação dos serviços ambientais em presença, bem como dos serviços de mobilidade. A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais. Este projeto poderá permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica no parque edificado a revitalizar, bem como a introdução de soluções de gestão de resíduos mais sustentáveis e que permitam a recolha seletiva e valorização dos resíduos produzidos. Assim, este projeto constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas mais eficientes, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica, ou adequados sistemas de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico. A elaboração deste manual de boas práticas urbanísticas também se apresenta como uma oportunidade para beneficiar as condições de acessibilidade, de organização de tráfego e estacionamento, bem como eventualmente de prestação de serviços de transporte e de intermodalidade nestes aglomerados. As concretizações destas melhorias ao nível da mobilidade poderão reduzir as situações de congestionamento e redução dos tempos de viagem, com benefícios para a satisfação das necessidades de deslocação, redução do consumo de combustíveis fósseis, contributo para a mitigação às alterações climáticas, ruído, qualidade do ar, e melhoria dos índices globais de qualidade de vida. Os projetos de programas de educação ambiental com foco na conservação de recursos e valores naturais e de promoção de ações de sensibilização para a recuperação ambiental e paisagística de áreas de extração de massas minerais abandonadas constituem uma oportunidade para se introduzirem boas	Não identificados.

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	práticas ambientais, de redução e poupança no consumo de água, redução de focos de poluição tóxica e de gestão adequada dos resíduos produzidos por estas atividades. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água, do solo e de outros recursos, bem como da paisagem. A criação de programas de educação ambiental e a elaboração do manual de boas práticas urbanísticas incentivam a gestão sustentável do solo, reduzindo impactos como a erosão, a contaminação e a impermeabilização desnecessária assim como alerta para a importância da preservação das florestas, promovendo práticas que reduzam o desmatamento e incentivem a regeneração florestal. Além disso, promove uma maior consciência sobre a importância dos recursos geológicos, ajudando a evitar a exploração não regulamentada. As ações de recuperação ambiental em áreas de extração de massas minerais abandonadas podem revitalizar o solo, melhorando a sua capacidade de suporte para vegetação nativa e reduzindo o risco de desertificação ou contaminação. Estas ações contribuem ainda para o restauro da estabilidade geológica, prevenindo erosão e deslizamentos de terras assim como para a promoção da sustentabilidade e recuperação de áreas degradadas.	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2-3/P/C-Si	-
4. Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural, designadamente através de medidas que permitam o desenvolvimento de algumas atividades económicas específicas com base nos recursos endógenos, com vista à valorização do território numa perspetiva integrada, e na complementaridade das suas potencialidades a este nível tanto em terra como no mar	A almejada necessidade de se criar condições para o desenvolvimento e diversificação de algumas atividades económicas em espaço rural, apresenta potencial para assegurar uma beneficiação dos serviços ambientais em presença, bem como dos serviços de mobilidade. Projetos como a elaboração do plano de turismo sustentável, a atualização do regulamento municipal de urbanização e de edificação, e o acompanhamento e monitorização do alojamento local, poderão permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica no parque edificado destas atividades económicas em espaço rural, bem como a introdução de soluções de gestão de resíduos mais sustentáveis e que permitam a recolha seletiva e valorização dos resíduos produzidos. Assim, estes projetos constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas mais eficientes, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica, ou adequados sistemas de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e	Não identificados.

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico. A elaboração de um plano de turismo sustentável poderá incentivar à aquisição de uma mobilidade turística sustentável o que permitirá reduzir as necessidades e consumos energéticos associados à mobilidade, promovendo-se a descarbonização através da implementação de mobilidade suave e práticas mais saudáveis de deslocação, e contribuindo para a dependência externa de combustíveis fósseis. Um plano de turismo sustentável pode minimizar a degradação do solo ao definir práticas de construção e exploração turística que respeitem as capacidades naturais do território. Além disso, poderá promover atividades económicas baseadas nos recursos locais, minimizando impactos ambientais e promovendo a conservação do solo. O acompanhamento do alojamento local, previsto no projeto 4.4, garante que o crescimento da atividade turística seja controlado, evitando pressões excessivas sobre o território rural.	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2-3/P/C-Si	-
5. Valorizar os recursos naturais e patrimoniais, salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto-Prazo; 2 - Médio-Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P - Permanente; -feito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si - Sinérgico. N.A. – Não Aplicável.

O quadro seguinte apresenta a síntese de tendências de evolução para o presente FS num cenário com e sem a implementação da rPMD_ViladoPorto.

Tabela 6.44_ Síntese das tendências de evolução do FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Critérios de Avaliação	Tendências de Evolução		
	Situação Atual	Sem a Implementação da revisão do Plano	Com a Implementação da revisão do Plano
Qualificação do território			

Critérios de Avaliação	Tendências de Evolução		
	Situação Atual	Sem a Implementação da revisão do Plano	Com a Implementação da revisão do Plano
Serviços de coesão e equidade			
Serviços e infraestruturas ambientais			
Transportes e Mobilidade			

Legenda:

Situação Atual	Distância à situação desejável (orientações QRE)				
		Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendências de Evolução					
	Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	Negativa Afastamento das orientações do QRE	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação às orientações do QRE	Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

6.4.6 RECOMENDAÇÕES

Foram propostas várias recomendações pela AAE ao longo do desenvolvimento da proposta de plano, internalizadas na presente versão da proposta da 2rPDM_ViladoPorto, nomeadamente ao nível dos projetos associados aos Objetivos 1, 2, 3 e 4 da revisão do PDM, como o caso do âmbito dos Projetos 1.7, 1.8, 1.10, 2.1, 2.2, 3.1, 3.2, 3.4, 4.1, 5.2, e a inclusão do projeto 1.9. Assim, subsistem algumas recomendações apenas complementares ao próprio plano (Tabela 6.44) resultantes da análise dos elementos da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, que se considera que poderão potenciar e reforçar o conjunto de potenciais oportunidades identificadas.

Tabela 6.45_Recomendações no âmbito do FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
Rec 4.1: Implementação de uma estratégia de gestão para os biorresíduos, no âmbito da elaboração de um plano de ação de gestão de resíduos urbanos municipais. De acordo com o Regime Geral de Gestão de Resíduos existe a necessidade de se estabelecer uma estratégia para os biorresíduos que possibilite a sua separação e reciclagem na origem, através da compostagem doméstica ou comunitária e outras soluções locais de reciclagem, ou a recolha seletiva e posterior transporte para instalações de valorização. O PEPGRA 20+ define como meta a necessidade de se recolher seletivamente uma fração de 25% de biorresíduos face aos resíduos urbanos totais.	Assegurar a acessibilidade de toda a população aos serviços ambientais, a preservação das condições ambientais, e aquisição de eficiência no uso dos recursos naturais;		- Aquisição de eficiência no uso dos recursos naturais; - Promoção da circularidade e sustentabilidade ambiental.
Rec 4.2: Durante a implementação do Programa de Execução, e em fase de candidatura dos projetos sujeitos a	Assegurar a acessibilidade de toda a população aos serviços ambientais, a		- Preservação e redução da extração de recursos naturais;

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
concurso, incorporar no caderno de encargos ou nos critérios de seleção e adjudicação projetos que favoreçam boas práticas arquitetónicas e de construção sustentável, tais como soluções de infraestruturas verdes que permitam a reutilização das águas pluviais ou residuais tratadas, recolha seletiva e acondicionamento adequado de resíduos urbanos, bem como técnicas construtivas que promovam a reutilização ou reciclagem de resíduos através da sua incorporação como materiais de construção.	preservação das condições ambientais, e aquisição de eficiência no uso dos recursos naturais; Potenciar a eficiência no consumo de água potável e reutilização de águas residuais ou pluviais tratadas para fins menos exigentes; Avaliar os efeitos da implementação da revisão do Plano na promoção de uma política integrada e coordenada de ordenamento, planeamento e gestão do território que vise assegurar a gestão e a proteção dos recursos naturais presentes no território;		- Aquisição de eficiência no uso dos recursos naturais; - Preservação do estado quantitativo das massas de água. - Melhoria do nível de tratamento de águas residuais. - Promoção da circularidade e sustentabilidade ambiental.

Legenda:

		
Contributo	Potencia os efeitos positivos	Responde aos efeitos negativos

6.5. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E COMPETITIVIDADE

6.5.1 INTRODUÇÃO

O Fator de Sustentabilidade “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade” avalia os efeitos das estratégias do 2rPDM_Vila do Porto no desenvolvimento socioeconómico e no reforço da competitividade territorial.

A análise incide, em particular, na qualificação e capacitação dos recursos humanos, bem como no reforço do acesso a serviços de interesse geral, reconhecendo o seu papel fundamental na melhoria do capital social, na promoção de oportunidades de desenvolvimento económico e na garantia de condições de bem-estar para a população.

Adicionalmente, procede-se à avaliação do contributo do plano para a valorização dos ativos territoriais e para o desenvolvimento rural, com base em indicadores como o número de empresas criadas, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) do setor primário e o número de dormidas em alojamento turístico.

Importa ainda analisar os efeitos do plano no reforço do empreendedorismo e na dinamização de ecossistemas de inovação de base territorial, assim como o seu contributo para a promoção da economia circular. Por fim, avalia-se o papel do 2rPDM_Vila do Porto na atração de investimento.

Este Fator de Sustentabilidade visa, assim, assegurar um desenvolvimento socioeconómico equilibrado e sustentado, promovendo o aumento da competitividade, a melhoria da qualidade de vida no concelho e a redução das disparidades territoriais.

6.5.2 OBJETIVOS E INDICADORES

Através deste fator de sustentabilidade pretende-se avaliar os efeitos positivos e negativos das propostas/opções do Plano, tendo como principais objetivos:

- Promover o emprego qualificado e na qualificação da população, através da igualdade no acesso à educação, promovendo igualdade de oportunidades no acesso à saúde e habitação, a modernização dos sistemas de proteção social, o combate à privação material e o acesso ao emprego pelos jovens
- Investir na valorização económica e social do território, promovendo o seu desenvolvimento social, económico e ambiental, a cultura e património natural, o turismo sustentável e a segurança.

Tabela 6.46_ Indicadores selecionados para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
População: Contributo para atrair população residente em idade ativa.	Evolução da população residente (n.º)	Evolução do número de pessoas que têm residência habitual no município de Vila do Porto.
	Taxa de desemprego (%)	(População desempregada /população ativa) *100
	População empregada (n.º)	População empregada por conta de outrem
	Taxa de desemprego (%) da população residente ativa com idade entre 15 e 24 anos	(População residente ativa desempregada com idade entre 15 e 24 anos/ População residente ativa com idade entre 15 e 24 anos)*100
	Taxa de abandono precoce na educação e formação	Taxa de abandono precoce na educação e formação
	População residente com ensino superior completo (%)	Proporção da população residente com ensino superior completo (%)
Turismo - Contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a diversificação e sustentabilidade do setor do turismo, com especial foco para o trinómio rural-urbano-mar.	Alojamento turístico (empreendimentos turísticos e alojamento local) por tipologia e capacidade (n.º)	Número de estabelecimentos em hotelaria tradicional (hotéis, hotéis apartamentos, pousadas, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos), turismo no espaço rural, turismo de habitação e alojamento local, e capacidade de camas instalada
	Dormidas nos alojamentos turísticos (n.º/ano)	Número de dormidas nos alojamentos turísticos, por ano.
Outras atividades económicas - Contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a fixação de estruturas empresariais e tecnológicas de carácter inovador; - Contributo para reforçar a atração de investimento externo; - Contributo para a valorização dos recursos e ativos endógenos do território.	Empresas criadas por setor de atividade (n.º)	Número de empresas por setor de atividade
	Estruturas empresariais e tecnológicas de carácter inovador e serviços de conhecimento e inovação (n.)	Número de unidades empresariais e tecnológicas de carácter inovador e serviços de conhecimento e inovação
	Valor acrescentado bruto por setor de atividade (%)	Riqueza criada pelas empresas dos diferentes setores de atividade expressa em percentagem.
	Pessoal ao serviço por setor de atividade (n.º/atividade/ano)	Número de pessoas ao serviço nos diferentes setores de atividade, no período de referência.

6.5.3 SITUAÇÃO ATUAL

População

Segundo os 2021 (INE), o concelho de Vila do Porto tinha, em 2021, 5.406 residentes, o que representa cerca de 2% dos habitantes da Região Autónoma dos Açores (RAA).

Em termos de evolução, e considerando o período 2001-2011, a variação da população total residente em Vila do Porto foi negativa (-0,5%) ao contrário do que se verificou na RAA, na ilha de São Miguel, na ilha Terceira e na ilha do Corvo. Na última década (2011-2021), a variação da população residente continua a ser negativa, mas mais acentuada (-2,5%) e alinhada com a tendência de decréscimo observada para todas as ilhas da RAA. Apesar de negativa a taxa de variação observada para o

concelho de Vila do Porto é das mais baixas do conjunto das Ilhas que compõem a RAA, apenas na ilha do Pico a taxa de variação foi menos acentuada (-1,9%).

O decréscimo da população residente em Vila do Porto verificado na década 2011-2021 é reflexo de um saldo natural negativo acumulado entre 2011 e 2021 e de um saldo migratório também ele negativo face à incapacidade de atrair novos residentes. Como é possível observar no gráfico seguinte, na Ilha de Santa Maria o crescimento natural foi negativo, mas menos acentuado que o decréscimo da população, o que significa que o saldo natural não só não foi compensado com atração de novos residentes como ainda existiu repulsão de residentes. Nas restantes Ilhas, com exceção da Ilha do Pico e da Ilha de São Miguel também se verificou decréscimo da população residente e crescimento natural negativo, com este último menor que o decréscimo da população o que reflete, igualmente, incapacidade de atrair novos residentes.

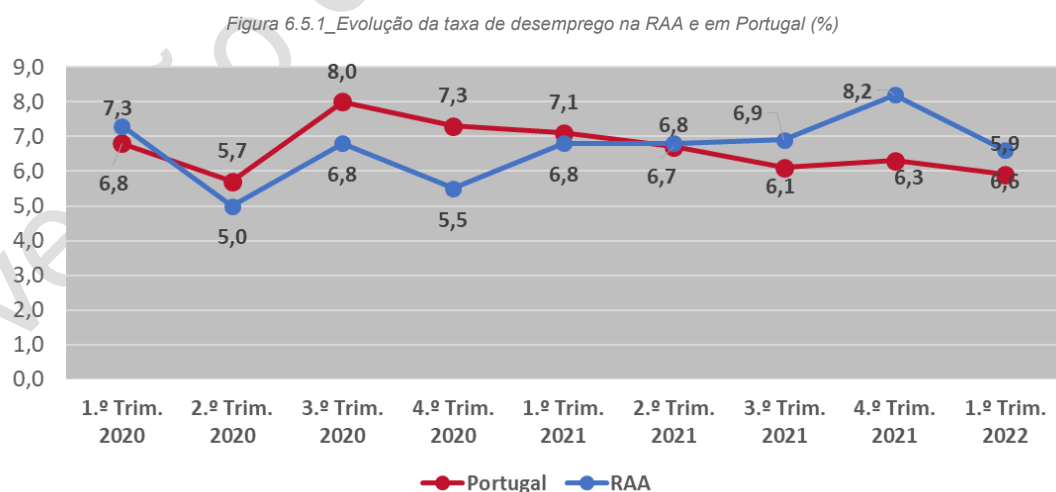
Na ilha do Pico apesar do decréscimo da população no período 2011-2021 e do saldo natural acumulado neste período também negativo, este último foi mais acentuado, o que reflete que existiu capacidade de atrair novos residentes que compensaram esse saldo natural negativo mais acentuado.

Já na Ilha de São Miguel apesar de se ter registado um crescimento natural positivo acumulado no período em análise, não existiu capacidade de inverter o decréscimo populacional, o que indica que existiu repulsão da população.

Importa referir que a situação determinada pela pandemia COVID-19 e as consequentes medidas de salvaguarda da saúde pública implementadas produziram efeitos no funcionamento do mercado de trabalho. Segundo dados do Inquérito ao Emprego do INE no 1.º trimestre de 2022 a taxa de desemprego na RAA era estimada em 6,6%, valor que representou um decréscimo de 1,6 pontos percentuais (p.p.) em relação ao trimestre anterior, e de 0,2 p.p. relativamente ao trimestre homólogo. Em Portugal, a taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2022 situou-se nos 5,9%, valor que decresceu 0,4 p.p. em relação ao trimestre anterior e que decresceu 1,2 p.p. face ao trimestre homólogo.

De acordo com os dados dos Censos 2021 a RAA apresentava uma taxa de desemprego de 6,87% e a ilha de Santa Maria tinha uma taxa de desemprego de 3,72%. Significativamente inferior aos resultados apresentados nos Censos 2011 com 1,13% e 8,73%, respetivamente.

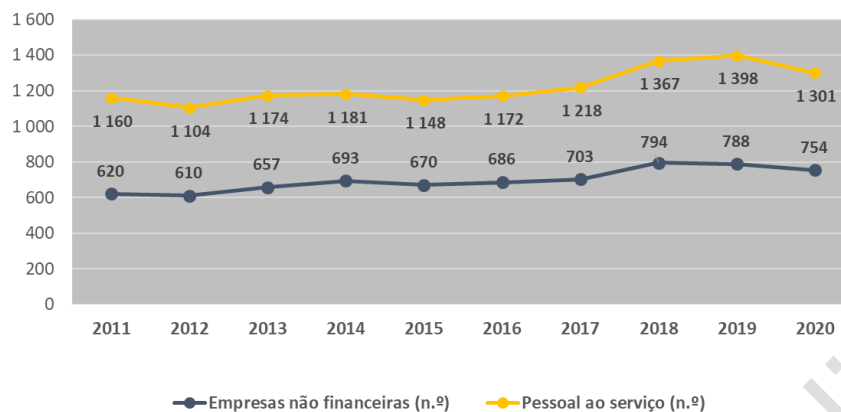
No final do mês de março de 2022 estavam 6.393 desempregados inscritos nas Agências para a Qualificação e Emprego da Região Autónoma do Açores, o que face a março de 2021 significou uma variação positiva de 9,3%. Na ilha de Santa Maria, estavam inscritas 88 pessoas, representando cerca de 1,4% do total de inscritos na RAA. Face ao final de fevereiro de 2022 este número de inscritos sofreu uma variação negativa de -30,7% (menos 27 inscritos).



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

No que respeita à evolução do número de empresas não financeiras no período 2011-2020, em Vila do Porto, a tendência geral foi de crescimento, sendo que em 2020 existiam mais 134 empresas não financeiras do que em 2011, o que reflete uma taxa de variação global de +21,6%.

Figura 6.5.2_Evolução do número de empresas não financeiras e pessoal ao serviço em Vila do Porto 2011-2020 (%)



Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas

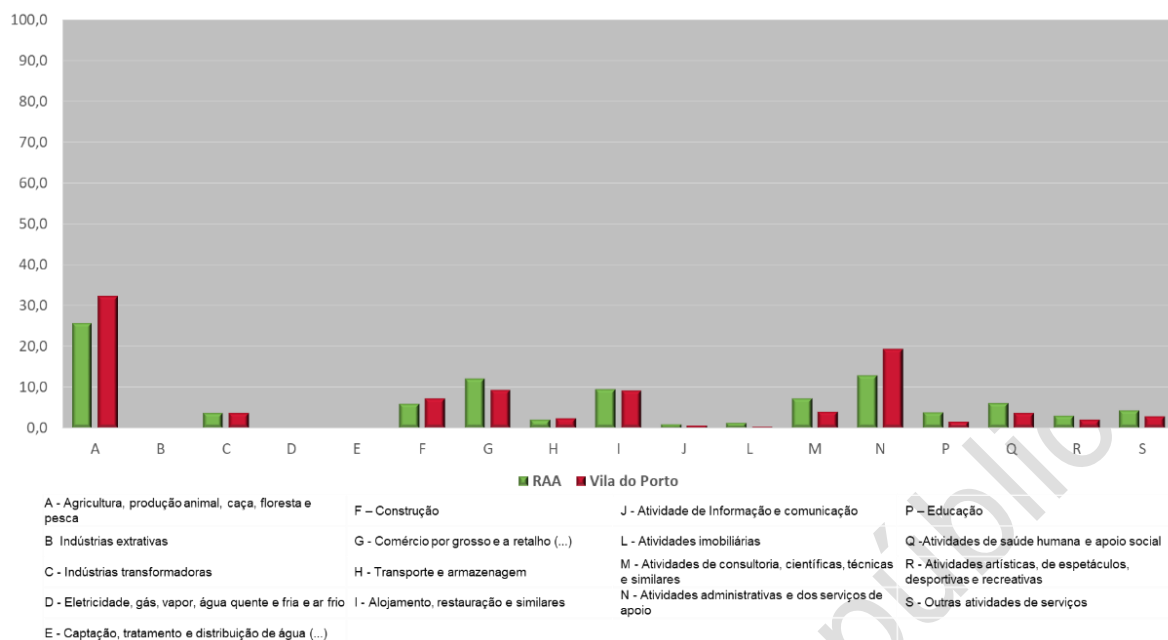
Quanto ao emprego, em 2020, o número de pessoas ao serviço nas empresas não financeiras, do concelho de Vila do Porto, era de 1.301 trabalhadores, o que significa cerca de 2% do total de emprego na RAA. A evolução do emprego segue uma trajetória global de crescimento entre 2011 e 2020, sendo que em 2020 comparativamente com 2011, existiam mais 141 pessoas ao serviço (+12,2%).

A distribuição das empresas não financeiras sediadas em Vila do Porto por setor de atividade económica revela um predomínio das empresas ligadas ao setor da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (32,4%), seguido das “atividades administrativas e dos serviços de apoio” (19,4%) do “comércio por grosso e a retalho” (9,4%) e do “alojamento, restauração e similares” (9,3%). Comparativamente com a RAA a concentração de empresas do setor da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” é mais elevada (32,4% face a 25,8%) assim como no setor do “comércio por grosso e a retalho” (9,4% face a 12,2%).

Os setores de atividade económica que mais contribuíram para o acréscimo do número de empresas não financeiras no concelho de Vila do Porto no período 2011-2020 foram as “atividades de saúde humana e apoio social” (+70,6%), as “atividades administrativas e dos serviços de apoio” (60,4%) e o “alojamento, restauração e similares” (+59,1%). Pelo contrário, o setor da “educação” viu decrescer o número de empresas (-43,5%).

No entanto, se do total das empresas não financeiras retirarmos as empresas individuais a distribuição setorial altera-se, e em vez de predominar o setor primário, temos um peso superior dos setores do Comércio (30,7%) e do setor do Alojamento e Restauração (20,5%).

Figura 6.5.3_Principais setores de atividade das empresas não financeiras na RAA e Vila do Porto, em 2020 (%)



Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas

A estrutura do emprego em Vila do Porto por atividade económica, em 2023, faz sobressair os setores do “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” representava 20,8% do emprego, a “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” representa 19,7%, a “Construção” 11,5% e o Alojamento e Restauração representava 10,5% do emprego.

Em suma, na estrutura setorial das empresas não financeiras e do emprego destacam-se os setores do Comércio (com 20,8% do pessoal ao serviço, 9,7% das empresas e 21% do VAB), a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (com 19,7% do pessoal ao serviço, 30,4% das empresas e apenas 7,2% do VAB), as Atividades Administrativas e dos serviços de apoio com 17% das empresas (não existem dados disponíveis sobre o pessoal ao serviço e VAB associado). Destaca-se ainda o setor da Construção com 11,5% do pessoal ao serviço, 7,9% das empresas e 18,2% do VAB.

Tabela 6.47_Síntese dos indicadores selecionados para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”

Indicadores	Situação Atual	Fonte	Ano
Evolução da população residente (n.º; %) 2011 - 2021	-170; -0,5%	INE	2021
Taxa de desemprego (n.º; %) 2021	3,72% ano 2021 (99 indivíduos) 8,73 ano 2011	INE	2021
População empregada (n.º)	2 559	INE	2021
Taxa de desemprego (%) da população residente ativa com idade entre 15 e 24 anos	10,04	INE	2021
Proporção da população residente com ensino superior completo (%)	9% ano 2011 13,61% ano 2021	INE	2021

Indicadores	Situação Atual			Fonte	Ano
Estabelecimentos de alojamento turístico (n.º) e capacidade (n.º)	- Estabelecimentos de alojamento turístico (n.º) 60 estabelecimentos (5 hotelaria; 45 alojamento local e 10 de turismo no espaço rural e de habitação), correspondentes a 326 quartos e 690 camas.			Direção Regional do Turismo	2023
Dormidas nos alojamentos turísticos (n.º/ano)	Taxa de variação anual – 21,2% 45 625 dormidas no ano 2023 (1,3% das dormidas da RAM) – 39 141 dormidas em hotelaria; 6484 dormidas em alojamento local 37 644 dormidas no ano 2022 – 31 649 dormidas em hotelaria; 5 995 dormidas em alojamento local			SREA; DRTu	2023
Empresas por setor de atividade (n.º; %)	Total	807	100	INE	2023
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	245	30,4%		
	Indústrias extrativas	0	0,0%		
	Indústrias transformadoras	31	3,8%		
	Elettricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	0,1%		
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0	0,0%		
	Construção	64	7,9%		
	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	78	9,7%		
	Transportes e armazenagem	25	3,1%		
	Alojamento, restauração e similares	77	9,5%		
	Atividades de informação e de comunicação	9	1,1%		
	Atividades imobiliárias	6	0,7%		
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	34	4,2%		
	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	137	17,0%		
	Educação	22	2,7%		
	Atividades de saúde humana e apoio social	33	4,1%		
	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	20	2,5%		
	Outras atividades de serviços	25	3,1%		
Estruturas empresariais e tecnológicas de carácter inovador e serviços de conhecimento e inovação (n.)	O sistema económico assenta sobretudo nas atividades agrícolas e agroflorestais, agroalimentares e terciárias, ordenadas em ecossistemas territoriais de inovação e conhecimentos, um conjunto de infraestruturas e serviços, e um capital humano que devem ser reforçados. - Adaptação das antigas oficinas gerais do Aeroporto a centro de desenvolvimento e inovação empresarial de Santa Maria (GRA) - Destaque para a relevância da ilha de Santa Maria em termos de inovação espacial na Europa, através da democratização do Espaço e da promoção de uma estratégia coerente para uma nova geração de empresas e serviços baseados no espaço, com repercussões ao nível do desenvolvimento da educação STEM (sigla inglesa para Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) bem como de atividades locais e de valorização das infraestruturas existentes, que suportem o reforço da Região como um posto avançado da Europa.			CMVP	2023
Valor acrescentado bruto por setor de atividade (%)	Total	€ 22 348 297		INE	2023
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	7,2%			
	Indústrias extrativas	0,0%			
	Indústrias transformadoras	2,9%			
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,0%			
	Construção	18,2%			
	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	21,0%			
	Transportes e armazenagem	20,9%			
	Alojamento, restauração e similares	12,6%			
	Atividades de informação e de comunicação	0,8%			
	Atividades imobiliárias	0,6%			

Indicadores	Situação Atual			Fonte	Ano
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3,5%			
	Educação	0,4%			
	Atividades de saúde humana e apoio social	1,8%			
	Outras atividades de serviços	1,1%			
Pessoal ao serviço por setor de atividade (n.º; %)	Total	1441	100%	INE	2023
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	284	19,7%		
	Indústrias extrativas	0	0,0%		
	Indústrias transformadoras	53	3,7%		
	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	...			
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0	0,0%		
	Construção	166	11,5%		
	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	300	20,8%		
	Transportes e armazenagem	134	9,3%		
	Alojamento, restauração e similares	152	10,5%		
	Atividades de informação e de comunicação	11	0,8%		
	Atividades imobiliárias	7	0,5%		
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	44	3,1%		
	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	...			
	Educação	22	1,5%		
	Atividades de saúde humana e apoio social	42	2,9%		
	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	...			
	Outras atividades de serviços	29	2,0%		

Legenda: ...: Dado confidencial

Tabela 6.48_ Questões-chave da situação atual para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”

Questões-chave
Reforço da atratividade turística da Região na última década, que tem permitido o desenvolvimento de diversas atividades ligadas ao setor no concelho
Estrutura etária da população ligeiramente menos envelhecida comparativamente com outras Ilhas
Melhoria global dos níveis de qualificação da população nos últimos anos;
Predomínio das empresas ligadas ao setor da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (30,4%) – com uma média de 15 ha por exploração, valor superior à média da região (11m4ha/exploração);
Na estrutura setorial das empresas não financeiras e do emprego destacam-se os setores do Comércio (com 20,8% do pessoal ao serviço, 9,7% das empresas e 21% do VAB), a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (com 19,7% do pessoal ao serviço, 30,4% das empresas e apenas 7,2% do VAB), as Atividades Administrativas e dos serviços de apoio com 17% das empresas (não existem dados disponíveis sobre o pessoal ao serviço e VAB associado). Destaca-se ainda o setor da Construção com 11,5% do pessoal ao serviço, 7,9% das empresas e 18,2% do VAB.
Os principais sectores da indústria transformadora em Vila do Porto incluem as indústrias alimentares e de bebidas, em particular no que respeita ao abate de animais, preparação e conservação de carnes, a transformação de cereais e leguminosas e o fabrico de outros produtos alimentares;
Bom nível de colmatção dos espaços industriais programados
Infraestrutura aeroportuária de importância regional
Diversidade de equipamentos coletivos, destacando-se um elevado número de equipamentos culturais e recreativos e outras estruturas de lazer
Predomínio de atividades de comércio e serviços pouco especializados, de carácter mais tradicional e de proximidade;
Vulnerabilidade do território face ao perfil da dinâmica turística

6.5.4 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM 2RPDM_VILADOPORTO

Sem a implementação da 2rPDM_ViladoPorto o Município de Vila do Porto enfrentará degradação ambiental e perda de recursos endógenos essenciais à dinamização das atividades económicas da ilha. Perspetiva-se a estagnação económica e aumento do desemprego.

A vulnerabilidade crescente às alterações climáticas terá impactes negativos nos setores do turismo, transportes, habitação e equipamentos, destacando-se ainda a degradação do património cultural e perda de identidade local.

Por outro lado, a urbanização desordenada e em áreas de risco coloca em perigo a vida da população, contribuindo para a redução da qualidade de vida e a dificuldade em atrair e reter investimentos e população.

Essas tendências destacam a urgência de implementar as iniciativas propostas para garantir um futuro mais sustentável, resiliente e competitivo.

6.5.5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS

A avaliação estratégica de efeitos identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos ambientais significativos resultantes da 2rPDM_ViladoPorto. Esta avaliação decorre da análise dos objetivos/projetos propostos no âmbito do Programa de Execução associado ao cenário de desenvolvimento assumido para a área de intervenção.

Assim, perante estes pressupostos, e dada a natureza regulamentar da 2rPDM_ViladoPorto, entendeu-se realizar uma avaliação aos efeitos das opções territoriais em elaboração, regulamento e do programa de execução da revisão do Plano, concretizada numa análise das oportunidades e ameaças identificadas, patente na Tabela 6.48.

Tabela 6.49_Avaliação estratégica dos efeitos da 2rPDM_ViladoPorto para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
1. Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida, garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território, nomeadamente através da construção das infraestruturas ambientais necessárias para assegurar a eficiência dos serviços de abastecimento e saneamento ambiental, adaptando-os às orientações definidas pelos vários documentos estratégicos existentes	A implementação do Plano de Pormenor do Lugar do Aeroporto, das UOPG, da Carta Municipal de Habitação, do Plano Municipal de Gestão de Secas e Escassez, das obras de beneficiação dos arruamentos, do parque escolar e das redes de abastecimento de água e saneamento contribui para: -melhorar a qualidade de vida da população através da qualificação do espaço urbano, da melhoria da mobilidade, da habitação e do acesso a infraestruturas e serviços essenciais; -promover melhores condições de saúde pública decorrentes da modernização das redes de abastecimento de água para consumo e de drenagem e tratamento de águas residuais; -reforçar a coesão territorial através da qualificação dos principais núcleos urbanos e da melhoria da acessibilidade aos equipamentos e serviços públicos; -criar condições para a fixação de população residente, nomeadamente população jovem e ativa, através da promoção da habitação e da melhoria das condições urbanas; -aumentar a atratividade do concelho para novas atividades económicas, através da	Não identificados

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	disponibilização de solo qualificado e da criação de incentivos à localização de empresas; -reforçar a competitividade territorial e a criação de emprego associado às atividades económicas, construção, serviços urbanos e manutenção das infraestruturas; -aumentar a resiliência do território às alterações climáticas, reduzindo os efeitos negativos socioeconómicos associados à escassez hídrica.	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2 e 3; P; C e Si	-
2. Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria, através do estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como a valorização da casa típica mariense	Os projetos de recuperação da casa típica mariense, elaboração dos estudos urbanísticos e dos Planos de Pormenor da Maia e São Lourenço permitem: - preservar a identidade cultural e arquitetónica de Santa Maria, reforçando o sentimento de pertença da população; - promover a valorização do património construído enquanto recurso económico e turístico; - dinamizar a atividade económica ligada à reabilitação urbana, construção especializada e recuperação do património; - aumentar a atratividade dos núcleos rurais para residentes, visitantes e investimento; - reforçar a coesão territorial através da valorização equilibrada dos diferentes aglomerados da ilha; - promover um modelo de turismo assente na autenticidade, na cultura e na paisagem..	Não identificados
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2 e 3; P; C e Si	-
3. Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território, através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento e adaptação às alterações climáticas	Os projetos de simplificação administrativa, programas de educação ambiental, recuperação de áreas degradadas e elaboração do Manual de Boas Práticas Urbanísticas contribuem para: - melhorar o ambiente empresarial, reduzindo custos administrativos para cidadãos e empresas; - estimular o empreendedorismo e facilitar a instalação de novas atividades económicas; - promover a qualificação ambiental do território, aumentando a sua atratividade para investimento sustentável; - incentivar práticas empresariais compatíveis com os princípios da economia verde; - promover a educação ambiental e aumentar a literacia da população relativamente à utilização sustentável dos recursos naturais; - recuperar áreas ambientalmente degradadas, permitindo a sua valorização paisagística e eventual reutilização para novos usos compatíveis.	Não identificados
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2 e 3; P; C e Si	-
4. Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural, designadamente através de medidas que permitam o desenvolvimento	A implementação do Plano de Turismo Sustentável, do Prémio Mariense, da atualização regulamentar e da monitorização do alojamento local permite:	Não identificados

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
de algumas atividades económicas específicas com base nos recursos endógenos, com vista à valorização do território numa perspetiva integrada, e na complementaridade das suas potencialidades a este nível tanto em terra como no mar	- diversificar a base económica do concelho, reduzindo a dependência das atividades tradicionais; - promover um modelo de turismo sustentável baseado na valorização do património natural, cultural e paisagístico; - reforçar as atividades ligadas à economia azul, através da valorização integrada dos recursos costeiros e marinhos; - estimular cadeias de valor locais, promovendo produtos endógenos e atividades associadas à agricultura, pesca, gastronomia e artesanato; - melhorar a qualidade da oferta turística e aumentar a competitividade do destino; - promover a criação de emprego local associado ao turismo, serviços, restauração e valorização dos recursos naturais; - incentivar uma utilização mais sustentável do território rural e costeiro..	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2 e 3; P; C e Si	-
5. Valorizar os recursos naturais e patrimoniais, salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas	Os projetos de valorização das baías da Maia e São Lourenço, recuperação das linhas de água, monitorização dos movimentos de vertente, campanhas de sensibilização, sistemas de alerta precoce e elaboração do Plano Especial de Emergência de Risco Sísmico contribuem para: - proteger a população e reduzir a vulnerabilidade das atividades económicas perante fenómenos naturais extremos; - reforçar a segurança, a qualidade de vida e a confiança da população residente; - valorizar os recursos naturais e paisagísticos enquanto ativos estratégicos para o turismo sustentável e para a economia azul; - melhorar o estado ecológico das linhas de água e contribuir para a proteção dos recursos hídricos; - reforçar a resiliência territorial e a adaptação às alterações climáticas; - reduzir os custos económicos e sociais associados à ocorrência de riscos naturais; - aumentar a atratividade do concelho para residentes, visitantes e investimento através da valorização ambiental e da melhoria das condições de segurança; - promover uma cultura de prevenção e participação da população na gestão dos riscos.	Não identificados
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2 e 3; P; C e Si	-

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto-Prazo; 2 - Médio-Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P - Permanente; –feito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si - Sinérgico. N.A. – Não Aplicável.

Tabela 6.50_ Síntese das tendências de evolução do FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”

Critérios de Avaliação	Tendências de Evolução		
	Situação Atual	Sem a Implementação da revisão do Plano	Com a Implementação da revisão do Plano
População			
Turismo			
Outras atividades económicas			

Legenda:

Situação Atual	Distância à situação desejável (orientações QRE)				
		Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendências de Evolução					
	Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	Negativa Afastamento das orientações do QRE	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação às orientações do QRE	Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

6.5.6 RECOMENDAÇÕES

De referir que se considera que foi já internalizar a recomendação de “Promover o turismo sustentável de forma estratégica: Desenvolver roteiros e produtos turísticos que combinem cultura, natureza e segurança, atendendo a públicos interessados em turismo sustentável e experiências autênticas”, no âmbito da descrição do Projeto 4.1. Adicionalmente, com base nas análises realizadas, há algumas recomendações, complementares ao próprio processo de revisão e que, por isso, extravasam o seu âmbito, mas que se considera que são fundamentais para maximizar os efeitos positivos socioeconómicos e a competitividade dos projetos. Estas incluem:

Rec 5.1. Envolver as comunidades locais

- Justificação: Projetos como a valorização de paisagens culturais e campanhas de sensibilização dependem do envolvimento das comunidades para garantir sucesso e sustentabilidade.
- Recomendação: Promover a participação ativa da população na conceção e execução dos projetos, reforçando o sentimento de pertença, garantindo a adequação às necessidades locais.

Rec 5.2. Fortalecer parcerias estratégicas

- Justificação: Projetos como o desenvolvimento de sistemas de alerta precoce e monitorização de riscos podem beneficiar de colaborações com instituições científicas, tecnológicas e de proteção civil.
- Recomendação: Estabelecer parcerias com universidades, centros de pesquisa e organizações internacionais para incorporar as melhores práticas e inovações tecnológicas.

Rec 5.3. Garantir financiamento sustentável

- Justificação: Muitos dos projetos, como a valorização dos recursos naturais e a construção de infraestruturas para mitigação de riscos, requerem recursos financeiros consideráveis.
- Recomendação: Criar estratégias de financiamento que combinem fundos públicos, privados e europeus, com prioridade para programas de sustentabilidade e resiliência.

Estas recomendações podem fortalecer / potenciar os resultados positivos dos projetos no desenvolvimento da região e aumentar a competitividade do Município à escala regional.

Tabela 6.50_Recomendações no âmbito do FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos
Rec 5.1. Envolver as comunidades locais, promovendo a participação ativa da população na conceção e implementação dos projetos, reforçando o sentimento de pertença, garantindo a adequação às necessidades locais e a criação de riqueza.	- Promover a qualificação do capital humano, a fixação de população e a criação de emprego qualificado, contribuindo para a coesão social e territorial.	↗	- Reforço da identidade e coesão social. - Maior valorização do património cultural e paisagístico. - Maior aceitação e sustentabilidade das intervenções. - Dinamização da economia local e do turismo sustentável. - Criação de riqueza e emprego associados aos recursos endógenos.
Rec 5.2. Estabelecer parcerias com universidades e centros de pesquisa para incorporar as melhores práticas e inovações tecnológicas disponíveis.	- Valorizar os recursos endógenos e reforçar a competitividade económica do concelho através da diversificação das atividades económicas, da inovação, do empreendedorismo e da atração de investimento.	↗	- Reforço da inovação e da competitividade territorial. - Diversificação da base económica associada ao emprego verde e azul. - Promoção do empreendedorismo e da economia do conhecimento. - Melhoria da adaptação às alterações climáticas e da gestão sustentável dos recursos naturais. - Maior capacidade de atração de investimento qualificado.
Rec 5.3. Identificar fontes de financiamento que contribuam para a sustentabilidade e resiliência dos objetivos e projetos propostos.	- Promover um modelo de desenvolvimento turístico sustentável, assente na valorização do património natural, cultural e paisagístico e na redução das vulnerabilidades económicas associada à dependência do turismo.	↗	- Maior capacidade de execução dos projetos estratégicos. - Reforço da competitividade territorial. - Promoção da qualificação urbana e da qualidade de vida. - Valorização dos recursos naturais, culturais e económicos. - Reforço da resiliência territorial e da adaptação às alterações climáticas.

Legenda:

	↗	→
Contributo	Potencia os efeitos positivos	Responde aos efeitos negativos

6.6. FATORES TRANSVERSAIS DE SUSTENTABILIDADE

Para além dos fatores de sustentabilidade acima referidos, considerou-se pertinente abordar a Governança e o contributo para os ODS 2030 como Fatores Transversais de Sustentabilidade (FTS), dada a sua importância e carácter fundamental à sustentabilidade de um território, cuja análise será apresentada na próxima fase de elaboração do RA, por ser necessário a devida análise dos elementos e conteúdos que irão constituir a estrutura e estratégia do Plano e por serem resultado da análise conjunta e contributo conjunto de outros FS propostos.

De facto, atualmente assume-se como incontornável uma abordagem aos serviços ambientais associados aos ecossistemas em presença, dada a sua importância e carácter fundamental à sustentabilidade do território.

6.6.1 GOVERNANÇA PARA A AÇÃO

A análise ao FTS Governança e Governação no âmbito da 2rPDM_ViladoPorto pretende identificar e articular os interesses, recursos e ações da responsabilidade de cada instituição interveniente na AAE e em todo o processo de implementação do Plano, constituindo um elemento promotor da sua eficiência e monitorização. Para além disso, e de acordo com os princípios da Comissão Europeia relativa à “Governança Europeia – Um Livro Branco” [COM (2001) 428 final – Jornal Oficial C 287 de 12.10.2001], a governança permite aproximar os cidadãos das instituições, salientando-se os cinco princípios cumulativos que estão na base de uma boa governança:

- Abertura: transparência e comunicação das decisões;
- Participação: envolvimento dos cidadãos na elaboração e aplicação das políticas;
- Responsabilização: clarificação do papel de cada interveniente no processo de decisão e a consequente aplicação das suas atribuições;
- Eficácia: decisões tomadas no momento e a um nível adequado;
- Coerência: articulação entre as diversas políticas praticadas.

É neste contexto que a presente análise, em sede da Fase 2 da AAE, irá:

- Por um lado, avaliar de que forma a proposta de 2rPDM_ViladoPorto disponibiliza a informação à população relativamente às opções de ordenamento e regulamento da 2rPDM_ViladoPorto e de que forma promove ações de sensibilização, divulgação e discussão das variadas problemáticas e soluções para o território em estudo;
- Por outro, propor um quadro de governança, identificando as entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades específicas, são suscetíveis de interessar os efeitos resultantes da aplicação da 2rPDM_ViladoPorto e/ou têm participação direta ou indireta na operacionalização, monitorização das opções estratégicas previstas no Plano.

A tabela seguinte apresenta a proposta de quadro de governança no âmbito da 2rPDM_ViladoPorto.

Tabela 6.51_Quadro de Governança para a Ação no âmbito da 2rPDM_ViladoPorto

Entidades	Ações no âmbito da governança e governação
Câmara Municipal de Vila do Porto (CM ViladoPorto)	- Implementar a 2rPDM_ViladoPorto; - Desenvolver e contribuir para a fase de monitorização do Plano e da AAE; - Cumprir OU Fazer cumprir as medidas presentes na Declaração Ambiental da AAE da 2rPDM_ViladoPorto; - Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local (DRCPL)	- Acompanhar e apoiar as opções de desenvolvimento do território; - Apoiar e acompanhar o processo de elaboração do Plano; - Acompanhar a fase de monitorização do plano.
Direção Regional do Ambiente e Ação Climática (DRAAC)	- Manter atualizados os diagnósticos, objetivos e metas ambientais, riscos naturais e dos recursos hídricos a diferentes prazos; - Acompanhar a e contribuir para a fase de monitorização do Plano e da AAE; - Desenvolver e acompanhar a execução das políticas de ambiente; - Prevenir e controlar a poluição; - Prevenir os riscos associados a acidentes industriais graves; - Elaborar e adotar quadros de referência para a gestão dos riscos tecnológicos nos instrumentos de gestão territorial; - Desenvolver e acompanhar a execução das políticas de educação ambiental; - Gestão sustentável das espécies e habitats; - Proteger e valorizar as zonas protegidas;
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial (DRRFOT)	- Manter atualizados os diagnósticos, objetivos e metas ao nível do ordenamento do território a diferentes prazos e manter atualizados os diagnósticos, diretrizes, objetivos e metas ao nível das políticas de ordenamento florestal; - Acompanhar e contribuir para a fase de monitorização do Plano e da AAE.
Direção Regional do Turismo (DRTu)	- Manter atualizados os diagnósticos, diretrizes, objetivos e metas ao nível turismo a diferentes prazos; - Acompanhar e contribuir para a fase de monitorização do Plano.
Direção Regional da Cultura (DRC)	- Gestão, salvaguarda, conservação e valorização dos bens que integrem o património cultural; - Acompanhar a execução do Plano; - Apoiar na monitorização do sistema de indicadores de monitorização e controlo relacionados com o Plano e com a AAE.
Direção Regional de Políticas Marítimas (DRPM)	- Manter atualizados os diagnósticos, diretrizes, objetivos e metas ao nível dos assuntos do mar a diferentes prazos; - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
IROA, S.A.	- Manter atualizados os diagnósticos, diretrizes, objetivos e metas ao nível das políticas de ordenamento agrário; - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Organizações Não Governamentais (ONG)	- Promover a informação, cooperação e participação cívica; - Incentivar o debate e a análise crítica das intervenções a implementar; - Apoiar as atividades de proteção dos valores naturais na área de intervenção; - Fomentar o intercâmbio de informações e experiências com as entidades públicas e privadas; - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Público em geral	- Adotar práticas quotidianas de proteção e valorização ambiental; - Contribuir para o alcance das metas estabelecidas; - Participar ativamente nos processos Consulta Pública, de modo a fundamentar as decisões tomadas.

Por outro lado, a tabela seguinte apresenta a matriz com as responsabilidades específicas de cada entidade na implementação, acompanhamento e monitorização das recomendações de cada FS.

Tabela 6.52_Quadro de Governança para a Ação no âmbito da 2rPDM_ViladoPorto, por recomendação

Recomendações	Entidade Envolvida
Vulnerabilidade e Riscos	
Rec_1.1: Incluir nos processos de licenciamento, e sempre que considerado pertinente, a necessidade de análise de vulnerabilidades aos riscos naturais, tecnológicos e/ou mistos [complementar].	CM Vila do Porto
Rec_1.2: Assegurar uma articulação eficaz entre diferentes ferramentas e instrumentos, nomeadamente de planeamento estratégico, existentes e previstos, no âmbito da mitigação e adaptação às alterações climáticas [complementar].	CM Vila do Porto

Recomendações	Entidade Envolvida
Rec_1.3: Incluir no Programa de Execução um projeto específico para o desenvolvimento de um Plano de Comunicação Global enquanto ferramenta de orientação atempada do que comunicar em várias temáticas, com que público, perante determinada situação ou ocorrência.	CM Vila do Porto
Rec_1.4: Incluir na próxima revisão do PMEPC medidas que contemplem, por exemplo, uma atualização das necessidades atuais ao nível da capacidade de resiliência ao nível da necessidade de meios e equipamentos [complementar].	CM Vila do Porto
Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	
Rec 2.1: Os projetos públicos que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, conseqüentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer assegurar, em sede dos respetivos cadernos de encargos, a opção por soluções baseadas na natureza, a salvaguarda dos ecossistemas e habitats presentes, a minimização da perturbação e fragmentação de habitats, e a opção, quando aplicável, por utilização de espécies de flora endémicas ou nativas.	CM Vila do Porto
Rec 2.2: Nos projetos aprovados que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, implementando soluções baseadas na natureza como protótipos de adaptação ao clima e melhoria do bem-estar, recomenda-se que: - Se adotem medidas sustentáveis de adaptação baseadas em ecossistemas e aumentar a capacidade de aplicar esse conhecimento na prática por meio de oficinas de divulgação e demonstração; - Se promova a governação das autoridades regionais, diretores e gestores de edifícios e do setor da construção para integrar soluções baseadas na natureza como parte das medidas para promover a adaptação sustentável nos edifícios	CM Vila do Porto
Rec 2.3: Monitorizar a potencial fragmentação ou destruição de habitats em locais ambientalmente sensíveis, afetados quer pela realização de obras de requalificação ou construção com impacte significativo nos ecossistemas. Essa monitorização poderá ser assegurada, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções.	CM Vila do Porto
Rec 2.4: Continuidade de projetos / intervenções de eliminação gradual de espécies invasoras/infestantes presentes, evitando e contendo a sua proliferação, substituindo-as por espécies endémicas ou nativas no contexto biogeográfico, sempre que essas zonas forem alvo de intervenção do município.	CM Vila do Porto
Recursos Naturais	
Rec 3.1: Durante a implementação do Programa de Execução, e em fase de candidatura dos projetos sujeitos a concurso, incorporar no caderno de encargos ou nos critérios de seleção e adjudicação projetos que favoreçam boas práticas arquitetónicas e de construção sustentável, tais como soluções de infraestruturas verdes que potenciem a eficiência hídrica e energética, o conforto térmico, o uso de energias renováveis, e infraestruturas permeáveis que permitam reduzir o escoamento superficial e promover a reutilização ou infiltração das águas pluviais.	CM Vila do Porto
Ordenamento e Qualificação Territorial	
Rec 4.1: Implementação de uma estratégia de gestão para os biorresíduos, no âmbito da elaboração de um plano de ação de gestão de resíduos urbanos municipais. De acordo com o Regime Geral de Gestão de Resíduos existe a necessidade de se estabelecer uma estratégia para os biorresíduos que possibilite a sua separação e reciclagem na origem, através da compostagem doméstica ou comunitária e outras soluções locais de reciclagem, ou a recolha seletiva e posterior transporte para instalações de valorização. O PEPGRA 20+ define como meta a necessidade de se recolher seletivamente uma fração de 25% de biorresíduos face aos resíduos urbanos totais.	CM Vila do Porto
Rec 4.2: Durante a implementação do Programa de Execução, e em fase de candidatura dos projetos sujeitos a concurso, incorporar no caderno de encargos ou nos critérios de seleção e adjudicação projetos que favoreçam boas práticas arquitetónicas e de construção sustentável, tais como soluções de infraestruturas verdes que permitam a reutilização das águas pluviais ou residuais tratadas, recolha seletiva e acondicionamento adequado de resíduos urbanos, bem como técnicas construtivas que promovam a reutilização ou reciclagem de resíduos através da sua incorporação como materiais de construção.	CM Vila do Porto
Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade	
Rec 5.1. Envolver as comunidades locais, promovendo a participação ativa da população na conceção e implementação dos projetos, reforçando o sentimento de pertença, garantindo a adequação às necessidades locais e a criação de riqueza.	CM Vila do Porto
Rec 5.2. Estabelecer parcerias com universidades e centros de pesquisa para incorporar as melhores práticas e inovações tecnológicas disponíveis.	CM Vila do Porto

Recomendações	Entidade Envolvida
Rec 5.3. Identificar fontes de financiamento que contribuam para a sustentabilidade e resiliência dos objetivos e projetos propostos.	CM Vila do Porto

6.6.2 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Figura 6.6.1) constituem a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, tendo sido aprovada em setembro de 2015 e subscrita por 193 membros, incluindo Portugal.

Figura 6.6.1_Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: <https://www.ods.pt/>

A Agenda 2030 organiza-se em cinco princípios enquadradores, os chamados “5P” - Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias – os quais fornecem também uma base para organização dos ODS (Figura 6.6.3). Esta Agenda preconiza uma visão do desenvolvimento com responsabilidade partilhada, em que é necessário o envolvimento dos vários atores e todos têm um papel a desempenhar (governos nacionais e locais, comunidades de base, organizações da sociedade civil, setor privado, universidades, entre outras.), estabelecendo assim a necessidade de estabelecer parcerias a todos os níveis de governação, todas as partes interessadas e todas as pessoas num esforço inclusivo e coletivo.

Figura 6.6.2_Cinco princípios enquadradores dos ODS



A Agenda 2030 é mensurável, colocando especial ênfase na necessidade de medir o desempenho e os resultados através de um conjunto de indicadores para avaliar o alcance dos ODS e extrair lições e recomendações.

Os objetivos correspondem igualmente a uma visão integradora das várias dimensões do desenvolvimento sustentável – económica, social e ambiental, as quais se interligam entre si nos vários objetivos (Figura 6.6.3).

Figura 6.6.3_Visão integradora das dimensões do desenvolvimento sustentável com os ODS



Apesar de os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) não constituírem, por si só, uma estratégia, a sua integração na estratégia preconizada para o município de Vila do Porto revela-se fundamental para assegurar a articulação com a Agenda 2030.

Neste contexto, a Tabela 6.52 apresenta o potencial contributo dos objetivos do 2rPDM_Vila do Porto para um conjunto de ODS, evidenciando as áreas de convergência entre o plano municipal e os princípios do desenvolvimento sustentável.

Os objetivos definidos no 2rPDM_Vila do Porto evidenciam um contributo diferenciado para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), refletindo o âmbito territorial e estratégico do plano.

O Objetivo 1, centrado na qualificação do solo urbano, melhoria da qualidade de vida e reforço das infraestruturas ambientais (abastecimento e saneamento), apresenta uma forte articulação com o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, ao promover um ordenamento mais eficiente e inclusivo. Contribui igualmente para o ODS 6 – Água Potável e Saneamento, pela melhoria dos serviços básicos, e para o ODS 3 – Saúde de Qualidade, ao reforçar as condições de salubridade e bem-estar. De forma indireta, apoia ainda o ODS 1 – Erradicação da Pobreza, ao melhorar as condições de vida da população.

O Objetivo 2, orientado para a preservação do povoamento tradicional e valorização da identidade local, articula-se sobretudo com o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, na vertente da salvaguarda do património cultural e identidade territorial. Contribui também para o ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico, na medida em que a valorização patrimonial pode potenciar atividades económicas associadas, como o turismo cultural.

O Objetivo 3, focado na atração de atividades económicas e diversificação da base produtiva, apresenta uma forte ligação ao ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico e ao ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas, promovendo o empreendedorismo e a inovação. Está também alinhado com o ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis, ao incentivar práticas económicas mais eficientes e sustentáveis, e com o ODS 13 – Ação Climática, ao integrar preocupações de adaptação às alterações climáticas. Adicionalmente, contribui para os ODS 1 e 2, ao fomentar atividades geradoras de rendimento, nomeadamente nos setores agrícola e turístico.

O Objetivo 4, relativo ao desenvolvimento e diversificação de atividades no espaço rural, reforça o contributo para o ODS 2 – Erradicação da Fome, através da valorização da produção local, e para o ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico, ao dinamizar economias rurais. Articula-se ainda com o ODS 14 – Proteger a Vida Marinha, pela integração da dimensão marinha no desenvolvimento territorial, e com o ODS 12, ao promover o uso sustentável dos recursos.

O Objetivo 5, centrado na valorização dos recursos naturais e na mitigação de riscos naturais, apresenta uma relação direta com o ODS 13 – Ação Climática, ao promover a adaptação e resiliência territorial. Contribui igualmente para o ODS 6 – Água Potável e Saneamento, no que respeita à proteção dos

recursos hídricos, e para o ODS 14 – Proteger a Vida Marinha, ao salvaguardar ecossistemas associados. Indiretamente, reforça o ODS 11, ao promover territórios mais seguros e resilientes.

De forma transversal, o conjunto dos objetivos do plano contribui ainda para o ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos, na medida em que a concretização das medidas previstas exige articulação institucional, cooperação multisetorial e envolvimento dos agentes locais.

Tabela 6.53_Quadro de Monitorização do contributo dos objetivos da 2rPDM_ViladoPorto para os ODS

ODS	Objetivos da 2rPDM ViladoPorto				
	1	2	3	4	5
1 – Erradicar da Pobreza	■	■	■	■	
2 – Erradicar a Fome	■	■	■	■	
3 – Saúde de Qualidade	■			■	
4 – Educação de Qualidade	■				
5 – Igualdade de Género					
6 – Água Potável e Saneamento	■		■		■
7 – Energias Renováveis e Acessíveis	■				
8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico	■		■	■	
9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas	■		■	■	
10 – Reduzir das Desigualdades	■		■		
11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	■	■	■	■	■
12 – Produção e Consumo Sustentáveis			■	■	■
13 – Ação Climática	■		■		■
14 – Proteger a Vida Marinha			■	■	■
15 – Proteger a Vida Terrestre					
16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes					
17 Parcerias para a implementação dos Objetivos	■	■	■		■

Legenda: ■ Articulação.

Objetivos da 2rPDM ViladoPorto:

1. Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida, garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território, nomeadamente através da construção das infraestruturas ambientais necessárias para assegurar a eficiência dos serviços de abastecimento e saneamento ambiental, adaptando-os às orientações definidas pelos vários documentos estratégicos existentes;
2. Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria, através do estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como a valorização da casa típica mariense
3. Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território, através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento e adaptação às alterações climáticas;
4. Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural, designadamente através de medidas que permitam o desenvolvimento de algumas atividades económicas específicas com base nos recursos endógenos, com vista à valorização do território numa perspetiva integrada, e na complementaridade das suas potencialidades a este nível tanto na terra como no mar;
5. Valorizar os recursos naturais e patrimoniais, salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas.

7. SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO

A Diretiva 2001/42/CE, do Parlamento e do Conselho, de 27 de junho, reconhece a importância de garantir a gestão e monitorização dos efeitos ambientais da execução de Planos e Programas. Neste sentido, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 20/2025/A, de 29 de julho, as entidades responsáveis pela elaboração de Planos devem avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, sendo ainda responsáveis pela divulgação dos resultados deste processo de controlo.

Estas medidas, integradas no que se optou por designar Fase de Seguimento, podem ser definidas como atividades de acompanhamento da evolução temporal, espacial e de magnitude de certos parâmetros, tendo em conta os seguintes princípios de atuação:

- Avaliar o grau de implementação das orientações definidas pela 2rPDM_ViladoPorto e identificar, se possível, a sua eficácia e eficiência em termos de resultados de evolução territorial;
- Identificar efeitos negativos que resultarem de eventuais insuficiências no prognóstico efetuado no Relatório Ambiental, sobretudo no que diz respeito à intensidade dos efeitos identificados;
- Identificar os efeitos imprevistos resultantes da alteração de circunstâncias que tenham levado à invalidação total ou parcial de determinadas hipóteses colocadas em sede de avaliação ambiental.

Os relatórios de monitorização e seguimento da AAE do Programa deverão igualmente seguir as orientações constantes da Nota Técnica da APA, IP - NT.AAE.2/2020 – A FASE DE AVALIAÇÃO E CONTROLO EM SEDE DOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE) DE PLANOS E PROGRAMAS.

7.1. METODOLOGIA DE SEGUIMENTO

7.1.1 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Em termos de orientação metodológica, sugerem-se os seguintes passos para o desenvolvimento da estratégia de seguimento do processo de AAE por parte da CM Vila do Porto:

Determinação de âmbito	A determinação de âmbito pretende balizar e contextualizar o controlo que irá ser efetuado e que abrange essencialmente os efeitos significativos e considerados relevantes vertidos em indicadores de sustentabilidade inseridos no Relatório Ambiental (RA), podendo concentrar-se noutros aspetos que, entretanto, se revelem pertinentes.
Identificação da informação necessária	Identificação e seleção das informações ambientais, referências bibliográficas e fontes de informação que são necessárias para calcular os indicadores de monitorização e controlar os efeitos ambientais relevantes (territoriais, de sustentabilidade e outros emanados das conclusões do RA). A definição de indicadores ajudará a estabelecer um quadro operacional para a tradução de dados ambientais em informação compreensível e manuseável.
Identificação das fontes de informação disponíveis	As fontes de informação serão de natureza diversa, podendo resultar diretamente da execução dos projetos definidos na elaboração da 2rPDM_ViladoPorto, ou de referências bibliográficas. No caso de serem identificadas lacunas de informação, poderá ser necessário alavancar um intercâmbio comunicativo com outras entidades envolvidas na gestão de informação relevante para a AAE, e identificadas neste capítulo.

Integração processual do controlo no sistema de planeamento	Sempre que possível, as medidas de controlo identificadas no âmbito da Fase de Seguimento devem fazer parte do sistema de planeamento da 2rPDM_ViladoPorto.
Definição de medidas de correção	Embora a legislação não estabeleça um regime obrigatório de implementação de medidas de correção, poderá ser útil determinar os critérios que acionam a ponderação DE Medidas de correção, podendo ser implementadas ao nível da execução da 2rPDM_ViladoPorto

No caso específico da elaboração da 2rPDM_ViladoPorto, propõe-se que estes passos conduzam a uma abordagem objetiva de monitorização que se estruturam e articulam em dois níveis de atuação principais, nomeadamente:

- Monitorização Territorial ou seja, da evolução das variáveis de estado que caracterizam o território em análise no que respeita aos efeitos do Plano sobre os mesmos;
- Monitorização Estratégica, mediante a avaliação ao grau de implementação dos parâmetros analisados na AAE, nomeadamente, efeitos positivos e efeitos negativos identificados, e das recomendações emanadas por este Relatório Ambiental (abrangendo igualmente os indicadores associados às recomendações da Tabela 6.51).

Nas secções seguintes define-se o modelo conceptual associado a estes dois níveis de seguimento.

7.1.2 MONITORIZAÇÃO TERRITORIAL

O modelo de monitorização sectorial e territorial estrutura-se num conjunto de indicadores que permitem avaliar a evolução das incidências sectoriais e territoriais associadas a cada um dos fatores de sustentabilidade (Tabela 7.1). Estas incidências não dependem unicamente da implementação do Plano, sendo tipicamente influenciadas por forças motrizes externas à zona de intervenção. Neste contexto, a monitorização de estado por FS através de indicadores deve seguir o sistema de indicadores de cada um dos FS. Importa ainda referir que o atual plano de monitorização da AAE foi articulado também com o Plano de Monitorização da 2rPDM_ViladoPorto e com o Manual de Indicadores para a Monitorização do Ordenamento do Território da RAA (SRAM, 2011), no sentido de otimizar o sistema de indicadores (por exemplo, evitar situações de redundância ou duplicação de indicadores que, não sendo os mesmos, mas apenas similares, traduziriam os mesmos dados e análises, mas teriam que ser calculados em duplicado por assentarem em unidades ou elementos diferentes.

Tabela 7.1_Indicadores de monitorização ou seguimento da AAE para a área de intervenção da 2rPDM_ViladoPorto

Designação do Indicador (unidades)	Frequência	Fontes de Informação
Vulnerabilidades e Riscos		
Ocorrência de eventos naturais extremos (tipologia, custos, n.º pessoas ou área afetadas.ano-1)	Anual	CMVP
Projetos aprovados com análise de vulnerabilidade aos riscos naturais (n.º, área abrangida, tipo de riscos)	Anual	CMVP DRAAC
Ocorrência de incidentes tecnológicos (n.º de incidentes, custos; n.º pessoas ou área afetadas; n.º autos de notícia.ano-1)	Anual	CMVP
Projetos aprovados com análise de vulnerabilidade aos riscos tecnológicos (n.º, área abrangida, tipo de riscos)	Anual	CMVP
Projetos aprovados que incluem medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos (n.º, área abrangida, tipologia)	Anual	CMVP
Projetos de construção ou reforço de infraestruturas de prevenção contra riscos naturais (e.g. inundações, galgamentos e inundações costeiras, processos de erosão) (n.º e %relativa de investimento, face ao investimento total em matéria de AC)	Anual	CMVP DRAAC
Projetos aprovados que contemplem medidas de adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistemas (n.º, área abrangida, tipologia)	Anual	CMVP

Designação do Indicador (unidades)	Frequência	Fontes de Informação
Descargas ilegais de águas residuais urbanas e/ou industriais, em linhas de água ou em solo (n.º e área afetada)	Anual	CMVP
Depósitos ilegais de resíduos na área de intervenção do Plano (n.º e área abrangida)	Anual	CMVP
Autos relativos as infrações ambientais (n.º / ano, por tipologia de temática ambiental)	Anual	CMVP Polícia Marítima Guarda Nacional Republicana
Projetos aprovados que incluem medidas de (re)qualificação ambiental (n.º, área abrangida, descrição)	Anual	CMVP
Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais		
Espécies invasoras presentes (n.º e distribuição)	Bienal	DRAAC
Área ocupada por vegetação natural (ha)	Bienal	DRAAC; DRRFOT
Águas balneares identificadas e respetiva classificação (n.º/"Má", "Aceitável", "Boa", "Excelente") e águas balneares não identificadas (n.º/"água própria para banhos"; "água imprópria para banhos")	Anual	DRPM
Zonas balneares classificadas e áreas de aptidão balnear (n.º por tipologia)	Anual	DRPM DRRFOT CMVP
Ações e/ou projetos concretizados para a gestão, recuperação e conservação da natureza, áreas e património natural (n.º e investimento; área abrangida)	Bienal	CMVP DRAAC
Ações de preservação e/ou valorização do património (n.º; elementos abrangidos)	Bienal	CMVP
Recursos Naturais		
Estado final das massas de águas superficiais e subterrâneas (%)	Quinquenal	DRAAC DRPM
Medidas implementadas de preservação e valorização dos recursos hídricos (n.º medidas; € de investimento; MA afetadas)	Anual	CMVP
Ações ilícitas de transformação florestal (desflorestação) e Áreas florestais transformadas (desflorestação) (ha)	Anual	DRRFOT
Capacidade instalada em FER	Anual	EDA
Evolução do consumo de energia elétrica	Anual	EDA / DGEG / SREA
Consumo de energia elétrica por tipo de consumo	Anual	EDA / DGEG / SREA
Medidas implementadas de redução do consumo de energia (n.º medidas; € de investimento; redução em MWh/ano ou kWh/dia)	Anual	CMVP
Medidas implementadas de produção de energia renovável por tipo de fonte (n.º medidas; € de investimento; produção em MWh/ano ou kWh/dia por tipo de fonte)	Anual	CMVP
Evolução dos consumos energéticos em edifícios da administração pública (kWh)	Anual	CMVP
Evolução dos consumos energéticos da iluminação pública (kWh)	Anual	CMVP
Usos do solo por tipologia de utilização do uso do solo (ha e/ou %)	Bienal	CMVP DRRFOT
Áreas com aptidões diversificadas para atividades agrícolas, pecuárias, silvo-pastoris ou florestais (ha e % por tipologia)	Bienal	CMVP
Área do território ocupada pela atividade extrativa (n.º; Localização; ha; %).	Quadrienal	CMVP
Ordenamento e Qualificação Territorial		
Edifícios licenciados para ampliações, alterações e reconstruções	Bienal	INE, CMVP
Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), /executadas (hectares)	Bienal	CMVP

Designação do Indicador (unidades)	Frequência	Fontes de Informação
Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares	Anual	CMVP
Taxa de cobertura das respostas sociais à primeira infância (%)	Quadrienal	CMVP
Taxa de cobertura de respostas sociais para idosos (%)	Quadrienal	CMVP
Água segura (%)	Anual	CMVP / ERSARA
Água não faturada (%)	Anual	CMVP
Acessibilidade física e adesão ao serviço de saneamento de águas residuais (%)	Anual	CMVP
Infraestruturas de tratamento de águas residuais por nível de tratamento (n.º; m³ de águas residuais tratadas)	Bienal	CMVP
Cumprimento dos valores limites de emissão das descargas residuais (%)	Anual	CMVP
Reutilização de águas residuais tratadas e pluviais (m³; % drenada)	Anual	CMVP
Evolução da produção de resíduos urbanos (t; % redução face ao ano anterior)	Anual	CMVP
Resíduos urbanos recolhidos por via indiferenciada e seletiva (%)	Anual	CMVP
Capacidade instalada de recolha seletiva por tipo de resíduos (n.º equipamentos; kg resíduos recolhidos)	Anual	CMVP / SRIR
Disponibilidade de transportes públicos movidos a energias alternativas (n.º veículos disponíveis por tipo)	Anual	CMVP
Evolução da oferta de transporte público (n.º lugares/km)	Anual	CMVP
Evolução da procura de transporte público (n.º passageiros/km)	Anual	CMVP
Veículos Elétricos (VE) incentivados (n.º) (número de VE incentivados ao abrigo do Programa Regional que visa a atribuição de incentivos financeiros para a introdução no consumo de veículos elétricos novos bem como a atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de pontos de carregamento de veículos elétricos na RAM)	Anual	DREn
Extensão de percursos pedestres (km)	Bienal	CMVP
Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade		
Evolução da população residente (n.º)	Bienal	SREA
Distribuição geográfica dos equipamentos por tipologia (n.º)	Bienal	CMVP
Taxa de desemprego (%)	Bienal	SREA
População empregada (n.º)	Bienal	SREA
Alojamento turístico (hotelaria tradicional e alojamento local) por tipologia e capacidade (n.º)	Bienal	CMVP / DRTu
Dormidas nos alojamentos turísticos (n.º/ano)	Bienal	SREA
Estabelecimentos com atividade no setor do turismo (n.º)	Bienal	SREA / DRTu / CMVP
Empresas por setor de atividade (n.º)	Bienal	SREA
Valor acrescentado bruto por setor de atividade (€)	Bienal	SREA
Pessoal ao serviço (n.º/ano)	Bienal	SREA
Áreas vocacionadas para acolhimento empresarial (m2)	Bienal	CMVP

7.1.3 MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA

Esta componente da monitorização destina-se a acompanhar os resultados do Relatório Ambiental relativamente à avaliação estratégica desenvolvida, designadamente no que diz respeito aos efeitos

ambientais e recomendações. Trata-se, pois, duma validação contínua do diagnóstico efetuado, com o objetivo de reavaliar a área de intervenção ao nível dos seus efeitos positivos e efeitos negativos, bem como avaliar a implementação das recomendações sugeridas (**através também dos indicadores de monitorização dessas recomendações**) e respetivas mais-valias vertidas para o território (eficácia).

Assim, deverá ser definido um modelo de seguimento para a monitorização estratégica que comporte os vetores de avaliação exemplificados nos Tabelas 7.2 e 7.3.

Tabela 7.2_Evolução da intensidade dos efeitos previstos, por FS

Fator de Sustentabilidade	Efeitos	Evolução de Intensidade
Fator A	Efeito 1	...
Fator B	Efeito 2	...
...	...	...

Nota: A “Evolução da Intensidade” é avaliada como “Crescente” (▲) ou “Decrescente” (▼) relativamente à avaliação transata (em que a 1.ª avaliação será comparativamente à análise efetuada no RA, e as seguintes relativamente ao relatório de monitorização do ano n-1). Tendo em consideração as características intrínsecas dos efeitos (positivos e negativos) identificados na análise de cada um dos Fatores de Sustentabilidade, a sua avaliação deverá ser suportada por uma análise pericial e simultaneamente qualitativa ou quantitativa, com base na informação proveniente dos indicadores de monitorização. Por exemplo, a intensidade de um determinado efeito negativo poderá ser decrescente, caso os indicadores associados reflitam uma evolução positiva em termos de sustentabilidade, ou crescente caso se verifique a situação inversa.

Tabela 7.3_Análise da implementação das recomendações, por FS

Fator de Sustentabilidade	Recomendações	Implementação	Evidências	Eficácia
Fator A	Recomendações 1	...	...	...
Fator B	Recomendações 2	...	...	...
...	...	...	...	...

Nota: A “Implementação” da recomendação deverá ser avaliada de acordo com a seguinte escala de concretização: “0” se não foi ainda iniciado o processo de implementação da recomendação; “*” se já foi iniciado o processo de implementação, mas ainda se encontra numa fase inicial de concretização; “**” se se encontra a mais de metade do processo de total concretização; “***” se a recomendação já foi totalmente implementada.

De seguida, e se já foi iniciado e/ou concluído o processo de implementação para uma determinada recomendação então deverá identificar-se o conjunto de “Evidências” que suportam esse diagnóstico, nomeadamente às ações desenvolvidas pelas entidades responsáveis e os resultados dos indicadores associados a cada recomendação, e identificadas no quadro de Governança assumido (Capítulo 6.6.1), e identificadas no quadro de Governança assumido, no sentido de responder às recomendações efetuadas pela AAE. Esta análise deverá ainda ser acompanhada por um descritivo qualitativo da importância das ações referidas.

Por último, da análise anterior dos parâmetros “Implementação” e “Evidências” para as recomendações previstas no RA, define-se a “Eficácia” de cada uma dessas recomendações, avaliada numa escala de: “Elevada” (Eficaz), “Moderada” (Moderadamente Eficaz), “Nula” (Não Eficaz), ou definida como “Não Implementada” (caso o nível de implementação seja 0%). A determinação de cada um desses níveis resultará de uma análise cruzada com o resultado da evolução dos efeitos (realizada à priori – Tabela 9.2 que originaram essa recomendação e uma análise pericial assente na investigação, recolha de informação pormenorizada e análise cruzada relativamente à causa-efeito da implementação da recomendação. Assim, caso a evolução da intensidade de um determinado efeito negativo (que gerou a proposta de uma determinada recomendação) se revele decrescente (isto é, o efeito negativo está a diminuir de intensidade), significa que, caso já tenha sido iniciada ou concluída a implementação da recomendação associada, esta recomendação estará balizada no intervalo de níveis de eficácia “elevada” ou “moderada”. A distinção entre estes dois níveis deverá depois basear-se na análise pericial sobre a causa-efeito.

Importa referir que nesta fase deverá ser também analisada a intervenção do quadro de Governança proposto. Adicionalmente, associada à componente de monitorização estratégica, a AAE acompanhará

igualmente os resultados da monitorização da própria 2rPDM_ViladoPorto, em particular ao nível dos indicadores de concretização, execução e resultados da implementação da estratégia e modelo de gestão e do respetivo plano de execução.

A Tabela 7.4 apresenta os indicadores associados para monitorização e seguimento das recomendações da AAE.

Tabela 7.4_Seguimento/monitorização da implementação das recomendações da AAE

Recomendações	Entidades Envolvidas	Fase de Implementação	Indicador
Vulnerabilidades e Riscos			
Rec_1.1: Incluir nos processos de licenciamento, e sempre que considerado pertinente, a necessidade de análise de vulnerabilidades aos riscos naturais, tecnológicos e/ou mistos [complementar].	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM_ViladoPorto	Ind_1.1: Número de processos de licenciamento onde foi requerida/apresentada análise de vulnerabilidades aos riscos naturais, tecnológicos e/ou mistos
Rec_1.2: Assegurar uma articulação eficaz entre diferentes ferramentas e instrumentos, nomeadamente de planeamento estratégico, existentes e previstos, no âmbito da mitigação e adaptação às alterações climáticas [complementar].	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM_ViladoPorto	Ind_1.2: Número de instrumentos / planos articulados com estratégias ou planos de ação climática (mitigação ou adaptação)
Rec_1.3: Incluir no Programa de Execução um projeto específico para o desenvolvimento de um Plano de Comunicação Global enquanto ferramenta de orientação atempada do que comunicar em várias temáticas, com que público, perante determinada situação ou ocorrência.	CM Vila do Porto	Execução da 2rPDM_ViladoPorto	Ind_1.3: Plano de Comunicação Global
Rec_1.4: Incluir na próxima revisão do PMEPC medidas que contemplem, por exemplo, uma atualização das necessidades atuais ao nível da capacidade de resiliência ao nível da necessidade de meios e equipamentos [complementar].	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM_ViladoPorto	Ind_1.4: Revisões do PMEPC com identificação de novas medidas para as necessidades verificadas no terreno ao nível da capacidade de resiliência ao nível da necessidade de meios e equipamentos.
Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais			
Rec 2.1: Os projetos públicos que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, consequentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer assegurar, em sede dos respetivos cadernos de encargos, a opção por soluções baseadas na natureza, a salvaguarda dos ecossistemas e habitats presentes, a minimização da perturbação e fragmentação de habitats, e a opção, quando aplicável, por utilização de espécies de flora endémicas ou nativas.	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM_ViladoPorto	Ind_2.1: Número de projetos aprovados com análise desenvolvida)
Rec 2.2: Nos projetos aprovados que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, implementando soluções baseadas na natureza como protótipos de adaptação ao clima e melhoria do bem-estar, recomenda-se que: - Se adotem medidas sustentáveis de adaptação baseadas em ecossistemas e aumentar a capacidade de aplicar esse conhecimento na prática por meio de oficinas de divulgação e demonstração; - Se promova a governação das autoridades regionais, diretores e gestores de edifícios e	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM_ViladoPorto	Ind_2.2: Número de projetos aprovados com análise desenvolvida)

Recomendações	Entidades Envolvidas	Fase de Implementação	Indicador
do setor da construção para integrar soluções baseadas na natureza como parte das medidas para promover a adaptação sustentável nos edifícios			
Rec 2.3: Monitorizar a potencial fragmentação ou destruição de habitats em locais ambientalmente sensíveis, afetados quer pela realização de obras de requalificação ou construção com impacto significativo nos ecossistemas. Essa monitorização poderá ser assegurada, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções.	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM_ViladoPorto	Ind_2.3: Número de projetos aprovados com monitorização
Rec 2.4: Continuidade de projetos / intervenções de eliminação gradual de espécies invasoras/infestantes presentes, evitando e contendo a sua proliferação, substituindo-as por espécies endémicas ou nativas no contexto biogeográfico, sempre que essas zonas forem alvo de intervenção do município.	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM_ViladoPorto	Ind_2.4: Número de projetos aprovados com monitorização
Recursos Naturais			
Rec 3.1: Durante a implementação do Programa de Execução, e em fase de candidatura dos projetos sujeitos a concurso, incorporar no caderno de encargos ou nos critérios de seleção e adjudicação projetos que favoreçam boas práticas arquitetónicas e de construção sustentável, tais como soluções de infraestruturas verdes que potenciem a eficiência hídrica e energética, o conforto térmico, o uso de energias renováveis, e infraestruturas permeáveis que permitam reduzir o escoamento superficial e promover a reutilização ou infiltração das águas pluviais.	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM Vila do Porto	Ind_3.1: Número de projetos adjudicados que incorporem boas práticas arquitetónicas e de construção sustentável, infraestruturas verdes, com elevados índices de eficiência hídrica e energética (n.º projetos adjudicados; €).
Ordenamento e Qualificação Territorial			
Rec 4.1: Implementação de uma estratégia de gestão para os biorresíduos, no âmbito da elaboração de um plano de ação de gestão de resíduos urbanos municipais. De acordo com o Regime Geral de Gestão de Resíduos existe a necessidade de se estabelecer uma estratégia para os biorresíduos que possibilite a sua separação e reciclagem na origem, através da compostagem doméstica ou comunitária e outras soluções locais de reciclagem, ou a recolha seletiva e posterior transporte para instalações de valorização. O PEPGRA 20+ define como meta a necessidade de se recolher seletivamente uma fração de 25% de biorresíduos face aos resíduos urbanos totais.	CM Vila do Porto	Elaboração da 2rPDM Vila do Porto	Ind. 4.1: Biorresíduos recolhidos de forma seletiva e valorizados (kg; %)
Rec 4.2: Durante a implementação do Programa de Execução, e em fase de candidatura dos projetos sujeitos a concurso, incorporar no caderno de encargos ou nos critérios de seleção e adjudicação projetos que favoreçam boas práticas arquitetónicas e de construção sustentável, tais como soluções de infraestruturas verdes que permitam a reutilização das águas pluviais ou residuais tratadas, recolha seletiva e	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM Vila do Porto	Ind. 4.2: Número de projetos adjudicados que incorporem boas práticas arquitetónicas e de construção sustentável, infraestruturas verdes, ou que promovam a circularidade de materiais (n.º projetos adjudicados; €).

Recomendações	Entidades Envolvidas	Fase de Implementação	Indicador
acondicionamento adequado de resíduos urbanos, bem como técnicas construtivas que promovam a reutilização ou reciclagem de resíduos através da sua incorporação como materiais de construção.			
Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade			
Rec 5.1. Envolver as comunidades locais, promovendo a participação ativa da população na conceção e implementação dos projetos, reforçando o sentimento de pertença, garantindo a adequação às necessidades locais e a criação de riqueza.	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM Vila do Porto	Ind. 5.1: n.º de eventos / sessões de envolvimento
Rec 5.2. Estabelecer parcerias com universidades e centros de pesquisa para incorporar as melhores práticas e inovações tecnológicas disponíveis.	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM Vila do Porto	Ind. 5.2: n.º de parcerias estabelecidas e produtos / serviços abrangidos
Rec 5.3. Identificar fontes de financiamento que contribuam para a sustentabilidade e resiliência dos objetivos e projetos propostos.	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM Vila do Porto	Ind. 5.3: n.º de projetos financiados associados ao desenvolvimento de produtos e serviços que reforcem a resiliência e sustentabilidade

7.2. IMPLEMENTAÇÃO DO SEGUIMENTO

A Fase de Seguimento inicia-se com a entrada em vigor da 2rPDM_ViladoPorto e requer que a CM Vila do Porto adote as medidas necessárias no sentido de estruturar uma equipa de acompanhamento da AAE, que seja capaz de desenvolver as atividades de controlo previstas, designadamente o envio, tendo em atenção a periodicidade definida para cada indicador, dos resultados do processo de seguimento e monitorização à entidade com competências em matéria de AAE (DRAAC) e respetiva divulgação por meios eletrónicos. Deverão igualmente ser disponibilizados para as diversas ERAE.

[Página propositadamente deixada em branco]

versão discussão pública

8. CONCLUSÕES

A AAE da 2rPDM_ViladoPorto procurou constituir-se como um instrumento prospetivo de sustentabilidade através da identificação de fatores que permitiram desenvolver uma avaliação que fosse ao encontro com apostas estratégicas assumidas para concelho de Vila do Porto onde se insere a área de intervenção e que respeitasse o contexto local da atuação do Plano.

Nas secções seguintes apresentam-se as principais conclusões da análise por fator de sustentabilidade, ao nível do cenário global dos efeitos das estratégias do Plano, das oportunidades e das ameaças, bem como das respetivas recomendações.

8.1. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS EFEITOS POSITIVOS E NEGATIVOS

Da avaliação das linhas estratégicas resultou a identificação das seguintes efeitos negativos e efeitos positivos mais significativos (Tabela 8.1).

Tabela 8.1 _ Síntese de principais efeitos positivos e efeitos negativos, por FS

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
Vulnerabilidades e Riscos	<u>Efeitos Positivos:</u> A concretização da 2rPDM_ViladoPorto constitui-se uma oportunidade para reduzir os riscos naturais, bem como contribuir para o aumento da capacidade de adaptação do sistema biofísico do concelho às alterações climáticas – são exemplo os diversos projetos do Programa de Execução direcionados diretamente para fazer face aos riscos naturais existentes no concelho (movimentos de vertente, cheias e inundações, secas e escassez). Mas também importa considerar a oportunidade de acautelar em projetos de implementação futura riscos naturais, resultantes de fenómenos de alterações climáticas bem como riscos resultantes de atividades humanas (riscos tecnológicos). <u>Efeitos Negativos:</u> Não foram identificados.
Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	<u>Efeitos Positivos:</u> - Constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes e técnicas construtivas sustentáveis. - Traduz-se na sustentabilidade do património edificado e imaterial, promovendo a sua reabilitação integrada. Garante-se a integridade dos valores históricos, arquitetónicos e arqueológicos de Vila do Porto, transformando o núcleo antigo num espaço urbano vivo, identitário e atrativo para residentes e visitantes, mitigando os riscos de abandono e descaracterização (projeto 1.12). - O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoamentos rurais apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores e patrimoniais existentes no concelho, nomeadamente ao definir-se as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação. - Assim, também constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis. - Adoção de estratégias de qualificação e inovação que promovam a eco-eficiência e consequentemente a redução das pressões humanas sobre os recursos naturais em geral, e a biodiversidade em particular. - As ações de recuperação ambiental em áreas de extração de massas minerais abandonadas podem revitalizar o solo, melhorando a sua capacidade de suporte para vegetação nativa e reduzindo o risco de desertificação ou contaminação. - A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores naturais, paisagísticos e patrimoniais existentes no concelho. - A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais, constituindo uma oportunidade para assegurar a preservação do património. - A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho. - No que respeita à valorização recursos naturais o programa de execução apresenta um projeto de valorização, limpeza e desobstrução das linhas de água e respetivas margens Este projeto constitui uma

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
	oportunidade para agilizar a implementação de uma série de medidas da preservação e valorização das linhas de água, margens e outras massas de água presentes no município, promovendo-se assim a melhoria do estado quantitativo e qualitativo destas massas de água, a sustentabilidade dos usos consuntivos e não consuntivos, e a melhoria das condições de fruição destes recursos naturais e património ambiental único, valorização e desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, com benefícios para a saúde e qualidade de vida. ▪ O acompanhamento e monitorização das áreas críticas (Maia, Praia Formosa e Panasco) ajudam a prevenir perda de biodiversidade. ▪ A criação de uma base de dados de ocorrências permite identificar padrões de risco, contribuindo para um planeamento territorial que evita impactos negativos sobre os valores naturais, paisagísticos a patrimoniais. Efeitos Negativos: Não foram identificados.
Recursos Naturais	Efeitos positivos: ▪ Os efeitos sobre o solo, recursos florestais e geológicos são amplamente positivos quando associados a práticas de gestão sustentável, reabilitação ambiental e contenção do uso desordenado do território. Os projetos de qualificação do solo e qualidade de vida e a valorização dos recursos naturais são exemplos que promovem a recuperação de áreas degradadas, a preservação das funções ecológicas do solo, a regeneração dos recursos florestais e a estabilidade geológica, contribuindo para a mitigação de impactos ambientais, como a erosão, a compactação e a contaminação, e para a valorização do território numa perspetiva integrada e sustentável. ▪ A promoção e qualificação do solo urbano e melhoria dos índices de qualidade de vida prevista apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais endógenos, nomeadamente, recursos hídricos e energéticos. Projetos como a elaboração do plano de pormenor de salvaguarda do Lugar do Aeroporto de Santa Maria, obras de beneficiação do parque escolar municipal, elaboração da Carta Municipal de Habitação, e beneficiação das redes e infraestruturas de abastecimento de água e saneamento, poderão promover a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e energética no parque edificado e nas próprias redes ou infraestruturas que irão sofrer obras de remodelação e beneficiação. Os projetos elencados constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, redução da dependência de recursos energéticos externos (fósseis) contribuindo assim para a descarbonização dos consumos energéticos, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais. ▪ Projetos como a elaboração dos Planos de Pormenor promovem a gestão sustentável e a preservação das funções ecológicas do solo. ▪ O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoamentos rurais apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais endógenos, nomeadamente, recursos hídricos e energéticos. Projetos como a elaboração de estudos urbanísticos e promoção de uma política de taxas municipais que privilegie a recuperação das casas típicas degradadas, poderão permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e energética no parque edificado destes aglomerados rurais e nas próprias redes ou infraestruturas que irão usufruir destas obras de remodelação e beneficiação. A definição de uma política de taxas municipais reduzidas no licenciamento de operações urbanísticas poderá agilizar e facilitar a reabilitação e/ou reconstrução de casas típicas marienses que se encontrem degradadas. A elaboração de um estudo urbanístico orientador do desenvolvimento e da ocupação dos aglomerados rurais poderá definir as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação, bem como a distribuição das edificações e forma de ocupação, incluindo medidas de conforto bioclimático e de eficiência energética ou hídrica. Assim, os projetos elencados constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, redução da dependência de recursos energéticos externos (fósseis) contribuindo assim para a descarbonização dos consumos energéticos, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais. ▪ A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho. ▪ A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais endógenos, nomeadamente, recursos hídricos e energéticos. Projetos como a elaboração de um manual de boas práticas urbanísticas, poderá permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e energética no parque edificado e nas próprias redes ou infraestruturas que implementem as orientações definidas pelo referido manual de boas práticas urbanísticas nas obras de remodelação e beneficiação. A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
	urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais, constituindo uma oportunidade para incluir medidas de conforto bioclimático e de eficiência energética ou hídrica. Assim, este projeto constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas mais eficientes, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, redução da dependência de recursos energéticos externos (fósseis) contribuindo assim para a descarbonização dos consumos energéticos, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico. ■ A criação de programas de educação ambiental e a elaboração do manual de boas práticas urbanísticas incentivam a gestão sustentável do solo, reduzindo impactos como a erosão, a contaminação e a impermeabilização desnecessária assim como alerta para a importância da preservação das florestas, promovendo práticas que reduzam o desmatamento e incentivem a regeneração florestal. Além disso, promove uma maior consciência sobre a importância dos recursos geológicos, ajudando a evitar a exploração não regulamentada. ■ As ações de recuperação ambiental em áreas de extração de massas minerais abandonadas podem revitalizar o solo, melhorando a sua capacidade de suporte para vegetação nativa e reduzindo o risco de desertificação ou contaminação. Estas ações contribuem ainda para o restauro da estabilidade geológica, prevenindo erosão e deslizamentos de terras. ■ A almejada necessidade de se criar condições para o desenvolvimento e diversificação de algumas atividades económicas em espaço rural, apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais endógenos, nomeadamente, recursos hídricos e energéticos. Projetos como a elaboração Planos de Pormenor, plano de turismo sustentável, a atualização do regulamento municipal de urbanização e de edificação, e o acompanhamento e monitorização do alojamento local, poderão permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e energética no parque edificado destas atividades económicas em espaço rural e nas próprias redes ou infraestruturas que irão usufruir destas obras de remodelação e beneficiação. A definição de uma política de taxas municipais mais reduzidas no licenciamento de operações urbanísticas através da atualização do regulamento municipal de urbanização e de edificação poderá agilizar e facilitar a reabilitação e/ou reconstrução do edificado. A elaboração de Planos de Pormenor poderá definir as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação deste tipo de edificado vocacionado para atividades económicas, bem como a distribuição das edificações e forma de ocupação, incluindo medidas de conforto bioclimático e de eficiência energética ou hídrica. A pretensão de implementação de um sistema de monitorização do funcionamento do alojamento local no município, incluindo formação sobre boas práticas (também ambientais), visa assegurar a qualidade da oferta, mas também assegurar o cumprimento da legislação ambiental, dos requisitos de eficiência energética, e das condições de salubridade nestes alojamentos, com contributo positivo para a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais presentes. A elaboração de um plano de turismo sustentável poderá incentivar à aquisição de uma mobilidade turística sustentável o que permitirá reduzir as necessidades e consumos energéticos associados à mobilidade, promovendo-se a descarbonização através da implementação de mobilidade suave e práticas mais saudáveis de deslocação, e contribuindo para a dependência externa de combustíveis fósseis. Assim, os projetos elencados constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, redução da dependência de recursos energéticos externos (fósseis) contribuindo assim para a descarbonização dos consumos energéticos, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais. ■ A elaboração dos Planos de Pormenor da Maia e de São Lourenço garante um planeamento organizado, reduzindo o uso desordenado do solo e protegendo áreas de interesse ambiental ou agrícola. ■ Um plano de turismo sustentável pode minimizar a degradação do solo ao definir práticas de construção e exploração turística que respeitem as capacidades naturais do território. ■ Ao nível da valorização dos recursos naturais o programa de execução apresenta um projeto de valorização, limpeza e desobstrução das linhas de água e respetivas margens. Este projeto pretende, entre outros objetivos, criar as condições para a implementação das medidas e ações definidas no âmbito do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores (PGRH Açores), o que é de extrema relevância e constitui uma oportunidade para agilizar a implementação de uma série de medidas da preservação e valorização das linhas de água, margens e outras massas de água presentes no município, promovendo-se assim a melhoria do estado quantitativo e qualitativo destas massas de água, a sustentabilidade dos usos consuntivos e não consuntivos, e a melhoria das condições de fruição destes recursos naturais e património ambiental único, valorização e desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, com benefícios para a saúde e qualidade de vida. ■ O acompanhamento e monitorização das áreas críticas (Maia, Praia Formosa e Panasco) ajudam a prevenir deslizamentos e erosão do solo. ■ A criação de uma base de dados de ocorrências permite identificar padrões de risco, contribuindo para um planeamento territorial que evita impactos negativos sobre os recursos naturais.

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
	Efeitos Negativos: Não foram identificados.
Ordenamento e Qualificação territorial	Efeitos Positivos: ■ No âmbito da qualificação territorial, o plano promove a reabilitação do edificado, melhorando a habitabilidade e a preservação dos elementos arquitetónicos tradicionais, a qualificação e ampliação dos espaços verdes em solo urbano, com benefícios para a sustentabilidade ambiental e qualidade de vida, e a contenção das áreas construídas, incentivando a concentração nos núcleos já existentes. Estas medidas contribuem para a organização territorial e a preservação de áreas de elevado valor ambiental. ■ A prevista promoção e qualificação do solo urbano e melhoria dos índices de qualidade de vida apresenta potencial para assegurar um conjunto de serviços essenciais à população. Projetos como a elaboração do plano de pormenor de salvaguarda do Lugar do Aeroporto de Santa Maria, apresenta uma oportunidade para beneficiar as condições de acessibilidade, de organização de tráfego e estacionamento, bem como de prestação de serviços de transporte e de intermodalidade dentro da área do aeroporto, mas com benefícios ao nível da mobilidade para toda a ilha e município. As concretizações destas melhorias ao nível da mobilidade poderão reduzir as situações de congestionamento e redução dos tempos de viagem, com benefícios para a redução do consumo de combustíveis fósseis, contributo para a mitigação às alterações climáticas, ruído, qualidade do ar, e melhoria dos índices globais de qualidade de vida. Este projeto também irá constituir igualmente uma oportunidade de melhoria das condições infraestruturais e de serviço também aos sistemas de abastecimento e saneamento de águas residuais, bem como de escoamento das águas pluviais, promovendo melhorias ao nível da acessibilidade física, controlo e monitorização de caudais, redução de perdas, redução dos fenómenos de contaminação dos solos e aquíferos por poluição tóxica, aquisição de maior eficiência no consumo de água, bem como melhores condições para gestão adequada de resíduos, através do reforço dos equipamentos de recolha seletiva, acondicionamento e encaminhamento para destino final recomendável. ■ Os projetos de beneficiação das redes e infraestruturas de abastecimento de água e saneamento também irão promover estes mesmos efeitos ambientais anteriormente referidos nos territórios onde serão implementados, já que visam a regularização de situações pontuais de quebra de abastecimento ou carência de água, principalmente, em aglomerados isolados e dispersos ou em situações de seca, redução das perdas de água nas redes de distribuição, recuperação das redes e equipamentos degradados e reforço do controlo analítico, bem como reforço da rede de drenagem, beneficiação tecnológica dos equipamentos e estações de tratamento com vista ao aumento da sua capacidade de tratamento, e implementação de novas estações de tratamento de águas residuais e respetivos coletores de drenagem. ■ As obras de beneficiação do parque escolar municipal, e a elaboração da Carta Municipal de Habitação, constituem uma oportunidade para se promover a aquisição de melhores condições infraestruturais e de serviços ambientais. Os projetos elencados constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos com melhor eficiência no consumo de água, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica, ou adequados sistemas de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais. ■ A elaboração do Plano Municipal de Gestão de Secas e Escassez visa a definição de medidas de contingência para períodos de seca e escassez, bem como medidas de adaptação e aquisição de resiliência dos sistemas de abastecimento para prevenir e compatibilizar a satisfação das necessidades hídricas dos diversos usos, contribuindo, por exemplo, para a definição de critérios e medidas de eficiência hídrica no utilizador, beneficiação de redes e sistemas de abastecimento, modernização tecnológica para controlo de caudais e redução de perdas, infraestruturas de aproveitamento de águas pluviais, ou implementação de sistemas de reutilização de águas residuais tratadas (ApR) para usos menos exigentes, entre outras. ■ Projetos como os planos de pormenor e a carta municipal de habitação pode direcionar o uso de áreas já ocupadas, limitando a expansão urbana descontrolada, promovendo a reutilização de áreas já urbanizadas. ■ O projeto de requalificação paisagística da encosta sobre o porto de Vila do Porto contribui para o aumento dos espaços verdes em solo urbano. ■ O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoamentos rurais apresenta potencial para assegurar a qualificação destes territórios através de uma beneficiação dos serviços ambientais em presença, bem como dos serviços de mobilidade. ■ A definição de uma política de taxas municipais reduzidas no licenciamento de operações urbanísticas poderá agilizar e facilitar a reabilitação e/ou reconstrução de casas típicas marienses que se encontrem degradadas. Este projeto poderá permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e melhores condições para a recolha seletiva e acondicionamento de resíduos no parque edificado destes aglomerados rurais. Este projeto constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica, ou adequados sistemas de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
	situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais. ■ A elaboração de um estudo urbanístico orientador do desenvolvimento e da ocupação dos aglomerados rurais poderá definir as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação, bem como a distribuição das edificações e forma de ocupação, incluindo medidas de conforto bioclimático e de eficiência energética ou hídrica. Este estudo urbanístico também se apresenta como uma oportunidade para beneficiar as condições de acessibilidade, de organização de tráfego e estacionamento, bem como eventualmente de prestação de serviços de transporte e de intermodalidade dentro destes territórios rurais. As concretizações destas melhorias ao nível da mobilidade poderão reduzir as situações de congestionamento e redução dos tempos de viagem, com benefícios para a satisfação das necessidades de deslocação de populações mais isoladas, redução do consumo de combustíveis fósseis, contributo para a mitigação às alterações climáticas, ruído, qualidade do ar, e melhoria dos índices globais de qualidade de vida e de equidade social. ■ A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho. ■ Preservação das características tradicionais e rurais, contribuindo para a contenção da artificialização do solo, promovidos especialmente pelos projetos 2.3 e 2.4. ■ Fomento à reabilitação urbana, valorizando o património edificado existente. ■ Potencial para incorporar mais espaços públicos e verdes no âmbito do planeamento. ■ A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para assegurar uma beneficiação dos serviços ambientais em presença, bem como dos serviços de mobilidade. ■ A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais. Este projeto poderá permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica no parque edificado a revitalizar, bem como a introdução de soluções de gestão de resíduos mais sustentáveis e que permitam a recolha seletiva e valorização dos resíduos produzidos. Assim, este projeto constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas mais eficientes, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica, ou adequados sistemas de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico. A elaboração deste manual de boas práticas urbanísticas também se apresenta como uma oportunidade para beneficiar as condições de acessibilidade, de organização de tráfego e estacionamento, bem como eventualmente de prestação de serviços de transporte e de intermodalidade nestes aglomerados. As concretizações destas melhorias ao nível da mobilidade poderão reduzir as situações de congestionamento e redução dos tempos de viagem, com benefícios para a satisfação das necessidades de deslocação, redução do consumo de combustíveis fósseis, contributo para a mitigação às alterações climáticas, ruído, qualidade do ar, e melhoria dos índices globais de qualidade de vida. ■ Os projetos de programas de educação ambiental com foco na conservação de recursos e valores naturais e de promoção de ações de sensibilização para a recuperação ambiental e paisagística de áreas de extração de massas minerais abandonadas constituem uma oportunidade para se introduzirem boas práticas ambientais, de redução e poupança no consumo de água, redução de focos de poluição tóxica e de gestão adequada dos resíduos produzidos por estas atividades. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água, do solo e de outros recursos, bem como da paisagem. ■ A criação de programas de educação ambiental e a elaboração do manual de boas práticas urbanísticas incentivam a gestão sustentável do solo, reduzindo impactos como a erosão, a contaminação e a impermeabilização desnecessária assim como alerta para a importância da preservação das florestas, promovendo práticas que reduzam o desmatamento e incentivem a regeneração florestal. Além disso, promove uma maior consciência sobre a importância dos recursos geológicos, ajudando a evitar a exploração não regulamentada. ■ As ações de recuperação ambiental em áreas de extração de massas minerais abandonadas podem revitalizar o solo, melhorando a sua capacidade de suporte para vegetação nativa e reduzindo o risco de desertificação ou contaminação. Estas ações contribuem ainda para o restauro da estabilidade geológica, prevenindo erosão e deslizamentos de terras assim como para a promoção da sustentabilidade e recuperação de áreas degradadas. ■ A almejada necessidade de se criar condições para o desenvolvimento e diversificação de algumas atividades económicas em espaço rural, apresenta potencial para assegurar uma beneficiação dos serviços ambientais em presença, bem como dos serviços de mobilidade. ■ Projetos como a elaboração Planos de Pormenor, plano de turismo sustentável, a atualização do regulamento municipal de urbanização e de edificação, e o acompanhamento e monitorização do alojamento local, poderão permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica no parque edificado destas atividades económicas em espaço rural, bem como a introdução de soluções de gestão de resíduos mais sustentáveis e que permitam a recolha seletiva e valorização dos resíduos produzidos. Assim, estes projetos constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas mais eficientes, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica, ou adequados sistemas de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos. Estes irão

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
	permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico. ■ A elaboração Planos de Pormenor também se apresenta como uma oportunidade para beneficiar as condições de acessibilidade dos territórios abrangidos, de organização de tráfego e estacionamento, bem como eventualmente de prestação de serviços de transporte e de intermodalidade nestes aglomerados. As concretizações destas melhorias ao nível da mobilidade poderão reduzir as situações de congestionamento e redução dos tempos de viagem, com benefícios para a satisfação das necessidades de deslocação, redução do consumo de combustíveis fósseis, contributo para a mitigação às alterações climáticas, ruído, qualidade do ar, e melhoria dos índices globais de qualidade de vida. ■ A elaboração de um plano de turismo sustentável poderá incentivar à aquisição de uma mobilidade turística sustentável o que permitirá reduzir as necessidades e consumos energéticos associados à mobilidade, promovendo-se a descarbonização através da implementação de mobilidade suave e práticas mais saudáveis de deslocação, e contribuindo para a dependência externa de combustíveis fósseis. ■ A elaboração dos Planos de Pormenor da Maia e de São Lourenço garante um planeamento organizado, reduzindo o uso desordenado do solo e protegendo áreas de interesse ambiental ou agrícola. ■ Um plano de turismo sustentável pode minimizar a degradação do solo ao definir práticas de construção e exploração turística que respeitem as capacidades naturais do território. Além disso, poderá promover atividades económicas baseadas nos recursos locais, minimizando impactos ambientais e promovendo a conservação do solo. ■ O acompanhamento do alojamento local, previsto no projeto 4.4, garante que o crescimento da atividade turística seja controlado, evitando pressões excessivas sobre o território rural. Efeitos Negativos: Não foram identificados.
Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade	Efeitos Positivos: ■ Melhoria das infraestruturas, promoção de sustentabilidade ambiental e desenvolvimento de capital humano, elementos fundamentais para o aumento da competitividade económica e para o progresso socioeconómico do concelho. ■ Preservação da identidade cultural de Santa Maria, um ativo intangível que agrega valor à região. ■ A valorização das casas típicas e do estilo arquitetónico tradicional posiciona o concelho como um destino autêntico, atraindo visitantes interessados em experiências culturais únicas, contribuindo para o aumento do número de hóspedes e dormidas. ■ Contributo para a preservação arquitetónica e cultural, para a implementação de um modelo de desenvolvimento que equilibra progresso económico e a conservação do património cultural e a promoção da qualidade de vida. ■ Contributo para a criação de emprego e criação de riqueza: A restauração de casas e o aumento do turismo geram empregos diretos e indiretos nos setores de construção, serviços e comércio. ■ Contributo para a diversificação Económica: Os projetos fortalecem setores estratégicos, como turismo e agropecuária, ampliando as bases da economia local. ■ A integração de práticas ambientais e de adaptação às alterações climáticas prepara o concelho para desafios futuros, enquanto melhora a qualidade de vida. ■ Contributo para a valorização dos recursos locais, destacando-se o aproveitamento dos recursos endógenos como combustível para o desenvolvimento sustentável e promoção da identidade regional. ■ A simplificação administrativa e a capacitação da população criam um ambiente mais atrativo para investimentos e iniciativas inovadoras. Esses projetos, ao combinar desenvolvimento económico, sustentabilidade e capacitação, estabelecem um modelo de crescimento que é resiliente, inclusivo e competitivo. ■ A diversificação de usos e atividades no espaço rural rentabiliza os recursos endógenos, criando riqueza e emprego em setores como turismo, pesca e agricultura. ■ A elaboração de planos de pormenor e a atualização do regulamento urbanístico garantem um crescimento ordenado e sustentável, evitando a degradação ambiental, social e cultural. ■ O plano de turismo sustentável e o acompanhamento do alojamento local posicionam a região como um destino competitivo, atraindo turistas conscientes e de alto valor agregado. ■ A modernização de regulamentos e o ordenamento territorial criam condições favoráveis para investimentos, fortalecendo a economia local. Efeitos Negativos: ■ Não foram identificados.

8.2. SÍNTESE DAS PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

Da avaliação dos efeitos significativos resultantes da atual proposta de 2rPDM_ViladoPorto resultou a identificação das seguintes recomendações (Tabela 8.2).

Não obstante, importa referir que ao longo desta fase de proposta do plano, tal como referido anteriormente, foram já internalizadas na proposta de Programa de Execução um conjunto importante de contributos / recomendações da AAE, destacando-se a inclusão dos seguintes projetos no programa de execução:

- **Projeto 1.9** - Elaborar o Plano Municipal de Gestão de Secas e Escassez
- **Projeto 5.4** - Promover campanha de sensibilização no âmbito da proteção civil (riscos sísmicos, cheias, inundações, desgaseificação difusa, movimentos de massa, entre outros)
- **Projeto 5.5** - Construir uma base de dados para registo de ocorrências de todos os riscos
- **Projeto 5.6** - Investir em sistemas de alerta precoce e em infraestruturas que mitiguem os riscos associados à instabilidade geológica

Bem como o ajuste e complemento do âmbito dos seguintes Projetos: 1.7, 1.8, 1.10, 2.1, 2.2, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 4.1, 5.2, 5.4, 5.5 e 5.7

Tabela 8.2_ Síntese das principais recomendações da AAE, por FS

FS	Recomendações
Vulnerabilidades e Riscos	Rec_1.1: Incluir nos processos de licenciamento, e sempre que considerado pertinente, a necessidade de análise de vulnerabilidades aos riscos naturais, tecnológicos e/ou mistos [complementar]. Rec_1.2: Assegurar uma articulação eficaz entre diferentes ferramentas e instrumentos, nomeadamente de planeamento estratégico, existentes e previstos, no âmbito da mitigação e adaptação às alterações climáticas [complementar]. Rec_1.3: Incluir no Programa de Execução um projeto específico para o desenvolvimento de um Plano de Comunicação Global enquanto ferramenta de orientação atempada do que comunicar em várias temáticas, com que público, perante determinada situação ou ocorrência. Sugere-se que não seja um plano apenas para as temáticas de riscos e vulnerabilidades, mas que permita aproximar a mensagem da população, que esta seja passada com eficácia e seja assimilada com sucesso pela população. Este plano deve ser desenvolvido com base em técnicos especializados em comunicação e deve envolver / definir e por em prática diversos métodos e estratégias de comunicação. Ou seja, deve definir: 1) que mensagens e temáticas são prioritárias; 2) estratégias de comunicação e envolvimento; 3) acompanhamento da realização e eficácia das ações; 4) adaptação/revisão das estratégias e métodos sempre que necessário. Apesar do Programa de execução prever um projeto específico de “campanhas de sensibilização no âmbito da proteção civil (riscos sísmicos, galgamentos, movimentos de massa, entre outros)”, deve ser tida como fulcral, e promovida, uma comunicação efetiva e eficaz da administração local com a população, numa relação de estreita interligação e proximidade. Assim, propõe-se que, para além das campanhas, isoladas, de sensibilização, seja desenvolvido um Plano de Comunicação enquanto ferramenta de orientação atempada. Rec_1.4: Incluir na próxima revisão do PMEPC medidas que contemplem, por exemplo, uma atualização das necessidades atuais ao nível da capacidade de resiliência ao nível da necessidade de meios e equipamentos, como por exemplo, a aquisição de atrelados com kit de emergência ((como atrelado com kit de emergência que permite providenciar alojamento, podem ser preparados com a ajuda da Cruz Vermelha Portuguesa, kits Sobrevivência (com atualização relativamente aos já recomendados para eventos sísmicos), sistema de tratamento de água portáteis para respostas de emergência, entre outros). A recomendação surge no contexto complementar à estratégia da própria revisão do PDM de promover a resiliência do concelho de Santa Cruz da Graciosa, uma vez que, enquanto região ultraperiférica, enfrenta desafios diversos como a limitação de recursos, a limitação e descontinuidade territorial, a dependência dos meios aéreos e marítimos para o abastecimento interno, para a evacuação em termos médicos, entre outros. Esta capacidade de resiliência traduz-se também na capacidade de resposta perante a necessidade de meios e equipamentos [complementar].
Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	Rec 2.1: Os projetos públicos que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, consequentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer assegurar, em sede dos respetivos cadernos de encargos, a opção por soluções baseadas na natureza, a salvaguarda dos ecossistemas e habitats presentes, a minimização da perturbação e fragmentação de habitats, e a opção, quando aplicável, por utilização de espécies de flora endémicas ou nativas. Rec 2.2: Nos projetos aprovados que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, implementando soluções baseadas na natureza como protótipos de adaptação ao clima e melhoria do bem-estar, recomenda-se que: - Se adotem medidas sustentáveis de adaptação baseadas em ecossistemas e aumentar a capacidade de aplicar esse conhecimento na prática por meio de oficinas de divulgação e demonstração;

FS	Recomendações
	- Se promova a governação das autoridades regionais, diretores e gestores de edifícios e do setor da construção para integrar soluções baseadas na natureza como parte das medidas para promover a adaptação sustentável nos edifícios Rec 2.3: Monitorizar a potencial fragmentação ou destruição de habitats em locais ambientalmente sensíveis, afetados quer pela realização de obras de requalificação ou construção com impacte significativo nos ecossistemas. Essa monitorização poderá ser assegurada, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções. Rec 2.4: Continuidade de projetos / intervenções de eliminação gradual de espécies invasoras/infestantes presentes, evitando e contendo a sua proliferação, substituindo-as por espécies endémicas ou nativas no contexto biogeográfico, sempre que essas zonas forem alvo de intervenção do município.
Recursos Naturais	Rec 3.1: Durante a implementação do Programa de Execução, e em fase de candidatura dos projetos sujeitos a concurso, incorporar no caderno de encargos ou nos critérios de seleção e adjudicação projetos que favoreçam boas práticas arquitetónicas e de construção sustentável, tais como soluções de infraestruturas verdes que potenciem a eficiência hídrica e energética, o conforto térmico, o uso de energias renováveis, e infraestruturas permeáveis que permitam reduzir o escoamento superficial e promover a reutilização ou infiltração das águas pluviais.
Ordenamento e Qualificação territorial	Rec 4.1: Implementação de uma estratégia de gestão para os biorresíduos, no âmbito da elaboração de um plano de ação de gestão de resíduos urbanos municipais. Rec 4.2: Durante a implementação do Programa de Execução, e em fase de candidatura dos projetos sujeitos a concurso, incorporar no caderno de encargos ou nos critérios de seleção e adjudicação projetos que favoreçam boas práticas arquitetónicas e de construção sustentável, tais como soluções de infraestruturas verdes que permitam a reutilização das águas pluviais ou residuais tratadas, recolha seletiva e acondicionamento adequado de resíduos urbanos, bem como técnicas construtivas que promovam a reutilização ou reciclagem de resíduos através da sua incorporação como materiais de construção.
Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade	Rec 5.1. Envolver as comunidades locais, promovendo a participação ativa da população na conceção e implementação dos projetos, reforçando o sentimento de pertença, garantindo a adequação às necessidades locais e a criação de riqueza. Rec 5.2. Estabelecer parcerias com universidades e centros de pesquisa para incorporar as melhores práticas e inovações tecnológicas disponíveis. Rec 5.3. Identificar fontes de financiamento que contribuam para a sustentabilidade e resiliência dos objetivos e projetos propostos.

A ponderação do cenário global acima apresentado, articulado com a análise pericial desenvolvida, em particular em sede do Capítulo 6, sobre o nível de influência das apostas estratégicas da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, sobre os indicadores e critérios selecionados em cada FS, traduz um balanço final significativamente positivo relativamente à situação atual da área de intervenção.

9. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ADEEL, Zafar, [et al.]- Ecosystems and Human Well-Being: Desertification Synthesis. Washington: [s.n.], [s.d.]. ISBN 1-56973-590-5, p 4

Agência Portuguesa do Ambiente (APA) (2013). Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica-orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE. Amadora.

Agência Portuguesa do Ambiente (APA) (2007). Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – SIDS Portugal. Agência Portuguesa do Ambiente. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) (2024). Veículos ligeiros assegurados, 2003-2022.

Comissão Europeia (2004). Aplicação da Directiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas do Ambiente, Serviços das Publicações Oficiais das Comunidades Portuguesas, Luxemburgo. Edição portuguesa – Direcção-Geral do Ambiente.

Conselho da União Europeia - DOC 10917/06 – Nova Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável, Bruxelas, 26 de junho de 2006. Internet: http://ec.europa.eu/sustainable/sds2006/index_en.htm

Câmara Municipal de Vila do Porto, Relatório da Fase 1 – Estudos de avaliação, caracterização e diagnóstico prospetivo, 2022.

Câmara Municipal de Vila do Porto, Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila do Porto, 2021.

Cruz, A de la, Benedicto, J., 2009. Assessing Socioeconomic Benefits of Natura 2000 – a Case Study on the ecosystem service provided by SPA Pico da Vara / Ribeira do Guilherme. Output of the project Financing Natura 2000: Cost estimate and benefits of Natura 2000.

Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos (DROTRH), Carta de Suscetibilidade a Movimentos de Vertente, Governo Regional do Açores, 2019.

Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Programa Regional para as Alterações Climáticas da Região Autónoma dos Açores, 2019.

Direção Regional da Energia (DREn) (2024). Postos de carregamento de veículos elétricos - Portal da Energia, 2024.

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) (2008). Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, Lisboa.

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTU). Revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro.

Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos (DROTRH) (2022). Plano de Gestão de Recursos Hídricos da Região Autónoma dos Açores, 2.º e 3.º Ciclo.

Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos (DROTRH) (2024). Relatório de Avaliação Intercalar do PGRH-Açores 2016-2021.

Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos (DROTRH) (2022). Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores 2022-2027 3.º Ciclo.

Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos (DROTRH) (2024). Plano de Gestão de Secas e Escassez dos Açores.

Eletricidade dos Açores, S.A. (EDA) (2022). Relatório de caracterização das redes de transporte e distribuição da RAA (CARE 2022).

Eletricidade dos Açores, S.A. (EDA) (2023). Plano Plurianual e Orçamento 2023-2027.

Eletricidade dos Açores, S.A. (EDA) (2023). Caracterização das Redes de Distribuição em Baixa Tensão em 2023.

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA) (2023). Relatório Anual de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores.

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA) (2023). Relatório Anual Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2024). Censos, 2021.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2024). Estatísticas de energia.

Institute for European Policy (IEEP), 2013: P ten Brink, S Bassi, T Badura, S Gantioler, M Kettunen, L Mazza, K Hart together with GHK: M Rayment, M Pieterse, E Daly, Ecologic Institute: H Gerdes, M Lago, S Lang, Metroeconomica: A Markandya, P Nunes, H Ding and EFTEC: R Tinch, I Dickie The Economic Benefits of the Natura 2000 Network. Synthesis Report.

Kettunen, M., Bassi, S., Gantioler, S. & ten Brink, P. 2009. Assessing Socio-economic Benefits of Natura 2000 – a Toolkit for Practitioners (September 2009 Edition). Output of the European Commission project Financing Natura 2000: Cost estimate and benefits of Natura 2000.

MAES JOACHIM, et al (2020). Mapping and Assessment of Ecosystems and their Services: An EU ecosystem assessment. EUR - Scientific and Technical Research Reports. Publications Office of the European Union.

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia (2001). Directiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, Luxemburgo, 27 de junho de 2001.

Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) (2024). Estatísticas de energia e transportes.

Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR) (2024). Relatório Resíduos Urbanos, 2012-2013.

versão discussão pública

Versão discussão pública

ANEXOS

[Página propositadamente deixada em branco]

versão discussão pública

versão discussão pública

ANEXO 01_Referenciais estratégicos

Tabela A01.1_Quadro de Referência Estratégico da AAE da proposta de 2rPDM_ViladoPorto

Referencial Estratégico	Objetivos
Pacto Ecológico Europeu (PEE)	Este pacto redefine o compromisso da Comissão de enfrentar os desafios climáticos e ambientais, tarefa determinante desta geração. A cada ano que passa, a atmosfera fica mais quente e o clima muda um pouco mais. Dos oito milhões de espécies que habitam o planeta, um milhão corre o risco de extinção. As florestas e os oceanos estão a ser poluídos e destruídos. O Pacto Ecológico Europeu é uma resposta a estes desafios. Trata-se de uma nova estratégia de crescimento que visa transformar a UE numa sociedade equitativa e próspera, dotada de uma economia moderna, eficiente na utilização dos recursos e competitiva, que, em 2050, tenha zero emissões líquidas de gases com efeito de estufa e em que o crescimento económico esteja dissociado da utilização dos recursos. O pacto pretende igualmente proteger, conservar e reforçar o capital natural da UE e proteger a saúde e o bem-estar dos cidadãos contra riscos e impactos relacionados com o ambiente. Ao mesmo tempo, esta transição deve ser equitativa e inclusiva. O Pacto Ecológico é parte integrante da estratégia desta Comissão para executar a Agenda 2030 e concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, bem como as outras prioridades anunciadas nas orientações políticas da União Europeia. No âmbito do Pacto Ecológico, a Comissão irá reorientar o processo de coordenação macroeconómica para integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, a fim de os colocar no âmago do processo de elaboração de políticas e de adoção de medidas, e de centrar a política económica em torno da sustentabilidade e do bem-estar dos cidadãos. O Pacto Ecológico Europeu lança uma nova estratégia de crescimento da UE. Este pacto apoia a transição da UE para uma sociedade equitativa e próspera, capaz de dar resposta aos desafios colocados pelas Alterações Climáticas e decorrentes da degradação ambiental, melhorando a qualidade de vida da geração atual e das futuras.
Estratégia Temática de Proteção do Solo (ETPS)	<u>O objetivo da estratégia é:</u> ▪ Descrever as múltiplas funções dos solos; ▪ Identificar as suas características relevantes para o desenvolvimento de políticas; ▪ Identificar as principais ameaças que pesam sobre o solo; ▪ Apresentar uma descrição geral das políticas comunitárias pertinentes; ▪ Expor a atual situação em matéria de monitorização e de informação sobre o solo e identificar as lacunas a preencher para se criar a base de uma política de proteção do solo; ▪ Definir a base política e descrever os passos a dar para a apresentação em 2004 de uma estratégia temática sobre a proteção do solo. <u>Para além disso, a estratégia deverá ser baseada:</u> ▪ Em iniciativas atuais no âmbito das políticas de ambiente, ▪ Na integração da proteção do solo noutras políticas, ▪ Na monitorização do solo, e ▪ No desenvolvimento futuro de novas ações baseadas nos resultados da monitorização.
Estratégia Europeia para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais (ETUSRN)	Esta estratégia cria um quadro de ação que visa diminuir as pressões sobre o ambiente resultantes da produção e do consumo dos recursos naturais sem penalizar o desenvolvimento económico. As preocupações com os recursos serão integradas em todas as políticas e serão postas em prática medidas específicas, nomeadamente a criação de um centro de dados e de indicadores, o desenvolvimento de um fórum europeu e a criação de um grupo internacional de peritos. Esta estratégia fixa as orientações para a ação da União Europeia (UE) nos próximos 25 anos e tem em vista a utilização mais eficaz e mais sustentável dos recursos naturais ao longo de todo o seu ciclo de vida. O objetivo da estratégia é reduzir os impactos ambientais negativos provocados pela utilização dos recursos naturais (esgotamento dos recursos e poluição), respeitando simultaneamente os objetivos fixados no Conselho Europeu de Lisboa em matéria de crescimento económico e de emprego. A estratégia abrange todos os sectores consumidores de recursos e implica melhorar o rendimento dos recursos, reduzir a incidência dos setores económicos no ambiente e substituir os recursos demasiado poluentes por outras soluções.
Quadro de Ação de Sendai 2015-2030	Quatro áreas prioritárias a seguir: 1. Compreensão do risco de desastres. 2. Fortalecimento da governança do risco de desastres para gerenciar o risco de desastres; 3. Investimento na redução do risco de desastres para a resiliência; 4. Melhoria na preparação para desastres a fim de providenciar uma resposta eficaz e de Reconstruir Melhor em recuperação, reabilitação e reconstrução.
Nova Estratégia da UE para as Florestas 2030 (NEUEF 2030)	De acordo com disposto no Regulamento (UE) 2023/1115 do Parlamento Europeu e do Conselho 31 de maio de 2023, que estabelece as diretrizes relativas à disponibilização no mercado da União e à exportação para fora da União de determinados produtos de base e produtos derivados associados à desflorestação e à degradação florestal, que entre outras matérias regulamenta que os produtos cuja procedência esteja associada a deflorestação ou a degradação de terrenos florestais não podem ser colocados no mercado a partir de 30 de dezembro de 2024, sendo que os produtos de origem animal tais como a carne de bovino, as peles e/ou outros produtos derivados, não poderão ser comercializados se a criação do gado é efetuada em terrenos (parcelas agrícolas) que foram objeto de desflorestação após 31 de dezembro de 2020.
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)	A ENDS apresenta como desígnio “retomar uma trajetória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atrativos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social”, incluindo sete objetivos estratégicos:

Referencial Estratégico	Objetivos
	■ Preparar Portugal para a "Sociedade do Conhecimento"; ■ Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética; ■ Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural; ■ Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social; ■ Melhor conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território; ■ Um Papel Ativo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional; ■ Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada. Cada objetivo inclui um conjunto de prioridades estratégicas, vetores estratégicos e metas associadas.
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)	A ENCNB 2030 constitui um documento de referência das políticas de ambiente para reduzir a perda de biodiversidade, tendo subjacente os compromissos internacionais e nacionais assumidos no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, do Plano Estratégico da Convenção sobre a Diversidade Biológica e da Estratégia da União Europeia para a Biodiversidade. O contexto em que a ENCNB 2030 é desenvolvida é marcado por três apostas que moldam a política de ambiente: a) A descarbonização da economia, tendo em vista a convergência com o propósito de combate às alterações climáticas e redução do seu efeito a nível global; b) A economia circular, promovendo a maior eficiência dos processos produtivos e de consumo, reduzindo a utilização de recursos naturais e o seu desperdício nos processos de consumo; c) A valorização do território, adotando modelos de desenvolvimento que se diferenciem pela combinação de características singulares que o país apresenta e que são a sua marca única e intransponível. <u>A ENCNB apresenta três objetivos principais:</u> ■ Conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia; ■ Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos; ■ Contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza em que Portugal está envolvido, designadamente a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos.
Plano Nacional integrado Energia Clima 2021-2030 (PNEC 2021-2023)	<u>Visão Estratégica</u> Promover a descarbonização da economia e a transição energética visando a neutralidade carbónica em 2050, enquanto oportunidade para o país, assente num modelo democrático e justo de coesão territorial que potencie a geração de riqueza e uso eficiente de recursos. <u>Objetivos</u> 1. Descarborizar a Economia Nacional Assegurar uma trajetória de redução de emissões nacionais de gases com efeito de estufa (GEE) em todos os setores de atividade, designadamente energia e indústria, mobilidade e transportes, agricultura e florestas e resíduos e águas residuais, e promover a integração dos objetivos de mitigação nas políticas sectoriais (mainstreaming). 2. Dar Prioridade à Eficiência Energética Reduzir o consumo de energia primária nos vários setores num contexto de sustentabilidade e custo eficaz, apostar na eficiência energética e no uso eficiente de recursos, privilegiar a reabilitação e a renovação do edificado, e promover edifícios de emissões zero. 3. Reforçar a Aposta nas Energias Renováveis e Reduzir a Dependência Energética do País Reforçar a diversificação de fontes de energia através de uma utilização crescente e sustentável de recursos endógenos, promover o aumento da eletrificação da economia e incentivar I&D&I em tecnologias limpas. 4. Garantir a Segurança de Abastecimento Assegurar a manutenção de um sistema resiliente e flexível, com diversificação das fontes e origens de energia, reforçando, modernizando e otimizando as infraestruturas energéticas, desenvolvendo as interligações e promovendo a integração, a reconfiguração e a digitalização do mercado da energia, maximizando a sua flexibilidade. 5. Promover a Mobilidade Sustentável Descarbonizar o setor dos transportes, fomentando a transferência modal e um melhor funcionamento das redes de transporte coletivo, promovendo a mobilidade elétrica e ativa e o uso de combustíveis alternativos limpos. 6. Promover uma Agricultura Sustentável e Potenciar o Sequestro de Carbono Reduzir a intensidade carbónica das práticas agrícolas e promover uma gestão agroflorestal eficaz contribuindo para aumentar a capacidade de sumidouro natural. 7. Desenvolver uma Indústria Inovadora e Competitiva Promover a modernização industrial apostando na inovação, na descarbonização, digitalização (indústria 4.0) e na circularidade, contribuindo para o aumento da competitividade da economia. 8. Garantir uma Transição Justa, Democrática e Coesa

Referencial Estratégico	Objetivos
	Reforçar o papel do cidadão como agente ativo na descarbonização e na transição energética, criar condições equitativas para todos, combater a pobreza energética, criar instrumentos para a proteção dos cidadãos vulneráveis e promover o envolvimento ativo dos cidadãos e a valorização territorial.
Alteração do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (Alteração PNPOT)	<u>Desafios Territoriais, subdivididos em 15 opções estratégicas de base territorial:</u> <u>D1 Gerir os recursos naturais de forma sustentável</u> 1.1. Valorizar o capital natural 1.2. Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano 1.3. Aumentar a resiliência socioecológica <u>D2 Promover um sistema urbano policêntrico</u> 2.1. Afirmar as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização e de competitividade externa 2.2. Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna 2.3. Promover a qualidade urbana <u>D3 Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial</u> 3.1. Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral 3.2. Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização 3.3. Promover o desenvolvimento transfronteiriço <u>D4 Reforçar a conectividade interna e externa</u> 4.1. Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica 4.2. Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade 4.3. Dinamizar as redes digitais <u>D5 Promover a governança territorial</u> 5.1. Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível 5.2. Promover redes colaborativas de base territorial 5.3. Aumentar a Cultura Territorial
Estratégia Nacional para o Mar (ENM) 2021-2030 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2021, de 4 de junho)	A ENM 2030 tem como objetivos estratégicos: 1) Combater as alterações climáticas e a poluição e proteger e restaurar os ecossistemas; 2) Fomentar o emprego e a economia azul circular e sustentável; 3) Descarbonizar a economia e promover as energias renováveis e autonomia energética; 4) Apostar na garantia da sustentabilidade e na segurança alimentar; 5) Facilitar o acesso a água potável; 6) Promover a saúde e o bem-estar; 7) Estimular o conhecimento científico, desenvolvimento tecnológico e inovação azul; 8) Incrementar a educação, a formação, a cultura e a literacia do oceano; 9) Incentivar a reindustrialização e a capacidade produtiva e digitalizar o oceano; 10) Garantir a segurança, soberania, cooperação e governação.
Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)	O Plano de Recuperação e Resiliência é um programa de aplicação nacional, com um período de execução excecional até 2026, que vai implementar um conjunto de reformas e de investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década. O Conselho Europeu, perante os graves impactos da pandemia nas economias europeias, criou o Next Generation EU, um instrumento estratégico de mitigação do impacto económico e social da crise, capaz de promover a convergência económica e a resiliência, contribuindo para assegurar o crescimento sustentável de longo prazo e responder aos desafios da transição para uma sociedade mais ecológica e digital. É a partir deste instrumento que se desenvolve o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, onde se enquadra o PRR. O PRR assenta em três dimensões estruturantes: Resiliência: A dimensão Resiliência está associada a um aumento da capacidade de reação face a crises e de superação face aos desafios atuais e futuros que lhes estão associados. Esta dimensão surge para promover uma recuperação transformativa, duradoura, justa, sustentável e inclusiva, sendo entendida no contexto PRR em todas as suas vertentes: resiliência social, resiliência económica e do tecido produtivo e resiliência territorial. Na dimensão de Resiliência foram consideradas 9 Componentes com vista a reforçar a resiliência social, económica e territorial do nosso país. Estas componentes incluem um conjunto robusto de intervenções em áreas estratégicas, designadamente a saúde, a habitação, as respostas sociais, a cultura, o investimento empresarial inovador, as qualificações e competências, as infraestruturas, a floresta e a gestão hídrica. Transição Climática: A dimensão Transição Climática resulta do compromisso e contributo de Portugal para as metas climáticas que permitirão o alcance da neutralidade carbónica até 2050. A descarbonização da economia e da sociedade oferece oportunidades importantes e prepara o país para realidades que configurarão os fatores de competitividade num futuro próximo.

Referencial Estratégico	Objetivos
	Na dimensão de Transição Climática foram consideradas 6 Componentes com intervenção em áreas estratégicas, como sejam o mar, a mobilidade sustentável, a descarbonização da indústria, a bioeconomia, a eficiência energética em edifícios e as energias renováveis. Relativamente ao princípio da integração climática, o PRR português cumpre o limiar do seu investimento global com afetação a objetivos de transição climática, atingindo 38%. Transição Digital: Na dimensão Transição Digital, estão previstas reformas e investimentos significativos nas áreas da digitalização de empresas, do estado e no fornecimento de competências digitais na educação, saúde, cultura e gestão florestal. Para assegurar que Portugal acelere a transição para uma sociedade mais digitalizada, as opções nacionais, no PRR, assentam em 5 componentes nas seguintes áreas: capacitação e inclusão digital das pessoas através da educação, formação em competências digitais e promoção da literacia digital, transformação digital do setor empresarial e digitalização do Estado. As medidas de apoio aos objetivos digitais representam um montante que representa 22% da dotação total do plano, ultrapassando o limiar de 20% definido pela regulamentação europeia: 12 das 20 componentes do PRR têm contributo direto meta digital.
Lei de Bases do Clima (LBC) (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro)	As políticas públicas do clima visam o equilíbrio ecológico, combatendo as alterações climáticas, e prosseguem os seguintes objetivos: a) Promover uma transição rápida e socialmente equilibrada para uma economia sustentável e uma sociedade neutras em gases de efeito de estufa; b) Garantir justiça climática, assegurando a proteção das comunidades mais vulneráveis à crise climática, o respeito pelos direitos humanos, a igualdade e os direitos coletivos sobre os bens comuns; c) Assegurar uma trajetória sustentável e irreversível de redução das emissões de gases de efeito de estufa; d) Promover o aproveitamento das energias de fonte renovável e a sua integração no sistema energético nacional; e) Promover a economia circular, melhorando a eficiência energética e dos recursos; f) Desenvolver e reforçar os atuais sumidouros e demais serviços de sequestro de carbono; g) Reforçar a resiliência e a capacidade nacional de adaptação às alterações climáticas; h) Promover a segurança climática; i) Estimular a educação, a inovação, a investigação, o conhecimento e o desenvolvimento e adotar e difundir tecnologias que contribuam para estes fins; j) Combater a pobreza energética, nomeadamente através da melhoria das condições de habitabilidade e do acesso justo dos cidadãos ao uso de energia; k) Fomentar a prosperidade, o crescimento verde e a justiça social, combatendo as desigualdades e gerando mais riqueza e emprego; l) Proteger e dinamizar a regeneração da biodiversidade, dos ecossistemas e dos serviços; m) Dinamizar o financiamento sustentável e promover a informação relativa aos riscos climáticos por parte dos agentes económicos e financeiros; n) Assegurar uma participação empenhada, ambiciosa e liderante nas negociações internacionais e na cooperação internacional; o) Estabelecer uma base rigorosa e ambiciosa de definição e cumprimento de objetivos, metas e políticas climáticas; e p) Reforçar a transparência, a acessibilidade e a eficácia da informação, do quadro jurídico e dos sistemas de informação, reporte e monitorização; q) Garantir que todas as medidas legislativas e investimentos públicos de maior envergadura sejam avaliados estrategicamente em relação ao seu contributo para cumprir os pressupostos enunciados, integrando os riscos associados às alterações climáticas nas decisões de planeamento e de investimento económico nacional e setorial.
Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho 2024-2028 (PALM2028) Resolução do Conselho de Ministros n.º 148/2024, de 29 de outubro	O PALM2028 assume como missão combater a entrada de produtos de plástico e outros resíduos no mar e promover a adoção de boas práticas para reduzir o impacto do lixo marinho. São, por isso, objetivos principais do Plano de Ação: a) Prevenir a entrada e acumulação de lixo no mar; b) Promover a escolha de materiais de menor ecotoxicidade quando no ambiente marinho; c) Reduzir os riscos de emaranhamento e de «pesca fantasma» das espécies marinhas; d) Reduzir o risco de ingestão de lixo pelas espécies marinhas. Para tal, a operacionalização do PALM2028 deve enquadrar os seguintes objetivos: a) Fazer crescer a adoção de medidas de boa gestão do uso dos plásticos em todo o seu ciclo de vida; b) Avaliar as situações em que se verifica uso excessivo e desnecessário de alguns plásticos com maior impacto potencial no ambiente marinho e propor medidas sustentáveis; c) Estar atento às situações em que a escolha de materiais alternativos, de plástico ou outras tipologias, ou o ecodesign, podem ser a opção mais sustentável e promovê-las;

Referencial Estratégico	Objetivos
	d) Aumentar o conhecimento detalhado sobre o lixo marinho, incluindo a monitorização das fontes e origens, desenvolvendo ferramentas de rastreamento dos seus percursos principais até ao mar; e) Continuar a promover a sensibilização e educação preventivas e oferecer soluções para que cidadãos, empresas, outras organizações da sociedade civil e entidades responsáveis tenham condições para atuar de forma responsável e não sejam geradores de lixo marinho, ainda que involuntariamente.
Plano de Ação da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 (PA ENM 2030)	<u>Objetivos Estratégicos:</u> OE1 - Combater as Alterações Climáticas e a Poluição e Proteger e Restaurar os Ecossistemas OE2 - Fomentar o Emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável OE3 - Descarbonizar a Economia e Promover as Energias Renováveis e Autonomia Energética OE4 - Apostar na Garantia da Sustentabilidade e na Segurança Alimentar OE5 - Facilitar o Acesso a Água Potável OE6 - Promover a Saúde e o Bem-Estar OE7 - Estimular o Conhecimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação Azul OE8 - Incrementar a Educação, a Formação, a Cultura e a Literacia do Oceano OE9 - Incentivar a Reindustrialização e a Capacidade Produtiva e Digitalizar o Oceano OE10 - Garantir a Segurança, Soberania, Cooperação e Governança
Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA)	- Desenvolver, no âmbito regional, as opções nacionais da política de ordenamento do território e das políticas sectoriais traduzindo, em termos espaciais, os grandes objetivos de desenvolvimento económico, social e ambiental da Região Autónoma do Açores; - Formular a estratégia regional de ordenamento territorial e o sistema de referência para a elaboração de planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território; - Orientar a compatibilização prospetiva das diferentes políticas sectoriais com incidência espacial, com destaque para o ambiente e recursos naturais, acessibilidades, transportes e logística, agricultura e desenvolvimento rural, economia, turismo e património cultural; - Introduzir a especificidade do planeamento e gestão integrada de zonas costeiras que, inerentemente, as ilhas constituem, tendo em conta, entre outros aspetos, a diversidade de situações de ocupação humana, os valores ecológicos existentes e as situações de risco identificadas; - Contribuir para a atenuação das assimetrias de desenvolvimento intrarregionais, atendendo às especificidades de cada ilha; - Promover a estruturação do território, definindo a configuração do sistema urbano, rede de infraestruturas e equipamentos, garantindo a equidade do seu acesso; bem como as áreas prioritárias para a localização de atividades económicas e de grandes investimentos públicos; - Defender o valor da paisagem, bem como o património natural e cultural enquanto elementos de identidade da região, promovendo a sua proteção, gestão e ordenamento, em articulação com o desenvolvimento das atividades humanas; - Reforçar a participação dos agentes e entidades interessadas, através da discussão e validação de opções estratégicas que deverão nortear a construção do modelo territorial a adotar.
Açores 2030	Princípios relativos à orientação estratégica regional para o período de programação 2021-2027: a) Promover o desenvolvimento económico, a competitividade, a atração de investimento externo, a criação de emprego qualificado e a fixação de populações no território do arquipélago dos Açores, através da especialização inteligente, da investigação e da inovação; b) Desenvolver estratégias para a coesão social, com as pessoas em primeiro lugar, aumentando os níveis de escolaridade e formação profissional, diminuindo os níveis de abandono escolar, o acesso universal e generalizado a cuidados de saúde, à proteção social e o acesso à cultura; c) Desenvolver a mobilidade, enquanto pilar fulcral da competitividade e coesão económica e social de todo o território dos Açores contribuindo para a integração nas redes internacionais e para projeção dos Açores no mundo; d) Promover a sustentabilidade ambiental, a resiliência às alterações climáticas, a prevenção de riscos, a produção energética a partir de fontes endógenas e sustentáveis e a proteção dos ecossistemas regionais, em articulação com o desenvolvimento da economia do setor primário; e) Promover a digitalização e a proximidade da administração pública nas suas interações com os cidadãos e com as empresas, através da desmaterialização e da desburocratização. <u>Objetivos Políticos:</u> OP1 - Promover o desenvolvimento económico, a investigação, a inovação e a digitalização; OP2 - Promover a sustentabilidade ambiental OP3 - Desenvolver a mobilidade OP4 - Promover estratégias para a coesão social OP5 - Promover a coesão territorial
Estratégia Açoriana para a Energia 2030 (EAE2030) (aprovado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 6/2023 de 31 de janeiro de 2023)	A Estratégia Açoriana para a Energia 2030 (EAE2030) apresenta-se como um instrumento orientador para atingir as metas que visam o fomento da eficiência da economia, tornando-a menos dependente de recursos energéticos externos, tendo como principais objetivos a garantia da segurança de abastecimento, a redução dos custos de energia e a redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE). A prossecução dos objetivos acima identificados baseia-se na aplicação de três princípios orientadores: o Eficiência energética, pela utilização de menos energia em produtos ou serviços, sem comprometer a qualidade ou o nível de conforto. Opera-se pela adoção de novas tecnologias, processos e alteração de comportamentos, com vista ao uso racional e suficiente de energia;

Referencial Estratégico	Objetivos
	o Eletrificação, pela crescente substituição dos vetores energéticos dependentes da importação de combustíveis fósseis por eletricidade; o Descarbonização, pela redução de emissões de GEE, substituindo as fontes de energia que sejam responsáveis por essas emissões (tipicamente combustíveis fósseis) por fontes de energia com menos emissões (tipicamente fontes de energia renováveis). Assim, esta Estratégia providencia uma política energética de base da RAA, definindo objetivos, metas e princípios orientadores e sugerindo áreas de atuação cujas medidas serão posteriormente detalhadas em planos de ação.
Plano Regional de Ação para a Eficiência Energética (PRAEE) (a aguardar aprovação)	O PRAEE dá corpo a um conjunto de ações prioritárias na matéria, auxiliando na prossecução dos objetivos da Região, em particular os que constam na Estratégia Açoriana para a Energia 2030. O PRAEE identifica os principais setores do ponto de vista da sua representatividade económica e peso no consumo energético, nomeadamente: indústria, comércio e serviços, administração pública, residencial, transportes, agricultura e pescas.
Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores 2018-2024 (PMEA)	PMEA tem os seguintes objetivos estratégicos: - Redução das emissões de GEE; - Descarbonização da economia regional; - Promoção da eficiência energética; - Utilização mais eficiente do sistema elétrico; - Redução de custos para famílias e organizações; - Ganho reputacional da RAA, potenciando os Açores, no contexto das regiões insulares e ultraperiféricas europeias, como um verdadeiro living lab de soluções para a ME.
Plano Regional de Emergência de Proteção Civil dos Açores (PREPC Açores)	<u>Objetivos:</u> ▪ Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade; ▪ Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver; ▪ Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes; ▪ Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe; ▪ Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil; ▪ Assegurar uma resposta rápida, eficiente e coordenada de meios e recursos, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifiquem; ▪ Garantir que as entidades envolvidas no Plano têm um adequado grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes, através da realização de exercícios.
Objetivos de qualidade de paisagem e orientações para a gestão da paisagem (adaptação da CEP à RAA)	II – Objetivos de Qualidade de Paisagem para os Açores II.1- Considerando o estabelecido na CEP, foram definidos os seguintes Objetivos de Qualidade de Paisagem para os Açores: a) Uma paisagem diversa, equilibrada e harmoniosa em termos de usos e funções; b) Uma paisagem que assegura a qualidade dos diferentes recursos naturais; c) Uma paisagem que conta com um maior nível de consciencialização da sua importância como um recurso público; d) Uma paisagem que mantém preservados os seus aspetos de singularidade; e) Uma paisagem que garante o acesso e a fruição de valores cénicos elevados; f) Uma paisagem que permite atividades desportivas, de recreio e lazer, e com fins didáticos; g) Paisagens urbanas, cujos espaços públicos e centros históricos merecem uma preocupação ao nível da qualidade; h) Paisagens urbanas com um tecido urbano mais eficiente do ponto de vista funcional e de bem-estar social e cultural; i) Paisagens com infraestruturas e equipamentos bem integrados e respeitadores dos aspetos essenciais do seu carácter; j) Paisagens que integram as novas dinâmicas económicas, sociais e culturais sem comprometer os seus aspetos identitários, fundamentadas em conhecimento e reflexão; k) Paisagens que sejam flexíveis e resilientes; l) Paisagens que considerem vocações com viabilidade económica a longo prazo, sem dispensar a diversidade. III – Orientações para a Gestão da Paisagem dos Açores III.1- Na definição das orientações para a gestão da paisagem dos Açores são considerados os objetivos de qualidade de paisagem constantes do ponto anterior e os princípios de atuação seguintes:

Referencial Estratégico	Objetivos
	a) Garantir e promover a sustentabilidade da paisagem, através da coerência e diversificação de usos adequados à matriz biofísica existente, com vista ao equilíbrio entre as componentes natural e humana da paisagem; b) Promover a diversidade biológica e a conservação das zonas em que dominam os processos de regeneração natural; c) Atender ao regime de gestão das áreas protegidas dos Açores, com vista à preservação dos recursos naturais e do património natural protegido ou classificado; d) Preservar e promover o património geológico, o qual constitui uma das potencialidades da paisagem; e) Contribuir para a valorização da paisagem, através da definição de critérios de qualidade arquitetónica e da requalificação do património cultural construído identitário das paisagens açorianas e preservar os elementos que testemunham diferentes períodos de humanização da paisagem; f) Promover o planeamento e ordenamento, em especial da expansão urbana, com destaque para as faixas litorais das ilhas, no sentido de diminuir os riscos para a segurança de pessoas e bens e promover a salvaguarda dos ecossistemas presentes, e que são especialmente sensíveis nas situações de interface terra/ mar; g) Promover a concretização de ações preventivas que diminuam os fenómenos erosivos evidentes em algumas paisagens. (o III.2 define orientações para a gestão da paisagem de cada uma das ilhas dos Açores)
Estratégia Florestal dos Açores (EFA)	A Estratégia Florestal dos Açores, direcionada para garantir o ordenamento e a gestão dos recursos florestais, assenta nos seguintes <u>objetivos estratégicos</u>: 1. Promover a Certificação da gestão florestal, a valorização dos produtos florestais e a sua comercialização através da procura de novos mercados; 2. Aumentar a competitividade do sector florestal através da utilização sustentável dos recursos florestais; 3. Incentivar a gestão florestal ativa; 4. Dinamizar o uso múltiplo da floresta. Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro
Programa Regional da Água (PRA)	Linhas de Orientação Estratégica ▪ Gerir a procura de água para as populações e atividades económicas, assegurando a sustentabilidade do recurso numa gestão articulada e integrada perante as necessidades, as disponibilidades (acessíveis) e a gestão dos efeitos das Alterações Climáticas; ▪ Melhorar e proteger a qualidade da água; ▪ Prevenir e mitigar riscos, em especial associados a fenómenos hidrológicos extremos e a atividades antropogénicas, bem como implementar um modelo de gestão integrada com outros instrumentos de proteção dos recursos naturais, com destaque para os ecossistemas e espécies terrestres e aquáticas associadas aos recursos hídricos; ▪ Otimizar a implementação e aplicação do atual quadro institucional e normativo e articulá-lo, de forma tangível, com referenciais ao nível da conservação da natureza, da gestão do mar, e outros instrumentos de gestão territorial; ▪ Promover a sustentabilidade económica e financeira dos serviços de abastecimento, saneamento e de gestão dos recursos hídricos; ▪ Promover e otimizar os modelos de informação e de participação do cidadão; ▪ Aprofundar o conhecimento dos recursos hídricos de modo a colmatar lacunas de conhecimento e otimizar a gestão. Foram considerados dois tipos de objetivos no PRA: Objetivos de Estado e Objetivos de Resposta: ▪ Os Objetivos de Estado, que representam as metas de qualidade ambiental que se pretendem atingir para a Região. Para se atingirem os Objetivos de Estado é necessário recorrer a um conjunto de “respostas” da sociedade. ▪ Os Objetivos de Resposta, que representam compromissos de resposta da sociedade, estabelecidos no sentido da prossecução dos Objetivos de Estado desejados. Consequentemente, os Objetivos de Resposta estão diretamente ligados a medidas, projetos e ações resultantes de outros instrumentos de planeamento de recursos hídricos. AT1 – Quantidade de Água Objetivos de Estado ▪ Água Segura Objetivos de Resposta ▪ Origens de água com perímetros de proteção implementados ▪ População servida por sistemas de abastecimento ▪ Perdas nos sistemas de abastecimento de água ▪ Avaliação satisfatória na ocorrência de falhas no abastecimento (1) ▪ Consumo urbano: atingir uma eficiência de utilização da água (3)

Referencial Estratégico	Objetivos
	▪ Consumo turístico: atingir uma eficiência de utilização da água (4) ▪ Consumo agrícola / agropecuário: atingir uma eficiência de utilização da água (3) ▪ Consumo de água na agropecuária por rede separativa ▪ Reutilização de águas residuais tratadas ▪ Reutilização de águas pluviais na indústria e agricultura/pecuária (m3 reutilizados / m3recolhidos) ▪ Redução do consumo de água na indústria ▪ Redução dos custos ambientais e de escassez (2) ▪ Planos de Gestão de Secas e Escassez regionais e setoriais (agricultura e pecuária) (2) ▪ Planos de Segurança da Água (2) AT2 - Qualidade da Água Objetivos de Estado ▪ Massas de águas superficiais interiores com Estado igual ou superior a Bom ▪ Massas de água superficiais costeiras com Estado igual ou superior a Bom ▪ Massas de água superficiais de transição com Estado igual ou superior a Bom ▪ Massas de água subterrâneas com Estado igual ou superior a Bom ▪ Qualidade trófica das lagoas ▪ Qualidade das Águas Balneares ▪ Qualidade ecológica de ecótipos ▪ Massas de águas associadas a áreas protegidas no âmbito da RN2000 com Estado igual ou superior a Bom ▪ Massas de águas associadas a Zonas Vulneráveis com Estado igual ou superior a Bom Objetivos de Resposta ▪ População servida por sistemas de drenagem de águas residuais ▪ População servida por sistemas de tratamento adequado de águas residuais ▪ Redefinição das metas de atendimento dos serviços de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas (1) ▪ Tratamento de águas residuais industriais ▪ Redução da aplicação de estrume animal ▪ Linhas de água intervencionadas sujeitas a regime de caudais ambientais ▪ Zonas sensíveis e vulneráveis definidas ▪ Classificação dos meios hídricos AT3 – Gestão de Riscos e Valorização dos Recursos Hídricos Objetivos de Estado ▪ Bacias hidrográficas com zonas críticas à ocorrência de cheias fluviais ▪ Zonas críticas à ocorrência de inundações costeiras ▪ Grau de artificialização da costa Objetivos de Resposta ▪ Bacias hidrográficas com sistemas de monitorização e alerta de cheias ▪ POOC com medidas de reabilitação /renaturalização e proteção costeira definidas / implementadas ▪ Diminuição do grau de artificialização da costa ▪ Concelho com cadastro de infraestruturas hidráulicas georreferenciado ▪ Área do domínio hídrico delimitado ▪ Locais intervencionados para área de recreio e lazer ▪ Exploração de extração de inertes abrangidas por plano de gestão ▪ Planos de gestão de recursos hídricos elaborados ▪ Vazadouros selados ▪ Planos de emergência AT4 – Quadro Institucional e Normativo Objetivos de Resposta ▪ Instrumentos de planeamento setoriais articulados com as Linhas de Orientação Estratégica e objetivos do PRA ▪ Diminuição dos processos de contraordenação ambiental levantados associados a recursos hídricos AT5 – Regime Económico e Financeiro Objetivos de Resposta ▪ Internalização dos custos totais no sistema tarifário ▪ Nível de recuperação de custos nos serviços de saneamento de águas residuais ▪ Implementação da Taxa de Recursos Hídricos pelas Entidades Gestoras ▪ Aplicação da recuperação dos custos ambientais e de escassez pelas Entidades Gestoras ▪ Aplicação de tarifários familiares para agregados familiares numerosos pelas Entidades Gestoras

Referencial Estratégico	Objetivos
	▪ Aplicação de tarifários especiais para situações de carência económica pelas Entidades Gestoras AT6 - Informação e Participação do Cidadão Objetivos de Resposta ▪ Acessos ao Portal dos Recursos Hídricos ▪ Reforço das ações de sensibilização/educação e formação sobre recursos hídricos ▪ Organizações Não Governamentais de Ambiente ou equiparadas AT7 – Conhecimento Objetivos de Resposta ▪ Representatividade da rede de monitorização das massas de água superficiais e subterrâneas ▪ Adequabilidade da rede de monitorização das massas de água superficiais e subterrâneas ▪ Monitorização da qualidade da água abastecida ▪ Ações de formação de Recursos Humanos
Plano de Transportes dos Açores (PTA) 2021-2030	O Governo Regional dos Açores elaborou o Plano de Transportes para os Açores (PTA 2030), que constitui o instrumento de definição das prioridades de investimentos infraestruturais estratégicos de médio e longo prazo, nos setores da mobilidade e transportes, incluindo infraestruturas rodoviárias, portuárias e aeroportuárias, de mobilidade e transportes públicos. Conforme plasmado no programa do XIII Governo dos Açores, este pretende implementar um novo modelo de transporte marítimo de mercadorias e passageiros interilhas que assegure a regularidade, previsibilidade, estabilidade e segurança das operações realizadas.
Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027 (PGRH-Açores 2022-2027)	<u>Objetivos estratégicos do PGRH-Açores por área temática</u> AT1 – Qualidade da água ▪ Proteger as massas de águas subterrâneas e superficiais (interiores e costeiras) no que respeita à sua qualidade, para garantir a respetiva conservação e melhoria; ▪ Garantir a proteção das origens de água e dos ecossistemas associados; ▪ Assegurar o fornecimento em quantidade suficiente de água de origem superficial e subterrânea de boa qualidade, conforme necessário para uma utilização sustentável, equilibrada e equitativa da água; ▪ Abordagem combinada. AT2 – Quantidade de água ▪ Promover o consumo sustentável dos recursos hídricos, assegurando uma gestão eficaz e eficiente da oferta e da procura desses recursos. AT3 – Gestão de riscos e valorização do domínio hídrico ▪ Prevenir as pressões com vista à redução e minimização dos riscos associados às atividades antropogénicas que possam resultar em poluição acidental dos recursos hídricos, de forma direta ou indireta; ▪ Prevenir as pressões com vista à redução e minimização dos riscos associados a fenómenos sísmicos, vulcânicos e hidrológicos; ▪ Adotar medidas de adaptação e boas práticas associadas aos riscos com origem em fenómenos naturais; ▪ Mitigar os efeitos das inundações e das secas. AT4 – Quadro económico e financeiro ▪ Promover a sustentabilidade dos recursos hídricos nas suas várias vertentes, nomeadamente a económica e financeira, com vista à otimização da gestão da água, no intuito de suportar uma política de gestão da procura tendo em consideração os critérios de racionalidade e equidade. AT5 – Quadro institucional e normativo ▪ Promover um quadro institucional e normativo capaz de assegurar o planeamento e a gestão integrada dos recursos hídricos. AT6 – Monitorização, investigação e conhecimento ▪ Promover o conhecimento e investigação sobre os recursos hídricos, proporcionando o aprofundamento do conhecimento técnico e científico; ▪ Implementar e otimizar a rede de monitorização, de forma a construir um sistema de informação e vigilância relativo ao estado e utilizações do domínio hídrico. AT7 – Comunicação e governança ▪ Assegurar a disponibilização de informação ao público e promover processos de participação de decisão dinâmicos; ▪ Promover a informação e participação do cidadão nas diversas vertentes do planeamento e da gestão dos recursos hídricos; ▪ Promover a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local e também com instituições da sociedade civil. <u>Objetivos ambientais 2016-2021</u>

Referencial Estratégico	Objetivos
	■ Massas de água em que o estado Bom deve ser mantido ou melhorado; ■ Massas de água que deveriam ter atingido o estado Bom até 2015; ■ Massas de água em que o estado Bom deverá ser atingido até 2021; ■ Massas de água em que se prevê que o estado Bom seja atingido em 2027. <u>Objetivos ambientais 2022-2027</u> ■ Massas de água em que o estado Bom deveria ter sido mantido ou melhorado até 2015 ■ Massas de água em que o estado Bom deverá ser atingido até 2021 ■ Massas de água em que se prevê que o estado Bom seja atingido em 2027 ■ Massas de água em que não é expectável que o Bom estado seja atingido até 2027
Plano de Gestão de Riscos de Inundações dos Açores 2022-2027	O PGRI 2022-2027, enquanto instrumento de política setorial, visa a gestão integrada dos riscos ao nível das bacias hidrográficas e zonas costeiras com o objetivo de reduzir as consequências associadas às cheias e inundações prejudiciais para a saúde humana, incluindo perdas humanas, o ambiente, o património cultural, as infraestruturas e as atividades económicas. Objetivos estratégicos: - Definir e programar medidas e ações para reduzir a probabilidade de cheias e inundações e as suas consequências potenciais; - Avaliar a possibilidade de instalação de sistema de monitorização, previsão e alerta de situações hidrológicas extremas; - Promover práticas de utilização sustentável do solo e a melhoria da infiltração e da retenção da água; - Identificar as áreas a classificar como zonas adjacentes, nos termos da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na sua redação atual; - Estabelecer mecanismos de informação e divulgação ao público sobre os riscos de cheias e inundações; - Promover a respetiva articulação com o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores e demais instrumentos de gestão territorial em vigor na Região Autónoma dos Açores; - Proceder à avaliação e análise do custo-eficácia das medidas e ações propostas e definir as responsabilidades setoriais para a respetiva aplicação; - Identificar mecanismos de financiamento para as medidas definidas; - Definir um programa de monitorização e controlo da sua implementação. Linhas de Orientação Estratégica: - Adotar uma abordagem preventiva para reduzir a possibilidade de ocorrência de consequências adversas de cheias; - Assegurar a proteção das populações, das atividades económicas, do património natural e construído e do ambiente face a eventos de cheias; - Instalar sistemas de monitorização, previsão e alerta de situações hidrológicas extremas; - Otimizar a implementação e aplicação do atual quadro institucional e normativo e articulá-lo, de forma tangível, com os referenciais ao nível da gestão de recursos hídricos, da conservação da natureza, da gestão da orla costeira, da gestão de emergências e outros instrumentos de gestão territorial; - Promover e otimizar os modelos de informação e de participação do cidadão e, ou, de partes interessadas; - Aprofundar o conhecimento técnico-científico relativamente à ocorrência e impactes de episódios de cheias e inundações, incluindo a análise prospetiva associada ao fenómeno das alterações climáticas, por forma a colmatar lacunas de conhecimento e otimizar a gestão do próprio PGRI.
Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da RAA (PSRN 2000 RAA) (em revisão)	■ Assegurar a proteção e a promoção dos valores naturais e paisagísticos; ■ Enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, com vista a promover simultaneamente o desenvolvimento económico e a melhoria da qualidade de vida das populações residentes, de forma sustentada; ■ Corrigir os processos que poderão conduzir à degradação dos valores naturais em presença, criando condições para a sua manutenção e valorização; ■ Definir modelos e regras de utilização do território, de forma a garantir a salvaguarda, a defesa e a qualidade dos recursos naturais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável; ■ Promover a conservação e a valorização dos elementos naturais da região, desenvolvendo ações tendentes à salvaguarda da fauna, da flora endémica, e da vegetação, bem como do património geológico e paisagístico; ■ Promover a gestão e valorização dos recursos naturais, possibilitando a manutenção dos sistemas ecológicos essenciais e os suportes de vida, garantindo a sua utilização sustentável, a preservação da biodiversidade e a recuperação dos recursos depauperados ou sobre explorados; ■ Contribuir para a ordenação e disciplina das atividades agroflorestais, urbanísticas, industriais, recreativas e turísticas, de forma a evitar a degradação dos valores naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região, possibilitando um exercício de atividades compatíveis, nomeadamente o turismo de natureza; ■ Estabelecer regras de utilização do território que garantam a boa qualidade ambiental e paisagística da zona de intervenção; ■ Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista da conservação da natureza, quer do ponto de vista do ordenamento do território.
Programa Regional para as Alterações	O PRAC abrange toda a Região Autónoma dos Açores, e a sua elaboração, determinada pela Resolução do Conselho do Governo n.º 93/2014, de 28 de maio de 2014, define que este constitui-se como um instrumento essencial de planeamento das políticas públicas, considerando que a intensificação das

Referencial Estratégico	Objetivos
Climáticas dos Açores (PRAC)	Alterações Climáticas (AC) globais coloca uma pressão acrescida em territórios limitados e frágeis como é o caso do arquipélago dos Açores. Define que o PRAC-Açores visa operacionalizar a implementação da Estratégia Regional para as Alterações Climáticas, incluindo duas vertentes: uma relativa às emissões e mitigação e outra relativa aos impactos e adaptação. A ERAC, para além de se basear no princípio da precaução, pretende simultaneamente contribuir para o desenvolvimento e consolidação das bases de um desenvolvimento sustentável para a RAA, tendo como referência um modelo de sociedade e da sua relação com o meio ambiente que se pretende não descaracterizar. De modo a concretizar a ERAC, a elaboração do PRAC-Açores tem como objetivos centrais a apresentação dos seguintes resultados: ▪ Estabelecer cenários e projeções climáticas para os Açores no horizonte 2030 e 2050; ▪ Estimar as emissões regionais de gases com efeito de estufa (GEE), avaliando o contributo regional para a emissão de GEE, quer a nível sectorial, quer ainda em comparação com o contexto nacional; ▪ Definir e programar medidas e ações para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, estimando o seu potencial de redução; ▪ Definir e programar medidas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas para os diversos sectores estratégicos; ▪ Proceder à avaliação e análise do custo-eficácia das medidas e ações propostas e definir as responsabilidades sectoriais para a respetiva aplicação; ▪ Identificar mecanismos de financiamento para as medidas definidas; ▪ Definir um programa de monitorização e controlo da sua implementação. Na sua versão final o PRAC assumiu a seguinte Visão Estratégica: ▪ Uma Região que conhece a evolução do sistema climático, as suas interações com os sistemas biofísicos, sociais e económicos e as respostas mais eficazes e eficientes, preparando-se antecipadamente para os desafios e oportunidades das Alterações Climáticas; ▪ Uma Região que participa no esforço global de descarbonização, comprometida com o crescimento sustentável e com a valorização da qualidade ambiental, promovendo a economia circular e de baixas emissões de carbono; ▪ Uma Região preparada para reduzir as vulnerabilidades atuais e futuras dos sectores estratégicos aos efeitos das Alterações Climáticas, reduzindo riscos e tornando-se mais resiliente. <u>Objetivos Estratégicos do PRAC:</u> - Eixo CONHECER: ▪ OE1 – Aumentar o conhecimento e informação sobre o Clima e as suas implicações ▪ OE2 – Incentivar a investigação, desenvolvimento e capacitação relacionada com a mitigação e adaptação às Alterações Climáticas ▪ OE3 – Aumentar a capacidade de reporte e monitorização - Eixo MITIGAR: ▪ OE4 – Promover a transição para uma economia regional de baixas emissões de carbono ▪ OE5 – Promover uma trajetória sustentável de redução das emissões de GEE ▪ OE6 – Promover a integração dos objetivos de mitigação nas políticas setoriais - Eixo ADAPTAR: ▪ OE7 – Reforçar a resiliência territorial às Alterações Climáticas ▪ OE8 – Promover a capacidade de adaptação dos sectores estratégicos ▪ OE9 – Promover a integração dos objetivos de adaptação nas políticas setoriais - Eixo PARTICIPAR: ▪ OE10 – Promover a sensibilização da sociedade para os desafios das Alterações Climáticas no Açores, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva ▪ OE11 – Facilitar a participação das comunidades e dos atores locais na identificação das opções de Adaptação e na definição dos caminhos adaptativos.
Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica dos Açores (ERDABA)	Diário da República da Resolução do Conselho de Ministros nº 110/2017 de 27 de julho que aprova a Estratégia Nacional para Agricultura Biológica (ENAB) e o Plano de ação (PA) para produção e promoção de produtos agrícolas e géneros alimentícios biológicos era imperativo que se procedesse à elaboração de um plano estratégico para o desenvolvimento da agricultura biológica. Com esse objetivo, foi celebrado um protocolo entre a SRAF e a Cooperativa de Produtores de Agricultura Biológica-CRL (BioAzórica), e criado um grupo de trabalho específico para a definição de um plano estratégico e de um plano de ação para o desenvolvimento e implementação da agricultura biológica na Região. A presente Estratégia Regional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica (ERDAB) e PA para a Produção e Promoção de Produtos Agrícolas Biológicos da RAA resultam da análise detalhada das ações da estratégia nacional e da sua adaptação às características específicas da Região. A ENAB, definida para um horizonte temporal de 10 anos, tem os seguintes 5 objetivos estratégicos: 1. Fomentar a expansão das áreas de produção biológica nos setores da Agricultura, da Pecuária e da Aquicultura, através da melhoria da sua viabilidade técnica e do reforço da sua atratividade económica. 2. Aumentar a oferta de produtos agrícolas e agroalimentares obtidos em produção biológica, promovendo a sua competitividade e a sua rentabilidade comercial nos mercados interno e externo.

Referencial Estratégico	Objetivos
	3. Desenvolver a procura de produtos biológicos, através da estruturação das fileiras, a abertura de novos mercados, a promoção da sua notoriedade, da sua disponibilidade e do reforço da confiança e credibilidade junto do consumidor. 4. Promover o conhecimento e elevar o nível de competências sobre a Agricultura e a produção biológica nas condições edafoclimáticas específicas nacionais. 5. Dinamizar a inovação empresarial e a disponibilidade de informação estatística, de mercado e de apoio técnico às produções agrícola, pecuária e aquícola em MPB.
Plano de Ação 2019-2030 da Sustentabilidade do Destino Turístico Açores (PASDTA)	O Plano de Ação 2019-2030 reflete uma atualização da versão inicial deste documento estratégico – inicialmente programado para o horizonte 2019-2027. O alargamento deste horizonte temporal pretende garantir o alinhamento das medidas e políticas assumidas pelos Açores com os desafios e projetos promovidos pela União Europeia no âmbito de políticas relacionadas com o desenvolvimento sustentável, como são exemplo as 169 metas estabelecidas pela Agenda 2030. Reflete, também, a ambição do destino em evoluir e apontar, sempre, novos desafios e objetivos que permitam capacitar o território de melhores e mais eficientes políticas e projetos em prol da sustentabilidade em todos os setores de atividade. o presente plano de ação que tinha inicialmente previsto a implementação de medidas para os anos 2019-2027, passará a estar alinhado com as metas temporais da União Europeia, até 2030. A revisão do plano inclui medidas que já estão em curso pelo Governo dos Açores, como é o exemplo do Life IP Climaz, bem como medidas mais imediatas de recuperação aos danos económicos e sociais causados pela pandemia COVID-19. . O sucesso do futuro deste setor passará pela aposta em modelos de desenvolvimento centrados na valorização das pessoas locais e do território, onde residentes, empresários e turistas, sairão, altamente beneficiados. Em todo esse processo, serão fundamentais, a implementação de um novo Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores (PEMTA) e do novo Programa de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), que irão orientar as políticas de turismo a seguir nos próximos anos e que refletirão o futuro do turismo como atividade económica, mas, também, sustentável, geradora de valor e emprego. Assim, a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade turística, continuarão a ser prioridades inerentes ao desenvolvimento turístico, que tende a focar-se na nossa economia verde e na nossa economia azul. Ultrapassada esta crise pandémica, os Açores veem o seu Turismo fortalecido pela certificação como primeiro arquipélago sustentável do Mundo, pela EarthCheck, o que constitui uma mais-valia que nos posiciona como um destino de oferta diferenciadora, aumentando a nossa competitividade perante mercados concorrentes, e estará preparado para enfrentar com otimismo a retoma da sua atividade económica. A Estrutura de Gestão da Sustentabilidade do Destino Turístico Açores (Açores DMO), criada em 2018 pela Resolução do Conselho do Governo n.º 58/2018 de 15 de maio de 2018, e com mandato renovado pela Resolução n.º 91/2021, de 21 de abril de 2021, é a entidade responsável pela gestão da sustentabilidade do destino na dependência da Secretaria Regional com competência em matéria de turismo. A Açores DMO constitui-se assim como a estrutura mandatada para planejar, organizar, concretizar, gerir e supervisionar a certificação dos Açores como Destino Turístico Sustentável, bem como de acompanhar a implementação da estratégia para o setor do turismo nos Açores.
Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores 2030 (PEMTA 2030)	O Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo dos Açores Horizonte 2030 tem como Visão: Em 2030, os Açores lideram o panorama internacional, reconhecidos como um destino de natureza sustentável, exclusivo, com um património cultural singular, onde o turismo contribui positivamente para o desenvolvimento económico e social, garantindo a satisfação dos residentes, empresas e turistas. Apresenta 4 objetivos estratégicos a alcançar até 2030: - 1. Consolidar internacionalmente os Açores enquanto destino turístico sustentável, liderando pelo exemplo; - 2. Reduzir a Sazonalidade e distribuir os fluxos turísticos, gerindo as capacidades de carga.; - 3. Elevar os padrões de qualidade e gerar mais valor, modernizando práticas, criando sistemas de informação, qualificando a mão de obra, evoluindo no enquadramento das atividades turísticas; - 4. Alavancar a notoriedade junto do consumidor final, apostando na digitalização da promoção e na disseminação internacional do destino Açores Foram adicionalmente definidos 23 objetivos específicos e 18 metas a alcançar até 2030.
Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social (ERCPES)	Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, através da concretização das seguintes medidas: ■ Promoção da frequência em creche para crianças de famílias com baixos rendimentos, através de incentivo» abranger 7 750 crianças; ■ Criação de Pontos de apoio ao estudo para crianças e jovens cujas famílias apresentem fracos recursos económicos» apoiar 2 320 crianças e jovens; ■ Garantir a igualdade de oportunidades a jovens de famílias carenciadas, na permanência do ensino superior» apoiar 450 estudantes; ■ Aumentar o número de vagas nas creches e rede de amas como medida de promoção e conciliação da vida familiar com a vida profissional» abranger mais 1 041 crianças; ■ Reforçar a capacidade técnica das famílias abrangidas pela ação social, com formação contínua, anualmente» capacitar 13 000 famílias;

Referencial Estratégico	Objetivos
	■ Aumentar a capacidade de resposta na área da deficiência ou incapacidades» criar 207 novas vagas; ■ Reforço e renovação do parque automóvel das IPSS de forma a melhorar a capacidade de resposta e sustentabilidade ambiental» adquirir 100 viaturas elétricas; ■ Criar projeto piloto inovador - Idosos em casa "ageing in place " » abranger 250 idosos e/ou pessoas com deficiência ou incapacidade.
Diretiva Quadro-Estratégia Marinha – Estratégia Marinha para a Subdivisão dos Açores, 1.º ciclo (2012-2018) e 2.º ciclo (2018-2024)	A Diretiva 2008/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho de 2008, na sua atual redação, designada por Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM), constitui o pilar ambiental da política marítima integrada e estabelece o quadro de ação comunitária no domínio da política para o meio marinho, determinando que os Estados-Membros elaborem Estratégias Marinhas com o objetivo de alcançar ou manter o bom estado ambiental das águas marinhas sob soberania ou jurisdição nacional, tendo em conta onze descritores para a avaliação desse estado ambiental. Descritores: ■ Descritor 1 – A biodiversidade é mantida. A qualidade e a ocorrência de habitats e a distribuição e abundância das espécies são conformes com as condições fisiográficas, geográficas e climáticas prevalentes; ■ Descritor 2 – As espécies não indígenas introduzidas pela atividade humana situam-se a níveis que não alteram negativamente os ecossistemas; ■ Descritor 3 – As populações de todos os peixes e moluscos explorados para fins comerciais encontram-se dentro de limites biológicos seguros, apresentando uma distribuição da população por idade e tamanho indicativa de um bom estado das existências; ■ Descritor 4 – Todos os elementos da cadeia alimentar marinha, na medida em que são conhecidos, ocorrem com normal abundância e diversidade e níveis suscetíveis de garantir a abundância das espécies a longo prazo e a manutenção da sua capacidade reprodutiva total; ■ Descritor 5 – A eutrofização antropogénica é reduzida ao mínimo, sobretudo os seus efeitos negativos, designadamente as perdas na biodiversidade, a degradação do ecossistema, o desenvolvimento explosivo de algas perniciosas e a falta de oxigénio nas águas de profundidade ■ Descritor 6 – O nível de integridade dos fundos marinhos assegura que a estrutura e as funções dos ecossistemas são salvaguardadas e que os ecossistemas bentónicos, em particular, não são afetados negativamente; ■ Descritor 7 – A alteração permanente das condições hidrográficas não afeta negativamente os ecossistemas marinhos; ■ Descritor 8 – Os níveis das concentrações dos contaminantes não dão origem a efeitos de poluição; ■ Descritor 9 – Os contaminantes nos peixes e mariscos para consumo humano não excedem os níveis estabelecidos pela legislação da União ou outras normas pertinentes; ■ Descritor 10 – As propriedades e quantidade de lixo marinho não prejudicam o meio costeiro e marinho; ■ Descritor 11 – A introdução de energia, incluindo ruído submarino, mantém-se a níveis que não afetam negativamente o meio marinho. Em conformidade com os requisitos da DQEM, transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de outubro, na sua atual redação, atendendo às especificidades das águas marinhas nacionais, foi determinada, a elaboração de quatro Estratégias Marinhas, referentes às subdivisões do Continente, Açores, Madeira e Plataforma Continental Estendida, que são atualizadas a cada seis anos. O desenvolvimento das Estratégias Marinhas prossegue os seguintes objetivos: ■ Proteger e preservar o meio marinho, impedir a sua deterioração ou, sempre que possível, restaurar os ecossistemas marinhos nas áreas afetadas; ■ Prevenir, reduzir e progressivamente eliminar a poluição, de forma a assegurar que não haja impactos ou riscos significativos para a biodiversidade marinha, para os ecossistemas marinhos, para a saúde humana e para as utilizações legítimas do mar; ■ Assegurar uma exploração equilibrada, racional e sustentável dos recursos marinhos que permita uma valorização económica, social, científica, cultural e educativa dos oceanos e mares, no pleno respeito das alíneas anteriores. No âmbito do 1.º ciclo de implementação da DQEM (2012-2018), preparou-se a Estratégia Marinha para a Subdivisão dos Açores, originalmente publicada em 2014, que, à semelhança das restantes subdivisões, é composta por uma avaliação inicial (correspondente à análise das características e estado ambiental das águas marinhas, principais pressões e impactos e análise socioeconómica), pela definição do bom estado ambiental das águas marinhas, e pelo estabelecimento de metas ambientais. A segunda fase de preparação das Estratégias Marinhas correspondeu à elaboração conjunta do Programa de Monitorização (PMo) e do Programa de Medidas (PMe), publicados em 2014. No âmbito do 2.º ciclo (2018-2024), procedeu-se à atualização da Estratégia Marinha para a Subdivisão dos Açores, publicada em 2020, simultaneamente com as restantes subdivisões. O documento é composto pela revisão da avaliação inicial (com foco nas principais atividades humanas e pressões e impactos relacionados e na análise socioeconómica das águas marinhas), pela reavaliação do bom estado ambiental, e pela revisão das metas ambientais estabelecidas para o 1.º ciclo da DQEM. Decorreu posteriormente a revisão ao PMo, publicado em 2022, seguida da revisão ao PMe, publicado em 2023. No âmbito do início do 3.º ciclo (2024-2030), decorre, presentemente, a atualização da Estratégia Marinha para a Subdivisão dos Açores (com publicação prevista para 2025), em simultâneo com as restantes subdivisões, com base nos resultados do ciclo anterior e nas novas orientações comunitárias. O documento

Referencial Estratégico	Objetivos
	é composto pela revisão da avaliação do estado ambiental das águas marinhas da subdivisão Açores no 2.º ciclo, da análise socioeconómica das águas marinhas, da avaliação do bom estado ambiental, e das metas ambientais estabelecidas. Decorrerá posteriormente a revisão ao PMo (em 2026), que será seguida do processo de revisão ao PME (em 2028).
Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA) (PEPGRA 2020+)	<u>Objetivos Estratégicos:</u> ▪ OE.1 Prevenir a produção de resíduos e os seus impactes no ambiente ▪ OE.2 Promover a gestão integrada e sustentável dos resíduos ▪ OE.3 Promover a eficiência na utilização de recursos, contribuindo para uma economia circular
Roteiro para a Economia Circular dos Açores (RECA)	O Roteiro para a Economia Circular Regional, apresentado no âmbito do REACT-EU: Projeto Economia Verde – Promoção de medidas e apoio ao investimento para elementos de economia circular dos Açores, prevê a elaboração da Agenda para a Economia Circular da Região Autónoma dos Açores que tem como objetivos: Adaptar à Região Autónoma dos Açores, o novo Plano de Ação para a Economia Circular; Elaborar um diagnóstico regional, incluindo a análise de fluxos de materiais e energia, medindo o metabolismo económico e criando um quadro de base de avaliação das potencialidades e constrangimentos; Munir a RAA de um documento estratégico que, a partir de um diagnóstico atual e revelador das dinâmicas económicas, sociais e territoriais e dos fluxos de materiais e energéticos, concretize uma visão para a economia regional, assente na eficiência, na sustentabilidade e num modelo de transição para a economia circular.
Plano de Ordenamento da Orla Costeira da ilha de Santa Maria	O POOC estabelece as regras a que deve obedecer a ocupação, uso e transformação dos solos abrangidos pela sua área de intervenção, nomeadamente a regulamentação dos usos preferenciais, condicionados e interditos, visando os objetivos gerais e específicos constantes dos números seguintes. - Constituem objetivos gerais da área de intervenção do POOC: a) O ordenamento dos diferentes usos e atividades específicas da orla costeira; b) A proteção da integridade biofísica do território; c) A valorização dos recursos existentes e dos aglomerados urbanos; d) A defesa, recuperação e conservação dos valores ambientais e paisagísticos terrestres e marinhos; e) A reestruturação das frentes urbanas, face à salvaguarda dos recursos litorais; f) O controlo e gestão de fenómenos urbanos relacionados com a atratividade do litoral; g) A orientação do desenvolvimento turístico da orla costeira, como complemento da rede urbana atual; h) A valorização das praias e zonas balneares; i) A promoção da adoção de medidas de prevenção dos riscos naturais; j) A função de instrumento de suporte à gestão integrada do litoral; l) A promoção de um quadro de mudança ou de transição, necessário à sustentação do desenvolvimento socioeconómico da área de intervenção. - Constituem objetivos específicos da área de intervenção do POOC: a) Defender a preservação do património natural dos espaços insulares; b) Definir critérios de prevenção para áreas de risco geológico; c) Preservar o património natural e em especial os recursos marinhos; d) Qualificar as zonas de paisagem com interesse geológico; e) Estruturar condições de fruição e utilização de áreas com potencial paisagístico e de áreas de cultura tradicional de vinha; f) Requalificar as áreas afetas a zonas balneares; g) Realizar propostas de intervenção em áreas prioritárias de risco geológico; h) Potenciar as atividades passivas de recreio e lazer ligadas ao mar; i) Promover o reforço de proximidade geográfica com a ilha de São Miguel e a identidade do grupo oriental do arquipélago dos Açores; j) Fomentar medidas que atenuem a sazonalidade de procura turística.
Plano Gestão da Área Terrestre do Parque Natural da Ilha de Santa Maria (PGPNISMA)	Constituem <u>objetivos gerais</u> do PGPNSMA, para além dos objetivos gerais da Rede de Áreas Protegidas dos Açores, nomeadamente: a) Assegurar a biodiversidade, através da conservação ou do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e da fauna selvagens num estado de conservação favorável e da proteção, gestão e controlo das espécies selvagens; b) Promover a proteção e manutenção da diversidade biológica e a integridade dos valores geológicos e dos recursos e valores naturais e culturais associados aos sítios protegidos, assegurando a sua articulação com as utilizações humanas compatíveis; c) Manter o continuum natural e com vista à salvaguarda da fauna e flora selvagens, tendo em vista a melhoria da coerência ecológica da Rede de Áreas Protegidas dos Açores, em especial das áreas protegidas integradas na Rede Natura 2000;

Referencial Estratégico	Objetivos
	d) Evitar a deterioração dos habitats naturais e dos habitats de espécies, bem como as perturbações que atinjam espécies nos sítios protegidos; e) Estabelecer as medidas necessárias para garantir uma proteção eficaz da paisagem, dos habitats e das espécies, mantendo uma vigilância permanente sobre o respetivo estado de conservação e adotando as políticas necessárias para garantir a sua manutenção num estado de conservação favorável. <u>Objetivos de gestão</u> O PGPNISMA prossegue objetivos de gestão específicos, em função das categorias das áreas protegidas e dos regimes de proteção definidos, designadamente: a) Preservar os habitats, ecossistemas e espécies num estado favorável de conservação; b) Assegurar as condições de referência para a manutenção dos processos ecológicos e para a preservação das características físicas do ambiente; c) Salvaguardar a diversidade e integridade biológica, geológica, paleontológica e da paisagem d) Proteger as características estruturais da paisagem, bem como os elementos naturais de grande valor pela sua significância, singularidade e qualidade representativa; e) Promover condições de referência e oportunidades de pesquisa e estudo científico e de monitorização, educação e interpretação ambientais; f) Regular os usos e atividades de forma a prevenir tipos de exploração ou ocupação que possam constituir ameaça à sustentabilidade de habitats ou espécies e da paisagem; g) Monitorizar os espaços de acesso público e definir limites e condicionantes, na salvaguarda dos valores em presença; h) Promover a gestão e uso sustentável dos recursos naturais e as atividades com baixa incidência de impactes ambientais; i) Contribuir para um desenvolvimento socioeconómico sustentável, apoiando modos de vida e atividades económicas em harmonia com a natureza, bem como a preservação de usos e práticas tradicionais e a promoção de produtos locais.
Plano de Gestão de Secas e Escassez dos Açores (PGSE-Açores)	Objetivos: ■ Identificar e catalogar os sistemas de abastecimentos de água associados a cada entidade gestora da Região. ■ Identificar as zonas e os focos de população e de atividades socioeconómicas de maior vulnerabilidade. ■ Priorizar os consumos de água. ■ Definir os princípios orientadores para os procedimentos a serem adotados em caso de ameaça de seca e em situação de escassez de água, tendo em conta as diferentes tipologias de seca. ■ Garantir uma resposta eficaz e adequada a períodos de seca e escassez de água em cada uma das ilhas (e respetivos concelhos e setores) da Região. ■ Diminuir os efeitos e danos provocados pelas diferentes tipologias de seca a todos os níveis e setores relevantes. ■ Definir os mecanismos de informação, alerta e adaptação para os agentes socioeconómicos.
Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional – Subdivisão dos Açores (PSOEM-Açores)	O Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional (PSOEM) assume os seguintes objetivos gerais: ■ Contribuir para a valorização do mar na economia nacional, promovendo a exploração sustentável, racional e eficiente dos recursos marinhos e dos serviços dos ecossistemas, garantindo a salvaguarda do património natural e cultural do oceano. ■ Contribuir para a coesão nacional, reforçando a dimensão arquipelágica de Portugal e o papel do seu mar interterritorial. ■ Contribuir, através do ordenamento do espaço marítimo nacional, para o ordenamento da bacia do Atlântico. ■ Contribuir para o reforço da posição geopolítica e geoestratégica de Portugal na bacia do Atlântico como maior estado costeiro da UE. ■ Garantir a segurança jurídica e a transparência de procedimentos na atribuição de TUPEM. ■ Assegurar a manutenção do bom estado ambiental das águas marinhas, prevenindo os riscos da ação humana e minimizando os efeitos decorrentes de catástrofes naturais e ações climáticas. ■ Assegurar a utilização da informação disponível sobre o espaço marítimo nacional. ■ Contribuir para o conhecimento do oceano e reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional. O Plano de Situação para a subdivisão dos Açores (PSOEM-Açores) definiu objetivos específicos, que são complementares aos objetivos gerais do PSOEM, e que se organizam em quatro temas: “política e gestão”, “ambientais”, “sociais” e “económicos e setoriais”: Objetivos de política e gestão (OPG): ■ Garantir uma gestão de proximidade aplicada ao território marítimo dos Açores, em cumprimento do princípio da subsidiariedade, no respeito pelas competências próprias da Região Autónoma dos Açores, em contexto de gestão partilhada com o Estado, potenciando a sua posição estratégica. ■ Promover e facilitar a gestão sustentável das atividades marítimas, potenciando sinergias e prevenindo conflitos espaciais, económicos ou sociais. ■ Promover a eficiência nos procedimentos administrativos, de atribuição de títulos de utilização e de licenciamento e garantir a sua segurança jurídica e transparência.

Referencial Estratégico	Objetivos
	■ Reconhecer e valorizar a dimensão marítima dos Açores, potenciando a coesão territorial e o desenvolvimento sustentável e justo da Região. Objetivos ambientais (OA): ■ Contribuir para a obtenção e manutenção do bom estado ambiental das águas marinhas da Região através de uma gestão baseada no ecossistema, de acordo com Diretiva-Quadro da Estratégia Marinha (DQEM) e outras políticas ambientais marinhas aplicáveis. ■ Contribuir para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos, em particular os vulneráveis, e para a manutenção dos serviços ecossistémicos, através da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores e de outras áreas de relevo para a conservação. ■ Contribuir para uma gestão costeira integrada, tendo em conta as interações terra-mar, através da compatibilização com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis. ■ Contribuir para a prevenção de riscos naturais e para a mitigação dos impactos resultantes das alterações climáticas, de catástrofes naturais e da ação humana, em particular a nível costeiro. Objetivos sociais (OS): ■ Criar condições para a promoção e diversificação das profissões do mar, inclusivamente do emprego qualificado. ■ Preservar e promover os valores culturais associados ao meio marinho e ao património marítimo e sua fruição. ■ Assegurar os mecanismos de promoção da literacia marinha, e de acesso à informação e à participação pública no processo de ordenamento do espaço marítimo, nas suas fases de desenvolvimento e aplicação. Objetivos económicos e setoriais (OES): ■ Facilitar o crescimento azul e o desenvolvimento sustentável de atividades e usos marítimos, promovendo a exploração económica racional e eficiente dos recursos marinhos, vivos e não vivos; ■ Garantir a coordenação do processo de ordenamento com os setores das pescas, da aquicultura, portuário, dos transportes marítimos, do turismo, recreio e desporto, da investigação e de outros setores relevantes da economia do mar; ■ Facilitar a inovação, competitividade, diversificação e clusterização da economia marítima, criando condições para o desenvolvimento de novos usos e atividades, assentes na investigação, como a biotecnologia marinha e as energias renováveis.
Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA) / Plano Desenvolvimento Territorial do Turismo dos Açores (PDTA) (em revisão) (Resolução n.º 141/2024, de 23 de setembro)	A Resolução n.º 141/2024, de 23 de setembro determina a revisão do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de agosto, atribuindo-lhe, após finda a sua revisão, a designação de Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo dos Açores (PDTA), enquanto instrumento de gestão territorial do turismo dos Açores. Nos termos do número 3 da Resolução do Conselho do Governo n.º 141/2024, são definidos os seguintes objetivos para a revisão do POTRAA: - Contribuir para o desenvolvimento sustentável dos Açores; - Definir o modelo de gestão territorial do turismo, considerando os recursos, os produtos, o alojamento, os serviços e as infraestruturas turísticas, bem como a capacidade de carga, tendo por base as condicionantes territoriais, ambientais, sociais e culturais; - Reforçar o posicionamento da marca do Turismo dos Açores, enquanto instrumento de desenvolvimento económico e de coesão social; - Salvaguardar e valorizar o património natural, cultural e paisagístico; - Qualificar a oferta turística regional nas suas diversas dimensões; - Distribuir os fluxos turísticos e mitigar a sazonalidade, em termos territoriais e temporais. A articulação entre o Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo dos Açores (PDTA), e a 2rPDM_ViladoPorto demonstra a coerência entre a estratégia regional e o planeamento municipal. O POTRAA/PDPTA estabelece orientações centradas na sustentabilidade, qualificação da oferta turística e valorização do património natural e cultural, enquanto que, o PDM incorpora esses princípios ao promover a proteção da biodiversidade, a gestão eficiente dos recursos naturais e a adaptação às alterações climáticas. Paralelamente, o PDM aposta na revitalização urbana e na melhoria da qualidade de vida, reforçando a coesão social e territorial. No domínio do turismo, o PDM assume o concelho como destino de qualidade, garantindo a integração paisagística dos empreendimentos. A diversificação económica, através do apoio a atividades industriais, tecnológicas e agrícolas, complementa a estratégia turística regional. A valorização da agricultura e das práticas sustentáveis contribui para a preservação da paisagem e identidade local. O investimento em infraestruturas e tecnologias reforça a competitividade territorial. A promoção de espaços de recreio e lazer permite diversificar a oferta e distribuir fluxos turísticos. Assim, o PDM operacionaliza, à escala local, os objetivos estratégicos definidos pelo POTRAA/PDPTA.
Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores (PAE)	O PAE tem por objeto o ordenamento e gestão integrada da atividade de extração de recursos minerais não metálicos da Região Autónoma dos Açores e assenta no princípio de que estes materiais geológicos são estratégicos para o desenvolvimento da Região. É neste contexto que o PAE visa desenvolver uma estratégia regional para o setor extrativo, promovendo a maximização do aproveitamento dos recursos minerais não metálicos da Região Autónoma dos Açores e a criação de mecanismos que incentivem a integração e valorização territorial desta atividade económica, em cumprimento dos objetivos estratégicos que estiveram subjacentes à sua elaboração, definidos na Resolução do Conselho do Governo n.º 182/2009,

Referencial Estratégico	Objetivos
	de 26 de novembro, que o mandou elaborar. Foi publicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2015/A, de 14 de agosto. Objetivo geral: - A compatibilização da atividade de exploração de recursos minerais não metálicos com a valorização dos valores ambientais e paisagísticos e com o desenvolvimento socioeconómico. O objetivo geral é desenvolvido nos seguintes eixos de orientação que refletem, por um lado, a caracterização e o diagnóstico integrado realizado e, por outro, uma ambição/visão sobre o futuro da atividade extrativa da Região Autónoma dos Açores e sobre as formas de gerir a trajetória de desenvolvimento que será necessário percorrer até atingir o estado ambicionado: a) Promover a exploração racional de recursos minerais não metálicos na Região; b) Salvar o potencial estratégico dos recursos minerais não metálicos no contexto do desenvolvimento integrado da Região; c) Promover a recuperação de áreas ambiental e paisagisticamente degradadas em virtude da cessação de atividades extrativas de recursos minerais não metálicos; d) Fomentar o conhecimento e inovação associada ao setor extrativo
Plano de Ação do Paleoparque de Santa Maria (PAPSMA)	Objetivos Gerais: ■ Conservar e proteger o património paleontológico da Ilha de Santa Maria através do conhecimento, gestão, monitorização e sensibilização da população; ■ Promover e consolidar a imagem do Paleoparque através de ações de informação e participação; ■ Compatibilizar os valores de conservação do património paleontológico da Ilha de Santa Maria com as atividades económicas, ■ Promover a sensibilização e capacitação dos agentes que intervêm nas jazidas fósseis, através de programas formativos, dotando-os de conhecimento e ferramentas para a consecução dos seus objetivos; ■ Potenciar o uso científico, pedagógico e recreativo das jazidas fósseis, garantindo a sua sustentabilidade.
PMEPC Vila do Porto	<u>Objetivos gerais:</u> ■ Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos; ■ Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil; ■ Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver; ■ Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes; ■ Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe; ■ Minimizar as perdas de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade; ■ Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique; ■ Habilitar as entidades envolvidas no Plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes; ■ Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência;
PMAC Vila do Porto	<u>Objetivos Estratégicos:</u> OE1 – Aumentar o conhecimento e a informação sobre o clima e a alterações climáticas, incluindo sobre os seus impactos locais e sectoriais. OE2 – Promover a redução de emissões de gases com efeito de estufa e a descarbonização da economia, bem como fomentar o incremento da capacidade de remoção e retenção de carbono atmosférico. OE3 – Reduzir a vulnerabilidade do território aos riscos climáticos, aumentando a resiliência e a capacidade adaptativa. OE4 – Dinamizar a reconfiguração tecnológica, promovendo a criação de valor e emprego e contribuindo para o crescimento verde. OE5 – Fomentar a investigação e a capacitação relacionadas com a ação climática. OE6 – Identificar fontes de financiamento e mobilizar recursos, públicos e privados, para a ação climática. OE7 – Promover o envolvimento das partes interessadas e da comunidade em geral na implementação das políticas de ação climática.
PMARU-VP	Ao nível da gestão de resíduos, a atual estratégia de prevenção da Câmara Municipal de Vila do Porto assenta na realização da recolha seletiva das fileiras de papel/cartão, plástico/metálico e vidro. Este serviço abrange toda a população do concelho, através da rede de ecopontos existente e mais recentemente pela implementação da recolha seletiva porta a porta na freguesia de Vila do Porto. Paralelamente, o Município é responsável pela execução de campanhas de sensibilização para a correta gestão dos diversos tipos de resíduos geridos pela autarquia. O PMARU tem um horizonte temporal de 4 anos, vigorando para o período de 2016 a 2020.

Referencial Estratégico	Objetivos
	A correta gestão de resíduos deverá assentar em reduzir o teor de substâncias nocivas presentes nos materiais e nos produtos; prolongar o ciclo de vida dos materiais; promover a reutilização de produtos; reduzir a quantidade de resíduos produzidos; minimizar os impactes adversos no ambiente, na saúde pública e na proteção de bens resultantes da produção e gestão dos resíduos. No período em que o Centro de Processamento de Resíduos, ainda não estava pronto a iniciar funções, a Câmara Municipal de Vila do Porto, já havia implementado o sistema de recolha seletiva de resíduos no concelho, tendo esta entidade, efetuado o devido encaminhamento da fração recolhida seletivamente para as instalações provisórias de triagem municipal. Para a Câmara Municipal de Vila do Porto, como entidade gestora, não é possível diminuir diretamente a quantidade de resíduos produzidos. No entanto, cabe a esta criar as condições e os mecanismos que permitam a prevenção de resíduos. Face ao exposto, a estratégia de prevenção de resíduos, a levar a cabo pela Câmara Municipal de Vila do Porto, assentará nos seguintes pontos-chave: ▪ Sensibilização para a participação da população na redução da produção de resíduos, nomeadamente, reforço da adesão à fatura eletrónica da água, realização de feiras, mercados e troca de produtos, com vista à reutilização de resíduos de vestuário, calçado e brinquedos; confeção de sacos de pano pelo Grupo Sénior da autarquia; distribuição de sacos reutilizáveis nos estabelecimentos comerciais contendo mensagens apelativas à redução/ reutilização de resíduos; promoção da compostagem doméstica; ▪ Sensibilização continuada da população para a correta separação das fileiras recicláveis e/ou valorizáveis, incluindo a minimização da produção e separação de resíduos perigosos e esclarecimento sobre a importância da separação e encaminhamento a destino final adequado destes resíduos; ▪ Potenciação da compostagem doméstica, como estratégia de valorização da fração orgânica e consequente redução da quantidade de resíduos a recolher e a encaminhar para destino final. Para a garantia dos objetivos e metas definidos na legislação aplicável, a estratégia de gestão de resíduos urbanos para os próximos 4 anos deverá considerar os aspetos indicados seguidamente: ▪ Continuação do reforço da recolha seletiva de resíduos recicláveis, através da adequação às necessidades em termos de equipamentos e contentores; ▪ Alargar a recolha seletiva porta-a-porta de resíduos de embalagens à população; ▪ Promover o encaminhamento dos resíduos recolhidos indiferenciadamente e seletivamente para o Centro de Processamento de Resíduos. A estratégia de sensibilização deverá assentar nos pontos indicados de seguida: ▪ Execução de ações de sensibilização com especial destaque para a população (residente e flutuante), hotéis, restaurantes e cafés (HORECA) e dos estabelecimentos comerciais; ▪ Execução de ações de sensibilização com especial destaque para setores específicos, tais como produtores agropecuários, pesca profissional, com a distribuição de panfletos com informação e esclarecimentos relativos à correta separação e deposição de resíduos recicláveis, bem como, outras tipologias de resíduos; ▪ Criação de concursos para as escolas, com o objetivo de sensibilizar a comunidade escolar para a adequada gestão dos resíduos urbanos; ▪ Distribuição de panfletos para a população em geral, com informações e esclarecimentos relativos à correta separação e deposição de resíduos recicláveis; ▪ Distribuição de informação à população relativa à evolução dos resultados obtidos com o sistema de gestão de resíduos; ▪ Contactos diretos com a população e comerciantes, porta a porta;

[Página propositadamente deixada em branco]

versão discussão pública

versão discussão pública

ANEXO_02: Ponderação dos Pareceres das ERAE ao Relatório Ambiental vPreliminar

Tabela A02.1_Matriz de ponderação dos pareceres das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (EERAE) ao Relatório Ambiental (RA) da AAE da 2rPDM_ViladoPorto

Entidades	Parecer	Ponderação AAE
Direção Regional da Cultura	VOLUME IV- RELATÓRIO AMBIENTAL - De um modo geral, o Relatório Ambiental destaca a valorização e conservação dos valores naturais, paisagísticos e patrimoniais como um vetor central para a sustentabilidade do território. Em particular, o plano enfatiza a recuperação das casas típicas marienses como forma de preservar a identidade cultural da ilha e reforçar o sentimento de pertença da população. Além disso, são propostas ações de sensibilização e envolvimento comunitário, articuladas com estratégias de turismo sustentável, que aproveitem os serviços dos ecossistemas e os elementos patrimoniais existentes. Esta abordagem visa não apenas proteger o património arquitetónico e paisagístico, mas também convertê-lo em alavanca para o desenvolvimento socioeconómico e turístico da ilha.	Nada a referir.
Direção Regional do Turismo	No ponto 6.5.3, relativo à situação atual do FS – Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade, nomeadamente na Tabela 6.5.2 Síntese dos indicadores selecionados para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade” (pág. 141), verifica-se, no indicador relativo ao “alojamento turístico (empreendimentos turísticos e alojamento local) por tipologia e capacidade (n.º)”, que foram utilizados os dados do INE, à data de 2023, fonte que, de resto, é extensível a muitos outros indicadores. No entanto, assinala-se que os indicadores constantes da referida tabela, nomeadamente 12 alojamentos turísticos (5 estabelecimentos de hotelaria tradicional, 2 de alojamento local e 5 de TER/TH), correspondentes a um total de 212 quartos e 392 camas, não representam, por defeito e com substancial diferença, a situação real do alojamento turístico no concelho, à data de 2023, a qual, na verdade, consistia em 60 alojamentos (5 de hotelaria tradicional, 45 de alojamento local e 10 de TER/TH), correspondentes a 326 quartos e 690 camas. Acresce mencionar que, uma das razões que explica as substanciais diferenças entre os indicadores de alojamento do INE e os da DRT, entre outras que eventualmente possam existir, prende-se com o facto de, para TER/TH e, sobretudo, para o AL ¹³ , o INE apenas considerar/divulgar os estabelecimentos com 10 ou mais camas, critério que, no caso dos Açores, resulta numa profunda distorção da situação real. Assim, recomenda-se que na Tabela 6.5.2 sejam utilizados os indicadores atrás mencionados ou, em alternativa, os constantes do relatório de caracterização, os quais, apesar de reportados a 2021, não diferem muito da situação verificada em 2023.	Correção a efetuar em sede de RA
	Relativamente ao processo paralelo de Avaliação Ambiental Estratégica da rPDM_VP, nomeadamente sobre o relatório ambiental, e tendo em conta as competências específicas desta Direção Regional, é, igualmente, emitido parecer favorável, sugerindo-se que a situação mencionada no ponto 4 seja revista.	Nada a referir.
IROA	Em resposta ao ofício de vossa excelência, supracitado, referente ao pedido de parecer aos elementos que compõem a Fase 3 da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila do Porto, Proposta de Plano e Relatório Ambiental (...) merece o nosso parecer favorável (...)	Nada a referir.
	(não há melhorias, correções ou alterações ao Relatório Ambiental).	Nada a referir.
Direção Regional de Políticas Marítimas	VOLUME IV – RELATÓRIO AMBIENTAL OBSERVAÇÕES GERAIS – Recomenda-se a inclusão de uma secção “Lista de Siglas e Acrónimos” de forma a facilitar o entendimento das siglas apresentadas ao longo do documento; – Também se considera em falta um índice de figuras e um índice de tabelas; – Sugere-se a paginação do “Anexo 01: Referenciais Estratégicos”, uma vez que dificulta a referência às suas páginas; – Na “Tabela 5.1_Quadro de Referência Estratégico”, constante das págs. 27 a 28, assim como na “Tabela 5.2_Matriz de correlação entre a síntese de Objetivos da 2rPDM_ViladoPorto e o QRE, constante das págs. 29 a 30, deverá substituir-se a designação “PSOEMA” por “PSOEM-Açores”. O mesmo deverá aplicar-se à “Tabela A01.1 “Quadro de Referência Estratégico da AAE da proposta de 2rPDM_ViladoPorto” (sem paginação).	Introduzido Foi efetuada a devida correção em sede de Relatório Ambiental. Foi efetuada a devida correção em sede de Relatório Ambiental. Foi efetuada a devida correção em sede de Relatório Ambiental.

¹³ Segmento de alojamento com relevante expressão nos Açores, correspondendo, atualmente (maio de 2025), a 62% da capacidade global de alojamento turístico da Região.

Entidades	Parecer	Ponderação AAE
	5. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO Na “Tabela 5.1_Quadro de Referência Estratégico”, constante das págs. 27 e 28, e à semelhança dos contributos que esta Direção Regional tem enviado para os restantes Planos Diretores Municipais (PDM), em revisão, sugere-se acrescentar aos documentos de referência internacionais a “Estratégia Marítima para a Região Atlântica – Plano de Ação para o Atlântico 2.0 (Atlântico 2.0)”, e aos documentos de referência nacionais, o “Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho 2024-2028 (PALM2028)” e o “Plano de Ação da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 (PA ENM 2030)”.	Foram introduzidas as referências aos planos nacionais, contudo, considera-se que a Estratégia Marítima para a Região Atlântica é um referencial que extrava a capacidade, escala a capacidade de contributo ou resposta que um instrumento da natureza e escala de um PDM pode responder. Como tal e de forma a assegurar que o QRE reporta uma listagem de referenciais o mais focados possível e com influência mais direta sobre o território em análise, não foi adicionada essa estratégia
	Na “Tabela 5.2_Matriz de correlação entre a síntese de Objetivos da 2rPDM_ViladoPorto e o QRE.”, constante das págs. 29 e 30, sugere-se acrescentar os documentos de referência considerados em falta na tabela 5.1. Nesse sentido, sugere-se relacionar o Atlântico 2.0 e o PA ENM 2030 com os objetivos 3, 4 e 5.	Alterado em conformidade com a ponderação anteriormente apresentada.
	Ainda sobre a tabela 5.2, sugere-se relacionar a PALM 2028 com os objetivos 1, 3, 4 e 5.	Introduzido.
	6. FATORES DE SUSTENTABILIDADE 6.2. Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais 6.2.3 Situação Atual Atento ao indicador selecionado “Águas balneares costeiras identificadas e não identificadas (n.º)” e respetiva classificação no caso das águas balneares costeiras identificadas” conforme “Tabela 6.2.1 Indicadores selecionados para o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”, constante das págs. 57 a 58, sugere-se que o subcapítulo “6.2.3. Situação Atual” aborde, sucintamente, a situação atual das águas balneares costeiras no concelho de Vila do Porto, tendo em conta o disposto sobre a matéria no “Volume V - Caracterização e diagnóstico”.	Foi efetuada a devida correção em sede de Relatório Ambiental.
	No que respeita à “Tabela 6.2.6_Especies presentes nas ZEC da ilha de Santa Maria” e à “Tabela 6.2.6_Espécies presentes na ZPE da ilha de Santa Maria”, ambas constantes da pág. 63, verifica-se que os nomes científicos apresentados devem ser atualizados, substituindo “Oceanodroma castro” por “Hydrobates castro” e “Calonectris diomedea” por “Calonectris borealis”, uma vez que a população do Atlântico é atualmente reconhecida como Calonectris borealis, sendo Calonectris diomedea restrita à população mediterrânica (fonte: https://www.atlasavesmarinhas.pt/cagarra/). Relativamente ao frulho, a espécie que ocorre nos Açores é Puffinus Iherminieri e não Puffinus assimilis, dado que esta última ocorre exclusivamente no hemisfério sul (fonte: https://www.atlasavesmarinhas.pt/pintainho/).	Foi efetuada a devida correção em sede de Relatório Ambiental.
	Em relação à “Tabela 6.2.10_Síntese dos indicadores selecionados para o FS “Valores Naturais, Paisagístico e Patrimoniais””, constante das págs. 76 e 77, no que respeita à coluna “Situação Atual” do indicador “Águas balneares costeiras identificadas e não identificadas (n.º)” e respetiva classificação no caso das águas balneares costeiras identificadas”, face ao objeto do indicador em questão, e sem prejuízo de apenas as águas balneares costeiras identificadas serem classificadas nos termos da Diretiva das Águas Balneares, sugere-se que a informação da referida coluna seja complementada com as águas balneares costeiras não identificadas, designadamente “Ponta do Castelo” e “Prainha”, desde que se verifique a devida distinção entre as águas balneares costeiras identificadas e as não identificadas. Acresce ainda, a sugestão para complementar a coluna em questão com os dados dispostos nas págs. 154 e 155, do subcapítulo “5.2.4 Recursos hídricos”, do “Volume V – Caracterização e Diagnóstico”.	Foi efetuada a devida correção em sede de Relatório Ambiental.
	Ainda sobre a referida tabela, pese embora a informação sobre o referido indicador tenha sido facultada pela DROTRH, através dos ofícios SAI-SRAAC/2022/12961, de 11 de novembro de 2022, e SAI-SRAAC/2024/2527, de 06 de março de 2024, alerta-se que a orgânica do XIV Governo Regional dos Açores, publicada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2024/A, de 11 de abril de 2024, determinou a extinção da referida Direção Regional, tendo as competências em matéria de águas balneares costeiras transitado para a DRPM.	Foi efetuada a devida correção em sede de Relatório Ambiental.
	Quanto ao indicador “Zonas balneares classificadas e áreas de aptidão balnear (n.º por tipologia)”, sem prejuízo de pronúncia por parte da entidade competente pelos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) na Região, a DRRFOT, sugere-se a revisão da informação constante da coluna “Situação Atual” em conformidade com as zonas balneares classificadas no POOC da Ilha de Santa Maria, em vigor, pois a informação constante da mesma corresponde ao nome, e respetivo código, das águas balneares costeiras identificadas. De acordo com o POOC da Ilha de Santa Maria, em vigor, estão classificadas cerca de seis zonas balneares na ilha de Santa Maria.	Foi efetuada a devida correção em sede de Relatório Ambiental.

Entidades	Parecer	Ponderação AAE
	6.6. FATORES TRANSVERSAIS DE SUSTENTABILIDADE 6.6.1 GOVERNANÇA PARA AÇÃO Na “Tabela 6.6.1_Quadro de Governança para a Ação no âmbito da 2rPDM_ViladoPorto”, constante da pág. 149, deverá corrigir-se “Direção Regional da Políticas Marítimas (DRPM)” para Direção Regional de Políticas Marítimas (DRPM).	Foi efetuada a devida correção em sede de Relatório Ambiental.
	6.6.3 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) Na “Tabela 6.6.5_Quadro de Monitorização do contributo dos objetivos da 2rPDM_ViladoPorto para os ODS”, constante das págs. 154 e 155, considera-se que existe articulação entre o ODS “14 Proteger a Vida Marinha” e os objetivos 3, 4 e 5 da 2rPDM_ViladoPorto.	Foi efetuada a devida sugestão da entidade em sede de Relatório Ambiental.
	7. SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO 7.1. METODOLOGIA DE SEGUIMENTO 7.1.2 Monitorização Territorial Relativamente à “Tabela 7.1_Indicadores de monitorização ou seguimento da AAE para a área de intervenção da 2rPDM_ViladoPorto”, constante das págs. 158 a160, no que respeita às “Fontes de Informação” para o indicador “Zonas balneares classificadas e áreas de aptidão balnear (n.º por tipologia)”, propõe-se complementar as fontes de informação para o referido indicador adicionando a DRRFOT, na qualidade de entidade competente em matéria de ordenamento do território.	Foi efetuada a devida sugestão da entidade em sede de Relatório Ambiental.
	ANEXOS ANEXO_01: Referenciais Estratégicos Na “Tabela A01.1_Quadro de Referência Estratégico da AAE da proposta de 2rPDM_ViladoPorto”, no que se refere à “Diretiva Quadro-Estratégia Marinha – Estratégia Marinha para a Subdivisão dos Açores, 1.º ciclo (2012-2018) e 2.º ciclo (2018-2024)” sugere-se acrescentar, após o primeiro parágrafo, os 11 descritores de acordo com o seguinte texto: ▪ “Descritor 1 – A biodiversidade é mantida. A qualidade e a ocorrência de habitats e a distribuição e abundância das espécies são conformes com as condições fisiográficas, geográficas e climáticas prevaletentes; ▪ Descritor 2 – As espécies não indígenas introduzidas pela atividade humana situam-se a níveis que não alteram negativamente os ecossistemas; ▪ Descritor 3 – As populações de todos os peixes e moluscos explorados para fins comerciais encontram-se dentro de limites biológicos seguros, apresentando uma distribuição da população por idade e tamanho indicativa de um bom estado das existências; ▪ Descritor 4 – Todos os elementos da cadeia alimentar marinha, na medida em que são conhecidos, ocorrem com normal abundância e diversidade e níveis suscetíveis de garantir a abundância das espécies a longo prazo e a manutenção da sua capacidade reprodutiva total; ▪ Descritor 5 – A eutrofização antropogénica é reduzida ao mínimo, sobretudo os seus efeitos negativos, designadamente as perdas na biodiversidade, a degradação do ecossistema, o desenvolvimento explosivo de algas perniciosas e a falta de oxigénio nas águas de profundidade ▪ Descritor 6 – O nível de integridade dos fundos marinhos assegura que a estrutura e as funções dos ecossistemas são salvaguardadas e que os ecossistemas bentónicos, em particular, não são afetados negativamente; ▪ Descritor 7 – A alteração permanente das condições hidrográficas não afeta negativamente os ecossistemas marinhos; ▪ Descritor 8 – Os níveis das concentrações dos contaminantes não dão origem a efeitos de poluição; ▪ Descritor 9 – Os contaminantes nos peixes e mariscos para consumo humano não excedem os níveis estabelecidos pela legislação da União ou outras normas pertinentes; ▪ Descritor 10 – As propriedades e quantidade de lixo marinho não prejudicam o meio costeiro e marinho; ▪ Descritor 11 – A introdução de energia, incluindo ruído submarino, mantém-se a níveis que não afetam negativamente o meio marinho.”	Foi efetuada a devida sugestão da entidade em sede de Relatório Ambiental.
	Na mesma tabela, sugere-se acrescentar, após o segundo parágrafo, os objetivos das estratégias marinhas de acordo com o seguinte texto: “O desenvolvimento das Estratégias Marinhas prossegue os seguintes objetivos: ▪ Proteger e preservar o meio marinho, impedir a sua deterioração ou, sempre que possível, restaurar os ecossistemas marinhos nas áreas afetadas; ▪ Prevenir, reduzir e progressivamente eliminar a poluição, de forma a assegurar que não haja impactos ou riscos significativos para a biodiversidade marinha, para os ecossistemas marinhos, para a saúde humana e para as utilizações legítimas do mar; ▪ Assegurar uma exploração equilibrada, racional e sustentável dos recursos marinhos que permita uma valorização económica, social, científica, cultural e educativa dos oceanos e mares, no pleno respeito das alíneas anteriores.”	Foi efetuada a devida sugestão da entidade em sede de Relatório Ambiental.

Entidades	Parecer	Ponderação AAE
	Ainda sobre a DQEM propõe-se alterar o terceiro parágrafo para o seguinte texto: “No âmbito do 1.º ciclo de implementação da DQEM (2012-2018), preparou-se a Estratégia Marinha para a Subdivisão dos Açores, originalmente publicada em 2014, que, à semelhança das restantes subdivisões, é composta por uma avaliação inicial (correspondente à análise das características e estado ambiental das águas marinhas, principais pressões e impactos e análise socioeconómica), pela definição do bom estado ambiental das águas marinhas, e pelo estabelecimento de metas ambientais. A segunda fase de preparação das Estratégias Marinhas correspondeu à elaboração conjunta do Programa de Monitorização (PMo) e do Programa de Medidas (PMe), publicados em 2014. No âmbito do 2.º ciclo (2018-2024), procedeu-se à atualização da Estratégia Marinha para a Subdivisão dos Açores, publicada em 2020, simultaneamente com as restantes subdivisões. O documento é composto pela revisão da avaliação inicial (com foco nas principais atividades humanas e pressões e impactos relacionados e na análise socioeconómica das águas marinhas), pela reavaliação do bom estado ambiental, e pela revisão das metas ambientais estabelecidas para o 1.º ciclo da DQEM. Decorreu posteriormente a revisão ao PMo, publicado em 2022, seguida da revisão ao PMe, publicado em 2023. No âmbito do início do 3.º ciclo (2024-2030), decorre, presentemente, a atualização da Estratégia Marinha para a Subdivisão dos Açores (com publicação prevista para 2025), em simultâneo com as restantes subdivisões, com base nos resultados do ciclo anterior e nas novas orientações comunitárias. O documento é composto pela revisão da avaliação do estado ambiental das águas marinhas da subdivisão Açores no 2.º ciclo, da análise socioeconómica das águas marinhas, da avaliação do bom estado ambiental, e das metas ambientais estabelecidas. Decorrerá posteriormente a revisão ao PMo (em 2026), que será seguida do processo de revisão ao PMe (em 2028).”	Foi efetuada a devida sugestão da entidade em sede de Relatório Ambiental.
	Propõe-se igualmente acrescentar o referencial estratégico “Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho 2024-2028 (PALM2028)” com os seguintes objetivos: “O PALM2028 tem o intuito de dar resposta às diversas obrigações do Estado Português nesta matéria, constituindo-se como compromisso nacional para a prevenção e redução da presença de resíduos no ambiente marinho. As 50 ações inscritas no PALM2028 visam reduzir, de forma significativa, o impacto desta ameaça. Objetivos Principais: a) Prevenir a entrada e acumulação de lixo no mar; b) Promover a escolha de materiais de menor ecotoxicidade quando no ambiente marinho; c) Reduzir os riscos de emaranhamento e de «pesca fantasma» das espécies marinhas; d) Reduzir o risco de ingestão de lixo pelas espécies marinhas. Para tal, a operacionalização do Plano de Ação deve enquadrar os seguintes objetivos: a) Fazer crescer a adoção de medidas de boa gestão do uso dos plásticos em todo o seu ciclo de vida; b) Avaliar as situações em que se verifica uso excessivo e desnecessário de alguns plásticos com maior impacto potencial no ambiente marinho e propor medidas sustentáveis; c) Estar atento às situações em que a escolha de materiais alternativos, de plástico ou outras tipologias, ou o ecodesign, podem ser a opção mais sustentável e promovê-las; d) Aumentar o conhecimento detalhado sobre o lixo marinho, incluindo a monitorização das fontes e origens, desenvolvendo ferramentas de rastreamento dos seus percursos principais até ao mar; e) Continuar a promover a sensibilização e educação preventivas e oferecer soluções para que cidadãos, empresas, outras organizações da sociedade civil e entidades responsáveis tenham condições para atuar de forma responsável e não sejam geradores de lixo marinho, ainda que involuntariamente.”	Introduzido
	Também propõe-se acrescentar o referencial estratégico “Estratégia Marítima para a Região Atlântica – Plano de Ação para o Atlântico 2.0 (Atlântico 2.0)” com os seguintes objetivos: “A Comunicação da Comissão – “Uma Nova Abordagem da Estratégia Marítima para a Região Atlântica. Plano de Ação para o Atlântico 2.0 - Plano de ação atualizado para uma economia azul sustentável, resiliente e competitiva na região atlântica da União Europeia” atualiza o anterior Plano de Ação para o Atlântico (COM/2013/279 final) e tem subjacente uma visão comum para uma economia azul sustentável, resiliente e competitiva na região Atlântica da U.E.. Para concretizar a referida visão, o novo Plano de Ação é constituído por quatro pilares: 1. Os portos do Atlântico enquanto pontos de entrada e placas giratórias da economia azul; 2. Competências azuis do futuro da literacia oceânica; 3. Energias renováveis marinhas; e 4. Um oceano saudável e zonas costeiras resilientes.”	Tal como referido anteriormente na ponderação, considera-se que não deve ser incluída esta estratégia no QRE.
	Por último, propõe-se adicionar o referencial estratégico “Plano de Ação da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 (PA ENM 2030)” com os seguintes objetivos: “O Plano de Ação da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 (ENM 2030) foi publicado em Diário da República, tendo sido aprovado na reunião do Conselho de Ministros de 12 de agosto de 2021. O plano inclui 185 medidas, 30 das quais consideradas emblemáticas devido à sua abrangência e elevado potencial multiplicador de efeitos. A estrutura e conteúdo do Plano de Ação da ENM 2030	Introduzido.

Entidades	Parecer	Ponderação AAE
	descrevem as medidas que integram cada área de intervenção prioritária e os subconjuntos das medidas que contribuem para o cumprimento de cada um dos 10 objetivos estratégicos da ENM 2030.”	
	Volume IV – Relatório Ambiental – RESUMO NÃO TÉCNICO 2. QUAL FOI A METODOLOGIA UTILIZADA? Na “Tabela 2.1_Quadro de Referência Estratégico da AAE”, constante das págs. 5 e 6, a referência a sigla “PSOEMA” deve ser alterada para “PSOEM-Açores”.	Foi efetuada a devida correção em sede de Resumo Não Técnico.
	Sugere-se também acrescentar aos documentos de referência internacionais a “Estratégia Marítima para a Região Atlântica – Plano de Ação para o Atlântico 2.0 (Atlântico 2.0)”, e aos documentos de referência nacionais o “Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho 2024-2028 (PALM2028)” e o “Plano de Ação da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 (PA ENM 2030).	Foram introduzidas as referências aos planos nacionais, contudo, considera-se que a Estratégia Marítima para a Região Atlântica é um referencial que extrava a capacidade, escala a capacidade de contributo ou resposta que um instrumento da natureza e escala de um PDM pode responder. Como tal e de forma a assegurar que o QRE reporta uma listagem de referenciais o mais focados possível e com influência mais direta sobre o território em análise, não foi adicionada essa estratégia.
	4. QUAL A SITUAÇÃO ATUAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO E QUAL A SUA EVOLUÇÃO SEM 2RPDM_VILADOPORTO? 4.6. FATORES TRANSVERSAIS DE SUSTENTABILIDADE 4.6.1 GOVERNANÇA PARA A AÇÃO Na “Tabela 4.6.1_Quadro de Governança para a Ação no âmbito da 2rPDM_ViladoPorto”, constante das págs. 23 e 24, deverá corrigir-se “Direção Regional da Políticas Marítimas (DRPM)” para “Direção Regional de Políticas Marítimas (DRPM)”.	Foi efetuada a devida correção em sede de Resumo Não Técnico.
	7. O QUE ACONTECE APÓS APROVAÇÃO DA 2RPDM_VILADOPORTO? Na “Tabela 7.1_Indicadores de monitorização ou seguimento da AAE para a área de intervenção da 2rPDM_ViladoPorto”, constante das págs. 33 e 35, e no que respeita ao indicador “Zonas balneares classificadas e áreas de aptidão balnear (n.º por tipologia)” deverá ser adicionada a DRRFOT às “Fontes de Informação”.	Foi efetuada a devida sugestão da entidade em sede de Resumo Não Técnico.
LREC	-	--
DRAAC	Apesar do referido na Tabela A02.1_Matriz de ponderação dos pareceres das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (EERAE) ao Relatório de Definição de Âmbito (RDA) da AAE da 2rPDM_ViladoPorto”, verifica-se que no Quadro de Referência Estratégico e na tabela Indicadores selecionados para o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais” não houve qualquer alteração da informação, conforme a sugestão de melhoria, apresentada no SAISRAAC/2024/2263, 29 de fevereiro.	Relativamente ao QRE, efetivamente não foram introduzidas as referências, tal como fundamentado na ponderação apresentada ao referido parecer. No que respeita ao indicador proposto para FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais” foi um lapso a referência “massas de água” não ter sido retirada. Relativamente às restantes propostas do parecer ao RDA, foi referido na tabela de ponderação que se sugeria manter o que estava proposto pela equipa da AAE.
	Alterações Climáticas: No domínio da Avaliação Ambiental Estratégica, o Relatório Ambiental e o Resumo Não Técnico apreciados, entendem-se conformes com o legalmente estipulado, adequados em termos de metodologia e forma e corretos no seu conteúdo, pelo que, desta vez, estarão reunidas condições para a sua aprovação	Nada a referir
	Recursos Hídricos: No capítulo 6.3. Recursos Naturais, no último parágrafo da página 89, a referência ao Relatório de Avaliação Intercalar do Programa de Medidas do PGRH-Açores 2016-2021 em novembro de 2024, deverá ser retificada para o PGRH-Açores 2022-2027.	Retificado.
	Riscos Naturais: Analisada o Relatório Ambiental (Versão Preliminar) da revisão do Plano Diretor Municipal de Vila do Porto, no âmbito das competências desta Direção Regional em Riscos Naturais, informa-se que o mesmo, corresponde ao expectável nesta	Compreende-se a proposta da entidade de retirar a referência ao PGRI, pelo facto de não existirem

Entidades	Parecer	Ponderação AAE
	fase, apenas referir que no capítulo 5.– Quadro de Referência Estratégico menciona-se o Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores 2022-2027 (PGRIA 2022-2027) e o Programa Regional para as Alterações Climáticas dos Açores (PRAC) e reforça a integração ao projeto PANCLIMAC. Desta forma verifica-se a referência ao PGRIA mesmo sem a incidência deste IGT na área de intervenção do PDM, pelo que se sugere que se retire a referência ao mesmo	ARPSI identificadas no presente ciclo no município. Não obstante, o PGRIA em si abrange o território do município e é analisada a suscetibilidade a inundações nas bacias hidrográficas da ilha, bem como analisada a vulnerabilidade a galgamentos e inundações costeiras. Pelo facto de não terem sido identificadas ARPSI, considera-se que este referencial não deve ser retirado do QRE, em particular pelo facto de conter um conjunto de medidas que são aplicáveis a todos os municípios da RAA, incluindo Vila do Porto. Exemplo disso são as medidas (entre outras): - GR10 - Avaliar, programar e executar, se necessárias, intervenções de cariz estrutural para melhorar as condições de escoamento em outras bacias hidrográficas da Região Hidrográfica dos Açores não integradas no âmbito territorial do PGRIA; - GR16 – Elaboração do Relatório do Estado das Ribeiras dos Açores (RERA) - IPC02 - Desenvolvimento de um programa de sensibilização regional sobre medidas de prevenção e proteção contra cheias e inundações para a população em geral, para as escolas e entidades responsáveis - IPC03 - Desenvolvimento de ações de formação de recursos humanos sobre a ocorrência, impactes e respostas a fenómenos hidrológicos extremos; - MDI02 - Rever e reforçar a rede hidrometeorológica automática da RAA - MDI03 - Manutenção de estações hidrométricas e atualização de curvas de vazão no contexto da prevenção de riscos de cheia
	Analisada o Relatório Ambiental – Resumo Não Técnico da revisão do Plano Diretor Municipal de Vila do Porto, no âmbito das competências desta Direção Regional em Riscos Naturais, informa-se que deverão ter sido em consideração os comentários efetuados para o Volume IV – Relatório Ambiental (Versão Preliminar).	Ajustado em conformidade com o parecer e a presente ponderação
DRRFOT	<u>Sumário Executivo</u> À semelhança das conclusões apresentadas para cada Fator de Sustentabilidade (FS), julga-se estar em falta o FS Vulnerabilidades e Riscos e respetivas conclusões. <u>Introdução</u> Na página 6, nomeadamente na “Figura 2.2 Estrutura do RA da AAE da 2rPDM_Vila do Porto”, de acordo com o índice apresentado no início do RA, sugere-se que se corrija o Capítulo 7 para “Seguimento e Monitorização”, o Capítulo 8 para “Conclusões” e o Capítulo 9 para “Bibliografia Consultada”.	Foi acrescentada uma breve conclusão ao FS “Vulnerabilidades e Riscos” no sumário executivo. Foi efetuada a devida correção em sede de Relatório Ambiental.

Entidades	Parecer	Ponderação AAE
	<u>Quadro de Referência Estratégico</u> - Na "Tabela 5.1_Quadro de Referência Estratégico", nomeadamente na página 28, sugere-se a correção da designação do documento de referência regional Plano para Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 2020 (PEPGRA 20+). - Na "Tabela 5.2_Matriz de correlação entre a síntese de Objetivos da 2 rPDM_Vila do Porto e o QRE", nomeadamente na página 30, alerta-se para a repetição no QRE do PAE. - Na página 31, sugere-se a correção do número da tabela na frase "Em síntese, a análise da Tabela 4.2 demonstra (...)" para Tabela 5.2.	Foram efetuadas as devidas correções em sede de Relatório Ambiental.
	<u>Fatores de Sustentabilidade</u> Vulnerabilidades e Riscos <u>Ecosistemas e Biodiversidade</u> Na página 47, sugere-se a revisão do parágrafo "Os impactes das alterações climáticas (...) às alterações climáticas", uma vez que se julga estar repetindo a seguinte frase "(...) Neste contexto, o desaparecimento ou a degradação dos ecossistemas reduz a respetiva capacidade de captura e armazenamento de carbono. Se o sistema climático atingir limiares de irreversibilidade e as respetivas alterações climáticas se constituírem imprevisíveis, podem conduzir a potenciais situações de incapacidade de respostas por parte dos ecossistemas, por perda resiliência, o que terá nomeadamente consequências ao nível da transformação desses reservatórios/transformadores de fontes de carbono (...).".	O lapso foi corrigido.
	<u>Ordenamento e Qualificação Territorial</u> <u>Sistema de Gestão de Resíduos</u> Na página 117, sugere-se a correção da designação de Plano para Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 2020 (PEPGRA 20+).	Foi efetuada a devida correção em sede de Relatório Ambiental.
	ANEXO_01: REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS Na "Tabela A 01.1_Quadro de Referência Estratégico da AAE da proposta de 2rPDM_ViladoPorto", designadamente na coluna dos referenciais estratégicos, sugere-se a correção da designação de Plano para Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 2020 (PEPGRA 20+).	Foi efetuada a devida correção em sede de Relatório Ambiental.
	<u>Solo (Situação Atual)</u> Segundo o Inventário Florestal da Região Autónoma dos Açores de 2007 (IFRAA 2007) a área florestal (espaços Semi- naturais, floresta e incultos) era de 2627,54 ha, cerca de 27% da superfície terrestre da ilha. A versão preliminar do 2.º Inventário Florestal da Região Autónoma dos Açores (IFRAA2) indica que a área florestal (Floresta e Matos) apresenta uma dimensão de 3.030,5093 ha, o que representa aproximadamente 31% da área do concelho. Como espécies dominantes temos o Incenso, seguindo-se a Ciptoméria, a Acácia, o Pau-Branco e o Eucalipto, Salienta-se que a metodologia do atual inventário florestal é diferente do IFRAA 2007, pois a vectorização das manchas florestais passou a ser realizada com uma área mínima de 0,05 ha, enquanto a área mínima de vectorização das manchas florestais/naturais no IFRAA 2007 foi de 1,00 ha. Nota: Enviamos a cartografia do IFRAA2 da ilha de Santa Maria em formato vectorial de shapefile, para os efeitos que entenderem convenientes no âmbito da revisão do plano diretor municipal de Vila do Porto.	Consideração pertinente tida em consideração no Relatório Ambiental.
	Tabela 6.3.3 - Síntese dos indicadores selecionados para FS "Recursos Naturais" Pág 100 e 101 Os indicadores Usos do solo por tipologia de utilização do uso do solo (ha e/ou %) e Áreas com aptidões diversificadas para atividades agrícolas, pecuárias, silvo- pastoris ou florestais (ha e % por tipologia, esses dados podem ser completados com os dados da versão preliminar do IFRAA2, pelo que se envia em anexo o ficheiro do mesmo em formato shapefile.	Consideração pertinente tida em consideração no Relatório Ambiental.

Entidades que emitiram parecer ao Relatório Ambiental (RA) da AAE da 2rPDM_ViladoPorto, Versão Preliminar de maio de 2026:

- Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC)
- Direção Regional da Mobilidade (DRM)
- Direção Regional da Cultura (DRC)
- Direção Regional do Turismo (DRT)
- Direção Regional de Políticas Marítimas (DRPM)
- Direção Regional do Ambiente e Ação Climática (DRAAC)
- DRRFOT (Matéria de Ordenamento do Território)
- DRRFOT (Matéria de Recursos Florestais)
- DRRFOT (Matéria de Reserva Ecológica)
- Direção Regional da Cooperação com o Poder Local (DRCPL)
- DROP (Direção Regional das Obras Públicas)
- DRH (Direção Regional da Habitação)
- Instituto Regional de Ordenamento Agrário (IROA)

Tabela A02.2_Matriz de ponderação dos pareceres das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (EERAE) ao Relatório Ambiental (RA) da AAE da 2rPDM_ViladoPorto, Versão Preliminar de maio de 2026

Entidades	Parecer	Ponderação AAE																																																							
LREC	Solicita-se que a legenda da Figura 6.1.8, página 43, seja alterada para “Locais objeto de parecer técnico emitido pelo LREC”. Para além disso, e como complemento à Figura 6.1.8, propõe-se como sugestão, que se acrescente o seguinte quadro: Quadro 1 – Listagem dos Relatórios realizados pelo LREC no âmbito da avaliação de riscos na ilha de Santa Maria. <table><tr><th>ID</th><th>N.º Relatório</th><th>Ano</th><th>Título do Relatório</th><th>Requerente</th></tr><tr><td>1</td><td>6</td><td>1996</td><td>Parecer sobre a Geologia dos taludes junto à instalação de combustíveis líquidos no cais de Vila do Porto, Santa Maria</td><td>Privado</td></tr><tr><td>2</td><td>103</td><td>1998</td><td>Parecer sobre a estabilidade de uma falésia sobranceira ao lugar da Maia - Santa Maria</td><td>Direção Regional de Obras Públicas</td></tr><tr><td>3</td><td>16</td><td>2002</td><td>Parecer sobre a segurança de um terreno para construção - S. Lourenço - Ilha de Santa Maria</td><td>Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos</td></tr><tr><td>4 ao 7</td><td>26</td><td>2010</td><td>Parecer sobre a ocorrência de alguns movimentos de massa na zona da Maia, freguesia de Santo Espírito - Ilha de Santa Maria</td><td>Direção Regional dos Equipamentos e Transportes Terrestres</td></tr><tr><td>8</td><td>64</td><td>2010</td><td>Parecer sobre a estabilidade do talude sobranceiro ao acesso ao Porto de Vila do Porto - Ilha de S. Maria</td><td>Administração dos Portos das Ilhas S. Miguel e Santa Maria, SA</td></tr><tr><td>9</td><td>29</td><td>2011</td><td>Parecer sobre a estabilidade de um talude no Lugar dos Anjos - Ilha de Santa Maria</td><td>Direção Regional do Ambiente</td></tr><tr><td>10</td><td>99</td><td>2012</td><td>Parecer sobre as condições de estabilidade e soluções de mitigação da arriba da Praia da Vigia da Areia - Lugar de São Lourenço, Ilha de Santa Maria</td><td>Direção Regional dos Assuntos do Mar</td></tr><tr><td>11</td><td>75</td><td>2012</td><td>Parecer sobre processos de instabilidade/erosão geomorfológica que afetam a Orla Costeira da Praia Formosa, Ilha de Santa Maria</td><td>Direção Regional dos Assuntos do Mar</td></tr><tr><td>12 ao 25 34 ao 39</td><td>74</td><td>2013</td><td>Identificação de situações de instabilidade geomorfológica ao longo da crista da falésia sobranceira ao lugar da Maia (Ilha de S. Maria)</td><td>Laboratório Regional de Engenharia Civil</td></tr><tr><td>26 ao 33</td><td>73</td><td>2013</td><td>Avaliação do processo de instabilidade que afeta o terreno onde se encontra a antena da TMN no lugar da Maia (Ilha de S. Maria)</td><td>Privado</td></tr></table>	ID	N.º Relatório	Ano	Título do Relatório	Requerente	1	6	1996	Parecer sobre a Geologia dos taludes junto à instalação de combustíveis líquidos no cais de Vila do Porto, Santa Maria	Privado	2	103	1998	Parecer sobre a estabilidade de uma falésia sobranceira ao lugar da Maia - Santa Maria	Direção Regional de Obras Públicas	3	16	2002	Parecer sobre a segurança de um terreno para construção - S. Lourenço - Ilha de Santa Maria	Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos	4 ao 7	26	2010	Parecer sobre a ocorrência de alguns movimentos de massa na zona da Maia, freguesia de Santo Espírito - Ilha de Santa Maria	Direção Regional dos Equipamentos e Transportes Terrestres	8	64	2010	Parecer sobre a estabilidade do talude sobranceiro ao acesso ao Porto de Vila do Porto - Ilha de S. Maria	Administração dos Portos das Ilhas S. Miguel e Santa Maria, SA	9	29	2011	Parecer sobre a estabilidade de um talude no Lugar dos Anjos - Ilha de Santa Maria	Direção Regional do Ambiente	10	99	2012	Parecer sobre as condições de estabilidade e soluções de mitigação da arriba da Praia da Vigia da Areia - Lugar de São Lourenço, Ilha de Santa Maria	Direção Regional dos Assuntos do Mar	11	75	2012	Parecer sobre processos de instabilidade/erosão geomorfológica que afetam a Orla Costeira da Praia Formosa, Ilha de Santa Maria	Direção Regional dos Assuntos do Mar	12 ao 25 34 ao 39	74	2013	Identificação de situações de instabilidade geomorfológica ao longo da crista da falésia sobranceira ao lugar da Maia (Ilha de S. Maria)	Laboratório Regional de Engenharia Civil	26 ao 33	73	2013	Avaliação do processo de instabilidade que afeta o terreno onde se encontra a antena da TMN no lugar da Maia (Ilha de S. Maria)	Privado	Foi inserida a informação na atual versão do Relatório Ambiental.
ID	N.º Relatório	Ano	Título do Relatório	Requerente																																																					
1	6	1996	Parecer sobre a Geologia dos taludes junto à instalação de combustíveis líquidos no cais de Vila do Porto, Santa Maria	Privado																																																					
2	103	1998	Parecer sobre a estabilidade de uma falésia sobranceira ao lugar da Maia - Santa Maria	Direção Regional de Obras Públicas																																																					
3	16	2002	Parecer sobre a segurança de um terreno para construção - S. Lourenço - Ilha de Santa Maria	Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos																																																					
4 ao 7	26	2010	Parecer sobre a ocorrência de alguns movimentos de massa na zona da Maia, freguesia de Santo Espírito - Ilha de Santa Maria	Direção Regional dos Equipamentos e Transportes Terrestres																																																					
8	64	2010	Parecer sobre a estabilidade do talude sobranceiro ao acesso ao Porto de Vila do Porto - Ilha de S. Maria	Administração dos Portos das Ilhas S. Miguel e Santa Maria, SA																																																					
9	29	2011	Parecer sobre a estabilidade de um talude no Lugar dos Anjos - Ilha de Santa Maria	Direção Regional do Ambiente																																																					
10	99	2012	Parecer sobre as condições de estabilidade e soluções de mitigação da arriba da Praia da Vigia da Areia - Lugar de São Lourenço, Ilha de Santa Maria	Direção Regional dos Assuntos do Mar																																																					
11	75	2012	Parecer sobre processos de instabilidade/erosão geomorfológica que afetam a Orla Costeira da Praia Formosa, Ilha de Santa Maria	Direção Regional dos Assuntos do Mar																																																					
12 ao 25 34 ao 39	74	2013	Identificação de situações de instabilidade geomorfológica ao longo da crista da falésia sobranceira ao lugar da Maia (Ilha de S. Maria)	Laboratório Regional de Engenharia Civil																																																					
26 ao 33	73	2013	Avaliação do processo de instabilidade que afeta o terreno onde se encontra a antena da TMN no lugar da Maia (Ilha de S. Maria)	Privado																																																					

Entidades	Parecer	Ponderação AAE																																																							
	<table><tr><th>ID</th><th>N.º Relatório</th><th>Ano</th><th>Título do Relatório</th><th>Requerente</th></tr><tr><td>40</td><td>26</td><td>2013</td><td>Relatório de progressão: Projeto: Landews-sma monitorização e vigilância de movimentos de vertente nas zonas da Maia, Praia Formosa e Panasco - ilha de Santa Maria</td><td>Direção Regional dos Equipamentos e Transportes Terrestres</td></tr><tr><td>41 ao 45</td><td>37</td><td>2013</td><td>Avaliação dos processos de instabilidade geomorfológica que afetaram o lugar da Praia Formosa e a estrada da Malbusca (ilha de Santa Maria)</td><td>Direção Regional do Ambiente</td></tr><tr><td>46</td><td>59</td><td>2013</td><td>Parecer sobre a pretensão de escavação num terreno na Praia Formosa - Santa Maria</td><td>Direção Regional do Ambiente</td></tr><tr><td>47</td><td>33</td><td>2014</td><td>Considerações sobre a ocorrência de instabilidade de terrenos no lugar de São Lourenço, concelho de Vila do Porto - Santa Maria</td><td>Direção Regional do Ambiente</td></tr><tr><td>48 e 49</td><td>44</td><td>2015</td><td>Parecer sobre a ocorrência de queda de blocos na zona sobranceira ao edifício do Clube Naval em Vila do Porto, Santa Maria</td><td>Secretaria Regional de Turismo e Transportes</td></tr><tr><td>50</td><td>81</td><td>2020</td><td>Parecer sobre a queda de blocos rochosos em talude sobranceiro à E.R. N.º3-2ª de acesso à baía de São Lourenço, concelho de Vila do Porto</td><td>Delegação da S.R.T.O.P. de Santa Maria</td></tr><tr><td>51 ao 54</td><td>24</td><td>2023</td><td>Avaliação de situações de instabilidade hidro-geomorfológica na Orla Costeira da Maia, ilha de Santa Maria</td><td>Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos</td></tr><tr><td>55</td><td>43</td><td>2024</td><td>Parecer sobre uma rutura no talude subjacente à E.R. decorrente de um fenómeno de instabilidade geomorfológica, freguesia de Santa Barbara, ilha de Santa Maria</td><td>Direção Regional de Obras Públicas</td></tr><tr><td>56</td><td>14</td><td>2024</td><td>Parecer sobre uma instabilidade ocorrido no talude junto ao Clube Naval, Vila do Porto, Santa Maria</td><td>Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos</td></tr><tr><td>56</td><td>2</td><td>2025</td><td>Parecer sobre as condições de estabilidade de uma moradia, após o surgimento de patologias indicadoras de uma potencial instabilidade geomorfológica, na Maia, ilha de Santa Maria</td><td>Direção Regional do Ambiente e Ação Climática</td></tr></table>	ID	N.º Relatório	Ano	Título do Relatório	Requerente	40	26	2013	Relatório de progressão: Projeto: Landews-sma monitorização e vigilância de movimentos de vertente nas zonas da Maia, Praia Formosa e Panasco - ilha de Santa Maria	Direção Regional dos Equipamentos e Transportes Terrestres	41 ao 45	37	2013	Avaliação dos processos de instabilidade geomorfológica que afetaram o lugar da Praia Formosa e a estrada da Malbusca (ilha de Santa Maria)	Direção Regional do Ambiente	46	59	2013	Parecer sobre a pretensão de escavação num terreno na Praia Formosa - Santa Maria	Direção Regional do Ambiente	47	33	2014	Considerações sobre a ocorrência de instabilidade de terrenos no lugar de São Lourenço, concelho de Vila do Porto - Santa Maria	Direção Regional do Ambiente	48 e 49	44	2015	Parecer sobre a ocorrência de queda de blocos na zona sobranceira ao edifício do Clube Naval em Vila do Porto, Santa Maria	Secretaria Regional de Turismo e Transportes	50	81	2020	Parecer sobre a queda de blocos rochosos em talude sobranceiro à E.R. N.º3-2ª de acesso à baía de São Lourenço, concelho de Vila do Porto	Delegação da S.R.T.O.P. de Santa Maria	51 ao 54	24	2023	Avaliação de situações de instabilidade hidro-geomorfológica na Orla Costeira da Maia, ilha de Santa Maria	Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos	55	43	2024	Parecer sobre uma rutura no talude subjacente à E.R. decorrente de um fenómeno de instabilidade geomorfológica, freguesia de Santa Barbara, ilha de Santa Maria	Direção Regional de Obras Públicas	56	14	2024	Parecer sobre uma instabilidade ocorrido no talude junto ao Clube Naval, Vila do Porto, Santa Maria	Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos	56	2	2025	Parecer sobre as condições de estabilidade de uma moradia, após o surgimento de patologias indicadoras de uma potencial instabilidade geomorfológica, na Maia, ilha de Santa Maria	Direção Regional do Ambiente e Ação Climática	
ID	N.º Relatório	Ano	Título do Relatório	Requerente																																																					
40	26	2013	Relatório de progressão: Projeto: Landews-sma monitorização e vigilância de movimentos de vertente nas zonas da Maia, Praia Formosa e Panasco - ilha de Santa Maria	Direção Regional dos Equipamentos e Transportes Terrestres																																																					
41 ao 45	37	2013	Avaliação dos processos de instabilidade geomorfológica que afetaram o lugar da Praia Formosa e a estrada da Malbusca (ilha de Santa Maria)	Direção Regional do Ambiente																																																					
46	59	2013	Parecer sobre a pretensão de escavação num terreno na Praia Formosa - Santa Maria	Direção Regional do Ambiente																																																					
47	33	2014	Considerações sobre a ocorrência de instabilidade de terrenos no lugar de São Lourenço, concelho de Vila do Porto - Santa Maria	Direção Regional do Ambiente																																																					
48 e 49	44	2015	Parecer sobre a ocorrência de queda de blocos na zona sobranceira ao edifício do Clube Naval em Vila do Porto, Santa Maria	Secretaria Regional de Turismo e Transportes																																																					
50	81	2020	Parecer sobre a queda de blocos rochosos em talude sobranceiro à E.R. N.º3-2ª de acesso à baía de São Lourenço, concelho de Vila do Porto	Delegação da S.R.T.O.P. de Santa Maria																																																					
51 ao 54	24	2023	Avaliação de situações de instabilidade hidro-geomorfológica na Orla Costeira da Maia, ilha de Santa Maria	Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos																																																					
55	43	2024	Parecer sobre uma rutura no talude subjacente à E.R. decorrente de um fenómeno de instabilidade geomorfológica, freguesia de Santa Barbara, ilha de Santa Maria	Direção Regional de Obras Públicas																																																					
56	14	2024	Parecer sobre uma instabilidade ocorrido no talude junto ao Clube Naval, Vila do Porto, Santa Maria	Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos																																																					
56	2	2025	Parecer sobre as condições de estabilidade de uma moradia, após o surgimento de patologias indicadoras de uma potencial instabilidade geomorfológica, na Maia, ilha de Santa Maria	Direção Regional do Ambiente e Ação Climática																																																					
	Informa-se ainda que se procedeu a uma atualização da informação previamente enviada, pelo que se propõe a atualização da Figura 6.18 com base na shapefile que se envia através do seguinte link: https://govraa-my.sharepoint.com/:u:/g/personal/sr860428_azores_gov_pt/IQAOhJdmwXyS5luS1uzyZEuATjXbWVDHqHDBesQFD3GZ5E?e=zYNGly No caso de não conseguirem aceder ao link, este será enviado posteriormente. Na página 52, onde se lê: “Movimentos de Massa em Vertentes”, deve ler-se “Movimentos de Vertente”, por ser o termo tecnicamente mais correto.	Foi efetuada a atualização da informação na atual versão do Relatório Ambiental. Foi efetuada a devida correção na atual versão do Relatório Ambiental.																																																							
DRM	No seguimento da análise efetuada à versão revista dos documentos constituintes da Fase 3 da 2.3 Revisão do PDM de Vila do Porto - Proposta de Plano, no âmbito daquelas que são as competências afetas a esta Direção Regional, bem como dos pareceres anteriormente emitidos em fases antecedentes, informa-se que nada há a opor ao conteúdo da documentação remetida pelo que se considera que a mesma reúne as condições necessárias à emissão de um parecer favorável por parte desta Direção Regional.	Nada a referir.																																																							
DRC	No Relatório Ambiental, pág. 110, tabela 6.38: trata-se de uma pequena gralha, onde se lê 2029 deverá ser 2019.	Foi efetuada a devida correção na atual versão do Relatório Ambiental.																																																							
DRT	Relativamente ao processo paralelo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da rPDM_VP, nomeadamente sobre o Relatório Ambiental, e tendo em conta as competências específicas desta Direção Regional, reitera-se o parecer favorável anteriormente emitido.	Nada a referir.																																																							
DRPM	No “Volume IV – Relatório Ambiental” subsiste a designação incorreta de “PSOEMA” nas págs. 26 e 28, bem como na “Tabela A01.1 Quadro de Referência Estratégico da AAE da proposta de 2rPDM_ViladoPorto”, a qual deverá ser corrigida para “PSOEM-Açores”;	Foi efetuada a devida correção na atual versão do Relatório Ambiental.																																																							
	No subcapítulo “5. Quadro de Referência Estratégico”, do “Volume IV – Relatório Ambiental”, no que respeita ao disposto na “Tabela 5.2 Matriz de correlação entre a síntese de Objetivos da 2rPDM_ViladoPorto e o QRE”, constante das págs. 27 a 28, alerta-se para necessidade de remoção do parêntesis da sigla “PALM2028”;	Foi efetuada a devida correção na atual versão do Relatório Ambiental.																																																							
	No subcapítulo “6.2.3 Situação Atual”, do suprarreferido Volume, deverá ser corrigido, na “Tabela 6.13 Espécies presentes nas ZEC da ilha de Santa Maria”, da pág. 61, o nome científico “ <i>Calonectris diomedea</i> ” para “ <i>Calonectris borealis</i> ”;	Foi efetuada a devida correção na atual versão do Relatório Ambiental.																																																							
	Na “Tabela 6.23 Síntese dos indicadores selecionados para o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”, constante das págs. 74 a 75 do “Volume IV – Relatório Ambiental”, reitera-se a sugestão para revisão da informação constante da coluna “Situação Atual” do indicador “Zonas balneares classificadas e áreas de aptidão balnear (n.º por tipologia)”, uma vez que a informação constante da mesma corresponde ao nome, e respetivo código, das águas balneares costeiras identificadas. De acordo com o POOC da Ilha de Santa Maria, em vigor, estão classificadas seis zonas balneares concelho de Vila do Porto. Propõe-se adicionar	Foi efetuada a devida correção na atual versão do Relatório Ambiental.																																																							

Entidades	Parecer	Ponderação AAE
	a Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial (DRRFOT) à “Fonte” do referido indicador atentas às competências que lhe estão atribuídas;	
	Na “Tabela 2.1_Quadro de Referência Estratégico da AAE”, constante das págs. 4 a 5, do “Volume IV – Relatório Ambiental – Resumo Não Técnico”, deverá ser corrigida a sigla “PSOEMA” para “PSOEM-Açores”.	Foi efetuada a devida correção na versão fina do RNT.
DRAAC	Parecer em matéria de Conservação da Natureza Na Tabela 7.1_Indicadores de monitorização ou seguimento da AAE par aa área de intervenção da 2rPDM_ViladoPorto, no indicador “Espécies invasoras presentes espécies, n.º e distribuição)” da responsabilidade da DRAAC, deve alterar-se para “Espécies invasoras presentes (espécies, n.º)” e também altear a Descrição para “Identificação das espécies invasoras presentes nas áreas sensíveis para a conservação da natureza do município”, uma vez que poderá ser difícil garantir a informação acerca de toda a área territorial do município.	Foi efetuada a devida correção na atual versão do Relatório Ambiental.
	Parecer em matéria de Ação Climática No âmbito das competências desta Direção Regional em matéria de Ação Climática, informa-se que as questões são tidas em conta nos documentos enviados, com destaque para o Relatório Ambiental, e respetivo Resumo Não Técnico, elaborados no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica.	Nada a referir.
	Face ao exposto, considera-se que a Avaliação Ambiental Estratégica identifica as medidas prioritárias e apresenta recomendações para reforçar o desenvolvimento sustentável do concelho de Vila do Porto.	
	Parecer em matéria de Recursos Hídricos Nada para a AAE.	Nada a referir.
	Parecer em matéria de Riscos Naturais Nada para a AAE.	Nada a referir.
DRRFOT (Matéria de Ordenamento do Território)	Volume IV- Relatório Ambiental Resumo Não Técnico Deverá ser atualizado após aprovação do Relatório Ambiental pela CA, em conformidade.	Foi feita a atualização do RNT.
DRRFOT (Matéria de Recursos Florestais)	Nada a referir para a AAE.	Nada a referir.
DRRFOT (Matéria de Reserva Ecológica)	Nada a referir para a AAE.	Nada a referir.
DRCPL	No âmbito do Relatório Ambiental, na continuidade de comentário do anterior parecer, considera-se que cumpre os requisitos legais e técnicos estabelecidos, estando o mesmo estruturado e articulado, tanto ao nível da definição das questões estratégicas, bem como da relação destas com os fatores críticos para a decisão dos respetivos critérios de avaliação e indicadores. No entanto, mantém-se a observação quanto à utilização dos valores dos dados dos censos preliminares de 2021 e não dos censos definitivos (p.136), que devem substituir aqueles.	Foi efetuada a devida correção na atual versão do Relatório Ambiental
DROP	Nada a referir para a AAE.	Nada a referir.
DRH	Nada a referir para a AAE.	Nada a referir.
IROA, S.A.	Nada a referir para a AAE.	Nada a referir.



[Página propositadamente deixada em branco]

versão discussão pública



Matosinhos
R. Tomás Ribeiro, nº412 – 2.º
4450-295 Matosinhos Portugal

Tel (+351) 229 399 150
Fax (+351) 229 399 159

Lisboa
R. Duque de Palmela, nº25 - 2.º
1250-097 Lisboa Portugal

Tel (+351) 213 513 200
Fax (+351) 213 513 201

geral@quaternaire.pt

www.quaternaire.pt